Revista

do

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1° de novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949.)

VOLUME XCV

São Paulo
1999

Sede: Edifício Ernesto de Souza Campos - Rua Benjamin Constant, 158
São Paulo-SP - Cep 01005-000 - Fones: 232-8064 e 232-3582 (Fax)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Diretoria Triênio 1999-2002

Presidente	Roberto Machado Carvalho
1° Vice Presidente	Samuel Pfromm Netto
2° Vice Presidente	Antônio Joaquim Alves Motta Sobrinho
3° Vice Presidente	Roberto Fontes Gomes
1° Secretário	Nelly Martins Ferreira Candeias
2° Secretário	Fauze Saadi
3° Secretário	Luiz Galdino
4° Secretário	Ebe Reale
1° Tesoureiro	José Verdasca dos Santos
2° Tesoureiro	Caio Porfírio de Castro Carneiro
1° Orador	Hernâni Donato
2° Orador	Lauro Nogueira Furtado Mendonça
1° Bibliotecário	Maria Luíza Marcílio
2° Bibliotecário	Juvenal Fernandes
Hemerotecário	Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
Diretor do Museu, Arquivo e Documentação	Amélia Franzolin Trevisan

Comissão de Redação

Alexandre Hecker
Amélia Franzolim Trevisan
Dóli de Castro Ferreira
Hernâni Donato
Juvenal Fernandes
Nelly Martins Ferreira Candeias
Roberto Fontes Gomes

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO - I.H.G.S.P.

V.I, t. 1, 1895. São Paulo: 1895

Anual

ISSM 0100-2953

1. História e Geografia - Periódicos.

APRESENTAÇÃO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é a mais antiga, no gênero, editada no Estado de São Paulo. Foi nos idos de 1895 - 105 anos decorridos - pouco depois da fundação do sodalício, que a Revista teve seu lançamento. Já no primeiro volume, dividido em dois fascículos, ela contou com um seleto grupo de colaboradores e trabalhos de reconhecido valor científico. Nomes como Teodoro Sampaio, Orville Derby e João Monteiro assinaram artigos, pesquisas de campo e de gabinete. Em números subseqüentes, outros destacados estudiosos da História, Geografia e ciências correlatas, mantiveram o alto prestígio da Revista nos meios culturais. Outros nomes como Antônio de Toledo Piza, Afonso de Feitas, Afonso de Taunay, este por um largo período, Oliveira Lima, Eugênio Egas, deram brilho à Revista. Muitos volumes de nossa Revista transformaram-se em fontes documentais para novos estudiosos – pesquisadores do pretérito e do espaço natural e humano, em especial do Estado de São Paulo.

Claro que tivemos momentos de dificuldades, breves interregnos da publicação – o Estatuto pede, ao menos, um volume anual – mas, não demora e ela ressurge, revigorada e triunfante. Hoje, os 94 volumes publicados representam significativo acervo de conhecimentos à disposição dos interessados, estudos e documentos. As Atas das sessões e o Relatórios anuais, trazem preciosas informações sobre as atividades do Instituto e episódios marcantes da história republicana de São Paulo.

Um daqueles momentos de dificuldades deu-se no ano findo – com extensão até o momento – quando tivemos de atender, por motivo de seguidos déficits mensais, a certas despesas prioritárias e inadiáveis. Lançamos então a idéia do patrocínio da Revista. E, para gáudio de sócios e amigos da Casa de Cesário Motta Jr., a FORPAP, Formulários e Papéis Ltda, sob a direção do Sr. Álvaro Stefani, veio ao nosso encontro (ou socorro) propondo a publicação da Revista N° 95 – correspondente ao ano de 1999 – sem ônus para o Instituto. Os esforços da Diretoria foram fartamente compensados. Dizem que, quem trabalha sempre alcança... Foi então, constituída a Comissão de Redação, responsável pela seleção da matéria, incluindo as Atas e Relatórios de 1996 e 1997. Assim, o n° 95 já está em mãos dos(as) senhores(as) sócios(as) e não sócios que desejarem adquiri-lo. Estamos preparando a Revista n° 96, que deve sair no 2° semestre do corrente ano.

No ofício enviado pelo patrocinador, as palavras mágicas: "desejamos cooperar com essa entidade". Manifestação espontânea, grandeza de sentimentos. Nossos agradecimentos.

Roberto Machado Carvalho
Presidente

SUMÁRIO

Artigos

Campinas, das origens a metropolização regional: aspectos urbanos - *Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci* 11
Tocqueville diante da democracia e da revolução - *Modesto Florenzano* 25
As novas dimensões da história militar - *João Ribeiro* 56
Os estudos genealógicos de Washington Luís - *Célio Debes* 66
Os alinhamentos de Monte Alto e a astronomia indígena - *Luiz Galdino* 80
Explicando a sedução: Victor Nunes Leal na perspectiva de uma análise historiográfica - *Marília Helena P. L. Schneider* 90
A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo - *Lincoln Secco* 100
Cásper Líbero, o homem e o jornalista - *Roberto Machado Carvalho* 108
As memórias como fonte histórica - *Duílio Battistoni Filho* 124
Cronologia do Jardim da Luz - *Juvenal Fernandes* 132

Conferências

Aspectos legais da filiação ilegítima no Brasil do século XVIII - *Eliane Cristina Lopes* 143
Entre a angústia e a esperança: reflexões sobre o século XX - *Paul Donovan Kigar* 162
Um centenário - *Dóli de Castro Ferreira* 177
A mulher na Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932 - *Miridan Britto Knox Falci* 183

Noticiário Social

Atas das Sessões de 1996 195
Atas das Sessões do 1997 227
Quadro Social 270

Normas da Revista do IHGSP 281

NOTA DA REDAÇÃO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo constitui-se numa das mais antigas publicações em circulação no país, na área das ciências humanas. Desde 1895, ela abriga artigos que representam, sobretudo para os estudos históricos, uma significativa contribuição ao pensamento nacional. Como todas as instituições de uma sociedade em mudança – e a brasileira tem dado provas de como esse movimento pode ser acelerado – também a Revista procura não apenas representar o papel de órgão de divulgação de idéias perfeitamente consolidadas, como estar aberta à participação em embates intelectuais em processo de amadurecimento. Nesse sentido, a Revista do IHGSP assume, contemporaneamente, um duplo papel: além de assentar-se como uma ponte entre pensadores profissionais e amadores da história – o que a leva a admitir em suas páginas uma fértil pluralidade de métodos, periodizações e outras formas de construção do texto analítico – pretende abrir-se para um relacionamento íntimo entre a intelectualidade reunida nas grandes universidades brasileiras e outros trabalhadores do pensamento que têm construído isoladamente a sua trajetória de estudos e pesquisas. Assim, pretende-se dar corpo a uma nova fase da Revista que descortinará um espaço variado de concepções, com o objetivo de contribuir para fertilizar ainda mais o campo do saber histórico em nosso Estado de São Paulo. O lema defendido pela atual presidência de Roberto Machado Carvalho bem consubstancia o momento. Trata-se de ser fiel à *tradição,* sem descuidar da indispensável *modernização.*

Comissão de Redação

CAMPINAS, DAS ORIGENS À METROPOLIZAÇÃO REGIONAL: ASPECTOS URBANOS

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci *

Resumo: *Dado o significado da História Regional à historiografia brasileira, estudo já há algum tempo a documentação existente sobre a cidade de Campinas, principalmente os Relatórios de Intendentes, Posturas Municipais, Plantas, Mapas e Periódicos, além de sua Iconografia. Assim, no presente estudo, analisei a transfiguração de seu espaço, desde o bairro rural até a atualidade, constatando nessa evolução urbana os caminhos/descaminhos que, ao longo do tempo, lhe foram alterando a fisionomia, refletindo a transformação do antigo núcleo administrativo na malha expandida da urbanização moderna.*

Abstract: *Given the Regional History meaning to the Brazilian historiography, I since some time ago am studying the existing documentation about the city of Campinas, mainly the Reports of Managers, Municipal Attitudes, Plant, Maps and Newspapers, in addition to its Iconography. So, in the present study, 1 have analyzed the transfiguration of its space, since its rural life environment to the present time, finding in this urban evolution the ways/deviations which, along the time, have been modifying its physiognomy, reflecting the old administrative nucleus transformation in the expanded mesh of the modern urbanization.*

Na presente análise, parti do princípio que o *espaço* é uma produção da coletividade humana ao se relacionar com o meio ambiente e que tal produção não é feita aleatoriamente, havendo sempre um sentido, uma visão, definidos para os espaços criados que passam a ter também dimensões políticas e estratégicas, com consumo diferenciado segundo as classes sociais

* Membro do IHGSP e Professora Dra. do Centro de Memória da UNICAMP

que os formam. Daí ser significativo considerar para a cidade de Campinas, surgida sob e égide do sistema capitalista, a relação entre o desenvolvimento do processo de urbanização e o modo de produção capitalista cujo desenvolvimento não foi linear, mas sim, contraditório, heterogêneo, realizado através de relações sociais e em condições historicamente determinadas.

Abrange a cidade significativa zona do território de São Paulo, distando da Capital 105 quilômetros, localizada a N e N-NO da capital do estado, situando-se em solo permiano, formado de terras vermelhas conhecidas por sua fertilidade, sendo bem irrigadas por rede hidrográfica.

Durante o período de sua formação, que vai do bairro rural de Campinas do Mato Grosso até sua promoção à Vila de São Carlos, a estrada ou caminho dos Goiases foi sua única linha de comunicação com a capital da Capitania e o sertão, colocando-a, desde então, como *boca do sertão,* passando a representar o primeiro marco de povoamento nascido com a decadência do ciclo da mineração dentro do território paulista.

Seu primeiro topônimo - Campinas do Mato Grosso — sugere sua localização em terreno plano à margem de extensa mata virgem. Cresceu no sentido de leste para oeste, e seu centro (parte mais velha da cidade) apresenta difícil escoamento para a água dos córregos que cortam a cidade — Tanquinho, Serafim e Proença — quando acontecem chuvas de maior volume.

Campinas tem sua origem mais remota ligada ao pouso ou rancho situado no Caminho dos Goiases, muito embora a agricultura de subsistência fosse a responsável pela ampliação do rancho que acabou logo por fixar os homens à terra, provocando a formação do bairro de Campinas do Mato-Grosso, fato ocorrido entre os anos de 1730/39 até 1797.

As primeiras sesmarias datam de 1728, e, em 1730, já o *Livro Tombo da Catedral de Campinas* assinala a chegada da primeira família, cujo chefe era Francisco Barreto Leme, que veio para dedicar-se à lavoura de cereais. Seus parentes foram igualmente se distribuindo pelas terras adjacentes, acompanhando o curso do ribeirão Campinas Velha até o ribeirão Anhumas.

Outras famílias de sesmeiros foram sendo atraídas, reforçando o povoamento do bairro rural, e, com isso, estendendo as lavouras, o que propiciou a formação simultânea do Município de Campinas e sua respectiva sede.

Sendo auspiciosa a colheita de cereais iniciaram os moradores em 1750 a plantação da cana-de-açúcar que logo após foi exportada para os engenhos de Jundiaí e Itu.

Em 1774, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (o Morgado de Mateus) fez publicar um *Bando* em todos os municípios vizinhos, concedendo alqueires de terras e instrumentos agrícolas a todos os casais que viessem engrossar o povoamento de Campinas. Nesse mesmo ano regularizou a situação de Barreto Leme como *fundador e povoador* de Campinas.

Os *núcleos de povoamento* que, com o correr do tempo, produziram o centro urbano, foram: o *primeiro,* em torno do rancho — *Campinas Velha* — possuía casas rústicas de pau-a-pique e sapé, obedecendo a certo arruamento. Comunicava-se com o *segundo* o *Tanquinho* — através de uma picada que, com o uso, transformou-se em estrada e depois rua. Ficava às margens do córrego do mesmo nome, e, à época das chuvas esse córrego, formava pântanos, muita lama, impedindo a circulação. Mas, mesmo assim, lá foram construídas algumas casas, obedecendo a um certo arruamento, sendo que a primeira rua formada fez das duas margens do córrego o seu próprio leito; recebeu o nome de Rua de Cima, mais tarde chamada Rua Direita e, depois, Barão de Jaguara.

O *terceiro núcleo Santa Cruz* — formado dentro das terras de Barreto Leme, por haver doado um lote de aproximadamente ¼ de légua, como patrimônio, à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Foi de crescimento lento, apesar de bem localizado, no Caminho dos Goiases em direção a Mogi-Mirim.

Cumpre dizer que o ritmo da evolução urbana não foi contínuo e que obedeceu às condições econômicas dos moradores do bairro, da vila e da cidade,

Evoluindo sob o influxo capitalista, Campinas sofreu, decorrentemente, as alterações advindas desse processo, adentrando ao que era considerado moderno em cada momento de seu desenvolvimento, apesar de haver mantido, ao longo do tempo, uma mentalidade conservadora.

Foi a cultura cafeeira o outro marco responsável pelo seu grande florescimento a partir de meados do século passado. Desde o século XIX Campinas representou também verdadeiro *nó de comunicações e abastecimento,* primeiramente, às diferentes regiões do Estado, e, a seguir, como uma influência e atração que veio lhe abrindo uma diversidade de opções ao nível do econômico, do político, do sócio-cultural, num crescendo para o século XX, onde essa atuação veio ampliar, cada vez mais, sua esfera de atuação.

Pude perceber ao longo dessa pesquisa, não só pela leitura da bibliografia e da documentação pública e particular da cidade, dos

depoimentos coletados, da análise das Plantas e Mapas, da construção de seus Desenhos[1] como também, mediante a percepção dos diferentes ângulos, do jogo de luzes e contrastes, das nuanças das formas fotográficas estudadas[2], não apenas em termos históricos, como da memória e identidade de seus moradores que, continuamente, *memória e história se desencontraram,* se *opuseram, mas, se completaram.* E esse revisitar, foi um dos pontos significativos e essenciais do trabalho, mesmo porque também passou pela constituição do cidadão, uma vez que um de seus objetivos era a esfera político-social.

Outra preocupação, que creio ter sido de igual maneira satisfeita, foi a forma de compreender o que é *bairro* na atualidade em Campinas. Embora tal caracterização seja fluídica, a noção que melhor lhe ajusta é a que informa ser ele, *simultaneamente, uma realidade objetiva e subjetiv*a, e, que *essas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo de todo o processo histórico.*

Lembro ainda, que Campinas não se homogeneizou quanto à distribuição de classes sociais e atividades, aliás, como toda cidade capitalista. Houve, sim, uma *desestruturação,* uma *corrosão da vida de bairro,* uma *transfiguração da alma própria.* Em resumo, pois, o *bairro clássico* tornou-se *inviável na contemporaneidade.* Todavia, pela análise efetuada dos diversos bairros, tão diferentes, sobretudo no que concerne as suas identidades, percebi que alguns dos moradores tem plena consciência das persistências ainda existentes, das transformações e mudanças ocorridas ao longo do processo histórico, identificando-se nos vários momentos dessa trajetória, captando a maneira de viver de cada um, sentindo, enfim, seu cotidiano através de múltiplos olhares.

Falar em modernidade para Campinas significa dizer que o surto que a atingiu foi marcado por contrastes e contradições, uma vez que a visão de mundo e os padrões de comportamento, que passaram a influir em sua aristocracia e na posterior burguesia, exigiram-lhe um *dado* rompimento com *determinado* passado que, a partir da década de 1870, tornaram possível o novo ritmo de vida então a ela incorporado, decorrente, basicamente, das inovações técnico-científicas daquele momento, se bem que tal

1 - Conforme análise feita das Plantas e Mapas da Cidade (apenas dos preservados), seu crescimento foi o seguinte: 1843 — três núcleos; 1878 — crescimento pequeno e maior no sentido Leste/Oeste; 1900 — desenvolvimento maior no sentido Norte/Sul e menor no Leste/Oeste; 1929 a cidade cresceu em todas as direções; 1952 — crescimento em todas as direções e rompimento da barreira da Estrada de Ferro; 1962 — crescimento acelerado em todos os sentidos, principalmente nas direções Sudoeste e Sudeste; 1973 — crescimento nos sentidos Norte, Noroeste e Sudeste; 1980 — crescimento para Sudeste e Noroeste e compactação de todas as outras áreas; 1992 — crescimento acentuado para Sudeste.

2 - Quando de sua 1ª apresentação, o presente estudo veio acompanhado por Desenhos da Evolução Geral de Campinas, além de Amostra Fotográfica sobre alguns aspectos significativos da transformação de seu espaço urbano,

modernidade tivesse exigido o controle sócio-econômico-político-cultural de seu espaço urbano.

O uso desigual do espaço, sem dúvida, é produto da diferenciação social, até porque, *"o uso diferenciado da cidade demonstra que o espaço é construído e se reproduz de forma desigual e contraditória"* [3]. Daí os movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade, mesmo porque o cotidiano aparece como lugar da confrontação que emerge na luta entre o racional e emocional, o permanente e o mutável, na busca incessante para a constituição do novo, já que a sociedade urbana contém o cotidiano que está no centro do acontecer histórico[4].

Para Campinas nos anos 1870, tudo fora estabelecido pelas próprias limitações dos moradores e da cidade, que ainda vivia repleta de buracos em suas poucas ruas, com falta de saneamento básico, apresentando as melhores habitações circunscritas ao seu centro e com precários meios de comunicação e transportes, além de já conviver com a mão-de-obra livre ao lado da escrava.

O advento da estrada de ferro - 1872 - ao lado do surgimento da indústria na cidade (a princípio manufaturas e fábricas ligadas à agricultura, chapéus, velas de cera e olaria) ocasionou marcante alteração na paisagem urbana, o que veio propiciar à pacata Campinas possibilidade de erigir novos edifícios e equipamentos, alterando o desenho da cidade, acelerando não apenas a dilatação de seu perímetro urbano, mas também a criação de vários bairros.

Seu comércio era bastante desenvolvido e crescia a atividade bancária. Nos primeiros anos da década dos 70, os mais abonados da cidade já começavam a colocar na fachada de suas casas lampiões a querosene, o que levou a Câmara Municipal de Campinas a sentir a importância de abrir concorrência para a exploração desse tipo de sistema de iluminação pública.

Em junho de 1872, foi assinada a concessão desse serviço, ficando a cargo de uma companhia que contou também com a participação do capital de algumas famílias abastadas da cidade – era a Companhia Campineira de Iluminação a Gás, cuja inauguração data de 29 de julho de 1875; e, a 25 de setembro de 1879, ocorreu a inauguração da primeira linha de bondes puxados a burros.

O caminhar da modernidade foi possibilitando à cidade outros tipos de melhoramentos (água encanada, luz e bonde elétrico, entre outros),

3 - CARLOS, Ana Fani A. *A cidade.* São Paulo, Contexto, 1992 (Col. Repensando a Geografia), p. 23.

4 - Por tratar-se de assunto aberto às mais diferentes abordagens, é imperioso que se consulte, entre outros trabalhos: LEFEBVRE. H. *A vida cotidiana no mundo moderno.* São Paulo, Ática, 1991; MUMFORD, L. *A cidade na história.* São Paulo, EDUSP. v. 1 e 2. 1985; SANTOS. M. *O espaço do cidadão.* São Paulo, Nobel, 1987.

atingindo tanto os homens livres quanto os escravos, o que fez com que o poder público e o capital agrícola e comercial se articulassem a fim de obter cada vez mais resultados positivos aos seus usuários, além do controle dessa nova realidade.

Entre os anos 1870-80, prosseguiu a expansão cafeeira – e com sucesso. Os sobradões já eram uma realidade na cidade, foi fundado o Clube da Lavoura (1876) para defender os interesses da lavoura e do comércio campineiro, multiplicaram-se oficinas e fábricas para atender não apenas o comércio local, mas já ao regional, utilizando-se também o capital financeiro, proveniente de imigrantes, que então investiam em pequenas empresas.

Notei que o ponto de referência era a Estação Ferroviária para a indicação das direções e ruas da cidade, e que o transporte, passando pelo centro, tinha a incumbência de levar e ou/trazer passageiros e cargas, atender a cortejos fúnebres, bem assim levar a carne do Matadouro para os açougues de Campinas.

Apesar do *bonde de burro* (como ficou conhecido) representar um avanço para a cidade, significou, ao mesmo tempo, um sério problema, já que deixava muito a desejar, não apenas por não cumprir horário, como também pelos freqüentes descarrilamentos.

É simples entender o porque das preocupações do poder municipal nessa esfera que de perto tocava o espaço urbano, pois, a cidade se expandia, as distâncias aumentavam, a sujeira deixada pelos animais era enorme, o que perturbava os transeuntes, além do mau odor exalado... Além disso, novas normas capitalistas eram impostas à sua população, exigindo, conseqüentemente, não só a racionalização daquele espaço, como também o repensar da convivência simultânea com a escravidão e o trabalho livre.

Mas, o *bondinho* da Companhia Carris de Ferro não conseguiu sobreviver sequer ao vencimento do prazo de sua concessão, sendo ela extinta em 1912 e, logo a 24 de junho desse mesmo ano, ocorreu a inauguração do *bonde elétrico* em Campinas.

Os carros da Companhia Campineira Tração, Luz e Força, ou simplesmente Campineira, ou ainda Tração, como popularmente era chamada, ocuparam, pois, o lugar dos *bondinhos* que, pouco a pouco, foram recolhidos.

Fora, portanto, o ano de 1912, decisivo para a história dos transportes coletivos urbanos em Campinas, com a organização da Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, que encampou as Companhias de Carris e Gás, que, a 24 de junho de 1912, inaugurou a primeira linha desse novo tipo de transporte.

Outrossim, é importante salientar que, várias normas pautavam a vida dos moradores campineiros, com destaque à política de saúde pública que, desde o Império, procurava seguir o avanço urbano, demográfico e cultural decorrente da riqueza cafeeira.

Todavia, Campinas crescia, crescia... . E, em nome do crescimento acelerado, *24 de maio de 1968,* marcou o último circular do bonde elétrico na cidade. Seus trilhos foram retirados e o transporte coletivo totalmente substituído pelos ônibus. Os elétricos já não mais satisfaziam as necessidades locais de transporte, mesmo porque havia deficiência no número de carros utilizados e na quantidade de linhas, sem se falar na morosidade com que cobriam as distâncias que, cada vez mais, se tornavam longas.

Cumpre ressaltar que, ao observar qualquer cidade, logo se nota a heterogeneidade existente entre seus modos de vida, formas de morar, colorido diferenciado nos vários bairros, o movimento de freqüência maior ou menor em suas ruas, enfim, tudo a demonstrar que o espaço urbano é construído e reproduzido de forma desigual e contraditória, produto da desigualdade social existente. Com isto estou dizendo que a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos, provocando, em decorrência, os movimentos sociais urbanos pelo direito pleno à cidade.

Por outro lado, o cotidiano é o lugar da confrontação que surge da luta entre o que é permanente e o mutável, entre o racional e o irracional. Daí, concordar com a análise de Lefébvre, quando fala que a sociedade se organiza e constrói seu cotidiano segundo uma ordem em um caos.

Considerando ainda que toda cidade tem sua história, já que fruto da realização humana, ela vai, por isso, ao longo do processo histórico, assumindo formas, características e funções distintas; e é a forma cotidiana, com múltiplas atividades, quem cria as formas, a dinâmica do fenômeno e seu conteúdo. Daí crer que, em decorrência, a cidade se apresenta como uma realidade concentrada e contraditória, fundamentada em complexa divisão espacial do trabalho, por sua socialização, pela própria apropriação privada, oferecendo a oportunidade de se observar, por todos seus lados, a desigualdade entre ricos, pobres e miseráveis, fruto da segregação espacial e de uma distribuição de renda estabelecida pelo processo de produção.

Aí o porque de haver, nesse breve estudo, analisado, também, de como a cidade de Campinas – onde a teia de relações sociais marcou a personalidade de seus moradores – permitiu que sua organização espacial fosse organizada sob formas de sociabilidade bastante específicas, e como encarou o surgimento de hotéis, casas de pensões, bares... que, a partir da década dos anos 1870, começaram a aparecer na cidade.

Saliente-se que a influência francesa era notória em todo comércio e hábitos locais; aliás, a partir de meados do século XIX, lê-se, pelos jornais da época[5], freqüentes anúncios falando dessa preferência e o *batismo* de várias casas, hotéis, bares e restaurantes com nomes afrancesados.

Nesse momento, Campinas, que a todos aproximava, já não mais atendia à sua estratificação social, mas sim, à função da divisão de classes, provocando grande agitamento entre essas, sendo umas extintas e outras a emergir nesse novo contexto, onde o dinheiro *falava* mais alto.

Campinas que evoluiu sob o influxo capitalista, decorrentemente, não pôde deixar de sofrer as alterações advindas desse processo. Embora adentrada ao que era considerado *moderno* para a época, mantinha uma mentalidade conservadora o que a fez vivenciar momentos interessantes quando, pelas contingências dessa modernidade, sentiu necessidade em aumentar suas hospedarias, hotéis, casas de cômodos, casas de banho, botequins, bares, bilhares, a fim de melhor acomodar e propiciar maior lazer aos que por aqui passavam.

Levando em conta que foi após 1872, como marquei anteriormente, que se acentuou o processo de desenvolvimento da cidade, onde vários melhoramentos ocorreram – ferrovias, industrialização, iluminação, educação, imprensa, expansão da agricultura e comércio, bondes, a mão-de-obra escrava já coexistindo com a livre, saneamento e tantos outros – tornaram-se evidentes as mudanças nas relações comportamentais, sociais e culturais de sua gente, advindas da alteração na sociedade.

Historicamente pude ainda constatar que seus processos de desenvolvimento urbano foram interdependentes na medida em que as pessoas se agrupavam não mais apenas no centro da cidade, mas também já nos bairros que se estruturavam. Com isso, *mudanças profundas* ocorreram em seus modos de vida decorrente de sua crescente conquista em posições de liderança econômico-sócio-político-culturais e como se manifestaram as condições materiais, psicológicas e éticas para tal desenvolvimento, no contexto do capitalismo, onde configuraram-se partes diferenciadas da cidade, coexistindo com elementos de *permanência* – que resistiram às mudanças – e *novos,* que modificaram a dinâmica urbana. A mobilidade no tempo de cada uma dessas partes da cidade, vincularam-se ou ao fenômeno de decadência de certas zonas, ou à pressão demográfica e mesmo a fatores sócio-político-econômicos decorrentes daquele.

5 - Os anúncios saíam, preferencialmente, nos jornais *O Diário de Campinas* e *Gazeta de Campinas,* como também nos *Almanaques da Cidade.*

Adveio daí então o corte cronológico proposto para o presente estudo que seguiu o próprio momento do rápido florescimento de Campinas – 1870 – e os anos 1970, por representarem o outro grande pico de transformação urbana da cidade, onde estilhaços, fragmentos de realidade, construções, desconstruções, o próprio exercício do entendimento da cidadania, permitiram investigar as tramas do tecido urbano e o desvendar dos enigmas propostos diariamente pela cidade.

Ao longo da pesquisa, constatei ainda que a riqueza de Campinas não se restringiu à expansão meramente econômica, mas, sim, à dilatação da vida em sua órbita total, onde seu nível médio subiu muito.

As ruas da cidade se democratizaram, a tal ponto que as diferenças sociais tiveram que ser enfatizadas pelo reforço cada vez mais insistente do *esnobismo,* propiciando uma agilidade tal à vida que essa passou a ser um constante convite à aventura.

Já antes de 1870, acompanhando alguns *Relatos de Viajantes Estrangeiros* que passaram por Campinas[6], observei que as poucas hospedarias existentes não eram nada confortáveis, contendo minúsculos quartos, sanitários precários e localizados fora da casa, a tal ponto que as famílias abonadas da cidade preferiram hospedá-los em seus casarões.

Todavia, a partir daquele período, o meio urbano, que até então guardava contigüidade com o campo, se foi libertando dele e as casas de pensão, hotéis, bilhares e botequins começaram a aflorar apesar de encontrarem um obstáculo sério para vencer: o alto valor do pagamento dos impostos municipais.

Para o ano de 1873, os Hotéis e Casas de Pasto em Campinas, bem assim bilhares e botequins[7], estavam localizados próximos à Estação Ferroviária, então eixo nevrálgico da cidade, em direção ao seu centro. Prosseguindo com a análise das propagandas *(reclames* como eram mais conhecidos) das diferentes etapas da evolução de Campinas, encontradas em seus *Almanaques*[8], senti haver grande preocupação em demonstrarem que o conforto oferecido pelos *Hotéis e Pensões* partia já da localização próxima à gare, isso também porque o custo do transporte era caro, e o

6 - Não foram aliás muitos os viajantes que deixaram suas impressões sobre a provinciana Campinas dessa época. Detiveram-se mais em visitar e descrever suas ricas propriedades agrícolas e o significado dessa produção da cidade para a economia do Brasil. Mas, mesmo assim, as impressões deixadas por J.J. von Tschudi. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.* São Paulo. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 173 (Col. Biblioteca Histórica Paulista); Kidder, D.P. e Fletcher, J.C.. *O Brasil e os Brasileiros.* São Paulo. C.E.N., 1941, p. 107 (Col. Brasiliana. v. 205 A) e Zaluar, A. Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo.* São Paulo, Ed. Cultura, 1943, p.158/9, abordaram rapidamente o aspecto da hospedagem na ainda incipiente vida urbana da cidade.

poder ir a pé com sua bagagem, ou, na pior das hipóteses, encaminhá-la através das carroças, era grande vantagem. Outro ponto enfatizado era o asseio nas acomodações e o caráter misto das mesmas – *para famílias e cavalheiros.* Mulheres desacompanhadas... nem pensar!...

Outro ponto a chamar atenção nessas divulgações era para a existência do serviço telefônico no local (o que bem demonstrava o nível elevado da hospedaria), os preços serem módicos e, mais ainda, o fato de oferecerem fartas e saborosas refeições caseiras.

Para o final do século passado (1886) encontrei na cidade as chamadas *Casas de Banho* (havia três), destinadas àqueles que não iam pernoitar, mas, necessitavam manter, a fim de realizarem seus negócios, a boa aparência. Também eram localizadas no centro, próximas não apenas do fervilhar comercial que Campinas já apresentava, mas ainda sempre nos arredores das *Casas de Pasto* que se elevaram para oito, na mesma proporção dos *Hotéis*[9], enquanto que os *Botequins* eram em número de três e os *Bilhares* somavam a dez, o que nos fez inferir que os *locais de diversão,* progressivamente cresciam, acompanhando o desenvolvimento da cidade, a necessidade em oferecer novo tipo de trabalho que a própria atividade comercial já determinava à Campinas, além do lazer – em especial o gosto demonstrado pelo jogo – aliás já observado quando a cidade sequer possuía iluminação[10].

7 - Anotei nesse período os **Hotéis**: *América,* de Amoedo & Comp., situado na Rua da Constituição (atual Costa Aguiar), 41; *Cazes,* de José Cazes, na Rua da Constituição, 2; *Christiano,* de Christiano Tank, na Rua do Theatro (atual José de Alencar), 12; *Commercio,* de José de Souza Teixeira, na Rua Direita (atual Barão de Jaguará), 19; *Estrada de Ferro,* de Martinho Merbach na Rua Saldanha Marinho, 11; 1) *D'Europa,* de Paulo Villac, na Rua do Commercio (atual Dr. Quirino), 48; *Oriental,* de Joaquim Dias Ferraz, na Rua do Commercio, 27; *Quatro Nações* de Teixeira & Santos, na Rua de São José (atual 13 de Maio), 38 e o *A Vapor,* de Pedro Stani, na Rua da Ponte (atual Major Sólon), 27. **Botequim**: havia o de Simpliciana Maria da Conceição, na Rua da Constituição, 8. **Bilhares**: localizados, um, na Rua Direita, outro na Rua do Commercio, dois na Rua das Flores (atual José Paulino), e, por fim, um no Largo do Rosário. As **Pensões**, pelo que observei, não eram ainda registradas e funcionavam nas casas de algumas poucas famílias que alugavam seus quartos; as **Casas de Pasto** já atingiam ao número de sete, estando localizadas nas Ruas Luzitana, do Commercio. Direita, do Theatro e na de São José. *Almanak da Província de São Paulo para 1873,* São Paulo, Typ. Americana, 1873, p. 343 a 346.

8 - Foram analisados os *Almanaques* remanescentes da cidade de Campinas e São Paulo, a partir dos anos 1873 até 1914.

9 - Nas décadas de 80 e 90 a cidade ganhou, entre outros, os seguintes **Hotéis**: *Globo.* à Rua Direita, 29; *Londres,* à Rua de São Jose, 43; *Novo dos Viajantes.* à Rua 11 de Agosto; *Paris,* à Rua da Constituição, 2; *D'Inglaterra,* à Rua Saldanha Marinho, 73; *Universo,* à Rua do Regente Feijó, 70; *Grande Hotel Campineiro,* no Largo da Matriz Nova; *Guarany,* à Rua Dr. Quirino, 78; *Ville de Florence,* à Rua Barão de Jaguará, 45; *Brazil* (novo), à rua 13 de Maio, 69; *Pompeo,* à Rua Bom Jesus (atual Campos Sales), 61. *Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo,* São Paulo. Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Cia. (foram utilizados os anos de 1886, 87 e 90, respectivamente às pp. 261, 287, 291 e 294; 317, 326 e 329; 415, 512 e 513.

Em verdade, o acelerar da industrialização, os avanços da ciência e da técnica, a relativa paz social, garantiam a elevação do nível médio da vida, com privilégios antes não encontrados de conforto e restritos às minorias – como era o caso da existência de banheiros privados, luz elétrica, telefone, difundidos então entre a pequena burguesia. Com isso, a situação do proletariado ia melhorando e cada um procurava apoderar-se do que seria seu; era a corrida à possessividade típica do sistema capitalista.

A cidade crescia em área ocupada, tanto em população quanto em densidade, decorrendo a liberação do meio urbano (antes guardando contigüidade com a zona rural) e o levantar com a condição de Metrópole fazendo com que suas ruas estreitas, sem acesso viável de passagem, e os casarões velhos e pesados, sujos e sombrios fossem objeto de especulação imobiliária, de ostentação e exibição de status até surgirem hotéis, bares, botequins, cafés e restaurantes que se tornavam cada vez mais enfeitados e chamativos.

Chegava à cidade não a alegria de viver, mas, sim, a *euforia do poder* (início do século XX). Todavia, guardava Campinas ainda o *preciosismo,* a *paixão pelo passado,* favorecendo a *respeitabilidade* ao mesmo tempo que procurava *esconder as transgressões morais,* decorrentes da liberação da individualidade[11].

Entre os anos de 1909 a 1920 a transformação de Campinas foi sensível: desapareceram as ruas estreitas e o casarões sombrios, surgindo a cidade moderna, clara e atraente, com caminhos carroçáveis em todas as direções, adaptados ao tráfego do automóvel, renasceu o gosto pelas artes, o culto às letras, o prazer da hospedagem. A cidade parecia não conhecer miséria, sua população era bem trajada e satisfatoriamente alimentada, passando a imagem de conforto e tranqüilidade, onde a polícia ficava, praticamente, de braços cruzados!...[12]

10- O jogo crescia e o silêncio noturno só era quebrado pelos cantadores de víspora e pelas chamadas *cocotes* que vinham principalmente do Rio de janeiro, à procura de dinheiro e prazeres sexuais, *Apud* José de Castro Mendes "História de Campinas", Correio Popular, Campinas, 8.8.1968, p. 7.

11- Basta lembrar, sobretudo considerando os *Depoimentos Orais* de descendentes dos antigos proprietários de Hotéis da Cidade, que jamais admitiram ter havido no interior dos mesmos jogos como, entre outros: cacheta, pife-pafe, pôquer e víspora. Apenas mencionaram haver muita alegria, pois, todas as noites ao som da vitrola, casais dançavam, ou, simplesmente se deliciavam ouvindo a musica européia (a italiana era a preferida). Já os descendentes de serviçais e hóspedes, falaram que realmente jogavam à noite, preferencialmente nos quartos, depois dos viajantes haverem elaborado o relatório diário de suas atividades e ultimado seus pedidos para o encaminhamento devido às respectivas firmas. Era ainda, sem dúvida, a tendência à manutenção da *falsa moral burguesa*...

12- Sobre o assunto consultar, entre outros: BRITO, Luiz Tenorio de. *O Dr. Heitor Penteado em Campinas. III (Reminiscências).* Campinas. Casa Livro Azul, 1909, p. 6/11.

Em 1930, anotei que Campinas contava com uma população em torno de 160.000 habitantes e que o número de seus hotéis, restaurantes, botequins e bilhares havia crescido consideravelmente, sendo que alguns desses hotéis[13] possuíam, entre outras melhorias, apartamentos e garagens para os hóspedes, refeições à brasileira, à italiana, à portuguesa, a variedade das cervejas era grande, licores e vinhos italianos, franceses e portugueses, além das noites musicais que os mais requintados ofereciam aos viajantes e suas famílias.

Entre 1870/80, a cidade de alargou em todas as direções ao mesmo tempo que também se verticalizava, levantando as estruturas de concreto armado que multiplicaram o espaço, já escasseado no centro, onde o terreno alcançava preços exorbitantes. Obviamente que, hotéis, bares, botequins, bilhares e boites se multiplicaram.

A *Princesa do Oeste* sofria, portanto, um processo constante de transformação e redefinição de seu espaço, afirmando-se cada vez mais como um dos pólos principais para a instalação de empresas multinacionais, num acentuado processo de metropolização.

A partir da primeira metade dos anos 1950, Campinas foi marcada pela instalação de grandes indústrias, de setores dinâmicos. Sua atividade loteadora superou tudo o que havia sido feito até então, concentrando-se mais na Região Sudoeste da cidade, afastados do núcleo urbanizado, onde a terra era muito barata. Com isso, a atividade construtora também dinamizou-se. Tal padrão de crescimento implicou na multiplicação de espaços vazios no interior da malha urbana.

Em decorrência desse padrão de crescimento houve mudanças nas feições da cidade: novos arranha-céus, avenidas e logradouros, além do surgimento de distantes bairros e loteamentos populares, o que fez com que, do ponto de vista social, houvesse uma crescente segregação espacial dos trabalhadores e das camadas de baixa renda. Tais traços foram mantidos e desenvolvidos nas décadas posteriores.

O crescimento urbano se fez então sob os efeitos de uma articulação de interesses do capital industrial com as várias frações do capital mercantil

13- Os Hotéis de maior destaque, conforto. e luxo desse período eram: *Victória* (de José Frigeni); *Pinheiro* (de Manuel Pinheiro); começava a se destacar o *Hotel Fonte São Paulo* (especialmente por ser o único na cidade a possuir água mineral em suas dependências; era de propriedade de Borghi & Cia); o *Campinas Hotel* (de Duílio Pompeu; destacava-se por possuir um famoso quarto da estilo árabe, ornado a caráter e o preferido para recepcionar Embaixadas que visitavam a cidade) e o *Grande Hotel Brasil.* Quanto aos *Bares* os que mais se salientaram eram: *Tupi, Pé-de-Porco, Eden, Rosário, Pachola, Ideal e Giovanetti.* Os *Bilhares* de maior afluência eram - o *Internacional* e o *Taco de Ouro.*

urbano (imobiliário, comercial, de transportes, entre outros), o que também veio implicar num aumento de custos no processo de urbanização da cidade.

Convém lembrar que, entre os anos de 1930 até final dos 50, fora a época de consolidação da sociedade urbano-industrial em todo Estado de São Paulo, com ampliação da divisão social do trabalho, crescimento das cidades, embora certos setores tradicionais ainda predominassem nelas, principalmente os que se referem ao consumo de massas praticamente inexistente.

Ao adentrar os anos 1955/60 um surto inovador atinge Campinas, notoriamente voltado para o setores de bens de produção e duráveis de consumo, o que ocasionou complexidade maior à sociedade, ao mesmo tempo que se acentuavam as desigualdades sociais.

O aumento de sua população (1960/80), a consolidação da produção industrial, o crescimento do comércio varejista local, do atacadista e do setor de serviços, acelerou a transição da cidade de seu papel de polo regional para o de centro metropolitano. Concomitantemente, trouxe em seu bojo sensível crescimento dos níveis de criminalidade, violência e favelização o que significa dizer que, socialmente, o crescimento urbano traduziu-se na deterioração do padrão de vida de sua população e na desfiguração da malha urbana.

Com isso, a nossa *Idosa Princesa* perdeu seus parâmetros frente aos novos padrões que acabaram por arruinar sua vida saudável: crescimento desordenado, aumento da prostituição, higiene e saúde em condições desfavoráveis. Era a cidade que sofria, mais uma vez, um processo de transformação e redefinição, influindo diretamente em sua maneira de ser e formas de viver.

O desenvolvimento da cidade com base industrial interiorizada, a partir dos anos 1970, a proliferação do transporte rodoviário, do setor financeiro e do comércio externo, transformaram-na radicalmente, reforçando e propiciando o aumento das empresas de serviços, de sua população (a partir da segunda metade da década dos 70) e da oferta de serviços urbanos (sobretudo na periferia). A partir de então, e, com nitidez, constatei que ela foi o centro de atração migratória do Estado de São Paulo. Era sua sociedade urbana tornando-se mais complexa, com acentuado aumento das desigualdades sociais.

Assim, ao se definir a *conformação física da área metropolitana de Campinas,* pelo menos dois processos se desenvolveram no espaço local, permitindo tal situação: as transformações econômicas, advindas da industrialização pesada e o conjunto de condições de apropriação, uso e

ocupação do solo urbano, além dos novos fluxos de capitais que passaram a demandar a área, (sobretudo mais sensivelmente a partir dos anos 80).

Tais mudanças afetaram sua constituição sócio-cultural que acabaram, na década dos 90, a se refletir na deterioração do padrão de vida de sua população, apesar do grande aumento da riqueza gerada na cidade. Isso também veio a exigir uma atenção mais efetiva do setor público, no intuito de evitar maiores estragos na qualidade de vida, além de repensar o ônus social decorrente da crescente industrialização. Tal problemática, todavia, persiste em nossos dias, o que vem se constituindo numa das *bandeiras* fundamentais da esfera municipal de Campinas que, até o momento, vem se revelando incapaz de conter a degradação das condições de vida urbana, principalmente relativas ao setor de saúde, higiene, habitação e transporte.

Daí a necessidade ora sentida pelo poder municipal e população campineira em repensar *coletivamente* seu espaço urbano, a fim de reencontrar seu *habitat* e as possíveis soluções para os percalços que hoje enfrenta e onde estejam inclusos todos os segmentos sociais, setoriais e regionais do universo econômico-político-cultural, em busca de desenvolvimento com justiça social.

No momento atual, em que o avanço tecnológico e os impactos sócio-econômicos que lhe são decorrentes se mostram ilimitados e capazes de interferir de modo cabal na vida dos indivíduos, independentemente da diversidade étnica, cultural ou geográfica, creio que o presente trabalho poderá, de alguma maneira, contribuir para que seja melhor pensado um desenvolvimento sustentável que enfrente o desafio da obtenção de condições dignas de vida, através de um investimento social viável e produtivo.

Ao trabalhar também com a memória e a identidade, o propósito foi abrir espaço para o entendimento de que não se pode permitir a compulsão pelo moderno, pela globalização/internacionalização, destruindo-se as identidades de grupo ou desestimulando a criatividade e condutas de solidariedade e cooperação. Antes, mais do que nunca, se impõe a Campinas, às portas do novo milênio e frente ao acelerado processo de metropolização, a necessidade cada vez maior de contar com uma população apta a desenvolver a capacidade de pensar, analisar, propor soluções, enfrentar os novos desafios a fim de poder desenhar um desenvolvimento social includente e equilibrado.

* * *

TOCQUEVILLE DIANTE DA DEMOCRACIA E DA REVOLUÇÃO

Modesto Florenzano *

Resumo - *"Dois temas sempre estiveram no centro do pensamento e da prática política de Tocqueville: a revolução e a democracia. Depois da Revolução de 1830 na França e da sua estada nos Estados Unidos na mesma época, Tocqueville acreditou que com a imposição da democracia, a revolução estaria superada. Mas, depois da revolução de 1848, deu-se conta que se enganara e que a revolução com tendências cada vez mais igualitárias, isto é, socialistas, estava na ordem do dia. E, como um liberal conservador, fez tudo o que pode para combater a revolução e o socialismo."*

Abstract - *"Two subjects have always been the main concern of Tocqueville's thoughts and political action: revolution and democracy. After the 1830 Revolution in France and after his stay in the United States, Tocqueville believed that with the imposition of democracy, revolution was superseded. But, after the 1848 Revolution, he realized that he was mistaken and that revolutions ever more igualitarians (socialists) were still present. As a conservative liberal he did what he could to fight revolution and socialism."*

Uma das melhores caracterizações do pensamento de Tocqueville é, sem dúvida, a que Furet apresentou, num ensaio de 1984: "seu gênio intelectual caracteriza-se precisamente por uma extraordinária concentração de todos os seus meios sobre uma só questão colocada muito cedo: caso bem raro, na história do pensamento, de um sistema conceitual tão precocemente lavrado em torno de uma interrogação única e que Sainte-Beuve, como sempre, fixou num único traço: 'Il a commencé à penser avant d'avoir rien appris'. Tocqueville oferece o exemplo limite de um intelectual que nunca 'aprendeu' a não ser, no quadro daquilo que ele tinha previamente

* Professor livre-docente de história moderna da USP.

pensado, o que lhe deu ao mesmo tempo, além dos ganhos de tempo e de energia, uma excepcional profundidade e uma excepcional estreiteza".[1]

Segundo Furet, Tocqueville "começou a formular o problema da democracia nos termos que iriam ocupar toda a sua vida", quando não tinha mais do que vinte anos de idade, como prova uma carta por ele escrita a Kergolay, em janeiro de 1835, onde se lê: "há praticamente dez anos que penso uma parte das coisas que acabei de te expor. Só estive na América para me esclarecer sobre esse ponto. O sistema penitenciário foi um pretexto: usei-o como um passaporte que me permitiria entrar em toda parte nos Estados Unidos".[2]

Ora, se é certo, como sustenta Furet, que a democracia é o grande e único problema que sempre obsedou o pensamento e a vida de Tocqueville, também é certo que por trás do problema da democracia está o da revolução. Ou seja, que, assim como, na França, é esta que dá vida àquela, também em Tocqueville, é, na verdade, a revolução que condiciona e determina seu encontro, e sua ocupação, com a democracia.

Pode-se sustentar, sem nenhuma dificuldade, que a revolução, seja enquanto realidade, seja enquanto conceito, ocupa um lugar estratégico, um lugar absolutamente central e decisivo, na vida e no pensamento de Tocqueville. Com efeito, os três momentos fundamentais da vida humana, isto é, a infância, o início da idade adulta e a plena maturidade (ou terceira idade), coincidiram, no caso de Tocqueville, com as três Revoluções francesas: a de 1789, a de 1830 e a de 1848. Mais ainda, suas três grandes obras: *A Democracia na América, As Lembranças de 1848 e O Antigo Regime e a Revolução*, ou tem a revolução como tema central ou tem a revolução como circunstância (histórica) de sua elaboração. Não surpreende, pois, como bem observou Melvin Richter, que "Tocqueville tenha dado ao fenômeno da Revolução um lugar mais central em seu pensamento político do que qualquer outro pensador desde Aristóteles"[3].

Nascido em 1805, portanto, sob o último dos governos saídos diretamente da Revolução de 1789, filho de nobres que, prisioneiros durante o Terror, só escaparam da guilhotina graças à chegada do Termidor, a revolução foi, sem dúvida, na infância de Tocqueville, muito mais que uma recordação ou memória familiar – foi uma quase realidade, uma presença viva, tal a força das marcas que havia deixado em seus pais, em particular,

1 - François Furet "Naissance d'un Paradigme: Tocqueville et le Voyage en Amérique (1825-1831)", in: *Annales ESC*, n. 2, (1984), p. 228.

2 - Id., ibidem, p. 227.

3 - "Tocqueville's Contributions to the Theory of Revolution", in: *Revolution: Nomos VIII*, ed. Carl J. Friedrich, Nova York, 1969, p. 75.

e em sua classe em geral.

Em 1830, com vinte e cinco anos de idade (e apenas três de vida profissional) explode a Revolução de Julho, a qual repercute de duas maneiras sobre Tocqueville. Em primeiro lugar, sendo funcionário (era magistrado na Corte judiciária de Versalhes), viu-se obrigado a, como todos os funcionários, ou jurar fidelidade ao novo rei, ou renunciar ao emprego, permanecendo, como seu pai, e muitos amigos, fiel à tradição legitimista. Interpretando a Revolução recém ocorrida como a vitória final da burguesia, ou da democracia, sobre a aristocracia e, portanto, como o encerramento definitivo do ciclo revolucionário aberto em 1789, Tocqueville, decidiu fazer o juramento, por considerar que esta era, politicamente, a atitude correta. Mas esta decisão, ditada pela razão, e não pelo coração (o qual permanecerá legitimista, até o fim), nem pelo interesse (imediatamente depois de jurar fidelidade, pede afastamento em seu ofício), custou-lhe muito sofrimento psicológico. Como escreveu à sua mulher: "...pela primeira vez desde meu nascimento tenho que evitar a presença de pessoas a quem estimo mesmo quando delas discordo"[4].

Hoje, sabe-se, pois, que a estada de Tocqueville nos Estados Unidos e Canadá, juntamente com seu amigo Gustave de Beaumont, entre maio de 1831 e fevereiro de 1832, obedeceu a um duplo objetivo, só conhecido por poucas pessoas entre familiares e amigos. Oficialmente, eles foram à América como magistrados, em missão governamental, embora não remunerada, para examinar o sistema penitenciário norte-americano, comprometendo-se a elaborar um estudo sobre o mesmo. E, com efeito, em janeiro de 1833, vinha à luz Du Systéme pénitenciaire aux Etats-Units et de son aplication en France.

Mas, na volumosa correspondência de Tocqueville, há outras duas cartas de sua autoria que revelam os motivos íntimos e profundos da viagem. Uma, de agosto de 1830, endereçada à Charles Stoffels, diz: "Eis que há muito tenho o maior desejo de visitar a América do Norte. Irei ver lá o que é uma grande República", a outra, de fevereiro de 1831, escrita pouco antes da partida, é para Eugene Stoffels e diz: "Estamos partindo com a intenção de examinar em detalhe e o mais cientificamente possível todos os mecanismos desta vasta sociedade americana da qual todos falam mas ninguém conhece. E se os acontecimentos nos deixarem tempo para isso, propomo-nos trazer os elementos para uma boa obra ou, pelo menos, de uma obra nova, posto que nada existe a respeito".[5]

4 - Citado em André Jardin *Alexis de Tocqueville 1805-1859*, Hachette, Paris, 1984, p. 88; esta biografia é considerada como a mais completa e autorizada de que se dispõe sobre Tocqueville.

A República norte-americana era um objeto presente, muito vivo, tanto no imaginário romântico da época, quanto no pensamento e na prática política, da França. Basta lembrar as figuras de La Fayette e de Chateaubriand. O primeiro, que lutara na guerra de independência norte-americana, e que era parente de Gustave de Beaumont, e, o segundo, que era aparentado de Tocqueville e que de Atala aos Memoirs d'Outre Tombe, fez da América um dos grandes temas de sua obra; obra que encheu a imaginação de toda a geração de Tocqueville. Em suma, na França, a simpatia e o interesse pela América do Norte não podia ser mais intenso; bem como [illegible] e a ambição de Tocqueville em [illegible] e explorá-la [illegible].

[illegible] a República norte-americana [illegible] vista, e aos olhos de muitos, estava desmentindo a fórmula tão difundida de que a república só era uma forma, ou regime, de governo adequada aos pequenos Estados e ao mundo antigo. Tão forte era esta concepção que Volney, deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1789, ao publicar, em 1803, suas impressões sobre os Estados Unidos, no livro *Tableau du Climat et du Sol des Etats-Units*, visava demonstrar com ele que "Os Estados Unidos devem sua prosperidade, sua comodidade civil e individual, muito mais à sua posição isolada, à sua distância de qualquer vizinho poderoso e de qualquer teatro de guerra, em resumo, à facilidade geral de suas circunstâncias, que à bondade essencial de suas leis ou à sabedoria de sua administração"[6].

Como se sabe, *A Democracia na América* fará um desmentido categórico à opinião de Volney e de tantos outros. Sem desprezar os fatores e as influências geográficas, naturais etc., Tocqueville atribuirá, precisamente, às leis e aos hábitos dos norte-americanos – portanto à história e ao caráter e espírito dos colonizadores, o fator decisivo da democracia e da liberdade nos Estados Unidos. No capítulo segundo do livro Tocqueville afirma: "O homem acha-se inteiro, por assim dizer, entre as cobertas do seu berço. No caso das nações, verifica-se algo de análogo. Os povos guardam sempre as marcas de sua origem. As circunstâncias que acompanharam o seu nascimento e serviram ao seu desenvolvimento influem sobre todo o resto da sua existência". Ora, o berço do homem americano é o puritanismo, que, para Tocqueville, era tanto uma doutrina religiosa quanto uma teoria política.[7]

5 - Id., ibid., p. 89.
6 - Id., ibid., p. 93.
7 - Sobre o assunto consultar, entre outros: BRITO, Luiz Tenorio de. *O Dr. Heitor Penteado em Campinas. III (Reminiscências).* Campinas. Casa Livro Azul, 1909, p. 6/11.

Apesar de todo o romantismo, a relação de Tocqueville com a América foi planejada e instrumental e não imprevista e desinteressada. Foi para a América já convencido, desde meados da década de 1820, de resto, como tantos outros, a começar por Chateubriand, de que o mundo marchava para a democracia e de que nos Estados Unidos poderia encontrar e examinar, *in vivo*, uma organização social com instituições políticas puramente republicanas e democráticas. Da experiência americana esperava, portanto, esclarecer-se sobre a democracia e lançar-se, graças ao livro que escreveria, à vida de escritor e político que ambicionava.

Ao voltar da América, em março de 1932, Tocqueville não parou de se ocupar com ela e com o tema da democracia até o fim de 1839, quando terminou de escrever o segundo volume da obra. Tão possuído estava pelo trabalho que, em cartas ao tradutor inglês, Reeve, de 1836, declara: "Perdão caro amigo, eis-me aqui, que volto a cair na maldita Democracia, que tenho sobre o nariz como um par de lentes através das quais vejo todas as coisas. Um grau a mais e minha família não terá outro remédio senão me fazer declarar incapaz e me internar em Charenton"; e, "Nunca trabalhei em nada com tanto ardor; penso em meu tema noite e dia" e ainda: "Nunca teria imaginado que um tema que já desenvolvi de tantas maneiras pudesse voltar a se me apresentar com tantos rostos novos".[8]

Para produzir *A Democracia na América,* Tocqueville utilizou um grande e variado material empírico e teórico. Dentro deste material cabe destacar, pois isto não é mencionado pelo autor da obra, de um lado, o "uso assombrosamente intenso de certos ensaios de *O Federalista*", nas palavras de um crítico, e por outro lado, as leituras das obras de Pascal, Montesquieu, Rousseau, B. Constant, Royer-Collard e F. Guizot. Em carta a Kergolay, de novembro de 1836 afirma: "Há três homens com os quais vivo um pouco a cada dia e que são, Pascal, Montesquieu e Rousseau". Entre todos, a marca de Montesquieu, é, sem dúvida, a mais importante e também a mais visível, funcionando como um verdadeiro modelo para Tocqueville.[9]

De Montesquieu, Tocqueville tomou e levou às últimas conseqüências o método comparativo. "A mente só se esclarece mediante a comparação", costumava dizer. Comparando a Suíça com a Inglaterra afirma que "O reino da Inglaterra é cem vezes mais republicano que aquela república".

8 - Citado em James T. Schleifer *Como nació 'La democracia en America'*, Fondo de Cultura Economica, México, 1987 (1ª edição inglesa 1980), p. 39 e 40.

9 - Id., ibid., p. 300.

Em A Democracia, Tocqueville compara a França com a Inglaterra e com os Estados Unidos, este com a Inglaterra etc. Tocqueville também adaptou a teoria de Montesquieu sobre a república. Como se sabe, para este o princípio fundamental que move a república é a virtude, ora, Tocqueville, descobre na América que é o dinheiro, o interesse de cada um o seu princípio dinâmico. Interesse que, quando positivo, ele chama de interesse bem compreendido e, quando negativo, de egoísmo.

Também vale a pena lembrar que, enquanto Tocqueville escrevia o primeiro volume da obra, deu-se conta de que precisava de ajuda para descrever e analisar as instituições políticas norte-americanas. Resolveu, pois, recorrer à embaixada norte-americana em Paris para encontrar possíveis ajudantes. Aí deixou o seguinte anúncio: "Deseja-se conhecer um americano dos Estados Unidos que tenha recebido uma educação liberal e que esteja disposto a fazer investigações sobre as leis políticas de seu país, e que, durante dois meses, sacrifique duas ou três horas de seu tempo a cada dia, ficando em liberdade de escolher as horas. Dirigir-se a Monsieur A. de Tocqueville, rue Verneuil, n. 49, pela manhã antes das dez, pela tarde das duas às quatro". Graças a este expediente, recebeu a valiosa ajuda, nos primeiros meses de 1834, de dois jovens norte-americanos. Tocqueville também realizou uma viagem de um mês à Inglaterra, em agosto/setembro de 1833, para, entre outros motivos, remontar até as raízes do homem norte-americano, pois, na América descobriu que "o americano é o inglês deixado a si mesmo".[10]

Em janeiro de 1835, aparecia em Paris o primeiro livro de *A Democracia na América*. O sucesso foi estrondoso, dentro e fora da França. O livro foi saudado como uma obra-prima e o autor como o Montesquieu do século XIX. Recebeu um prêmio de doze mil francos da Academia francesa e, em 1838, Tocqueville foi escolhido como seu membro. O segundo livro só iria aparecer em abril de 1840. O medo de que ao triunfo do primeiro livro se seguisse um livro medíocre obcecava Tocqueville. O esforço para escrevê-lo tinha sido tão ou mais penoso do que o primeiro, por isso quando terminou disse em carta ao seu tradutor inglês: "Meu livro está, por fim, terminado, terminado definitivamente. Aleluia!". Embora o objeto do segundo livro fosse o mesmo do primeiro, ele sofrera uma inversão que no dizer do próprio autor era a seguinte: "O primeiro livro mais norte-americano que democrático. O segundo, mais democrático que norte-americano".[11]

10- Id., ibid., p. 32.
11- Id., ibid., p. 50 e 45.

O texto de A Democracia na América que está a disposição do público é o produto acabado de um "longo processo de observação, leitura, e meditação", é a fase final de um processo de escrita que inclui rascunhos, manuscritos de trabalho e o "lixo". Felizmente, quase todo este material foi salvo – encontra-se guardado na seção de obras raras da Universidade norte-americana de Yale – e foi objeto tanto de uma tese quanto de uma edição crítica.[12]

Não se pode também deixar de lembrar que *A Democracia na América*, como aliás todas as demais obras de Tocqueville, tem a escrita de um grande artista, de um grande prosador da língua francesa. R. Aron, um dos mais profundos conhecedores de Tocqueville sugere até que uma das razões pelas quais Tocqueville não tem, na opinião, nem nas universidades, o lugar que merece é que ele tem, aos olhos dos profissionais, o defeito de escrever bem". Tão grande era a sua exigência com o estilo que escrevendo a G. de Beaumont perguntava-lhe: "Você tem estado alguma vez completamente satisfeito com o que escreve? É algo que nunca me aconteceu, que eu me lembre. Sempre dei um pouco acima, um pouco abaixo, à direita ou à esquerda do objetivo, mas nunca de cheio nesta meta ideal que cada um tem eternamente diante dos olhos e que sempre foge quando se está para alcançá-la".[13] Muito já foi dito sobre a genialidade de *A Democracia na América*, inclusive que é "a maior obra sobre um país já escrita por um cidadão de outro".

Hegel, que, nas *Lições de Filosofia da História*, vê a América do Norte como o "país do futuro", aquele "para o qual se inclinará o interesse da história universal dos tempos futuros", e ao mesmo tempo como um desmentido àqueles que, seguindo Montesquieu e Rousseau, sustentam que a república só é adequada aos pequenos Estados antigos, também considera que a América do Norte é ainda um Estado em devir, ou seja, "ainda não é tão avançada a ponto de ter a necessidade da monarquia".[14] Com essa visão, Hegel exprimia admiravelmente não só o seu conservadorismo mas também a opinião dominante na Europa, antes do aparecimento do livro de Tocqueville, segundo a qual a América é ao mesmo tempo o lugar do passado, isto é, a infância da Europa e da humanidade e o lugar do futuro. Um futuro tão distante ainda que a Europa nada tem a apreender com a América.

12- A tese, de 1980, de James T. Schleifer *The Making of Tocqueville's Democracy in America* e a edição crítica, de 1990, de Eduardo Nolla *De la Démocratie en Amerique. Première édition historico-critique revue et augmentée*, Vrin, Paris, 2 volumes.

13- Schleifer, op. cit., p. 44.

14- Todas essas citações de Hegel foram retiradas de Norberto Bobbio *A Teoria das Formas de Governo*, Brasília, UNB, 1976, pp. 135-145.

Coube à Tocqueville o mérito de desfazer todos esses equívocos, de fazer cair por terra aquela visão tão tradicional sobre o novo continente. Com A Democracia na América, Tocqueville demonstrava que era preciso olhar para a América com atenção especial porque ela constituía o amanhã da Europa, isto é, ela era o seu presente em estado já avançado. Na América existiam já plenamente desenvolvidas, amadurecidas, todas as virtudes e os vícios, os benefícios e os perigos que decorrem da democracia.

Ainda nas *Lições de Filosofia da História*, Hegel afirma que "o que há de nobre e de magnânimo no caráter espanhol não se transferiu à América".[15] Como deixar de comparar esta observação de Hegel com as observações, em contrário, de Tocqueville sobre o espírito e o caráter dos puritanos que foram povoar a Nova Inglaterra?

Em *A Democracia na América*, Tocqueville insiste no fato de que "as instituições democráticas só prosperaram nos Estados Unidos. A União americana não tem qualquer inimigo a combater; está sozinha no meio dos desertos, como uma ilha no meio do oceano. Mas a natureza isolara da mesma forma os espanhóis da América do Sul, e esse isolamento não os impediu de manter exércitos. Fizeram a guerra entre eles próprios, quando não tinham estrangeiros a combater. Apenas a democracia anglo-americana pôde, até o presente, manter-se em paz". Entretanto, prossegue Tocqueville, "em que parte do mundo se encontram desertos mais férteis, maiores rios, riquezas mais intocadas e mais inesgotáveis que na América do Sul? Entretanto, a América do Sul não pôde suportar a democracia. Se bastava aos povos, para serem felizes, terem sido postos num canto do universo e poderem estender-se à vontade em terras inabitadas, os espanhóis da América Meridional não teriam de se queixar de sua sorte. E mesmo que não gozassem da mesma felicidade dos habitantes dos Estados Unidos, deveriam pelo menos causar inveja aos povos da Europa. Todavia, não há sobre a terra nações mais miseráveis que as da América do Sul".[16]

Ainda nesse sentido, comparemos agora *A Democracia na América*, com Facundo de Domingos F. Sarmiento. Comparação de certa forma sugerida pelo próprio autor argentino ao afirmar que "A la América del Sur en general, y a la República Argentina sobre todo, le ha hecho falta un Tocqueville, que, premunido del conocimiento de las teorias sociales... revelase... este nuevo modo de ser, que no tiene antecedentes bien marcados y conocidos". Dir-se-ia que a obra de Tocqueville foi tomada por Sarmiento

15- Citado por Domenico Losurdo *Hegel, Marx e la Tradizione Liberale*, Riuniti, Roma, 1988, p. 133.

16- *A Democracia na América*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1977, p. 235.

como modelo e como desafio: Este estudio que nosotros no estamos aún en estado de hacer por nuestra falta de instrución filosófica e histórica, hecho por observadores competentes...". Para Sarmiento, se a América do Sul é, por suas condições naturais, por seus habitantes indígenas, o mundo, o locus, da barbarie, o drama da Argentina consiste no fato desta ter sido colonizada pelos espanhóis e não por outros povos europeus, como os anglo-saxões. Embora isto não está dito em nenhum momento do livro, está, várias vezes, sugerido e é fácil deduzir que é dessa maneira que Sarmiento vê e interpreta a Argentina. Senão como explicar estas afirmações: "....el problema de la Espana, esa rezagada a la Europa, que, echada entre el Mediterraneo y el Oceano, entre la Edad Media y el siglo XIX, unida a la Europa culta por un ancho istmo y separada de África bárbara por un angosto estrecho... El problema de la Espana europea, no podria resolverse examinando minuciosamente la Espana americana, como por la educácion y hábitos de los hijos se rastrean las ideas y la moralidad de los padres?".[17]

Pode-se dizer que o selvagismo, a barbárie, de que os gaúchos são portadores, os caudilhos os beneficiários, e os cidadãos as vítimas, são clara e brilhantemente explicados por Sarmiento como resultado, como produto, tanto do condicionamento geográfico e econômico (o pampa e a pastorícia) quanto do componente bárbaro (oriental-beduíno) de que a Espanha foi portadora e que ao encontrar na Argentina um terreno extremamente favorável, reproduziu-se e desenvolveu-se até se tornar dominante e integrante do caráter nacional. Comparando a descrição que Sarmiento faz da vida do gaúcho em que, entre outros traços, imperam, soberanos e absolutos, o isolamento e a solidão, com as igualmente extraordinárias passagens em que Tocqueville, na Democracia, descreve o isolamento e a solidão da vida do pioneiro ("Mal chegado ao destino que lhe devia servir de asilo, o pioneiro abate algumas árvores, apressado, e eleva uma cabana sob a folhagem. Nada existe que apresente um aspecto tão miserável quanto aquelas habitações isoladas. O viajante que se aproxima delas pelo entardecer, de longe vê reluzir através das paredes a chama do fogão; e à noite, quando sopra o vento, ouve o telhado de folhas agitar-se com ruído em meio às árvores da floresta. Quem não julgaria que aquela pobre cabana serve de asilo à grosseria e à ignorância? Entretanto, convém não estabelecer relação alguma entre o pioneiro e o lugar que lhe serve de asilo. Tudo é primitivo e selvagem em torno dele, mas é por assim dizer o resultado de dezoito séculos de trabalhos e experiências. Leva o vestuário das cidades, fala a sua língua; conhece o passado, é curioso com o futuro,

17- *Facundo*, Buenos Aires, Ediciones Estrada, 1962, pp. 5,6 e 7.

argumenta sobre o presente; é um homem muito civilizado que, durante certo tempo, submete-se a viver no meio da mata e que se afunda nos desertos do Novo Mundo com a Bíblia, um machado e jornais"[18]) – pergunto-me se Sarmiento chegou a imaginar o que teria sido dos pampas e da Argentina se tivessem sido colonizados por ingleses puritanos e não por espanhóis católicos e, em conseqüência, se, neste caso, o individualismo puritano, mesmo em meio ao isolamento e à solidão dos pampas, não teria sido capaz (ao contrário do individualismo espanhol e gaúcho) também na Argentina, como foi nos Estados Unidos, de preservar e desenvolver formas de sociabilidade e instituições políticas democráticas e, verdadeiramente, republicanas.

Porque, apesar de Sarmiento ter sempre se colocado, como escritor e como político, contra a colonização espanhola e a favor da anglo-saxã (seu último escrito *Conflicto y Armonia de las Razas en América,* de 1883, termina, com a frase "Seamos Estados Unidos"!), penso que, em Facundo, ele não foi tão longe quanto Tocqueville ao considerar que o fator mais importante na determinação do caráter e perfil das sociedades americanas foi institucional e não ambiental. Com efeito, enquanto este considera que a grandeza material e moral – política – dos Estados Unidos deve-se menos às condições naturais e mais às institucionais ("Percebo entre outros povos da América as mesmas condições de prosperidade que entre os anglo-americanos, com exceção das suas leis e dos seus costumes; e tais povos são miseráveis. As leis e os costumes dos anglo-americanos constituem, portanto, a razão especial da sua grandeza e a causa predominante que procuro"[19]), Sarmiento, pelo contrário, vê-se como que obrigado a considerar que (dada a duplicidade de civilização e barbárie que atribui à Espanha) foram as condições do terreno, na Argentina, mais que as institucionais, ou seja, a colonização espanhola, que produziram a gaucherie, a barbárie.

Tocqueville retoma, e parece reforçar, em uma nota de seu *O Antigo Regime e a Revolução,* sua convicção de que o fator que determina a forma e o conteúdo das instituições americanas é o caráter nacional originário do colonizador, ao sustentar: "É nas colônias que melhor se pode julgar a fisionomia do governo da metrópole, porque é lá que todos os traços que a caracterizam aumentam e tornam-se visíveis. Quando quero julgar o espírito da administração de Luís XIV, e seus vícios, é para o Canadá que devo ir. Vejo então as distorções do objeto como num microscópio". E ainda: "Nos

18- Op. cit., p. 233.
19- Ibidem, p. 236.

Estados Unidos, o sistema de descentralização dos Ingleses intensifica-se, ao contrário: as comunas tornam-se municípios quase independentes, espécies de repúblicas democráticas. O elemento republicano que forma como o fundo da constituição e dos costumes ingleses mostra-se sem obstáculos e desenvolve-se. A administração propriamente dita faz pouca coisa na Inglaterra, e os particulares fazem muito. Na América, a administração não se mete mais em nada, por assim dizer, e os indivíduos, ao unirem-se, fazem tudo. A ausência das classes superiores, que torna o habitante do Canadá ainda mais submetido ao governo que o da França na mesma época, torna o das províncias inglesas mais e mais independente do poder".[20]

Entre 1839, quando termina de escrever *A Democracia na América,* e 1851, quando começa a preparar *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville, como é sabido, dedicou-se à política, tendo sido deputado na Monarquia de Julho, constituinte e ministro na Segunda República. Quando, portanto, voltou a se ocupar com os objetos de estudo que sempre o apaixonaram: a política e a história, a França e a Revolução – seu pensamento estava enriquecido pela experiência adquirida nos doze anos de prática política.

Segundo Furet, além de obviamente mais maduro, o Tocqueville dos anos 1850 também é mais conservador, tendo a experiência do poder e da revolução de 1848 desempenhado nisto um papel decisivo. Comparando o *Antigo Regime* com a *Democracia*, Furet nota três diferenças importantes. A primeira, no estilo, no tom, "a atmosfera de tristeza que envolve a prosa do *Antigo Regime*: o que era desejo de futuro, nos anos 1830, tornou-se nostalgia do passado"; a segunda, na mudança de sentido dada à palavra democracia que "passa do nível social (igualdade) para o nível político (participação no poder e liberdade) como se o segundo se tornasse fundamental em relação ao primeiro"; e, a terceira, na inversão da primazia do social sobre o político, e, não o contrário, como ocorria nos escritos anteriores: "A inversão da ótica tocquevilleana, a importância dada à autonomia e à primazia do político – da estrutura político-administrativa – estão provavelmente inscritos na experiência desses anos".[21]

Precisamente vinte anos antes de aparecer *O Antigo Regime e a Revolução*, em 1856, Tocqueville publicou, em 1836, um artigo "Etat Social et Politique de la France Avant e Depuis 1789". Tanto o livro quanto o

20- Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, Brasilia, UNB, 1979, p.190.

21- François Furet "Tocqueville e o problema da Revolução Francesa", in: *Pensando a Revolução Francesa*, Paz e Terra, São Paulo, 1989, p. 159-160.

artigo, são, como bem chamou a atenção Furet, dois escritos, dois trabalhos igualmente inacabados. Com efeito, no último, Tocqueville só trata da França antes de 1789, o depois é apenas anunciado no final do artigo com a afirmação: "Tais são os principais assuntos que serão objeto das cartas seguintes"; no primeiro, como é notório, Tocqueville acaba por só tratar do antigo regime e o livro termina dizendo: "Eis que cheguei à soleira desta revolução memorável; desta vez nela não entrarei: talvez poderei fazê-lo em breve. Então não a considerarei mais em suas causas mas em si mesma e ousarei enfim julgar a sociedade que dela saiu".[22]

Ora, três anos depois de publicado o livro, Toqueville veio a falecer, e, a morte, segundo Furet não basta, não convence, como explicação deste renovado silêncio de Tocqueville sobre o período propriamente revolucionário. Embora tivesse continuado ainda por mais dois anos (1856-1858) a trabalhar sobre o tema nada pesquisou e escreveu nessa direção. Comprova-o o volume póstumo, também intitulado *O Antigo Regime e a Revolução* que reúne tudo o que Toqueville deixou escrito (e mesmo só esboçado) e não publicou.[23] Esses "Fragmentos e Notas Inéditas sobre a Revolução", divididos em cinco livros, com o material organizado por ordem temática e não cronológica, revelam que, se por um lado, Tocqueville nada deixou digno de nota sobre o período entre 1790-1797, sobre a dinâmica revolucionária, por outro lado, revelam, não apenas que completara seu estudo sobre as causas imediatas da Revolução (os Livros I e II cobrem o período entre 1787-89, do inicio do processo à transformação dos Estados Gerais em Assembléia Nacional Constituinte), como também que realizou uma interpretação sobre o fim do período propriamente revolucionário (o Livro III é composto por um texto, acabado, escrito em 1852, sobre o período final do Diretório e o golpe de Dezoito Brumário).

Em suma, há em Tocqueville, uma interpretação pronta e acabada, rica e original, sobre o começo e o fim da Revolução e um intrigante e incomodo silêncio sobre a dinâmica, sobre o período propriamente revolucionário. O próprio Tocqueville estava consciente disso como pode-se ver por esta impressionante passagem de uma carta escrita a Kergolay, em 1858: "Além disso, existe nessa doença da Revolução Francesa alguma coisa de particular,

22- O artigo "Etat Social et Politique de la France Avant e Depuis 1789" foi publicado pela primeira vez na revista inglesa London and Westminster Review, traduzido por J. Stuart Mill; encontra-se atualmente publicado no volume 1, apresentado por Georges Lefebvre, de *L'Ancien Regime et la Révolution*, das obras completas, editadas pela Gallimard, a partir de 1952; a tradução é minha e está na p. 66. A passagem citada de *O Antigo Regime*, foi tirada da edição brasileira da UNB, p. 177

23- *L'Ancien Regime et la Révolution, Fragments et Notes Inédites Sur la Révolution*, texto estabelecido e preparado por André Jardin, constitui o vol. 2, tomo II das obras completas.

que pressinto sem conseguir descrever bem, nem analisar as suas causas. É um vírus de uma espécie nova e desconhecida. Houve revoluções violentas no mundo; mas o caráter imoderado, radical, violento, desesperado, audacioso, quase louco e no entanto poderoso e eficaz destes Revolucionários não tem precedentes, assim me parece, nas grandes agitações sociais dos séculos passados. De onde vem essa fúria nova? Quem a produziu? Quem a tornou tão eficaz? Quem a perpetua? Pois continuamos diante dos mesmos homens, ainda que as circunstâncias sejam diferentes, e eles deixaram herdeiros em todo o mundo civilizado. Meu espírito sente-se esgotado tentando conceber uma noção nítida a esse respeito, e procurando os meios de representá-la. Independentemente de tudo o que se explica na Revolução Francesa, há algo em seu espírito e nos seus atos que continua inexplicado. Pressinto onde se encontra o objeto desconhecido, mas, por mais que eu faça, não consigo levantar o véu que o cobre. Eu o tateio como através de um corpo estranho que me impede seja de tocá-lo, seja de vê-lo".[24]

Para Furet, Tocqueville morreu sem ter "claramente resolvido o problema contra o qual esbarrara já em 1836: elaborar uma teoria da dinâmica revolucionária". Há "nele um certo bloqueio conceitual que é talvez o resgate da sua penetração. No fundo, Tocqueville nunca deixou de oscilar entre duas hipóteses fundamentais sobre a história da França. A primeira é a da centralização administrativa... (que) lhe assegura o fio condutor da continuidade a longo prazo da história da França. Mas ao mesmo tempo que define a Revolução por este conteúdo, anula-o como processo e como modalidade da história, quer dizer, no que ela possui de específico".[25] Concorde-se ou não com esta interpretação de Furet, ela tem quando menos o mérito de ter sabido, ou melhor, de ter tentado oferecer uma resposta para uma das muitas questões não resolvidas da obra de Tocqueville sobre a Revolução Francesa.

Para Tocqueville, o elemento chave, a raiz que fundamenta e explica a democracia política na América e a sua ausência na França, é a descentralização, a comuna, o poder local, na primeira, e a centralização, o absolutismo despótico, na segunda. A aristocracia e a democracia são para Tocqueville como que dois "tipos ideais" de organização social porque, entre outras coisas, em ambas deve – como ideal – existir a liberdade. A liberdade em sentido aristocrático, como privilégio, como ocorria na Idade Média ou ainda ocorre na Inglaterra moderna, onde a aristocracia soube justamente preservar a liberdade e seu domínio político a partir do controle

24- Citada por Furet, em uma nota de pé de página de *Pensando a Revolução Francesa*, p.228.
25- Furet, op. cit., p. 114 a 116.

e do exercício do poder local. E a liberdade em sentido democrático, como direito de todos, como cidadania, como ocorre na América do Norte. Onde, como na França, não havia liberdade e participação política sob o antigo regime e nem há sob os regimes despóticos criados pela Revolução, temos as duas formas degradadas de aristocracia e democracia. Tocqueville parece sugerir, portanto, que, na França, a degradação democrática deriva da degradação aristocrática e nos Estados Unidos o "tipo ideal" democrático deriva do "tipo ideal" aristocrático inglês.

Tocqueville não se cansa de proclamar seu amor pela liberdade: "só tenho uma paixão, o amor pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana". E embora reconheça que a noção moderna de democracia "é a noção justa de liberdade", daí sua admiração pelos Estados Unidos, principalmente pelo mecanismo que fundamenta e garante a liberdade, a autonomia local, Tocqueville não esconde sua preferência, sua identidade com a Inglaterra e sua nostalgia pela Idade Média, onde predominam a liberdade em sentido aristocrático. Defende a aristocracia, argumentando que: "só (uma aristocracia) pode preservar o povo da opressão da tirania e da miséria das revoluções, de tal sorte que os privilégios que parecem interessar só a quem os possui, formam a melhor garantia que se pode encontrar para assegurar a tranqüilidade e o bem estar daqueles mesmos que dela não gozam em absoluto".[26] Em contrapartida, como não se identifica com a igualdade, e menos ainda com a democracia sem liberdade e a centralização, não esconde seu desgosto pelo Antigo Regime, pela Revolução e pelo Império no seu país.

Na verdade, Tocqueville tem uma rara consciência de sua posição e de suas idiossincrasias: "Sendo membro da antiga aristocracia de minha pátria, não tinha o menor ódio nem inveja contra a aristocracia, mas, tendo sido destruída, carecia também de amor por ela, porque só se ama solidamente ao que vive. Estava suficientemente perto dela para conhecê-la e suficientemente longe para julgá-la sem paixão. E o mesmo tenho que dizer do sistema democrático. Nenhuma lembrança de família, nenhum interesse pessoal me inclinava natural e necessariamente para ele. Não tinha recebido dele nenhuma injúria; não tinha nenhum motivo particular para amá-lo ou para odiá-lo, só os que me subministrava minha razão. Numa palavra, estava natural e instintivamente atraído por um ou outro, e não tenho tido necessidade de grandes esforços para olhar tranqüilamente para ambos os lados".[27]

26- A primeira citação, no parágrafo, foi tirada da "Introdução que Luis Rodrigues Zuniga fez para a edição espanhola *Recuerdos de la Revolution de 1848*, Madrid, Ed. Nacional, p. 13; a segunda de *Etat Social...* op. cit. p. 62 e a última de *Fragments...* op. cit., p. 100

27- Citado por Luis Rodrigues Zuniga, op. cit., p. 17.

O que é extraordinário em Tocqueville, portanto, é que este seu liberalismo aristocrático não só não o impede de ver com objetividade e distanciamento a realidade histórica de seu tempo, como, pelo contrário, aguça-lhe o senso crítico, a sensibilidade e a imaginação histórica. Como Marx, embora em perspectiva diferente, soube se colocar estrategicamente como observador e analista da história: "A história é uma galeria de quadros com poucos originais e muitas cópias". Seu método, seu quadro de referência, é comparativo: "quem só viu e estudou a França nunca compreenderá nada da Revolução francesa. Por isso, como Marx, pôde e soube, ver com nitidez as linhas de força da história ("Podem opor-me indivíduos: eu falo em classes, pois somente elas devem ocupar a história"[28]): a marcha irresistível do processo de democratização impulsionada simultaneamente pelo desenvolvimento econômico (industrialização) e político (centralização do poder). Também soube captar, com genialidade, suas seqüelas e perigos: o individualismo, a massificação e a alienação (embora não usasse esta última palavra).

O grande feito da interpretação tocquevilleana da Revolução francesa é a descoberta teórica (da realidade) da continuidade entre o Antigo Regime e a Revolução, entre o passado e o presente. Entre os dois lados, consubstanciais à revolução, a ruptura e a continuidade, Tocqueville explorou de maneira sistemática e definitiva o lado da continuidade, até então menos conhecido, seja porque o da ruptura é o mais imediatamente percebido pela consciência dos sujeitos, seja porque a própria Revolução e a historiografia com ela identificada enfatizam sobretudo esta dimensão. Diz Tocqueville, que: "A Revolução não foi de maneira alguma um acontecimento fortuito. Realmente pegou o mundo de improviso embora nada mais fosse que o complemento do trabalho mais longo e do término repentino e violento de uma obra na qual dez gerações tinham trabalhado. Mesmo que não tivesse surgido a Revolução Francesa, o velho edifício social teria ruído por toda parte, aqui mais cedo, acolá mais tarde, A revolução resolveu repentinamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precauções, sem deferências, o que ter-se-ia realizado sozinho, pouco a pouco, com o tempo. Esta foi portanto a obra da Revolução".[29]

Esta definição, a meu ver, contém e revela claramente os dois aspectos fundamentais – aparentemente contraditórios – da interpretação de Tocqueville. Porque, de um lado, reconhece –não obstante a ênfase na

28- As passagens citadas são de *O Antigo Regime*, op. cit., pp. 92, 62 e 123-4, respectivamente.
29- Ibidem, p.63-64.

continuidade – a realidade da significação histórica da revolução e em conseqüência seu caráter de ruptura (a revolução aboliu "as instituições políticas... que receberam o rótulo de instituições feudais e substituiu-as por uma ordem social e política mais uniforme e mais simples tendo por base a igualdade de condições"[30]) o que aproxima-o de Marx e da interpretação, revolucionária, sustentada pela esquerda. De outro, porque, ao negar, ao mesmo tempo, a revolução como modalidade necessária da história, aproxima-se de Burke e da interpretação, conservadora, sustentada pela direita.

Mas, se com Marx e a esquerda a concordância de Tocqueville é meramente pontual, limitando-se ao reconhecimento comum do que a revolução significou historicamente, com Burke e a direita, mais do que uma simples concordância, existe uma identidade de posição e perspectiva ideológica, quer dizer, de visão de mundo.

Foi dito que o elemento que assegura a continuidade entre o Antigo Regime e a Revolução é a centralização administrativa do Estado. "Se me perguntarem, afirma Tocqueville, como esta porção do antigo regime pôde ser transferida inteiriça na nova sociedade e nela se incorporar, responderei que a centralização não pereceu com a Revolução porque era o próprio começo e o próprio sinal desta Revolução". Para Tocqueville, o Estado criado e desenvolvido pela monarquia absolutista ("é a realeza que nada mais tem em comum com a realeza medieval e possui outras prerrogativas, ocupa outro lugar, tem um outro espírito, inspira outros sentimentos"[31]) foi o agente portador e disseminador da modernidade na sociedade ainda feudal. Ao centralizar o poder, a monarquia esvaziou, deformou, quando não destruiu, as instituições medievais – instituições que eram aristocráticas, mas livres e descentralizadas "par excellence".

Como isto se deu e quais foram as conseqüências? Em primeiro lugar, a monarquia do Antigo Regime conseguiu criar toda uma estrutura nova e centralizada de poder, baseada no Conselho de Estado e nos Intendentes e, o que é mais importante, acima e fora de qualquer controle dos demais poderes da sociedade. Com este mecanismo, foi aos poucos impondo seu poder, seu controle, sua direção, sobre as províncias, sobre as aldeias e sobre as cidades. Levou tão longe este domínio e controle, onde quer que fosse, que acabou por sufocar toda liberdade, toda iniciativa vinda da sociedade. "No Antigo Regime, como hoje, não havia cidade, aldeia, vilarejo ou povoação da França, por menor que fosse, nem hospital, fábrica,

30- Ibidem, p. 63.
31- Ibidem, pp. 89 e 62.

convento ou colégio com o direito de administrar independentemente seus negócios particulares ou seus bens. Na época, como aliás hoje, a administração tutelava todos os franceses...".[32]

Chegou-se a esta situação, segundo Tocqueville, porque a monarquia conseguiu lançar e arrecadar impostos a seu bel-prazer, sem a autorização e controle dos Estados Gerais, que, por isso, não foram mais convocados. Foi esta base financeira independente, fora de qualquer controle político da sociedade, que deu ao Estado uma liberdade e autonomia sem igual. E cabe à nobreza a maior parcela e culpa por este desfecho: "Ouso afirmar que desde o dia em que a nação, cansada pelas longas desordens que acompanharam a catividade do rei João e a loucura de Carlos VI, permitiu aos reis estabelecer um imposto geral sem sua participação e em que a nobreza teve a covardia de permitir que taxassem o Terceiro Estado, contanto que a isentassem ela própria, desde este dia foi semeado o germe de quase todos os vícios e quase todos os abusos que afligiram o Antigo Regime durante o resto de sua vida e acabaram causando violentamente sua morte".[33]

A nobreza também permitiu que a monarquia a dissociasse dos camponeses. Em troca da manutenção e aumento de seus privilégios pecuniários, abriu mão, renunciou ao poder político local, vale dizer à sua razão de ser. Ao perder o poder político, mas conservando os privilégios, a nobreza francesa, deixou de ser uma aristocracia e transformou-se numa casta e aos olhos da sociedade, sobretudo dos camponeses, sua própria existência perdeu o sentido, tornando-se incompreensível; daí o ódio de que foi objeto.

Na concepção de Tocqueville a única classe que podia resistir e bloquear o avanço da centralização do Estado era a nobreza. Ao não fazê-lo, ao deixar de ser uma aristocracia, deixou o caminho livre para o despotismo e a igualdade e, a *la longue*, para a sua própria ruína. Quanto à burguesia, considera Tocqueville que ela soube, embora pertencesse ao Terceiro Estado, escapar à tributação, adquirir riqueza e privilégios e integrar-se ao Estado – via venalidade, via compra de ofícios. Na interpretação de Tocqueville está sugerida uma comunhão de interesses, uma identidade entre o Estado centralizado e a burguesia: "Os funcionários administrativos, quase todos burgueses, já formam uma classe com seu espírito particular, suas tradições, virtudes, honra, orgulho próprio. É a aristocracia da nova sociedade já formada e viva – só espera que a revolução faça uma limpeza geral".[34]

32- Ibidem, p. 84.
33- Ibidem, p. 111.

Sintomaticamente, Tocqueville jamais explica porque, no fim de contas, este Estado que retirou da nobreza o poder político, preservou-lhe, contudo, e até mesmo aumentou-lhe, os privilégios. Por outro lado, jamais concede à burguesia o mesmo tratamento que reserva à nobreza e mesmo aos camponeses. Quando fala da primeira é sempre frio, sumário e evasivo e só lhe acentua o lado negativo, quer dizer, seus vícios, privilégios e sua riqueza. Em última análise, a interpretação de Tocqueville parece sugerir que a revolução resultou mais dos pecados, das omissões, da nobreza, do que das virtudes da burguesia. Já que só à nobreza enquanto classe atribui uma missão a cumprir, um ideal, um dever ser (aristocracia). Como a nobreza francesa, ao invés de encarná-lo, o traiu, tornou-se a protagonista e a vítima de uma tragédia.

Voltemos aos efeitos sociais e políticos do despotismo: "A divisão das classes foi o crime da antiga realeza e tornou-se mais tarde sua desculpa; pois quando todos aqueles que formam a parte mais rica e esclarecida da nação não conseguem mais entender-se e ajudar-se mutuamente no governo, é quase impossível administrar o país e torna-se necessária a intervenção de um soberano". Na sociedade francesa do século XVIII, as classes sociais estavam, pois, isoladas e em rivalidade umas com as outras. Privadas de liberdade – único elo capaz de unificá-las na ação política – de iniciativa e participação na administração, voltaram-se para o particularismo, a defesa de seus privilégios e a indiferença cívica. Este processo de divisão e isolamento não se detinha no âmbito das classes, avançava dentro delas, multiplicando a fragmentação. A exceção eram os camponeses sobre cujos ombros recaiam a exploração e o desprezo das classes elevadas e do Estado: "os progressos da sociedade que enriqueciam todas as demais classes desesperavam este povo e é somente contra ele que a civilização se virava". Mas este processo, extremo, de desunião política e de desigualdade civil, gerava também, simultânea e paradoxalmente, a igualdade, a uniformidade entre os franceses: "Em fins do século XVIII sem dúvida ainda era possível perceber uma diferença entre o comportamento da burguesia e da nobreza, pois, nada iguala-se com mais vagar que a superfície de *moeurs* que chamam de boas maneiras, porém, no fundo todos os homens que se situavam acima do povo eram parecidos: tinham as mesmas idéias, os mesmos hábitos, os mesmos gostos, escolhiam os mesmos divertimentos, liam os mesmos livros, falavam a mesma linguagem. Só se diferenciavam pelos direitos".[35]

34- *Ibidem*, p. 91.
35- Ibidem, pp. 115, 128, 101, respectivamente.

Foi a centralização, o despotismo, que, sem destruir a desigualdade, tornou os franceses iguais e a paixão pela igualdade irresistível. Quando esta paixão pela igualdade (exacerbada pelo espetáculo da desigualdade) juntou-se, no final do século XVIII, à paixão pela liberdade (a qual apesar de tudo não havia desaparecido) os franceses viram no Estado, ao mesmo tempo, o único responsável pela privação, e o único instrumento de realização da liberdade e da igualdade.

E, ironia suprema, quando este mesmo Estado empenhou-se em abrandar e reformar a sua dominação, em suprimir as contradições sociais mais gritantes, decorrentes dos privilégios e das desigualdades, acabou por atrair sobre si todas as frustrações e todas as esperanças e por revelar, também, todo seu isolamento e impotência frente à sociedade civil, agora posta em movimento: "Não é sempre indo de mal a pior que se cai numa revolução. Acontece, na maioria das vezes, que um povo que aguentou, sem se queixar e como se não as sentisse, as leis mais opressivas, resolve repelí-las com violência logo que seu peso diminui. O regime que uma revolução derruba é sempre melhor que aquele que o antecedeu imediatamente, e a experiência nos ensina que o momento mais perigoso para um mau governo é geralmente aquele em que começa a reformar-se".[36]

Mas este movimento da sociedade civil, dadas as características gerais da França no Antigo Regime, entre elas, a ausência de uma aristocracia verdadeira, de partidos, etc., foi capitalizado e dirigido pelos chamados filósofos, ou, homens de letras, ou pela *intelligentzia*, como se diria hoje. Ora, estes escritores não forneceram só as idéias ao povo que fez a revolução, deram-lhe também seu temperamento e seu humor. Foram eles, os intelectuais que, segundo Tocqueville, deram à revolução seu gosto pela teoria, seu desprezo pelos fatos concretos, seu voluntarismo, seu radicalismo e, não menos importante, sua irreligiosidade.

Em *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville cita mais de uma vez a Burke e sempre para criticá-lo. Ora, se aproximarmos os escritos dos dois sobre a Revolução Francesa, verificaremos que o primeiro parece criticar o segundo como que para despistar o leitor, para impedir que este perceba a imensa dívida que ele tem para com Burke. Senão vejamos. Comecemos com as seguintes passagens de Tocqueville sobre a religião e o caráter religioso da Revolução Francesa: "Uma das primeiras *démarches* da Revolução Francesa foi atacar a Igreja e entre as paixões que nasceram desta revolução a primeira a se acender e a última a se extinguir foi a paixão

36- Ibidem, p.156.

irreligiosa"; "Schiller nota com razão, na sua história da guerra dos Trinta Anos, que a grande reforma do século XVI teve por efeito aproximar repentinamente povos que quase não se conheciam e uní-los estreitamente por simpatias inéditas. Então vimos franceses combater franceses enquanto ingleses vinham auxiliá-los... Todas as guerras estrangeiras tomaram algumas características das guerras civis e em todas as guerras civis apareceram estrangeiros. Novos interesses substituíram os velhos interesses de cada nação que foram esquecidos; questões de princípios sucederam a questões de territórios. Todas as regras da diplomacia ficaram baralhadas e confundidas para o grande espanto e a grande tristeza dos políticos da época. Foi exatamente isto que aconteceu na Europa depois de 1789"; "A Revolução Francesa é portanto uma revolução política que operou à maneira de uma religião e tomou alguns de seus aspectos"; "Inspirou o proselitismo e gerou a propaganda. Foi assim que tomou esse ar de revolução religiosa que tanto apavorou os contemporâneos, ou melhor, tornou-se ela própria uma espécie de nova religião...".[37]

Vejamos agora Burke: "A atual Revolução na França me parece ter um outro caráter e qualidade; e manter pouca semelhança e analogia com qualquer outra que ocorreu na Europa com base em princípios meramente políticos. *Ela é uma revolução de doutrina e de dogma teórico.* Tem muito mais semelhança com aquelas mudanças que foram feitas em bases religiosas, nas quais o espírito de proselitismo tem um papel essencial. A última revolução de doutrina e teoria que ocorreu na Europa, foi a Reforma... O efeito foi introduzir outros interesses em todos os países além daqueles interesses que nascem localmente e por circunstâncias naturais. O princípio da Reforma era tal que, por sua essência, não podia ser local ou confinado ao país onde se originara... E nem as questões de verdade e falsidade teórica são governadas pelas circunstâncias mais do que pelos lugares. Naquela ocasião, portanto, o espírito de proselitismo expandiu-se com grande elasticidade por todos os lados; e grandes divisões resultaram em todas as partes. Estas divisões, entretanto, em aparência extremamente dogmáticas, logo misturaram-se com as divisões políticas; e seus efeitos tornaram-se muito mais intensos e partir desta combinação. A Europa ficou um longo tempo dividida em duas grandes facções... as quais não apenas freqüentemente separavam Estado de Estado, como também dividiam quase todo Estado internamente. Os partidos acalorados em cada Estado estavam mais ligados afetivamente àqueles que tinham o mesmo interesse doutrinário em algum outro país do que aos seus próprios

37- Ibidem, pp. 54, 57 e 58, respectivamente.

concidadãos, ou ao seu governo natural, quando acontecia de estes terem uma crença diferente. Estas facções, onde quer que prevaleciam, se não destruíam de todo, pelo menos enfraqueciam e desviavam o local do patriotismo. As afeições públicas começaram a ter outros motivos e outros laços".[38]

O que surpreende, em uma das citações acima de Tocqueville, é ele ter atribuído a Schiller e não a Burke a inspiração para a relação que ele, Tocqueville, estabelece entre Revolução Francesa e Reforma Protestante. Talvez porque, se citasse Burke, que Tocqueville, sabe-se, havia lido, e bem, inclusive os textos mencionados, ele se veria obrigado a reconhecer que foi Burke, de fato, o primeiro a fazer a relação, ao passo que ao citar Schiller, cuja História da Guerra dos Trinta Anos, parece independente da revolução, pode pretender que o leitor pense que foi ele, Tocqueville, o primeiro a estabelecê-la.

Nas *Reflexões sobre a Revolução em França* (1790), Burke acusa os nobres liberais franceses, incapazes de compreender a revolução, de servirem de instrumento para ela: "Devo confessar que é com muita pena e indignação que vi homens que ontem estavam nas altas esferas e hoje ainda conservam seus nomes ilustres se enganarem com aparências falsas, se engajarem em negócios cujo alcance não podiam compreender e darem o apoio de sua reputação e a autoridade de seus nomes ilustres aos desejos de homens que não conheciam e com isso utilizarem suas próprias virtudes na destruição de seu país".[39]

Compare-se, agora, a passagem acima com esta a seguir de Tocqueville: "Admiramo-nos muitas vezes ao ver a estranha cegueira com a qual as altas classes do antigo regime ajudaram a sua própria ruína... mas esta sociedade francesa do século XVIII, que ia cair no abismo, nem se dava conta de que nele se precipitava... vejo imediatamente que vai se tratar de uma das mais perigosas revoluções que jamais surgiram no mundo. Suas vitimas de amanhã o ignoram: pensam que a total e repentina transformação de uma sociedade tão antiga e tão complicada pode ser realizada sem abalos com a única ajuda da razão e sua eficiência. Infelizes que eram!".[40]

Neste mesmo capítulo, Tocqueville faz pelo menos três referências aos ingleses contrastando-os, exatamente como fez Burke, com os franceses. Com efeito, referindo-se aos homens de letras, isto é, aos intelectuais no

38- Burke "Thoughts on French Affairs" e "Remarks on the Policy of the Allies", in: *Works*, Londres, Samuel Holdsworth, 1842, pp. 564 e 600, respectivamente.
39- Burke, *Reflexões sobre a Revolução em França*, Brasília, UNB, p. 185.
40- *O Antigo Regime*, op.cit., pp. 137-8.

antigo regime, afirma Tocqueville: "Não se imiscuiam diariamente nos negócios como na Inglaterra. Ao contrário, jamais tinham vivido mais afastado deles". Também não permaneciam, nota Tocqueville, como aliás já o haviam feito Marx e Engels, "como a maioria de seus iguais na Alemanha completamente alheios à política e entrincheirados no domínio da filosofia pura e das belas-artes". E mais adiante, se os franceses "tivessem podido, como os ingleses, mudar gradativamente pela prática o espírito das antigas instituições sem destruí-las, talvez não tivessem chegado com tanta facilidade a querer substituí-las por completo". E ainda: "Enquanto na Inglaterra aqueles que escreviam sobre o governo e aqueles que governavam misturavam-se, uns introduzindo idéias novas na prática e os outros corrigindo e circunscrevendo as teorias com a ajuda dos fatos, na França o mundo político permaneceu como que dividido em duas províncias separadas e sem contato entre elas"[41]

Ora, nas *Reflexões*, Burke também se deu conta da responsabilidade da monarquia francesa na transformação dos intelectuais em partido político. E ao mesmo tempo que lamenta que isto tenha acontecido na França, regozija-se que não tenha acontecido na Inglaterra, onde diz ele, felizmente não se formou um "partido político ou literário", pois aí os *philosophes* ou escritores livre-pensadores "são indivíduos totalmente isolados: conservam a característica habitual de sua espécie, e nunca constituíram sociedade. Nunca agiram em corpo, nunca formaram um partido no Estado, nunca procuraram exercer influência sobre nenhum de nossos negócios públicos... Como tais grupos de conspiradores nunca existiram na Inglaterra, seu espírito não teve nenhuma influência sobre a formação original de nossa constituição, nem em qualquer das emendas e melhoramentos que ela recebeu".[42]

Aqui também caberá a Tocqueville, na esteira de Burke e a Furet, na esteira de Tocqueville, explorar este fato e explicar porque na França o absolutismo, ao sufocar a vida e a expressão política da sociedade civil, fez dos intelectuais os substitutos dos partidos políticos, os únicos porta-vozes da sociedade; e quais as graves e revolucionárias conseqüências – que na ótica comum dos três – decorreram desta situação. Eis como Furet resume o problema: "... a sociedade do século XVIII foi progressivamente constituindo outros porta-vozes: os filósofos e os homens de letras. Ninguém compreendeu isso melhor do que Tocqueville... A seus olhos a monarquia, destruindo as antigas 'liberdades' e a função política da nobreza,

41 - Ibidem, pp. 135, 136, 137 e 139, respectivamente.
42 - *Reflexões*, op. cit., p. 111.

mas não permitindo, em contrapartida, a formação de uma classe dirigente em outras bases, sem querer erigiu os escritores em substitutos imaginários dessa classe dirigente. A literatura assume desde então a função política...". E Furet, depois de citar uma passagem de Tocqueville, prossegue: "A confusão de papéis, a instalação dos homens de letras em uma função da qual eles exercem apenas uma parte imaginária, ou seja, o magistério de opinião, com exclusão de qualquer prática do poder, tem sua ressonância sobre a própria cultura política. Os homens de letras tendem a substituir o fato pelo direito, o equilíbrio dos interesses e a avaliação dos meios pelos princípios, e o poder e a ação pelos valores e os fins. Privados de verdadeiras liberdades, os franceses lançam-se à liberdade abstrata; incapazes de experiência coletiva, sem meios de experimentar os limites da ação, orientam-se sem saber para a ilusão da política".[43]

Mas, não é isso, *mutatis mutandis,* o que Burke nos diz ao longo das *Reflexões*? Furet, no entanto, ao afirmar que ninguém melhor do que Tocqueville compreendeu tal fato, o que é verdade, não se preocupou em verificar de onde veio esta iluminação, esta compreensão. Se o tivesse feito (e supondo que, no momento em que redigiu seu *Pensando a Revolução Francesa*, conhecia e bem a obra de Burke), não poderia não perceber que este, como tantos outros *insights* desenvolvidos por Tocqueville em *O Antigo Regime*, apesar da aparência em contrário, tem uma inquestionável procedência burkeana. Mas o fato é que nem Tocqueville, nem Furet, reconheceram esta contribuição.

Essas não são as únicas aproximações possíveis que podem ser estabelecidas entre Tocqueville e Burke. Não obstante as óbvias diferenças de tempo, lugar, origem e condição social, existentes entre ambos, há uma forte semelhança na trajetória político-intelectual de suas carreiras. Com efeito, Burke e Tocqueville se tornaram políticos depois de, ou graças a, terem, antes, começado e se consagrado como intelectuais. E embora tivessem permanecido longo tempo na política e inclusive chegado ao poder (a política e o poder não deixaram de significar, para ambos, fracasso e frustração), nunca deixaram de ser intelectuais (e foi enquanto tal que tiveram êxito, realização e fama). Por outro lado, ainda, ambos chegaram ao fim de seus dias, não obstante a fama, a consagração e o reconhecimento intelectual alcançados por suas interpretações da revolução francesa, envoltos num pessimismo, num quase desespero, provocados por essa mesma revolução que eles, como poucos souberam criticar mas que não puderam exorcizar. Assim, enquanto Burke, às voltas com o aparecimento

43- *Pensando a Revolução Francesa*, op. cit., p. 52-53.

da revolução democrática, constata desolado, em uma carta de 1796, que: "Parece como se fosse vontade de Deus que o presente estado de coisas deva ser destruído e que é vão lutar contra uma tal disposição" e, num texto de 1793, "no que concerne à política, a mente humana e os assuntos humanos são suscetíveis de infinitas modificações e novas e imprevisíveis combinações. Muito poucos, por exemplo, teriam imaginado que a propriedade, que foi tomada por dominação natural, deveria, por este vasto reino, perder toda a sua importância e até a sua influência. Isto é o que a história ou os livros de especulação poderiam dificilmente nos ter ensinado. Como muitos teriam pensado, que a mais completa e formidável revolução em um grande império teria sido feita por homens de letras... Quem poderia ter imaginado que o ateísmo poderia produzir um dos mais violentos princípios operativos de fanatismo?"[44]

Tocqueville, às voltas com a revolução democrática, em 1848, constata, nas *Lembranças de 1848*, no mesmo estado de espírito de Burke o retorno interminável da revolução: "revolução que é sempre a mesma através de fortunas e paixões diversas, que nossos pais viram começar, e que segundo todas as possibilidades, nós não veremos acabar". Para se ter uma idéia melhor do desacorçoamento de Tocqueville, é preciso lembrar que, durante aproximadamente quinze anos, entre 1830 e 1845, ele, como praticamente todos os pensadores e políticos liberais franceses do seu tempo, convencera-se que as grandes revoluções eram coisa do passado. Na *Democracia*, chega mesmo a intitular o capítulo XXI, do livro dois, da segunda parte, de: "Por que as grandes revoluções se tornarão raras" (onde como bem notou Seymour Drescher[45] "oferece uma concisa quase silogística teoria: 'Qualquer revolução é mais ou menos uma ameaça à propriedade. Muitos habitantes de uma democracia tem propriedade', logo...). Numa carta de 1843 escreve: "Estou profundamente convencido que há poucas nações na Europa (se é que há alguma) que está menos exposta a possibilidade de revolução do que a nossa".[46]

Mas voltemos à outra afirmação das *Lembranças*: "Sinto-me tentado a crer que o que se chama de, as instituições necessárias, não são, freqüentemente, mais que as instituições às quais se está acostumado, e que em matéria de constituição social, o campo do possível é bem mais vasto do que imaginam os homens que vivem em sociedade". E em *O Antigo Regime*: "Mas na Revolução Francesa, tendo as leis religiosas sido abolidas

44- Burke, *Correspondence*, v. 8, p. 412 e "Remarks on the Policy of the Allies", op. cit.

45- "Why Great Revolutions Will Become Rare: Tocqueville's Most Neglected Prognosis", in: *Journal of Modern History*, 64, Set., 1992, p. 441.

46- Id., Ibidem, p. 447.

ao mesmo tempo que derrubavam as leis civis, o espírito humano perdeu completamente seu equilíbrio, não soube mais onde agarrar-se nem onde parar, e surgiram revolucionários de uma espécie desconhecida, que levaram a audácia até a loucura, que nenhuma novidade poderia surpreender e nenhum escrúpulo moderar, e que nunca hesitaram na hora de executar um intento. E não se deve pensar que estes novos seres foram a criação isolada e efêmera de um momento, destinada a sumir com ele; formaram desde então uma raça que se perpetuou e se expandiu em todas as partes civilizadas da terra e que por toda parte preservou a mesma fisionomia, as mesmas paixões, o mesmo caráter. Encontramos esta raça no mundo quando nascemos e ainda está sob nossos olhos".[47]

Comparem-se agora estas três passagens de Tocqueville com estas duas de Burke: "Deve ter sido sempre acessível às pessoas de espírito, mas agora é óbvio para todos, que uma teoria sobre o governo pode se transformar como um dogma religioso em uma causa de fanatismo. Há um limite nas paixões humanas quando os homens agem através dos sentimentos, mas nenhum limite quando eles agem sob a influência da imaginação" e "... da sepultura da monarquia francesa assassinada brotou um espectro grande, tremendo e sem formas, numa roupagem muito mais assustadora de que qualquer outra que já tenha tomado conta da imaginação do homem e vencido a felicidade humana: partindo diretamente para o seu objetivo, não intimado pelo perigo, não paralisado pelo remorso, desprezando todas as máximas comuns e todos os meios comuns, aquele odioso fantasma dominou a todos que não acreditavam ser possível a sua existência"[48]

Quando, em 1848, sobrevém a Revolução, Tocqueville tem 43 anos, é político profissional (ocupa há quase dez anos uma cadeira de deputado) e escritor consagrado pelo grande sucesso obtido com *A Democracia na América*. Vive e participa intensamente – como espectador, analista e ator – de todos os acontecimentos da Revolução que explode em fevereiro, e cuja chegada ele havia profeticamente antecipado em um famoso discurso proferido na Câmara dos Deputados, apenas um mês antes. E aqui, entre o Tocqueville analista dos acontecimentos, ao mesmo tempo e como sempre, frio e sensível, objetivo e profundo, e o Tocqueville deputado e resoluto defensor do partido da ordem, nem sempre há coincidência na interpretação do significado da Revolução. De fato, enquanto como deputado, num discurso proferido na Assembléia Nacional, em 12 de setembro de 1848, ataca o socialismo (identificando-o ao estatismo e separando-o da

47- *O Antigo Regime...*, p. 145.
48- Burke, *Works*, op. cit.

democracia e da liberdade) e nega, veementemente, o caráter social da Revolução: "... a Revolução de fevereiro deve ser cristã e democrática, mas não deve ser socialista", como analista, nas *Lembranças* (escritas como memórias, entre meados de 1850 e fins de 1851 e só publicada, postumamente em 1893), afirma o contrário, ou seja, que: "o socialismo permanecerá como o caráter essencial e a lembrança mais temível da Revolução de fevereiro".[49]

Sem dúvida, esta última reflexão de Tocqueville decorre de que, durante as sangrentas jornadas de junho de 1848, ele testemunhou aterrorizado que os trabalhadores urbanos, inspirados por idéias socialistas, estavam reclamando a abolição do último privilégio social, o da propriedade. Por isso, constata nas Lembranças: "Como é que classes pobres, inferiores e, no entanto poderosas, não iriam sonhar com sair da pobreza e da inferioridade, servindo-se de seu poder? Para tanto, trabalhavam há sessenta anos. No início, o povo quisera socorrer-se mudando todas as instituições políticas; no entanto, depois de cada mudança, percebia que sua sorte não havia melhorado ou que melhorava com uma lentidão incompatível com a velocidade de seus desejos. Era inevitável que, num dia ou outro, acabasse descobrindo que sua posição não era devida à constituição do governo, mas às leis imutáveis que constituem a própria sociedade; e assim seria natural perguntar-se se não tinha o poder e o direito de mudar também essas leis, como já havia feito com outras. E, falando especificamente da propriedade, que é o fundamento de nossa ordem social, esta restou como o principal obstáculo para a igualdade entre os homens, até o ponto de parecer o único signo de desigualdade, porquanto todos os privilégios que a envolviam e até a escondiam haviam sido destruídos. Não seria necessário, portanto, não digo eliminar a propriedade, mas que pelo menos a idéia de eliminá-la se apresentasse ao espírito dos que dela não desfrutavam?".[50]

As *Lembranças*, diferentemente de *A Democracia* e de *O Antigo Regime*, são o único trabalho de Tocqueville em que este faz uma análise pormenorizada de conjuntura histórica, realiza uma narrativa, ainda que parcial, dos acontecimentos; além de também realizar uma abordagem estrutural, e de também fazer considerações gerais sobre processos de longa duração ou linhas de continuidade com uma originalidade e qualidade, como sempre, inigualáveis. É este, portanto, o único trabalho em que se combinam concretamente, com exemplos empíricos, os dois elementos constitutivos

49- A primeira frase de Tocqueville foi retirada de Jardin, op. cit., p. 398 e a segunda do próprio Tocqueville *Lembranças de 1848. As Jornadas revolucionárias em Paris*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, tradução de Modesto Florenzano, p. 95.

50- Id., ibid., p. 95.

de sua concepção de história: necessidade e liberdade, sentido e acaso, causas gerais e causas secundárias. Nas suas próprias palavras: "A Revolução de Fevereiro, como todos os outros grandes acontecimentos deste gênero, nasceu de causas gerais fecundadas por acidentes, se se pode assim dizer, e tão superficial seria fazê-la derivar necessariamente das primeiras como atribuí-la unicamente aos segundos".[51]

Praticamente todos os fatos, todos os acontecimentos por ele narrados, e que compõem a Revolução de 1848, são mostrados como estando inscritos em uma história inteligível ao observador e ao mesmo tempo criados por incidentes, por vícios ou virtudes de partidos e personalidades. Em suma, a Revolução para Tocqueville tem um sentido, tem causas gerais, inscreve-se na esfera da necessidade, mas também, e simultaneamente, tem acaso, imprevisibilidade, revela a esfera da liberdade. Tome-se o exemplo de Luís Felipe, o rei que a revolução derrubou, e de Luís Napoleão, o imperador que a revolução criou. Tocqueville demonstra como o primeiro, preso à sua visão de mundo aristocrática, que o fazia ver os indivíduos, mas não as massas, poderia, se tivesse sabido agir politicamente, impedir que a Revolução eclodisse. E Luís Napoleão, representando as massas, poderia se o tivesse querido, consolidar a República na França e com ela a igualdade com ordem e liberdade e não a igualdade com ordem e despotismo, como desejava e como acabou por conseguir. Pois, embora os partidos da ordem não amassem a República, suas divisões internas, insuperáveis, não lhes davam forças para impedir a consolidação da República.

Por sua vez, o próprio Tocqueville, enquanto ator dos acontecimentos, tem a lucidez que lhe permite visualizar, como ninguém, as linhas de força e as possibilidades em ação, mas tem também a impotência que o impede de intervir nos acontecimentos. Ao contrário dos dois personagens acima, que dispõem de força política e margem de manobra, Tocqueville, embora livre, é incapaz de interferir na necessidade, pois não dispõe de força política, não representa classes e não possui como Lamartine, por exemplo, o dom da palavra, para influir nos acontecimentos.

Ironia da história: Tocqueville sabia que a Revolução estava a caminho e nada pôde fazer para impedí-la (ele que odiava as revoluções, como se pode ver por essa passagem, de uma carta de 1836: "Duvido que haja na França um homem menos revolucionário do que eu, ou que haja alguém que tenha um ódio mais profundo àquilo que é chamado o espírito revolucionário... o que eu desejo não é uma república mas uma monarquia hereditária"); uma vez em curso, sabia que a revolução poderia desaguar, como de fato aconteceu, em um novo império bonapartista, em um novo

51- Id., ibid., p. 84.

despotismo e também nada fez para impedir que isso ocorresse, pelo contrário, como se verá a seguir. E sabia finalmente que com o império um novo ciclo de revoluções estava por vir, inaugurando uma nova fase de incertezas e de possibilidades históricas.

Na França, a chegada da revolução de 1848 surpreendeu os grandes pensadores e políticos liberais, os quais, como se sabe, ou estavam no poder, como era o caso de Guizot, ou, embora na oposição, muito próximos dele, como era o caso de Thiers. Ora, se a chegada da revolução pegou-os de surpresa, o curso dos acontecimentos deixou-os perplexos e traumatizados. Como muito bem confessou o historiador Augustin Thierry, em 1853: "Quando eclodiu sobre nós a catástrofe de 1848, eu senti o golpe de duas maneiras, como cidadão e como historiador. Por esta nova Revolução, a história da França parecia-me tão subvertida quanto a própria França".[52]

No caso de Tocqueville, que é o que aqui nos interessa, pode-se dizer que, como historiador ele, diferentemente dos demais, não só não foi apanhado de surpresa, pelos acontecimentos, como, ao contrário, estava preparado para compreendê-los e explicá-los e, como cidadão, não se deixou dominar pela perplexidade, o que acabou levando-o ao poder. Mas desta experiência, contudo, não deixou de, ele, também, sair traumatizado. Nas Lembranças, o próprio Tocqueville faz questão de explicar por que ele, ao contrário dos demais liberais, não foi apanhado de surpresa pela chegada da revolução. Vejamos algumas de suas afirmações:

"Sempre notei que em política se morre, com freqüência, devido ao excesso de memória"; "Além disso, Luís Felipe, havia sido iludido, como já disse que o foram seus ministros, por aquela luz enganosa que a história dos fatos anteriores joga sobre o tempo presente"; [Luís Felipe] "Parecia-se com aquele homem que se recusa a acreditar que sua casa tenha pegado fogo porque está com a chave no bolso. Eu não podia ter os mesmos interesses nem as mesmas preocupações, o que me permitia penetrar no mecanismo das instituições e na massa dos pequenos fatos cotidianos, para considerar o estado dos costumes e das opiniões do país. Alí, via claramente aparecer muito dos sinais que em geral anunciam a aproximação de uma revolução e começava a acreditar que, em 1830, eu havia tomado o fim de um ato pelo fim da peça"; "... percebia o futuro com uma nitidez de visão que só se tem levando em consideração o passado". "Várias vezes depois da Revolução de Fevereiro, ouvi monsieur Guizot e mesmo monsieur Thiers

52- Citado em Alice Gérard *La Révolution Française, mythes et interprétations, 1789-1970*, Flammarion, Paris, 1970, p. 51.

53- Id., ibid., pp. 61, 85, 41, 196 e 83, respectivamente.

comentarem que só se poderia atribuir esse acontecimento a uma surpresa, considerá-lo um puro acidente, um golpe de sorte e nada mais. Sempre estive tentado a responder-lhes, tal como o misântropo de Molière a Oronte: 'Para considerá-lo assim, tendes vossas razões', pois esses homens tinham dirigido os assuntos da França sob a mão de Luís Felipe durante dezoito anos, e era-lhes difícil admitir que o mau governo do príncipe havia preparado a catástrofe e o precipitado do trono. É lógico que eu, que não tenho as mesmas convicções, não poderia ter em absoluto a mesma opinião. Acredito que os acidentes desempenharam um importante papel na Revolução, porém que nem tudo se deve a eles".[53]

Coube ao conhecido historiador inglês conservador A.J.P. Taylor[54], mostrar, com muita argúcia, que se Tocqueville soube se distinguir como analista e historiador dos acontecimentos, como cidadão não passou de um conservador que preferiu defender a ordem e a propriedade ao invés da liberdade, e, sua experiência no poder terminou em um completo fracasso. Para poder justificar sua opção de sacrificar a liberdade em nome da ordem, e mais do que isso, sua ação no poder que ajudou a destruir a liberdade, Tocqueville, que via a si mesmo como alguém que ama a liberdade e o bem público acima de qualquer outra coisa, não podia senão desqualificar e considerar como loucos e liberticidas todos aqueles que em 1848 lutaram para ampliar e aprofundar as liberdades: "eu que detestava os montanheses e não apoiava a República, mas que adorava a liberdade..." e "Quase nunca pude perceber em nenhum deles o gosto desinteressado pelo bem dos homens que pareço descobrir em mim mesmo, através de meus defeitos e de minhas fraquezas". Ao mesmo tempo que Tocqueville reconhece o caráter social da revolução, vê no socialismo o inimigo da liberdade: "O socialismo permanecerá como o caráter essencial e a lembrança mais temível da Revolução de Fevereiro. De longe, a república só aparecerá como um meio, não como um fim". Os revolucionários são sempre apresentados como loucos ("a Revolução de fevereiro não conseguiu implantar em lugar algum uma liberdade razoável e estável; os revolucionários loucos em todos os lugares" e como vaidosos, incapazes de se preocupar com o bem público e com a verdade. Sobre Lamartine: "Não sei se encontrei, nesse mundo de ambições egoístas no qual vivi, um espírito menos ocupado que o seu pela reflexão sobre o bem público... Tampouco, jamais conheci espírito menos sincero ou que tivesse um desprezo mais completo pela verdade". Sobre Ledru-Rollin: "não passava

54- "The Tocqueville in 1848", in: *Europe: Grandeur and Decline*, Londres, Penguinh Books, 1967, p 40-45.

de um rapagão muito sensual e sangüíneo, desprovido de princípios e quase de idéias, sem verdadeira audácia de espírito e de coração...".[55]

E repulsivos, como A. Blanqui: "Foi então que vi aparecer por sua vez, na tribuna, um homem a quem só vi nesse dia, mas cuja lembrança sempre me encheu de aversão e horror; tinha as faces macilentas e murchas, os lábios brancos, o ar doentio, malévolo e imundo, uma palidez suja, o aspecto de um corpo bolorento, sem nenhuma roupa branca visível, uma velha sobrecasaca negra, grudada sobre membros franzinos e descarnados; parecia ter vivido em um esgoto de onde acabava de sair; disseram-me que era Auguste Blanqui". E ainda "Tínhamos então como porteiro da casa em que vivíamos na rua da Madeleine um homem de péssima fama no bairro, ex-soldado, um pouco maluco, bêbado e grande vadio, que passava na taverna todo o tempo em que não estava batendo em sua mulher. Pode-se dizer que era socialista de nascimento, ou antes, por temperamento".[56]

Mas, como bem advertiu Maurice Agulhon, "Aqueles que não aceitavam as idéias socialistas sequer concebiam que pudessem ser aceitas por um mundo normal ou por pessoas normais. O socialismo inseria-se na categoria não só do discutível, mas também do perverso e do patológico".[57] Em junho de 1849, Tocqueville torna-se ministro das relações exteriores em um ministério formado "para salvar a República". Eis duas passagens, entre tantas, para mostrar como Tocqueville justifica sua posição: "Em minha opinião pessoal, era prudente e necessário fazer grandes concessões aos terrores e aos ressentimentos legítimos da nação, e, depois de uma revolução tão violenta, o único meio que restava para salvar a liberdade era restringi-la"; "Sem querer deixar-me arrastar para os partidos monárquicos, voto sem hesitação com eles em todas as medidas que tem por resultado o restabelecimento da ordem e da disciplina na sociedade e a derrubada do partido revolucionário e socialista".[58]

Mas, para terminar, vale a pena reproduzir a reflexão de Taylor sobre a participação de Tocqueville no poder: "O grande filósofo político experimentou um marcante fracasso como político prático. O amante da liberdade tornou-se ministro de Luís Napoleão, procurando sustentação em uma maioria clerical na Assembléia; seu governo primeiro suprimiu um levante radical nas ruas de Paris e depois restaurou o poder do papa em Roma... Há algum perigo para a vida pública com políticos estúpidos; mas há ainda mais com políticos que são muito inteligentes. A compreensão

55- *Lembranças*, op. cit., pp. 92, 273 e 127, respectivamente.
56- Ibidem, p. 134 e 165.
57- *1848: O Aprendizado da República*, São Paulo, Paz e Terra, p. 111.
58- *Lembranças*, op. cit., pp. 220 e 268.

política no mais alto grau levou Tocqueville a se associar com Luís Napoleão e com os clericais; teria sido melhor se tivesse compreendido menos. Desejou mostrar que os republicanos podiam ser conservadores em casa e no exterior. Isto serviu para suprimir os radicais e para destruir a Republica romana; não serviu para salvar a República na França. Tocqueville sabia que algo tinha dado errado. Quando deixou o cargo, depois de cerca de quatro meses, retirou-se para sempre da vida pública e sua apologia neste último capítulo é forçada, inconvincente até para ele próprio. Tinha caído vitima da doutrina do 'perigo menor' - melhor Luís Napoleão do que a anarquia, melhor Falloux e seus associados clericais do que uma nova revolução radical... E, no entanto, o próprio Tocqueville, na conclusão de *A Democracia na América*, tinha visto a falsidade deste argumento: a liberdade não pode ser salva pela repressão. Ele não pôde aplicar seu ensinamento quando isto aconteceu a seu próprio país... Sem dúvida as massas ameaçavam todos os tipos de valores 'civilizados'; a resposta a este perigo era a de trazer as massas dentro do terreno da civilização, não atirar sobre elas como nos dias de junho. Depois de tudo, a anarquia é uma forma de liberdade, o que é mais do que pode ser dito da ditadura ou clericalismo. A grande invenção de 1848, que Tocqueville repudiou, foi a Democracia Social; esta era a única maneira pela qual a civilização podia ser salva. Assim as *Lembranças* de Tocqueville proporcionam tanto uma lição exemplar quanto uma análise de primeira ordem. Elas são uma advertência contra quem é muito inteligente em política; com efeito, o intelectual mais do que os outros deve ter princípios simples e a eles deve permanecer aferrado. A liberdade deve ser defendida de todos os lados; do mesmo modo, os inimigos constantes da liberdade estão à direita, e o amante da liberdade nunca deve ser derrubado de sua posição à esquerda. Acima de tudo, aquele que ama a liberdade deve ter fé no povo. Senão, ele deve, como Tocqueville, se retirar da vida pública e desesperar do futuro".[59]

• • •

59- Taylor, op. cit.

AS NOVAS DIMENSÕES DA HISTÓRIA MILITAR

João Ribeiro da Silva *

Resumo:*Neste trabalho o Autor analisa as características da História Militar e apresenta conceitos para o estudo dessa vertente historiográfica que pretende abranger o conhecimento relativo ao Exército, à Marinha e à Força Aérea. Para tanto, discorre sobre fontes, programas e fatores que podem levar à compreensão dos temas relevantes da área.*

Abstract:*In this work the Author analyzes the features of Military History and presents concepts for the study of this source intending to enclose the relative knowledge to the Army, the Navy and the Air Force. Therefore, he discourses on sources, programs and factors that can lead to the understanding of the excellent subjects of the area.*

"As atitudes diante da vida são, como as atitudes diante da morte, as peças centrais de um sistema de civilização. Uma crise de Civilização é uma crise que coloca em causa, quase que necessariamente, os três pontos capitais: a vida, o amor e a morte."
Pierre Chaunu. De L' Histoire à la Prospective, *1975*

1. NATUREZA E CONCEITOS

"O que é História Militar?" O famoso historiador militar do exército britânico, *Sir John Fortescue,* num estudo de quarenta e seis páginas para tratar das variantes, não conseguiu uma única definição totalmente abrangente. Apresentou uma série de definições "a história das guerras e da atividade guerreira", "a história da luta das comunidades expressa através do conflito de grupos de homens armados", "a história da política externa das comunidades e das nações". Além destas apresentou outras definições. Afirmou, também: "A História Militar não é a história da força física, mas da força moral, talvez quase do triunfo da força moral sobre a força

* Membro do IHG do Rio de Janeiro.

puramente física". As reflexões de Fortescue indicam algumas das variações e da extensão abrangidas na expressão. A definição expandiu-se à medida que os assuntos militares, considerados de maneira ampla, passaram a ocupar, cada vez mais, as energias do homem, seja para se empenhar nas guerras, seja para impedi-las. Cada período do passado deve ser examinado para se chegar a uma definição que enquadre o que ela realmente significava. Ela deve ser estudada dentro de um contexto. No século XVIII, o século no qual nasceu o exército norte-americano, e antes que a Revolução Francesa introduzisse o conceito das "nações em armas", e antes que a guerra se democratizasse, a definição era usada para designar a história do conflito em armas, das batalhas e das campanhas. A arte da guerra, no século XVIII, era simples. A área envolvida, as forças e os objetivos eram relativamente limitados. Com o incremento dos homens em armas, em face à crescente conscrição que veio com a Revolução Francesa e com a expansão da Revolução Industrial, a arte da guerra se tornou mais difundida. Teve um impacto cada vez maior sobre a sociedade, de tal modo que, nos conflitos mundiais do século XX as guerras começaram a afetar, não apenas às nações beligerantes, mas também a outros países. Assim, o conceito ampliou-se. A História Militar encontra-se, pois, na fronteira entre a Arte e a Ciência militares, de um lado, e a História Geral, do outro. A História Militar ocupa-se com a confluência e a integração entre fatores diplomáticos, econômicos, sociais e intelectuais, e com as tendências militares da sociedade. Esta interação e esta confluência devem assentar-se no amplo desenvolvimento da história.

No contexto norte-americano, a História Militar representa muitos fatores inter-relacionados. Inclui, certamente, considerações sobre guerras de todos os tipos. A despeito dos interesses dos teóricos pela Guerra Termonuclear e pela Guerra Nuclear Limitada, o fato real constatado é o retrocesso as formas mais antigas. Os estudiosos de assuntos militares demonstram um grande interesse nas experiências do gênero da insurreição filipina de 1899 a 1902. Está também aumentando o interesse pelo estudo das guerras contra os Índios, como exemplos de ação de guerrilha e de contraguerrilha. Um número cada vez maior de historiadores estão examinando os períodos que precedem o deflagrar das guerras. E, naturalmente, um número cada vez maior de decisões importantes está sendo tomado antes do início das hostilidades. Como resultado disso, os historiadores militares dessa geração, ao considerarem as guerras, estão verificando o que se passou antes de irromperem as hostilidades e durante os períodos que medeiam as guerras.

2. O EXÉRCITO, A MARINHA DE GUERRA E A FORÇA AÉREA COMO INSTITUIÇÕES

Além da guerra em seu sentido mais amplo, outro fator que interessa aos historiadores desta geração se refere ao problema do Exército como instituição, O mesmo se aplica, igualmente, à Marinha de Guerra e à Força Aérea. Como instituição, o Exército reflete a cultura nacional e exerce um impacto sobre ela. Há exemplos, na história, de exércitos que existiram como uma classe separada do resto da sociedade. Na maior parte da História dos Estados Unidos, o Exército realmente subsistiu fisicamente separado do restante da sociedade. No século XIX, por exemplo, o Exercito estava, em grande parte, isolado nas guarnições de fronteira. Este é um fator a ser considerado sempre que se estuda o papel do militar em uma determinada sociedade. Como instituição, o Exército assume forma e característica e seu contorno institucional se revela de diversos modos a maneira pela qual seleciona os seus chefes e recruta seus soldados, os métodos de suprimentos, os processos de combate e o modelo das relações entre civis e militares.

Uma alteração em uma das fases de estruturação institucional determinará reflexos marcantes em toda ela. Uma mudança fundamental no armamento, no equipamento ou na tecnologia por exemplo, a introdução do fuzil de longo alcance da Infantaria, do carro de combate, do avião, até mesmo da pólvora, ou, mais recentemente da bomba atômica, causará mudanças acentuadas nas formas tradicionais de combate, nas relações entre civis e militares e em toda estrutura institucional. Em conexão com isto, também deve ser levado na devida conta o fenômeno do atraso cultural, tão inerente a outras formas de instituições humanas. Há um grande perigo se o Exército permanece atrasado, se as idéias militares não marcham juntas com a evolução do armamento. A História Militar está repleta de exemplos de Exércitos que tentaram aplicar doutrinas ultrapassadas, sofrendo resultados desastrosos no campo de batalha, que é a prova definitiva. O fator do atraso cultural deve, pois, ser observado no estudo da História Militar.

Como entidade social, o Exército evoluiu para cumprir sua missão primordial: combater. Como instituição, entretanto, o Exército deve ser considerado, também, como força social de tempo de paz. Desde suas origens, o Exército norte-americano participou ativamente da colonização do país, da exploração e da guarda das fronteiras. Prestou muitas contribuições em medicina, saneamento, controle de inundações, transportes, comunicações e engenharia. Este papel, as vezes esquecido,

talvez se torne mais importante daqui para a frente. Ao lado dessa função interna, o Exército norte-americano teve uma participação efetiva na mobilidade social ascendente de certos grupos menos privilegiados da população. Nas décadas de 1840 e 1850, por exemplo, os imigrantes europeus puderam galgar a escala social usando o exército como base, uma forma de aculturação da sociedade norte-americana. Nas décadas de 1950 e 1960, o mesmo fenômeno, de forma geral, iria repetir-se em relação ao negro no Exército. A despeito de quaisquer problemas que se possam argüir a este respeito, as Forças Armadas são encaradas, de modo geral, como tendo estado à frente da sociedade norte-americana. Em ligação com isso, um dos mais notáveis estudiosos desta fase da História Militar, o Professor Russel F. Weigley, considera o Exército americano como que uma mistura de elementos profissionais civis. Ele vê a evolução do Exército como a história de uma instituição dupla, um Exército regular, de militares profissionais, e um Exército civil composto daquèles elementos variadamente conhecidos como Milícia, Reservas Organizadas, Guardas Nacionais e convocados. Em suas considerações, a combinação das duas caracteriza a singular instituição conhecida como Exército norte-americano.

3. FONTES E PROGRAMAS

A História não é apenas um instrumento de pesquisa, é igualmente um laboratório de experiências e de ciência social. Para o militar, isto é particularmente importante, porque em seu treinamento e em seu aperfeiçoamento, ele necessita adquirir uma experiência que substitua a experiência de guerra. Pode ser que, através de sua carreira, lhe seja propiciada uma simples experiência direta do conflito armado. Bismark disse, certa feita, que preferia não aprender através de sua própria experiência, mas ao contrário, gostaria de aprender, por meio de experiências de outras pessoas. Para o militar, a História representa uma base ampla, uma gama de experiência à qual se pode recorrer para a cultura e para o desenvolvimento individual, como fonte de sabedoria e de inspiração e como um registro de linhas de ações alternativas, a História propicia um interesse adicional para os militares. O historiador tenta reconstituir o passado. O historiador militar trabalha, comumente, com um passado recente, algo que seus colegas academicistas não gostam de fazer. O historiador trata das seqüências de épocas e de transformações. Tem que dispor de "cabides" para "pendurar seu chapéu" no tempo; é por isso que ele usa as datas. Ele trata com fluxos de transformações, um fluxo de relacionamento entre o homem e seu ambiente, porém, através do tempo.

Como é que ele realiza isso? Ele lança mão dos documentos em torno dos quais o conhecimento se desenvolveu. Ele vai lidar com fontes primárias e secundárias.

Uma fonte primária é contemporânea ao acontecimento; pode ser um diário, uma carta ou um memorando escrito na ocasião, ou um relatório redigido imediatamente após a ação. Ao utilizar-se de fontes primárias, o historiador assegurar-se-á de que está trazendo à baila fatos reais, fatos que realmente sejam relevantes para as questões que está desejando pôr em evidência. Algumas vezes, o documento contemporâneo ao fato leva em consideração aspectos que gerações posteriores nem mesmo se darão conta, como, por exemplo, as condições meteorológicas. Se estamos tratando com relatórios de uma ação, pode até mesmo deixar de referir-se à posição do inimigo porque não havia sinais de evidência. Porém, quando, mais tarde, aparece um estudioso e tem acesso aos registros do outro lado da colina, obra de B. H. Liddell Hart, o lado oposto, ele pode contar a história completa.

Temos que reconhecer que cada geração reescreve a História. Ela olha para o passado em busca de inspiração, de sabedoria e de linhas de ação alternativas.

Os problemas de cada geração determinam qual será a composição de sua História, com quais problemas os historiadores deverão se defrontar. Durante a maior parte do século XIX, os Estados Unidos se beneficiaram do que se chamou de "segurança livre". Beneficiaram-se da presença da Armada Britânica no Atlântico e de seu isolamento geográfico das turbulências da Europa. Contava com vizinhos fracos em ambas as fronteiras, Norte e Sul. Assim puderam se desenvolver internamente e não se preocupar em relação ao fator militar. Esse isolamento, combinado com tradição liberal, estimulou o sentimento de que o fator militar não era muito importante para os norte-americanos. Em muitas Universidades persiste a tendência para rebaixar o fator militar. Em meados do século XX começaram as preocupações em relação às bases de sua Segurança Nacional. Como resultado, os norte-americanos estão reexaminando, com outros olhos, seu passado militar e vem observando, em nossos dias, um interesse crescente pelo fator militar. A partir da II Guerra Mundial, ocorreu uma grande transformação, no conteúdo da História Militar, uma transição das "bandas marciais", que atribuía ênfase aos combates e as campanhas, para a escola "ecológica", cujo interesse maior é o de colocar a arte da guerra em seu adequado contexto político, econômico e social, com a expansão dos assuntos militares e seu maior impacto na sociedade norte-americana. Até

agora vínhamos falando da substância da História. A História não é somente o estudo e o registro do passado, é também um instrumento de pesquisa. Um instrumento utilizado pelos autores considerados clássicos no campo da estratégia, como, por exemplo, Clausewitz, Jomini e Mahan; por analistas estratégicos modernos como Liddell Hart e J.F.G. Fuller e até pelo estrategista científico Herman Kahn.

Ao proceder à seleção, ele realiza avaliações e interpretações. Aí é que entra o aspecto arte de sua atividade. Ele tem que formular perguntas. Carl Becker, um dos historiadores mais famosos dos últimos tempos, disse, certa feita, que se pode identificar um bom historiador pelas perguntas que ele faz para obter as provas. Existem algumas abordagens práticas que podem ser adotadas, como, por exemplo, perguntar-se o que seria útil para o homem de ação, ou para o homem de pensamento, saber a respeito de determinada ação? As perguntas são elaboradas à luz da experiência individual do historiador, de sua cultura e de sua habilidade. Basicamente o que o historiador faz é tentar dar uma arrumação no caos. Ele procura elaborar um modelo e demonstrar os relacionamentos. Às vezes o retrato resultante pode tornar-se demasiadamente sistematizado e artificial. O leitor deve estar prevenido. O historiador sabe que está se ocupando de um fenômeno singular. Dois acontecimentos nunca são exatamente iguais. O leitor provavelmente conhece o velho adágio que a história não se repete, mas os historiadores se repetem uns aos outros, vários mitos têm se perpetuado através da História. Somente aos poucos esses mitos vão sendo corrigidos. O historiador profissional entende que o leitor estuda, não o que realmente aconteceu, porém, aquilo que os historiadores diziam ter acontecido. Há um fator interposto entre o acontecimento e a narração que é a existência de um estudioso que esteve trabalhando. Ele tenta, ao reconstituir o fato, fazer um retrato tão completo e preciso quanto possível. No transcorrer de sua atuação ele saberá de muitas coisas que, na época, não estavam à disposição do comandante. Ao elaborar a sua História, sem dúvida, utilizar-se-á também de fontes secundárias, isto é, de relatos redigidos após os acontecimentos. Os livros, por exemplo, que, no momento, os estudiosos estão publicando sobre a Revolução Norte-americana, são fontes secundárias.

Ao utilizar-se de suas fontes, o historiador aplica regras de credibilidade e se torna juiz desta credibilidade. Sua tarefa consiste em reconstituir os acontecimentos, em reunir o maior número possível de fatos relevantes, porém, ele não é o juiz e nem o promotor público dos protagonistas. Ele é o juiz das provas, e esta é uma enorme diferença.

Nos anos mais recentes os historiadores militares estão empregando

com muita eficiência a História oral para preencher as lacunas do registro escrito. Um dos aspectos mais frustradores, ao se estudar a história da II Guerra Mundial nos altos escalões, é a tarefa de acompanhar-se uma ação, desde o momento em que um planejador do Exército, na Seção de Operações do Estado Maior, concebeu pela primeira vez, seu plano, e prosseguir ao longo de toda a trajetória dos escalões do planejamento da junta de Estados-Maiores e dos Estados-Maiores Combinados, até o plenário desta junta e desses Estados-Maiores e até mesmo às Conferências Internacionais de Cúpula. Porém, quando a ação chegou até o Presidente da República para a decisão, ele pode ter apanhado o telefone e falado com uma alta patente, sem contudo, nada ficar registrado. A pista desaparece, em algum lugar, nas proximidades da Casa Branca.

Um programa muito intenso de História oral, destinado a entrevistar os Generais que desempenharam funções-chave, está sendo desenvolvido nos Estados Unidos, pelo arquivo de Pesquisas sobre a História Militar, em conjunto com a Escola Superior de Guerra do Exército, e isso irá preencher importantes claros nos anos que perfazem o período pós-II Guerra Mundial.

O historiador deve proceder a uma seleção das provas de que dispõe. Ele nunca poderá contar com todos os fatos. Os documentos não revelam tudo e deve considerar a memória humana como falível.

4. FATORES

Tome-se, por exemplo, o ensaio realizado por Michael Howard sobre o tema "The Use and Abuse of Military History" (O Uso e o Abuso da História Militar). Michael Howard, um dos mais destacados historiadores da Inglaterra, que participou na elaboração da série oficial britânica sobre a Grande Estratégia da II Guerra Mundial, durante muitos anos foi professor de Estudos de Guerra na Universidade de Londres. Nesse ensaio, ele chama a atenção para três fatores de ordem geral, que é interessante ter sempre presente no estudo e no uso da História Militar. Primeiro, a "amplitude". É o problema da perspectiva segundo a qual, quando se lê História, particularmente História Militar, é importante ler-se o mais amplamente possível. Captar no sentido das continuidades e das descontinuidades. O que parece permanecer o mesmo? O que parece haver mudado? Imprimir aos princípios de Guerra, por exemplo, um sentido de mudança de período para período, e comparar as condições sob as quais eles foram aplicados em um determinado período, *vis-à-vis* com um outro. Howard cita o exemplo da tentativa de se aplicarem os métodos napoleônicos

na I Guerra Mundial, como um emprego obsoleto da doutrina que uma leitura da História poderia ter corrigido. Ele menciona também o fator "profundidade". Aqui ele tem em mente a necessidade de se penetrar além do modelo aparentemente arrumado de um acontecimento ou de uma ação, como se lê nos livros de História, aquelas pequenas setas, muito bem feitas, que nos parecem mostrar como tudo estava muito organizado no campo de batalha, são, muitas vezes, uma representação artificial. O que se afigurou uma decisão ponderada da parte de um comandante, quando se examinam todos os elementos de prova, acaba se revelando algo completamente diferente. Após um exame das partes de combate, dos memorandos, dos diários e de outros documentos como esse, a decisão passa a ser apenas uma questão de intuição, uma questão de sorte. É preciso que se olhem para as ações históricas em profundidade. E preciso que se vejam todos os elementos de prova e depois comparam-se as provas com aquilo que o historiador reconstituiu. Em terceiro lugar, Howard cita os fatores de "contexto". Com isso ele sugere que os eventos históricos devem ser colocados no ambiente adequado. Ele diz para nos precavermos contra as analogias, claro que os historiadores têm suspeitas em relação às analogias. Eles suspeitam muito da idéia de que, na História, atuam princípios fixos. Eles se acautelariam, como faz Howard, para não atribuir a George Whashington, por exemplo, princípios cujo conhecimento, ele só poderia ter adquirido mediante a leitura de Clausewitz ou, freqüentando, na Escola Superior de Guerra, um curso sobre o assunto. Não afaste as coisas de seu contexto. Coloque os acontecimentos dentro do cenário da época.

Tome-se o caso do Japão, que na II Guerra Mundial venceu muitas batalhas, mas não pode vencer a Guerra. A diferença entre o potencial mobilizável dos Estados Unidos e do Japão serviria para explicar o resultado. Se nos limitarmos a olhar apenas o próprio campo de batalha, estaremos perdendo uma boa parte da História. Então, o problema do contexto e do ambiente é importante para a colocação dos eventos históricos no cenário adequado.

5. HISTORIADOR MILITAR

O historiador militar se ocupa da História atual. É claro que a angústia e o arrebatamento da História presente ainda estão tentando encontrar o seu curso definitivo. Quando o historiador trabalha tão cerradamente com os acontecimentos de seu próprio tempo encontra, às vezes, muita dificuldade em definir o que é importante e o que não é, e tentar essa definição exige toda a sua iniciativa e toda a desenvoltura. Muito

freqüentemente ele tem que organizar os artigos e registrar fatos e impressões contemporâneas que neles devem figurar, no momento mesmo em que estão acontecendo. Do contrário, perder-se-á para sempre. Este é um papel relativamente novo que o historiador vem desempenhando e é um dos novos progressos ocorridos no campo.

Quando os historiadores estudam as Guerras, particularmente as recentes, eles ficam cada vez mais convencidos do fato de que os estudantes mantêm suas vistas voltadas, exclusivamente, para o que acontece no campo de batalha, eles estão vendo apenas a ponta do *iceberg*. É muito comum que o sucesso ou fracasso, no campo da luta, seja o resultado da vontade e da força da sociedade no país, política, econômica e socialmente.

6. CONCLUSÕES

Os mais famosos estabelecimentos de ensino militar de alto nível sempre atribuíram à História Militar uma posição de relevo em seus currículos. Com o máximo de seriedade, a *kriegsakademie* alemã, a primeira e mais famosa escola do gênero, em seu pleno apogeu, sob a orientação do venerando Helmuth von Moltke, baseava seus estudos de Estratégia na História Militar. Moltke acreditava que os outros não poderiam ser os fundamentos para a formação de um estrategista. Foi inteiramente impregnado de História Militar, que o alto comando alemão foi levado a conduzir suas forças a catastróficas derrotas em duas Guerras Mundiais. Por isso é de todo conveniente que seja moderado em relação à utilidade da História Militar. Em virtude do fato de que as oportunidades para o militar exercer sua profissão, na prática, são, necessária e afortunadamente, limitadas, a História Militar é um substituto da experiência direta, em sua preparação para os momentos críticos de liderança. E, contudo, um substituto demasiadamente imperfeito. A experiência simulada da Guerra, no ambiente seguro de um gabinete ou de uma poltrona, aproxima-se tão pouco das pressões do combate que, dificilmente, pode ser considerada uma experiência completa. O militar profissional, ao se aprofundar no estudo da História, objetivando a preparação para enfrentar suas responsabilidades, sejam de ordem administrativa, estratégica ou tática, espera, naturalmente, que a História lhe propicie os princípios práticos por guiar suas ações mediante lições. A própria formação profissional do historiador ressalta a ambigüidade, entre a evidência a partir da qual ele deve reconstruir o passado, e as conclusões a serem extraídas daquela evidência. Seu condicionamento deixa-o preparado para encontrar, no

passado, não lições para orientar seu comportamento, porém um máximo de idéias ambíguas e desordenadas.

7. BIBLIOGRAFIA

1) AZEVEDO, Pedro Condorlino F. História Militar Geral. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950. v.1, 348 p.
2) BENTO, Cláudio Moreira et alii. História da Doutrina Militar. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende, Rio de Janeiro /s.ed./ 1978. p. 1-15.
3) BOUTHOUL, Gaston & CARRERE, René. O Desafio da Guerra/ Le Défi de la Guerre/ Trad. Coronel Francisco Fernandes de Carvalho Filho. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. 1979. 176 p.
4) GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo, Difusão Européia do livro. 1961. 370 p.
5) RODRIGUES, José Honório. Filosofia e História. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1981. 129p.
6) WEIGLEY, Russel F. Novas Dimensões da História Militar/ New Dimensions in Military History/ Trad. General Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. 1981. v.1, 224 p. v.2, 455 p.

* * *

OS ESTUDOS GENEALÓGICOS DE WASHINGTON LUIS

Célio Debes *

Resumo - *Washington Luís, mais conhecido por suas atividades políticas e administrativas, e, em menor escala, como historiador, foi, igualmente, interessado por genealogia. Os estudos desta natureza, ele os desenvolveu durante seu exílio, primeiro, na Europa, e, depois, nos Estados Unidos. Sua preocupação, neste campo, cingia-se à investigação de suas origens, enraizadas nos Açores.*

Abstract - *More known for is political and administrative activities, and in lesser extent as a historian, Washington Luis was interested in genealogy as well. He developed this sort of studies during his exile firstly in Europe, and then in the United States. His concern on this field was restrict to the research of his origins, which were rooted in Açores, Portugal.*

Washington Luís Pereira de Sousa tem seu nome ligado, principalmente, às atividades políticas e administrativas, e, com menor enfase, às de historiador. Diminuto, por certo, é o âmbito dos que conhecem suas preocupações voltadas aos estudos genealógicos. Ainda que limitado esse círculo, não constitui novidade esta faceta de seus interesses intelectuais.

Aqueles que se dedicam aos levantamentos dessa natureza e, mesmo aqueles que, apenas, têm afeição por estes trabalhos, devem ter assinalado que, em 1942, Frederico de Barros Brotero menciona, em seu apreciado *Oliveiras* (p. 102), a colaboração recebida de Washington Luís. E, ao fazê-lo, alude às "pesquisas e investigações" levadas a efeito pelo Presidente, naquele campo, sobre o ramo materno de sua Família.

Dessa forma, se sabe que o notável homem público e historiador também apreciava as pesquisas sobre suas raízes, tendo mesmo amealhado elementos que, prodigamente, fornecera. Nada mais.

Mencione-se, de outra parte, que o Colégio Brasileiro de Genealogia, em sua revista *Brasil Genealógico* (Tomo III, n. 2, 1971, p. 33-36), deu a lume trabalho de autoria de Carlos G. Rheingatz e Hélio dos Santos sobre

* Membro do IHGSP e da Academia Paulista de Letras.

a descendência de Washington Luís e, em apartado, na mesma publicação, se acha sua "Tábua de Costado" (p. 40), remontando, pelo lado paterno, à 4ª geração, e, pelo lado materno, às 5ª e 6ª gerações. Embora o último desses trabalhos não mencione a fonte em que seu autor se baseou, coincide a relação dos ascendentes que elaborou com os dados constantes dos levantamentos realizados pelo próprio alvo do estudo.

Isto o que a respeito de genealogia e da genealogia de Washington Luís se conhecia.

No entanto, o levantamento de suas origens representou uma preocupação que o absorvera, no prolongado e amargo exílio que curtiu, parte na Europa e parte nos Estados Unidos.

Convém, antes de nos ocuparmos deste aspecto de sua personalidade, recordarmos a figura de Washington Luís.

Homem honrado e de convicções arraigadas, cuja palavra espelhava a certeza de reta conduta, deu as mais eloqüentes demonstrações de firmeza de caráter, no decorrer de sua vida pública e nas publicações saídas de sua pena.

Aquela iniciou-se nos derradeiros anos do século XIX, quando se transferiu para Batatais, no interior de São Paulo. Ia para aqueles páramos tentar a advocacia, como profissional liberal. Deixara, em sua província natal, o cargo público que exercia, como promotor, com magros proventos, mas seguros, em troca de aleatória renda, dependente da acolhida que viesse a merecer, em terra estranha. Lá, militavam causídicos de prestígio, como seu amigo Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Júnior – que o incentivara a trasladar-se para Batatais – e José Manuel de Azevedo Marques, que viria a ser Professor na Faculdade de Direito de São Paulo e Ministro das Relações Exteriores. Pouco mais tarde, por ser mais moço, também viria militar Altino Arantes.

Seu êxito profissional arrastou-o para os embates políticos. Elegeu-se vereador, não tardando a assunção à presidência da edilidade. No sistema administrativo, então vigente, desconhecia-se o cargo de prefeito, sendo o município gerido por um dos vereadores, escolhido entre seus pares, com o título de Intendente. Nele recaiu a preferência de seus companheiros de Conselho, que no cargo o conservaram, enquanto permaneceu em Batatais.

A gestão que desempenhou permitiu que o Município se modernizasse, beneficiando-se dos progressos no setor da salubridade pública, com a canalização de água; normas para o escoamento de águas servidas; com a proteção e preservação da carne verde, originária do novo e moderno abatedouro que construíra, racionalizando seu transporte e a venda a reta-

lho. Promoveu – pasmem – a distribuição de terras, dividindo em lotes área municipal, objetivando a fixação do homem em seu meio e o incremento da agricultura de subsistência, como forma de minorar a carestia. Implantou a descentralização administrativa, criando as Intendências distritais, cujos titulares eram escolhidos por votação direta e *secreta*(!), com autonomia financeira! Para o desenvolvimento de seu plano de ação, em lugar de recorrer ao expediente primário de aumentar a tributação, promoveu a rigorosa arrecadação dos impostos. E, para esprobar os que têm o vezo de denegri-lo, dando-o como plutocrata, indiferente à sorte dos desvalidos, fundou, com os demais advogados de Batatais, em 1899, entidade privada destinada a prestar *assistência judiciária aos presos pobres*, da qual foi o primeiro presidente!

Ao cabo de sua permanência em Batatais – que denominara "pátria minha querida, por mim adotada, porque nela encontrarei acolhida maternal e generosa" – de 1893 a 1900, consorcia-se com D. Sofia de Oliveira Barros, filha dos segundos Barões de Piracicaba. Após curta permanência nessa cidade, o casal se transfere para a Capital.

Aqui, Washington tenta, sem êxito, a advocacia, em escritório mantido com seu concunhado Álvaro de Sousa Queirós. Sobeja-lhe, assim, tempo para suas incursões nos Arquivos Municipal e do Estado. De suas pesquisas, nas fontes primárias, onde papeis originais exigiram dele trabalho de verdadeiro paleógrafo, decorreu sua produção histórica, que o *Correio Paulistano* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* – pertencia a esta Instituição desde 1901 – agasalhavam. Seus trabalhos, embora em número pouco avultado, se distinguem pelo rigor documental com que foram elaborados, além da elegância do estilo. Destacam-se, pela repercussão que lograram, *A Capitania de São Paulo*, seu primeiro livro, e o estudo sobre Antônio Raposo Tavares, em que identifica o Bandeirante, entre cinco homônimos, pondo termo à confusão que, naturalmente, a pletora de personagens ensejava.

Fadado às atividades políticas, elege-se deputado estadual, em 1904, desenvolvendo atuação que lhe grangeou o respeito geral.

Bafejado pela aura que o cercava, é nomeado, em 1906, Secretário do Interior e Justiça, que logo conseguiu desmembrar, restabelecendo a da Justiça e, pouco depois, com a extinção da Chefatura de Polícia, transformá-la em Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Neste cargo, que exercera, sem interrupção até 1912 – integrou os governos de Jorge Tibiriçá e Albuquerque Lins – implantou a Polícia Civil de carreira; deu condições à Missão Militar Francesa para adestrar a Força Pública; modernizou a

área da Segurança Pública, criando o Gabinete de Investigações, o serviço de identificação – introduzindo o sistema de impressões digitais – além de outras inovações que grangearam largo prestígio à polícia de São Paulo. Com o apoio do Padre Chico, respondendo pela Diocese, fez observar o registro civil de nascimentos e casamentos.

No curso da *Campanha Civilista*, além de acompanhar Rui Barbosa em sua peregrinação pelo Estado, organizou a resistência contra a subversão da ordem – tentou-se sublevar a Força Pública – e, após o pleito, arregimentou forças para resistir à ameaça de intervenção federal, cogitada por Hermes da Fonseca e seus partidários, obstando-a.

Deixando a Secretaria, se elege, em 1912, novamente deputado estadual. Sua passagem pela Câmara se assinala pelo projeto que apresentou disciplinando o regime penitenciário, em que introduziu o trabalho nos presídios e lançou os germes da política rodoviária em São Paulo.

A Capital atravessava, em sua administração, gravíssima crise, não só financeira, mas de prestígio e de respeitabilidade. A eficácia de sua atuação como Secretário de Estado, levou a Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista a indicá-lo para Prefeito da Capital.

Sua gestão, em dois triênios (1914-1919), coroou-se de grande êxito, consagrando-o como administrador capaz e honesto. Moralizou os serviços municipais; restabeleceu o crédito da municipalidade (financistas estrangeiros que, pouco antes, lhe negavam crédito com juros extorsivos, vinham oferecer-lhe recursos, com encargos reduzidos). Enfrentou dois dos cinco flagelos que assolaram o Estado naquele período, identificados como os *5 Gs* (guerra, gripe, greves, geada e gafanhotos): a guerra e a gripe espanhola.

Com a atividade bélica, entre as dificuldades aqui surgidas, a mais séria, foi a carestia de vida, tornando insuportável o custo dos alimentos. Para minorar a situação, criou as *feiras livres*, nas quais os produtores, diretamente e por preços módicos, vendiam seus gêneros à população, eliminando intermediários e atravessadores. O modelo ganhou relevância, sendo imitado no Rio de Janeiro e integrou lista de reivindicação de trabalhadores gaúchos em greve!

A epidemia de influenza exigiu da Prefeitura, no respeitante à Capital, messe assinalável de providências. Do abastecimento de gêneros até ao triste e indispensável trabalho de remoção e sepultamento dos mortos. Suas iniciativas reduziram, consideravelmente, os efeitos da pandemia, obstando a eclosão de tumultos e confusões, como os ocorridos no Distrito Federal, com choques entre manifestantes e a polícia.

A despeito desses percalços, realizou inúmeras obras, como a urbanização do Vale do Anhangabaú e da Várzea do Carmo; criou o Brasão de Armas da Cidade; fez publicar as *Atas da Câmara* e seu *Registro Geral*; e, no plano social – desmentindo o que a deformação ideológica tem assoalhado – incentivou a construção de casas operárias, com o fornecimento, gratuito, de plantas econômicas, a serem executadas, isentas de encargos municipais, em lotes capazes de permitir a cômoda ampliação da área construída, à medida que os casais sem filhos os fossem gerando.

Tudo isto, sem aumentar a carga tributária existente e sem criar novos impostos!

A esse administrador consagrado, e, acima de tudo, de correção irrepreensível, tocaria a indicação do velho P. R. P. para a Presidência do Estado.

Seu quatriênio (1920-1924) transcorreu, todo ele, em época de crise. Econômica, no plano mundial do pós-guerra, afetando o País e, em especial, São Paulo; política, no âmbito interno, com a tumultuada sucessão presidencial da República, cujo desfecho satisfatório se deve à energia e à decisão de Washington Luís, culminando com a eleição e posse de Artur Bernardes.

No campo financeiro, logrou, a despeito das resistências nas esferas federais, a valorização do café, com o que se restabeleceu a vitalidade econômica de São Paulo e, por via de conseqüência, a do Brasil, ambas alicerçadas naquele gênero, praticamente, o único produto de exportação do Brasil. Empenhou-se na normalização do movimento imigratório, conjugando seus aspectos obreiro, de povoamento e educacional – a reforma do ensino ambicionava, além de combater o analfabetismo, integrar os filhos de imigrantes, aqui nascidos, na comunidade nacional: "abrasileiremos os brasileiros", proclamava. Na área cultural, fez publicar a importantíssima série de *Inventários e Testamentos*.

Implantou e desenvolveu o plano rodoviário do Estado que, ao contrário do mau vezo que, desde épocas recentes, vem prevalecendo entre nós, destinava-se a auxiliar as ferrovias e não a eliminá-las. E do ponto de vista social, almejando minimizar as controvérsias entre colonos e fazendeiros, criou os *Tribunais Rurais*, com representação paritária, que constituem o embrião da Justiça do Trabalho.

Rica em realizações a gestão que desenvolveu na administração estadual, não é de se deslembrar que em seu quatriênio, não criou novos tributos, nem majorou os existentes, tendo, mesmo, reduzido alguns.

Findo seu mandato, pouco depois eclode a revolução de 24, tendo a

Capital do Estado como palco principal. Participou, não obstante fora do Governo, da mobilização das forças legalistas, juntamente com outros chefes políticos paulistas.

Voltando São Paulo à calma, retira-se para a Europa, com D. Sofia, lá permanecendo até o último trimestre de 1925. Durante sua ausência, já integrando a Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista e seu presidente, é eleito, primeiro, senador estadual, na vaga aberta com a morte de José Luís Flaquer e, depois, em substituição de Alfredo Ellis, também falecido, senador federal, além de ter sido apontado para disputar a Presidência da República.

Eleito, sem concorrente, assume a magistratura suprema da Nação a 15 de novembro de 1926.

Forma um Ministério em que o critério foi prestigiar as bancadas estaduais no Congresso Nacional. Obediente a essa norma, aquinhoou o líder dos deputados gaúchos com a pasta da Fazenda, embora este se dissesse hóspede na matéria. Pouco importava. O projeto econômico-financeiro do Governo já estava traçado. O Presidente o elaborara e ele o conduziria, por constituir seu objetivo maior.

A idéia consistia em implantar o lastro ouro como a base monetária do país. Para tanto, através de seu líder, na Câmara dos Deputados, Júlio Prestes, fez apresentar no Congresso o competente projeto de lei, que, ente outras medidas, criava uma nova moeda, a que denominava *cruzeiro*, a ser cunhada em ouro!

O plano, que teve execução paulatina, esbarrou em óbice fatal. A quebra da Bolsa de Nova York. A crise econômica, de amplitude mundial, se instalou, com a carestia de vida a gerar o desagrado popular, que a maquinação política soube explorar, associando-a à agitação militar. Fermentava, assim, o ambiente propício à insurreição que eclodiu em 1930, tendo como pretexto o resultado das eleições presidenciais da República, então feridas. Seu desfecho se deu com a deposição de Washington Luís, 21 dias antes do término de seu mandato.

Vítima de sua boa-fé – inadmitia que alguém que lhe tivesse empenhado a palavra, não a honrasse – e da confiança que depositava nos chefes militares, que lhe asseguravam serem senhores da situação, arredava de si as informações que lhe chegavam, de que se conspirava na Capital da República. Para ele, não passavam de boatos tais notícias, mesmo as que, aflitos, lhe traziam os íntimos e os próprios filhos.

Em toda a marcha vencedora que assinala sua trajetória, da ascenção modesta às culminâncias extraordinárias, nada o destacaria mais do que

esse exílio – iníquo, em sua inspiração, mas consagrador em sua expiação. Um silêncio digno, altaneiro, reconquistou-lhe o prestígio e o respeito, mesmo de parte de seus mais ferrenhos adversários.

Tocado pela mágoa da traição de que fôra vítima e do ultraje com que os vencedores tentaram macular seu caráter reto – acusavam-no e a seus Ministros de práticas fraudulentas contra o Erário, logo a ele que curtiria todo o período de expatriação, à custa do parco aluguel do único prédio que possuía, nesta Capital – mágoa essa agravada pelo desalento que a moléstia e a morte da esposa e companheira, condenando-o, desde 1934, à solidão, buscou um lenitivo para seus pezares. Foi, à perquirição de suas raízes, que se entregou. Desse modo, ao político e ao historiador se juntou o genealogista.

No arquivo de seus papéis – que o Presidente conservou com zelo e carinho – há quatro documentos contendo os estudos genealógicos a que procedeu. Dois deles se encontram numa das dezenas de pastas em que colecionou a documentação por ele preservada, sendo um manuscrito e outro datilografado, este composto de duas partes; do terceiro, que explica os dois primeiros, tomei conhecimento dele fora do arquivo e o quarto faz parte de um caderno com o rótulo *Genealogia/Antepassados/2o.*, que, igualmente, integra o acervo.

A mais remota referência que consignou sobre esses estudos, é o ano de 1937. Este registro, no entanto, leva a crer que antes deste milésimo, já se interessara pelo assunto. Na primeira parte daquele documento duplo, – que serve de introdução, ao que parece, à Segunda – datado de "Lisboa, 4 de Fevereiro de 1941", desprovido de título e de assinatura, mas contendo, em seu final, duas notas do punho de Washington Luís, lê-se o seguinte:

> "O Sr. Manuel Fraga, vice-cônsul de Portugal em Nice, em 1937, a meu pedido, muito gentilmente, encarregou o Sr. Alfredo de Mendonça, morador em Lisboa, entendido em assuntos genealógicos, em fazer pesquisas em Angra sobre José Luís de Sousa, sobre seu casamento com D. Maria Joaquina do Nascimento, sobre sua partida para o Brasil" (p. 8).

É óbvio que, a essa altura, suas pesquisas sobre seus avoengos já se tinham iniciado e iam em curso. Partia da suposição de que o tronco paterno, de que promanaram os Pereira de Sousa da Província do Rio de Janeiro, seria o casal José Luís de Sousa e Maria Joaquina do Nascimento.

Elaborara, nesse sentido, o trabalho intitulado *Tronco dos Sousas do Rio de Janeiro. Brasil.* É a segunda parte do referido documento duplo. Na

primeira, informa como procedeu na elaboração daquele.

> "O método seguido neste estudo genealógico, para tornar mais fácil a descrição que se vai ler, é o que foi adotado por Luís Gonzaga da Silva Leme, na sua *Genealogia Paulistana*, conscienciosa obra publicada em S. Paulo por 1904 ou 1906" (p. 1) (Lembre-se que escrevia do exterior, distante de seus livros).

Sua fonte inspiradora, portanto, foi o mais destacado, à época, dos cultores do gênero, que, aliás, tomou por modelo. Com base nos critérios de que se servia Silva Leme, explica como procedeu, no tocante ao tronco paterno de sua Família.

> "O casal – José Luís de Sousa e D. Maria Joaquina do Nascimento – é considerado a origem, o tronco dos *Sousas* do Rio de Janeiro; cada filho desse casal constitui um capítulo no qual se descreve sua descendência. Mas, cada capítulo é subdividido em parágrafos com a sua descendência. Por sua vez, os parágrafos, subordinados sempre aos respectivos capítulos, são também subdivididos e essas subdivisões são designadas por dois algarismos separados por um pequeno traço; o primeiro algarismo indica a geração, cabendo a primeira aos filhos, a segunda aos netos, a terceira aos bisnetos, etc., da pessoa referida no respectivo parágrafo; o segundo algarismo indica a ordem de nascimento dos respectivos descendentes" (p. 1)

Na seqüência, exemplifica a exposição e explica como procede quando um indivíduo descende do mesmo tronco por ambos os ramos. Para evitar a repetição, remete o leitor, no segundo caso, ao primeiro, em que a descrição já foi feita.

Prosseguindo na explanação relativamente ao método seguido – e, aqui, se refere aos subsídios que lhe foram ministrados – consigna:

> "Tomei como ordem de nascimento, isto é, numerando do mais velho para o mais novo, a ordem em que foram enviados os nomes dos filhos, netos, etc., pelos respectivos informantes. É possível que essa ordem não seja a verdadeira, mas só os interessados poderão fazer essa verificação. Aqui [na Europa], não tenho meios de o fazer, aceitei a ordem para maior clareza da exposição".

A parte final do texto transcrito denota sua preocupação com a exatidão do levantamento a que procedia. Parecendo-lhe inseguro o dado que lhe chegou às mãos, deixa a ressalva de que o registro feito é suscetível de retificação pelos interessados. Esta particularidade atesta seu apego à verdade, característica do Historiador ilibado que sempre fora. Fiel às fontes fidedignas.

Os elementos de que se valeu, lhe foram fornecidos, em parte, por parentes do ramo paterno; outros, resultaram das pesquisas que, pessoalmente, ou por interpostas pessoas, logrou obter. Neste caso, citaram-se, linhas atrás, as colaborações de Manuel Fraga e Alfredo Mendonça. Das pesquisas a que procedeu, há a referência ao "testamento do Comendador José Luís de Sousa, feito em 27 de junho de 1854, do qual possuo cópia", além de suas diligências, ainda que infrutíferas, na Torre do Tombo.

Num manuscrito datado de 18 de junho de 1942 – quando já se achava nos Estados Unidos – e subordinado ao título *Nota Explicativa da situação atual da Genealogia dos Sousas*, relata como se agregou ao *Sousa* o apelido *Pereira*.

> Casou-se [José Luís] com D. Maria Joaquina do Nascimento, filha de Luís Pereira Nunes e D. Maria Perpétua do Nascimento. Desse casamento houve filhos (...). Deles, muitos tendo acrescentado ao sobrenome do pai, o sobrenome Pereira do avô materno, e alguns tomaram mesmo o nome Nunes, sobrenome que aparece em descendentes do casal. Dessa união, resultaram os *Pereira de Sousa da Baixada Fluminense*".

A propósito da adoção do apelido Nunes, por alguns membros da Família, contou-me Caio Luís Pereira de Sousa que, em virtude de uma desavença entre irmãos, dois deles – Luís Joaquim e Francisco Luís – deixaram de usar *Sousa*, passando a assinar *Nunes*. O outro irmão, Joaquim Luís, pai de Washington, em revide, orgulhoso do nome de Família *Sousa*, passou a se identificar como *Joaquim Luís Pereira de Sousa e Sousa*!. Com a reconciliação havida, a irmandade voltou a se firmar *Pereira de Sousa*, abolindo o Nunes e suprimindo a repetição do Sousa. Caio Luís assinalava que o incidente familiar foi objeto de publicações na imprensa local.

Algumas dúvidas decorrentes desses seus estudos preocupavam Washington Luís, que procurou deslindá-las.

Em outro de seus escritos sobre sua genealogia, a que intitulou *A Família Fluminense Pereira de Sousa*, há uma assertiva que contradiz

afirmativa constante de outra de suas anotações, aliás, transcrita linhas acima.

> "José Luís de Sousa, logo nessa zona riquíssima [a Baixada Fluminense] se estabeleceu e se *casou*" (g.n.).

Reforçando esta versão, há passagem anterior em que se constata a afirmação categórica de que "quer José Luís, quer António Luís eram solteiros quando partiram para o Brasil". A prevalecer este entendimento, a união de José Luís de Sousa com D. Maria Joaquina do Nascimento teria ocorrido no Brasil.

A *Nota Explicativa* contribui para espancar a contradição acima assinalada.

> "Uma tradição de família informava que os Pereira de Sousa, na província do Rio de Janeiro, Brasil, procediam de José Luís de Sousa e de D. Maria Perpétua, que de Angra, na Ilha Terceira, do grupo dos Açores, *já casados*, haviam emigrado para o Brasil, nos fins do século 18" (g.n.).

Há, aqui, outra questão a deslindar. A esposa de José Luís era Maria Joaquina ou Maria Perpétua? E Washington Luís não se furta de enfrentá-la.

> "Às primeiras pesquisas verificou-se que a tradição claudicava, quanto ao nome da mulher de José Luís de Sousa, que era Maria Joaquina do Nascimento, como está expressamente declarado no testamento feito (...) pelo filho do casal, o Comendador José Luís de Sousa".

E, numa tentativa de esclarecimento, dá sua versão:

> "Possivelmente essa senhora era conhecida como D. Maria Perpétua na intimidade da família, o que ocasionaria a tradição"...

É de se lembrar que D. Maria Perpétua era a progenitora de D. Maria Joaquina.

A *Nota Explicativa*, ainda, menciona informação, oriunda dos Açores, segundo a qual, em 1779, "José Luís soldado da Vila da Praia, filho de

António Luís e de Antonia Luisa, natural da Freguesia de Santa Cruz da Praia", obteve passaporte para o Rio de Janeiro. No requerimento solicitando o documento, José Luís alegara "ser extremamente pobre, ganhando apenas como camponês o salário diário de quarenta réis". A viagem pretendida tinha por escopo permitir-lhe reunir-se a seu avô, Manuel Luís e a seus tios Guilherme Luís e Antonio Borges Luís, "que ali vivem bastantemente estabelecidos e o podem amparar e socorrer".

Informação posterior, com mais elementos, ao invés de aclarar, veio aumentar o espectro de dúvidas. Fala numa segunda viagem de *José Luís* para o Rio de Janeiro, em 1787. Destacando a fragilidade de tais subsídios, deixa, no registro íntimo, o atestado de sua fidelidade ao rigorismo com que fazia suas afirmações.

> "Sem documento, não nos podemos enxertar na família de José Luís, filho de António Luís, neto de Manuel Luís, partido da Ilha Terceira em 1779 e de novo em 1787".

E manifesta ao seu correspondente seu ponto de vista.:

> "Foi o que mandei dizer, em junho de 1942, ao Dr. Otávio Brito, para transmitir ao Sr. Elias Pinto, e pedindo que me mandasse extrair certidão autêntica de Angra, *palavra* por *palavra*, da concessão dos dois passaportes para serem estudados".

Apesar de tais cautelas, não descarta a possibilidade de que o tronco dos *Sousas do Rio de Janeiro* remontasse a "esse José Luís", aduzindo as razões de seu convencimento. Primeiro, a coincidência das datas das viagens desse personagem ao Brasil, com a corrente emigratória de açorianos para a América do Sul; segundo, a inexistência, em Angra e em Santa Cruz da Praia, de muitos indivíduos atendendo pelo nome de *José Luís* e ser escasso o número de portadores do apelido *Sousa*. Daí as deficiências nos registros constantes dos serviços de emigração do arquipélago.

Diante das circunstâncias, encerra a *Nota Explicativa*, com verdadeiro desabafo, depois de tanto empenho:

> "Só depois de mais felizes investigações, se podem fazer afirmações. A única que, por ora se pode fazer, é que a família era modesta, o que tem dificultado as pesquisas"!

A menos que outros elementos que lhe tenham chegado às mãos, e dos quais não se tem notícia, lhe asseguraram a certeza da filiação de sua Família ao açoriano José Luís, tudo leva a crer que Washington Luís se tenha convencido de que a probabilidade, de que cogitara, estava correta. Uma anotação, feita em folha solta, encimada pelo cabeçalho, *Genealogia n. I (Sousas)*, referindo-se ao seu levantamento designado *O Tronco dos Sousas do Rio de Janeiro,* escreve:

> "No dia 9 de fevereiro de 1943, recebi, por intermédio do Dr. Romero Zender, remetida por Luís Pereira de Sousa, uma cópia desta genealogia, com as correções necessárias e o preenchimento das lacunas, enviada do Rio de Janeiro".

E esse *Tronco dos Sousas*, de sua lavra, se inicia neste termos:

> "José Luís de Sousa e D. Maria Joaquina do Nascimento, natural de Angra, Ilha Terceira, Grupo dos Açores, no então reino de Portugal, se fixaram no Rio de Janeiro, então capitania, depois província e estado do mesmo nome. Na Freguezia de Capivari, município de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, foram proprietários da *Fazenda Caju*, e aí, em Araruama, Rio Bonito, S. Pedro da Aldeia, deixaram longa descendência".

Na seqüência, arrola os filhos que o casal houvera no Brasil.

São sete capítulos: Joaquim Luís de Sousa, Pedro Luís de Sousa, Luís Pereira de Sousa, José Luís de Sousa, Antonio Luís de Sousa, Francisco Luís de Sousa e Manuel Luís de Sousa.

Do primogênito – Joaquim Luís de Sousa, Capítulo I – descende Washington Luís.

Este capítulo se desdobra em seis parágrafos. O terceiro se refere a Joaquim Luís Pereira de Sousa, que, casado com D. Florinda Ludgera de Sá Pinto de Magalhães, "filha de Francisco de Sá Pinto de Magalhães, natural de Alijó, província de Traz-os-Montes, Portugal, e de D. Luisa de Sá Coutinho", tiveram os seguintes filhos:

1-1 Washington Luís Pereira de Sousa.
1-2 Lafaiete Luís Pereira de Sousa.
1-3 Francisco Luís Pereira de Sousa.
1-4 Franklin Luís Pereira de Sousa.

Estes os sobreviventes. Houve mais dois filhos, um menino e uma menina, mortos na infância.

Do consórcio de Washington Luís, com D. Sofia de Oliveira Barros, filha dos segundos Barões de Piracicaba, nasceram:

2-1 Florinda Maria.
2-2 Rafael Luís.
2-3 Caio Luís.
2-4 Victor Luís.

Washington Luís prossegue no arrolamento de sua descendência, enumerando os netos nascidos até então.

No tocante a seus três irmãos indicados, anota, sinteticamente. "Faleceram solteiros".

Sua atenção, no tocante aos levantamentos genealógicos, se estende ao ramo materno. Num Caderno, em cuja capa há o rótulo *Genealogia / Antepassados / 2o.*, estão seus estudos a respeito. Inicia-se com um esboço genealógico desse ramo de sua Família, agrupado em casais, cujo primeiro par é constituído por Miguel de Sá Pinto de Magalhães e Antónia de Mattos.

Segue-se-lhe a Tábua de Costado de seu filho Rafael, que se alonga até a 15ª. geração ascendente.

Uma observação encerra este trabalho. "Vide" – escreve. "Vide para nomes e datas dos Pinto de Magalhães, o livro do Dr. Frederico Brotero – *Oliveiras* – p. 102, que publica notas por mim extraídas de documentos oficiais que examinei em casa do Sr. José Rufino, em Alijó, quando lá estive em 1932 e por mim fornecidos ao Dr. F. Brotero. Nas datas que dá o Dr. Brotero há erros de datas". E aponta os enganos, entre os quais o referente à indicação de seus avós paternos, que, na verdade, são os de seu primo Everardo Vallim Pereira de Sousa.

Páginas adiante desse Caderno, vem a árvore genealógica da Família de sua mulher, partindo de Fernão Dias Pais, seguida desta observação:

> "A descendência [de] Fernão Dias Pais, casado com Angela Ribeiro Leite de Cerqueira, em 1731, é numerosa. Só no volume 3o. da *Genealogia Paulistana*, organizada por Silva Leme, publicada em 1904, desenvolve-se ela desde a página 376 a 420, por quarenta e quatro páginas, fora a que vem descrita em outros volumes. Hoje, quarenta e cinco anos depois da obra de S. Leme, só ela pode ocupar um volume.

Aqui – prossegue – dela só daremos a parte que nos interessa diretamente. Teve esse casal dez filhos dos quais transcrevemos o nome de António Barros Penteado que será o Livro 6°."

Em cinco páginas, desenvolve o ramo deste varão, em que os mais recentes integrantes são Dna. Sofia e os descendentes de seu casal.

O Caderno contém alongado texto explicativo, que se estende por cerca de duas dezenas de páginas, com vários trechos cancelados com traços oblíquos, que, entretanto, não prejudicam a leitura.

Pelos dados constantes dos papéis sobre seus estudos genealógicos, verifica-se que Washington Luís a eles se dedicou no período em que permaneceu no exílio. (Há, em sua correspondência, indícios de, no regresso à Pátria, não os haver abandonado totalmente). Não fez tais estudos por vaidade e ostentação. Fora ele, aliás, de sua estirpe o de maior realce. Antes dele, dos Pereira de Sousa, o de mais destaque foi Pedro Luís, primo irmão de seu pai. Poeta consagrado, patrono de uma das Cadeiras da Academia Brasileira de Letras, foi, no período monárquico, político atuante, se elegendo deputado pela Província do Rio de Janeiro; ocupando o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Relações Exteriores) e respondendo, interina e cumulativamente, pelas pastas da Agricultura, da Marinha e do Império, bem como exercendo a Presidência da Província da Bahia.

Nos estudos genealógicos, buscou o bálsamo para as agruras sobejas que a expatriação – a princípio forçada e, ao depois, voluntária – e a solidão, decorrente da viuvez, lhe prodigalizaram, por longos treze anos esta e, aquela, por mais quatro. Curando do levantamento de seus antepassados, procurava minorar sua desdita, espancando as lembranças malsãs da política, que só o molestavam. O estudo do passado ameniza as preocupações dos dias que correm. Bem-aventurados os que têm o dom de assim se resguardar.

• • •

OS ALINHAMENTOS DE MONTE ALTO E A ASTRONOMIA INDÍGENA

Luiz Galdino *

Resumo: *O Autor relata suas viagens pelo Brasil, estudando inscrições rupestres e principalmente alinhamentos de pedras dispostos pelos primeiros habitantes das localidades. Analisa as evidências encontradas em Monte Alto, Minas Gerais, e traça paralelos com estudos arqueológicos similares, buscando entender a sua relação com o conhecimento astronômico indígena.*

Abstract: *The Author tells his trips through for Brazil, studying rock inscriptions and mainly the alignments of rocks arranged by the first inhabitants of the localities. He analyzes the evidences found in Monte Alto, Minas Gerais, and traces parallels with similar archaeological studies searching to understand their relation with the aboriginal astronomical knowledge.*

Entre 1968 e 1972, percorremos praticamente toda extensão do país, do Rio Grande do Sul à Amazônia, em todos os sentidos e direções, documentando o incalculável acervo da arte rupestre em nosso território. Esse resgate possibilitou-nos uma série de descobertas, entre elas a de que um volume considerável desses registros se ligava a um contexto da observação dos céus. Em poucas palavras, astros, estrelas e constelações que não tinham sequer lugar nas fases mais primitivas da arte das cavernas, se tornavam de repente o centro daquelas manifestações culturais.

Em nosso livro sobre as itaquatiaras, chamamos a atenção para o fato de que essa primitiva observação dos céus podia ser colocada, em vista dos registros, em três ordens distintas: a representação pura e simples de alguns astros; trajetórias e posições em relação a outros corpos celestes; e, por fim, marcações que implicariam no registro de lunações, solstícios e calendários. Reconhecemos que fomos pouco ousados até, propondo, por exemplo, que algumas representações mais simples eqüivaleriam a simbolizações de contextos sócio-culturais sem ligação com a astronomia.

* Membro do IHGSP

Hoje, após analisarmos um sem número de ocorrências novas, entendemos que tais inscrições, desde aquelas que representam astros como Sol, Luz e constelações, de fato constituem componentes importantes do que seriam os fundamentos de uma primitiva astronomia. Dúvidas dessa ordem perdem o sentido, sobretudo se consideramos que especialistas como o arqueólogo Alexander Marshack identificou registros de fases lunares ao longo de meses, nas gravações por ele estudadas nos ossos de Blanchard, que datariam de 30 mil anos.

A conclusão mais interessante, porém, àquela época, foi a de que sinalizações rupestres com aquelas características tipológicas associavam-se à elevação de primitivos monumentos de pedra rude e a elementos de culturas ditas megalíticas. Em outras palavras, a presença daquelas inscrições tão diversas das pinturas das cavernas pressupunha a existência, no Brasil, de primitivos monumentos de pedra tosca, como aqueles que abundam na Europa Atlântica, em especial na Escandinávia, Bretagne e Ibéria, e que se associavam igualmente a astronomia.

Diante de tal proposta, passamos a pesquisa bibliográfica, que viria confirmar a propriedade da nossa hipótese. E os relatos continuam a se avolumar até hoje. Claude d'Abbeville, capuchinho que desembarcou com os franceses no Maranhão, revela-nos que os aguerridos Tupinambás haviam levado a observação dos céus a um nível jamais vislumbrado. Nilsson propõe o mesmo em relação aos Siusi, no norte da Amazônia. E, mais recentemente, Berta Ribeiro em co-autoria com Tolomam Kenhiri demonstra como o calendário de atividades coletoras dos Desana seguiam por indicadores celestes.

E não apenas as tradições míticas indígenas sugeriam, como a própria crônica colonial registrava, amiúde, a presença de monumentos como aqueles citados. Porém, como seria de se prever, a quase totalidade dessas ocorrências havia desaparecido frente ao extremado zelo dos religiosos portugueses, da iconoclastia aberrante dos caçadores de tesouros e até pela ação de turistas aprendizes desse país desmemoriado. Apesar de tudo, e por incrível que possa parecer, alguns desses monumentos raros sobreviveram, resistindo até ao desinteresse geral.

O menir, pedra fincada verticalmente no solo, é o mais puro e mais simples dos monumentos megalíticos, no dizer de Marc Orens. No Brasil, ou porque existissem em pequeno número e acabaram destruídos ou porque passem despercebidos quando levantados solitariamente, encontram-se raros registros de sua presença. Em se tratando de alinhamentos, porém, dispomos de pelo menos quatro registros significativos, afora outros de

dimensões menores. Entre os quatro citados estão o do sítio José Antonio e do Rio Flexal, ambos no Amapá; os alinhamentos do vale do Jacuí, no Rio Grande do Sul; e o de Monte Alto, por nós levantado em 1971.

AS PEDRAS SAGRADAS

Como resultado de seus trabalhos, desenvolvidos entre 1972 e 1979, no Amapá, Curt Nimuendaju descobriu vários alinhamentos ao longo da costa. O alinhamento melhor desenvolvido ficava no sítio José Antonio, curso inferior do rio Cunani, numa altura a salvo das inundações. Estendia-se por cerca de cem metros e compunha-se de grande número de pedras de dimensões avantajadas. O bloco mais notável – 2,00 x 0,70 x 0,25 m – pesava cerca de 600 quilos. Nimuendaju chama a atenção para o ponto que avalia bem a importância do monumento: as pedras utilizadas na construção haviam sido transportadas de distâncias consideráveis.

Outros alinhamentos foram localizados pelos arqueólogos americanos Clifford Evans e Betty Meggers, pouco mais ao sul, também no Amapá. O sítio Aurora, que corresponde ao alinhamento principal, situa-se na costa leste do rio Flexal, que drena parte de um lago ao norte do rio Araguari-Amapari e ao sul de Macapá. Neste caso, a voracidade dos caçadores de tesouros promoveu tamanho estrago sobre as vinte pedras, que se tornou impossível identificar sua forma original.

As pedras rudemente raspadas encontram-se agrupadas numa elevação, entre dois lagos, a cerca de 300 metros do rio. A jazida de granito biótico, utilizado na confecção dista cinco quilômetros rio abaixo. E outro alinhamento foi descoberto na Ilha de Fortaleza, num ponto entre o baixo rio Flexal e o Canal de Carapaporis. Compunha-se de seis blocos alinhados em círculo sobre uma elevação natural. Os arqueólogos americanos concordam com Nimendaju que os alinhamentos no geral demarcam áreas sagradas, onde tinham lugar cultos e práticas rituais. E filiam os casos por eles estudados à cultura Aruã.

O terceiro exemplar foi descoberto no extremo oposto do país, no Rio Grande do Sul, pelo arqueólogo José Poenza Brochado que, entre 1967 e 68, realizou pesquisas na região. O alinhamento em questão foi localizado junto a uma encosta do planalto, num pequeno vale drenado por um afluente do rio Jacuí. Os resto consistiam de doze lajes de basalto de forma retangular que haviam sido colocados de pé ou horizontalmente apoiadas em outras menores.

O conjunto apresentava vários alinhamentos orientados no sentido norte-sul, com eixo de simetria leste-oeste, e o centro era ocupado por um

poste de dois metros de altura, trabalhado na tentativa de representar uma figura humana. E, assim, chegamos ao exemplar que constitui o escopo do presente trabalho: os Alinhamentos de Monte Alto.

ALINHAMENTOS E RUÍNAS

A notícia mais antiga sobre a suposta existência de tal monumento vem inserida na seção de arqueologia do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, editado em 1922, por ocasião do Centenário da Independência. E deve-se a Teodoro Sampaio a veiculação de tão singular relato.

"Em Monte Alto, no lugar chamado Riacho das Pontas, vertente do rio Verde Grande, há num campo, extenso alinhamento de pedras de cerca de metro e meio de altura, fincadas eqüidistantes, desenvolvendo-se por cerca de um quilômetro, e próximo sob uma explanada rochosa, as ruínas de antigas construções de pedras toscas, algumas destas de grandes dimensões".

O que sempre nos intrigou em relação à notícia foi a conclusão de que, apesar do inusitado dos termos, e das possibilidades de existirem monumentos raros e até ruínas pré-históricas no interior da Bahia, ela tenha sido premiada com o desinteresse. Nem um único pesquisador se sentiu suficientemente motivado a verificar *in loco* a procedência do relato. O sintomático silêncio se fazia ainda mais estranho na medida em que monumentos similares vinham sendo descobertos desde a década de 20, como expusemos linhas atrás.

Poucos, muito poucos se deram ao trabalho de comentar o relato. Estevão Pinto, por exemplo, não poderia ter-se mostrado mais econômico nas suas palavras. Alinhavando a notícia no mesmo contexto de coisas díspares como o Eldorado, a cidade abandonada na Bahia e pseudo-cidades como a de Ponta Grossa, no Paraná, diz, laconicamente: "Ignora-se a origem e significação dos alinhamentos de Monte Alto, na vertente do Verde Grande (Minas Gerais)".

Angyone Costa inclui o alinhamento sob a rubrica de *Material Suspeito* e define: "o que vive na imaginação dos espíritos fantasiosos ou de pessoas ignorantes que, na presença de fenômenos naturais, se espantam por não saber explicá-los". A seguir, copia a notícia veiculada pelo *Dicionário*, permitindo-se algumas liberdades em relação ao texto. ". . . e não distante, sob uma esplanada rochosa, as ruínas de antigas *aparentes* construções de pedra tosca, *sem acabamento que possa dizer se são obras da natureza ou trabalho do homem*". As palavras grifadas, acrescentes ao original, mostram

o propósito de semear dúvida, já que dá o tom de aparência onde o autor havia colocado rigor e ênfase.

Salva-se dessa chusma a voz dissonante de José Anthero Pereira Júnior. Diz o antigo professor da Cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, da Universidade de São Paulo, que "devido 'a importância que atribuíamos à existência de alinhamentos na Brasil, o que tínhamos como balizas enigmáticas de uma cultura extinta ou pelo menos não lobrigada pelo europeu conquistador, procedemos a uma pesquisa bibliográfica mais a fundo, uma vez que razões de ordem material nos impediam de perquirir em campo".

E numa alusão ao preconceito expresso pelo professor do Museu Nacional, conclui Anthero Pereira: "Estamos mesmo que dadas asserções constantes da bibliografia a respeito de certas evidências arqueológicas em nossos país atestam, tão somente, um conhecimento superficial da matéria ou a exibição de um ceticismo estrito em tudo discrepante da realidade dos fatos".

Questionamos, afinal, se o próprio Teodoro Sampaio teria visitado o local ou se baseou em terceiros, já que sua descrição sucinta não condiz com a singularidade do conjunto de Monte Alto. Longe de nós qualquer menosprezo pelo grande etnógrafo, mas suas palavras escorreitas em face do conjunto destoam do viajante meticuloso que acompanhamos em outras viagens.

De seu livro famoso consta que subiu duas vezes a serra e, num determinado ponto, que esteve na Casa de Pedras. É provável que a tal casa de pedras seja o conjunto de ruínas: no entanto, o livro não registra um só comentário sobre a construção e nem uma única referência aos alinhamentos, o que não é próprio do seu procedimento. Em nossa opinião, ele não esteve no local ou colocou a emoção da descoberta em algum trabalho que se perdeu.

BREJO DAS PONTAS

Importa que o alinhamento e as ruínas existem. O conjunto situa-se no local conhecido por Brejo das Pontas, entre Guanambi e Palmas de Monte Alto, região fisiográfica do Médio São Francisco. O nome do local advém justamente das pedras fincadas no brejo, que surgem como pontas, em meio ao capim alto.

Em 1971, estivemos três vezes no local. Voltaríamos depois, em 73 e 79. A primeira e a última pedras do alinhamento encontravam-se quase dentro das águas, e, de acordo com nosso guia, ele formava um arco ao

longo do riacho. Chegamos logo após as chuvas, de modo que foi impossível conferir a estrutura exata do alinhamento. Apesar do ecossistema de cerrado e catinga, o lodo negro do Brejo das Pontas mantém-se mesmo nos períodos de maior aridez.

Pelo arco formado entre as pedras, o alinhamento devia de fato se estender por cerca de um quilômetro. As pedras que o compunham variavam de 0,30 a 1,50 metro de altura e apenas o espaçamento parecia maior. Posteriormente, com a reposição das pedras caídas, concluímos que o dado de Sampaio conferia também neste aspecto.

O segundo conjunto, o chamado Curral de Pedras, é uma área retangular de 30 por 50 metros. A técnica de construção mostra pedras amontoadas e equilibradas pelo peso, sem argamassa. Elemento mais polêmico, porém, é o conjunto de ruínas. Enquanto o alinhamento fica na margem direita do riacho, as ruínas ficam na esquerda, quinhentos metros riacho acima. E, apesar das denominações locais, a construção não lembra em nada uma casa. O aspecto mais insólito está exatamente na planta.

O conjunto compõe-se de quatro celas geminadas, com paredes comuns, sem nenhuma comunicação interna. Cada pavimento possui uma entrada, voltadas todas para o riacho. A construção apresenta cerca de sete metros de profundidade por um comprimento total de 31 para os quatro compartimentos. O primeiro mede 7,00 de largura; o segundo 5,80; o terceiro 7,20; e o quarto 6,00 metros.

A técnica de elevação demonstra rudeza. As pedras de maior volume foram colocadas na base, enquanto nos pontos elevados foram utilizadas pedras menores e até lajes. Alguns blocos devem ultrapassar o peso de uma tonelada. Estendendo tal circunstância para o conjunto, pode-se avaliar o nível de dificuldade exigido na construção. A parte interna mostra alguma regularidade, enquanto na externa a impressão é de que as pedras foram amontoadas visando apenas a sustentação do conjunto. A parede melhor conservada atinge ainda 4,00 metros de altura.

Ao tempo de nossas pesquisas, não encontramos sequer vestígio da cobertura. Duas pessoas, no entanto, entre antigos moradores, ofereceram, cada um à sua vez, testemunhos bastante parecidos. De acordo com os relatos, ela seria feita também de pedra, escolhendo-se para tanto as lajes mais finas. Esse telheiro era recoberto de terra molhada ou argila, o que emprestava ao conjunto a forma de uma casa de formigas (termiteira).

Além dos elementos descritos, o sítio compreende pelo menos dois outros tipos de monumento, Os menires são encontrados na sua forma solitária, principalmente em volta das ruínas. Às vezes, têm forma triangular,

com o vértice para cima; outras, recordam falos. E, por fim, há uma cerca. Lajes largas e finas foram dispostas verticalmente no solo, umas ao correr das outras, sem intervalos. A altura varia de 1 a 1,50 metro, mas de raro em raro surge um pilar intruso, de altura maior. E, pelo menos num ponto, observe-se uma quebrada em ângulo obtuso, após o que a cerca enverede pelos carrascais a dentro, cumprindo a sua função de nada cercar.

A DESCOBERTA DE KRUSE

No correr deste artigo, deixamos transparecer nossa indignação pelo descaso com que o chamado mundo científico recebeu a notícia veiculada por Teodoro Sampaio. E, de fato, até abril de 1971, quando subimos a serra de Monte Alto, toda referência ao alinhamento se limitava à citação da fonte. Por conseguinte, se Teodoro escrevera sua nota baseado em terceiros, seríamos nós os descobridores do alinhamento. Se, ao contrário, estivera no Brejo das Pontas, seríamos os primeiros a subir aqueles gerais após a descoberta e veiculação da notícia.

A discussão de quem seria o primeiro nem vem ao caso. Apenas levantamos a questão, a fim de introduzir um novo personagem cujo nome se ligaria ao sítio arqueológico de Monte Alto. Embora ninguém tivesse conhecimento, tanto que nenhum autor jamais o citou em período anterior às nossas viagens, a verdade é que Hermann Kruse esteve no Brejo das Pontas, na década de quarenta. E o fato se reveste de importância na medida em que, há sessenta anos, deve ter encontrado o conjunto em melhor estado de conservação.

Uma das contribuições mais importantes do seu relatório diz respeito à conformação do alinhamento. Quando de nossa última viagem àqueles gerais, em 1979, percebemos que o suposto semi-círculo estava mais para a forma de um "U" deitado. Entretanto, muito do que tomamos como pedras deslocadas no interior dessa área, a ponto de perder de mira o desenho original, constituíam de acordo com Kruse, alinhamentos menores associados ao principal. Seguem-se as palavras ao seu relatório:

"Medimos do ponto de partida A, passando da pedra 1 até 8, 33 metros. A linha reta das pedras fincadas ali faz um ângulo de cerca de 15° e toma direção E–W. Continua nessa direção até a pedra 29 e mede 70 metros. Ali faz uma volta em ângulo reto e corre na direção N–S até a pedra 34, numa distância de 16,4 metros. Na pedra 34 faz uma volta de 45° (135°) e corre até se perder nessa direção SE, num brejo, até a pedra 57, à distância de 98 metros. E continua na mesma direção, agora difícil de ser percebida por causa do brejo e da vegetação".

Em relação às ruínas, Kruse confirma o testemunho que havíamos obtido sobre a cobertura. Era feita de lajes finas, algumas das quais se encontravam caídas no interior das celas. Refere-se a uma espécie de cerca de pedras ao redor das ruínas, que não deve ser a cerca de lajes por nós encontrada, pois ele aventa a função de segurança, propósito para o qual ela em definitivo não se presta. A cerca desapareceu sem deixar vestígios, assim como um túmulo de pedras que existiria bem próximo daquelas ruínas.

Afora isso, o local foi visitado, em 1996, pela arqueóloga Maria Beltrão, que identificou a Gruta do Cosmos, em Central, com um primitivo observatório. A arqueóloga mostrou-se entusiasmada com os alinhamentos, atribuindo-lhes uma idade aproximada de quatro mil anos. Em relatório assinado por ela e pelos professores Aurélio Nadal e Germano Afonso, fala em 260 blocos, que formavam várias linhas retas totalizando 930 metros.

Segundo os autores, a região do céu que mostra maior semelhança com o desenho originado pelos alinhamentos situa-se entre o Grande Quadrado de Pagaso (composto pelas estrelas Markab, Scheat, Algenib e Alpheratz e as Plêiades, mais as estrelas Gama e Omega de Peixes, Delta de Andrômeda, Metallah (Alfa da constelação do Triângulo) e 41 de Áries. Considerando que o riacho corresponda à enclítica (plano da órbita da Terra em torno do Sol), e que cada pilar represente um dia do ano (os pilares caídos somados aos 260 de pé totalizariam 365), esses alinhamentos constituiriam um calendário cuja origem remontaria ao nascer helíaco das Plêiades.

A conclusão soa convincente diante do singularíssimo papel que a constelação desempenha na vida social das comunidades indígenas. Basta verificar sua recorrência nas tradições míticas dos vários povos. Entretanto, é importante que se entendam manifestações dessa ordem como multideterminantes em relação às suas finalidades. Assim, a confirmação do referencial astronômico, a exemplo do que sucede com seus similares europeus, não invalida a hipótese de que esses alinhamentos centralizassem um sítio onde tinham curso o culto dos mortos e antepassados e ritos dedicados à fertilidade. Não é à toa que o único petróglifo por nós descoberto na área do Brejo consiste de um pentágono aberto, sem o traço base, e seccionado no ângulo agudo. Não é preciso muita imaginação para identificá-lo com os triângulos pubianos representados em todo o mundo primitivo.

Entretanto, apesar do entusiasmo com relação aos alinhamentos, Maria Beltrão parece ter descartado o cercado retangular e as ruínas, tomando-os por obras coloniais. Talvez sejam, talvez não. Considerando que as ruínas

situam-se no âmbito do sítio arqueológico, contornado pela longa cerca de lajes; e que ao redor delas se acham os menires isolados, se deveria usar de alguma cautela na conclusão. Até porque esta constitui a primeira hipótese palpável de uma construção pré-histórica no Brasil.

O aspecto mais insólito é a planta. Por que construir um grupo de celas geminadas sem comunicação entre si ou com o exterior. Ainda que se destinasse a prisão, teria de haver grades, mas não há. Embora venha pesquisando nesses anos, não encontrei nenhuma construção com planta similar. Batizei-as de celas por que só consigo imaginar uma finalidade para elas: religiosa. Aliás na tradição indígena há referência ao carucupi (casa de formigas), onde Caru engendrou as novas linhagens.

Por outro lado, desde que observamos aquelas ruínas pela primeira vez, há 30 anos, vimos analisando as técnicas de construção de fortalezas, incluindo-se aquelas consideradas mais antigas e atribuídas a Gabriel Soares de Souza. Em nenhum lugar do Brasil, encontramos uma técnica de elevação tão primitiva como aquela de Monte Alto. E, ao contrário, encontramos edificações bastante parecidas e até similares na Irlanda, Escandinávia, Estados Unidos, Peru e Ilha de Páscoa. Pode não passar de coincidência, mas num caso pelo menos, nos Estados Unidos, existe um sítio extremamente singular, de origem desconhecida, onde alinhamentos de pedra rude associam-se a ruínas de construções de pedras toscas.

BIBLIOGRAFIA

Abbeville, Claude d' – História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão, Edusp/Itatiaia, São Paulo, 1975.

Beltrão, M. Afonso, G. e Nadal, C, – Um calendário das Plêiades na Bahia, Rer. do Iconos-Brasil, São Paulo, 1998.

Brochado, José Proenza – Pesquisas arqueológicas nos vales do Ijuí e Jacuí, Rev. Museu Paraense E.Goeldi, Belém, 1969.

Costa, Angyone – Introdução à arqueologia brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959.

Evans, C. e Meggers, B. – Archeological Investigation at the mouth of the Amazon, Smithsonian Institution, Washington, 1957.

Galdino, Luiz – Itacoatiaras: uma pré-história da arte no Brasil,

Rios Editora, São Paulo, 1988.

Kruse, Hermann, apud Moura, Waldemar T. – História da Formação da Vila de Palmas de Monte Alto, M. Alto, 1996.

Marshack, Alexander – Lunar notation on upper paleolithic remains, Science 146, ano 1964.

Nilsson, G. apud Bruzzi, A. – A civilização do Uaupés, Missão Salesiana, São Paulo, 1962.

Orens, Marc – A civilização dos megalitos, Otto Pierre Editores, Rio de Janeiro, 1978.

Nimuendaju, Curt apud Linné S. – Les Recherches arquéologiques de Nimuendaju au Brésil, Journal de la Societé des Amenicanistes, Tome XX, Paris, 1928.

Pereira Júnior, José A. – A propósito dos alinhamentos de Monte Alto, Rev. Arquivo Municipal Vol. XCVII, São Paulo, 1944.

Pinto, Estevão – Os indígenas do Nordeste, Companhia. Editora Nacional, São Paulo, 1935.

Ribeiro, Berta e Kenhiri, T. – Chuvas e Constelações: o calendário econômico dos índios Desana, Ciência Hoje, Vol.6, Rio de Janeiro, 1987.

Sampaio, Teodoro – Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1922.

O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo,1905.

* * *

EXPLICANDO A SEDUÇÃO: VICTOR NUNES LEAL NA PERSPECTIVA DE UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Marília Helena P. L. Schneider *

Resumo - *Empreende-se, neste artigo, uma análise historiográfica da obra de Victor Nunes Leal, célebre autor do livro "Coronelismo, Enxada e Voto". Embora inúmeros pesquisadores da área de Ciências Humanas consagrem as idéias de Victor Nunes sobre o "coronelismo", os principais temas do livro reportam-se à defesa de uma política econômica centralizadora e ao fortalecimento do judiciário.*

Abstract - *An historiography analysis of Victor Nunes Leal's famous book "Coronelismo, Enxada e Voto" is presented in this article. Although several human science's researchers point out Victor Nunes's ideas about the "Coronelismo", the book's main subjects are related to the support of centralized management of economic policies and to the strengthening of the Judiciary branch.*

Em 1949, chegou ao público a primeira edição de *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal. Uma das teses desse livro refere-se ao que o autor, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, definia como compromisso característico do "coronelismo". Tratava-se de explicar como a autoridade dos "coronéis" se sobrepunha à pretensa autonomia da justiça nos municípios, representada por juízes e tribunal do júri. A obra tornou-o conhecido como um intérprete bem sucedido do fenômeno "coronelismo", sendo um dos autores permanentemente citado por historiadores, sociólogos e cientistas políticos. O projeto de analisar esta publicação consolidou-se, portanto, na medida em que sua importância sobressaía nas citações de diferentes autores, e na maneira pela qual tais autores se apropriaram das idéias de Victor Nunes.

Assim, nosso objetivo é apresentar uma análise historiográfica do livro que se tornou uma referência obrigatória para a pesquisa na área de Ciências

* - Doutoranda em História Social FFLCH-USP.

Humanas. É bastante significativo que este livro esteja em sua sexta edição[1] e que tenha sido publicado pela Cambrige University Press em 1977, com o título, *Coronelismo: municipality and representative government in Brazil*[2], além de ter sido objeto de análise de eminentes autores que empreenderam balanços historiográficos: Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira no artigo *Primeira República: um balanço historiográfico*[3]; e Bolívar Lamounier no trabalho *A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um balanço Crítico.*[4] Antes de entrar na análise da obra e do autor, transcreveremos alguns excertos de trabalhos cujos autores se ampararam no livro de Victor Nunes.

João Camilo de Oliveira Torres, em obra publicada em 1952, recorreu às idéias de Victor Nunes para consubstanciar sua apologia ao regime monárquico:

> "Conseqüência, principalmente, da abolição do princípio monárquico – fato que não cita explicitamente, mas está em suas premissas – princípio monárquico responsável pela rotatividade das situações políticas. E não as formações monolíticas da República. Assim, diz o Sr. Nunes Leal: 'por tudo isso, o fenômeno estudado é característico do regime republicano' (Coronelismo, Enxada e Voto, p.184)."[5]

O consagrado autor de *Os donos do Poder* também recorreu a Victor Nunes para sustentar sua teoria sobre a natureza patrimonial do Estado brasileiro. Raymundo Faoro utiliza os conceitos de "compromisso" e "troca de proveitos", particularmente importantes na tese de V. Nunes, para explorar a importância social e política da figura do coronel:

> "A supremacia tuteladora do poder público, agora seccionado nos principados e ducados estaduais, continuou a operar, num molde próximo ao regime colonial, no qual o particular exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas.... O coronelismo se manifesta num 'compromisso', numa 'troca de

1 - Para esta análise trabalhamos com a 6a. edição, Ed. Alfa-Omega, SP, 1993
2 - Traduzido por June Henfrey com introdução de Alberto Venâncio Filho. Cambrige, como parte da "Cambrige Latin American Studies. O IEB possui exemplar desta edição.
3 - In: Estudos Históricos, RJ, 1989, p.161-296
4 - In: *A Ciência Política no Brasil*. Ed. Un.B, 1983
5 - *A Democracia Coroada*. Teoria Política do Império do Brasil. Ed. Vozes, 2a. Ed., 1964, p.256-257

> proveitos' entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural."[6]

Thomas Skidmore, em livro publicado pela primeira vez em 1967, mas que já chega em sua 10a. edição, apoia-se no *Coronelismo, Enxada e Voto* para refletir sobre os pleitos eleitorais durante a Primeira República. O brasilianista afirma que o "clássico estudo sobre os 'coronéis' na política interna é o de Victor Nunes Leal."[7]

Para citar um exemplo mais recente, tomemos o artigo de Adrei Koerner que, ao refletir sobre o desempenho do Poder Judiciário durante a Primeira República, apropria-se das afirmações de Victor Nunes Leal como se estas resumissem o conhecimento histórico sobre amplas e complexas questões, cujas particularidades em cada Estado não foram ainda confirmadas pelas pesquisas:

> "Há consenso a respeito do controle oligárquico do poder Judiciário nos Estados durante a Primeira República. Victor Nunes Leal mostra como a inexistência de garantias de vitalicidade, inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos dos juízes estaduais era parte do compromisso coronelista.... Os juízes de direito, que eram bacharéis em Direito e vitalícios, eram controlados pela intimidação e pelo favorecimento. Assim, as debilidades da organização judiciária e policial, resultavam não só da pobreza, do isolamento e da falta de recursos do país, como também do interesse das situações políticas estaduais. Este interesse determinava a ligação de juízes, promotores, serventuários da justiça e delegados de polícia no generalizado sistema de compromisso do 'coronelismo'".[8]

Sem pretender abarcar a totalidade dos trabalhos que fazem referência ao livro de Victor Nunes, nossa intenção é, a partir dos excertos citados, analisar a força da argumentação de um autor que foi e tem sido capaz de atrair a atenção de pesquisadores ao longo de décadas. Mais do que um convite à reflexão, as afirmações de Victor Nunes têm sido sistematicamente encampadas por autores que lhe emprestam prestígio e autoridade.

6 - Editora Globo, 11a. Ed, São Paulo, 1973, p.631.

7 - *Brasil: de Getúlio a Castelo*, 10a. Ed, Ed. Paz e Terra, SP, 1996, p.406 .

8 - KOERNER, Andrei. O Poder Judiciário no sistema político da Primeira República, In: *Revista USP – Dossiê Judiciário*, no. 21, 1994, pg 58-69.

Contudo, cabe ainda situar melhor a publicação aqui analisada no quadro mais amplo da produção intelectual do autor. Em 1939, a Livraria José Olympio Editora publicou o *Código de Processo Civil*, apresentando Pedro Baptista Martins como autor do Projeto e Victor Nunes Leal. O que pode significar exatamente a presença do nome de Victor Nunes nesta publicação é difícil precisar. Pode ser que ele tenha acompanhado as discussões ou mesmo a redação final do Código, cuja importância para o funcionamento da justiça é de clara relevância. O que é certo, porém, é a proximidade de Victor com a elite intelectual envolvida na elaboração do Código que entrou em vigor no Estado Novo. Na mesma edição, o então ministro da Justiça, Francisco Campos, assina a "exposição de motivos" onde apresenta ao presidente da república as etapas que antecederam a preparação da reforma processual brasileira. Victor Nunes era então um jovem Bacharel em Direito, pois formara-se na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1936.[9]

A publicação de *Coronelismo, Enxada e Voto* em 1949 ocorreu durante a carreira de professor universitário, iniciada em 1943. Embora não exista nas bibliotecas da Faculdade de Direito de São Paulo (nem em qualquer outra da Universidade de São Paulo) qualquer referência ao trabalho original, a editora refere-se a ele como "sua tese" – O Município e o Regime Representativo no Brasil, contribuição ao estudo do coronelismo. Podemos supor, então, que este livro tenha surgido a partir da Tese de doutoramento defendida na Universidade onde lecionava durante a década de 40.

Na pequena biografia que as últimas edições de seu livro trazem, podemos obter informações sobre a carreira de Victor e sobre os seus trabalhos que chegaram a ser publicados. Entre esses merece destaque o seu livro *Problemas de Direito Público*[10], na verdade um conjunto de trabalhos que versam sobre várias questões relacionadas ao direito público no Brasil. O próprio autor explica que a maior parte do material reunido neste livro já era conhecido através dos artigos publicados na *Revista de Direito Administrativo*[11], a cujo corpo de redatores pertencia.[12] São artigos

9 - A data de sua formatura encontra-se na pequena biografia que a editora Alfa-Omega apresenta desde a terceira edição do *Coronelismo* datada de 1976.

10- Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1960.

11- Segundo explicação do autor no prefácio, este periódico foi lançado em 1945 por iniciativa de Luis Simões Lopes, na época diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP -, e Carlos Medeiros que já era redator-chefe da editora Forense.

12 - A produção intelectual de Victor Nunes inclui, além dos trabalhos aqui citados, mais dois artigos, a saber: *Pareceres do Consultor Geral da República*, Imp. Nacional, 1966 e *Justiça Ordinária e Federal*, In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, vários autores, Belo Horizonte, 1972. Traduziu *O Novo Código de Processo Civil Italiano*, Revista Forense, 1945 e *Poder Político* de Hermann Heller, Rev. Forense, 1946

datados ao longo da década de 50 e um deles reproduz uma conferência, cujo título, "Alguns Problemas Municipais em Face da Constituição", foi pronunciada na Fundação Getúlio Vargas em 1952. Este mesmo texto já havia sido publicado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas em 1954[13], e compõe um dos ensaios publicados pelo Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público[14]) em 1958 com o título *Três Ensaios de Administração*. Ao colaborar em edições patrocinadas por este órgão vinculado ao governo, Victor Nunes posicionou-se novamente ao lado da elite intelectual e política, e também burocrática. O que chama a atenção nesta conferência e artigo repetidamente publicado, é o fato de que Victor retoma uma das idéias mais exploradas em seu livro *Coronelismo...* (citado em três notas de rodapé), qual seja, a defesa do municipalismo.

Uma apreciação na distribuição dos capítulos e respectivos títulos na composição do livro, objeto de nossa análise, evidencia com bastante clareza que a temática principal de sua pesquisa é a história do Município, um conceito da divisão político-administrativa do país que ocupa amplo espaço da agenda política depois da revolução de 1930 e mais intensamente ainda depois da queda de Vargas em 1945. As repetidas publicações de seu artigo versando exatamente sobre a "história da organização municipal", nos sugerem que este autor se tornou uma espécie de especialista no tema. Além disso, os capítulos "Atribuições Municipais", "Eletividade da Administração Municipal" e "Receita Municipal" perfazem o corpo principal da publicação. Portanto, embora Victor Nunes seja celebrizado por suas inferências sobre o coronelismo, não era este o problema central de suas reflexões. As referências bibliográficas utilizadas pelo autor para discorrer sobre o coronelismo, também denotam que este tema não constituía novidade na época, enquanto a questão do município certamente ensejava acalorados debates.

Comentando a Constituição de 1946, Aliomar Baleeiro se refere à "Revolução Municipalista" promovida pelos constituintes eleitos em 1945:

> "No correr do tempo, a República sacrificou muito os municípios, não só lhes restringindo a autonomia, cada vez mais ameaçada pelos estados, senão desfavorecendo-os na discriminação das

13- Cavalcanti, Themístocles Brandão, Org. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

14- Imaginado na Constituição de 1937 e criado por um decreto-lei em 1938, o Dasp nasceu como orgão ligado à presidência da república, cujo objetivo era "criar uma elite burocrática desvinculada da prática partidária e que se identificasse com os princípios do regime." Conforme Boris Fausto *em História do Brasil*, Edusp, SP, 1995, p.378.

rendas públicas. Pouco a pouco, a fatia do leão coube ao Tesouro Federal, que arrecadava mais de 63% dos tributos pagos a todos os brasileiros, ao passo que os municípios, em 1945, não chegavam a receber 7%, cabendo a diferença aos estados (mais ou menos 30%). Esse fenômeno impressionou vivamente os constituintes. Para melhorar as finanças dos municípios, deram-lhes todo o imposto de Indústrias e Profissões (antes tinham só 50% dele), uma quota em partes iguais, no rateio de 10% do imposto de renda, excluídas as capitais, e quando a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, excedesse, em município que não fosse o da capital, o total das rendas locais, de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-ia anualmente 30% do excesso arrecadado."[15]

Certamente nosso autor, advogado, jurista e professor universitário na década de 40, engajou-se no debate político de sua época: a pesquisa e a redação de sua tese estão impregnadas da atmosfera de mobilização política experimentada com o fim do Estado Novo. Foram anos de intensa agitação social e expressiva participação popular nas campanhas partidárias que antecederam as eleições de 1945 e a elaboração da nova Constituição.[16] Dessa maneira, nos parece bastante acertada a percepção de Bolívar Lamounier de que Victor Nunes Leal está entre os críticos do sistema partidário instituído em 1946, num momento de transição entre "as preocupações clássicas do pensamento político dos anos vinte e trinta, e os dilemas práticos que se foram apresentando sob o regime da Constituição de 1946."[17]

Quanto à questão é interessante lembrar a análise que Paul Cammack[18] empreendeu do livro *Coronelismo...*, não apenas porque este autor tenta polemizar, ou melhor, solapar as afirmações de Victor Nunes, mas também porque a acidez de sua crítica chega causar espanto:

15- *A Constituição de 1946*, Fundação Projeto Rondon, Ministério do Interior, Cord. Walter Costa Porto, 1987, p.4 e5.

16- Nos livros *A Quarta República* (1945-1964) de Edgard Carone, ed. Difel, SP, 1980 e *História do Brasil* de Boris Fausto, Edusp, SP, 1995, encontramos referências detalhadas sobre a participação de amplos segmentos sociais na vida política na década de 40.

17- A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico. In: *A Ciência Política nos Anos 80*, Cadernos da UnB, Ed. Universidade de Brasília, 1983, p. 415.

18- O "Coronelismo" e o "Compromisso Coronelista": Uma Crítica. In: Cadernos do Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, n.5, 1979.

> "Sustentarei que sua discussão do papel desempenhado pelos proprietários de terras e seus aliados na política municipal, estadual e nacional acha-se viciada por uma série de pressupostos falsos e inconsistências internas e que, em particular, o próprio conceito de "compromisso coronelista" é totalmente destituído de validez."

Ao longo desse artigo, Cammack destaca excertos do livro para mostrar a "contradição insolúvel" e a "grande confusão (que) vicia o argumento", para concluir, finalmente, que "Nunes Leal produz um modelo ilusoriamente simples e aparentemente elegante que, por isto mesmo, torna-se tanto mais perigosamente enganador."[19] Afirmar que a reflexão de Victor Nunes resume-se a uma grande falácia significaria que este crítico escapou ileso da teia do autor? Pode-se considerar louvável o empenho de Cammack em esmiuçar a complexa combinação de problemas que Victor Nunes engenhosamente combina em seu trabalho. Contudo, ao afirmar que Victor Nunes "desafia a lógica e a história" por atribuir às oligarquias um monolitismo político insustentável, faltou a Cammack identificar a idéia central que informa todo o texto de Victor Nunes, e estabelecer uma hierarquia das questões que ele trabalha. A universalidade intangível que Cammack identifica, explica-se muito mais pelo fato de que esta generalidade ocupa uma posição secundária no raciocínio de Victor Nunes, mesmo que as referências ao "compromisso coronelista" acompanhem toda sua exposição. O autor de *Coronelismo...* está efetivamente empenhado em defender a autonomia municipal, constituindo esta defesa a espinha dorsal de sua argumentação.

Outra idéia importante, e que no entanto ocupa posição secundária na obra do autor, é seu profundo comprometimento com a defesa da justiça enquanto instituição. Ele próprio, como advogado e intelectual do Direito, não deixaria de estudar e procurar diagnosticar os problemas enfrentados pelos profissionais desta área. Comentando alguns aspectos particulares do "coronelismo", Victor explica que "A outra face do filhotismo é o mandonismo na perseguição aos adversários: para os amigos pão, para os inimigos pau", acrescentando em nota de rodapé: "Dito atribuído a um político mineiro, em substituição a este mais fino, imputado a outro chefe estadual: aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei".[20] Irônico e ousado ao utilizar tais "ditos", Victor explora uma representação do juiz: a do homem que aplica a lei. Porém, esta lei não tem nada a ver com a justiça,

19- Cammack, ob, cit. p.7, 10 e 12.
20- Coronelismo, Enxada e Voto, p.39.

com o Direito, mas sim com os interesses de alguma facção política hegemônica.

No entanto, e ao contrário do que se poderia concluir na primeira leitura, o autor não pretende desqualificar e desmoralizar o papel da magistratura brasileira: seu principal objetivo é explicar como a justiça, enquanto instituição, empenha-se para superar obstáculos que outras instâncias de poder sistematicamente lhe opõe.

Procurando explicar as dificuldades enfrentadas pelas instâncias públicas de poder no Brasil, Victor empreende uma ampla reflexão de caráter francamente genealógico, ou seja, para compreender o desempenho das instituições públicas na atualidade é fundamental repassar um olhar crítico por quatrocentos anos de história. As mazelas das instituições e dos homens que as dirigem, tal como ele pretendia diagnosticar para a década de 40, estendiam raízes na nossa experiência colonial. Esta incursão na história constitui a posição teórica que fundamenta sua análise: é possível explicar o presente conhecendo-se o passado. A ampla bibliografia em que se apoia, rigorosamente citada em intermináveis notas de rodapé (nada menos que 617 notas ao longo de 258 páginas), não se justifica apenas pelo rigor acadêmico exigido pela natureza de seu trabalho: esta bibliografia é essencialmente composta por historiadores, os considerados clássicos e também os modernos para sua época. No capítulo quinto, por exemplo, para introduzir reflexão sobre as funções dos juízes ordinários e os de fora, o autor escreve nota de mais de uma página citando: excerto das Ordenações; Varnhagen, *História Geral*; Acióli, *Memórias Históricas e Políticas*; Basílio de Magalhães, *O Município em Minas Gerais*; João Ribeiro, *História do Brasil*; Handelman, *História do Brasil*; Andrade e Silva, *Coleção*; Pereira e Sousa, *Dicionário Jurídico*; Cândido Mendes, *Auxiliar Jurídico*.

A erudição que um autor pode demonstrar, ao manipular com facilidade um sólido conjunto bibliográfico, torna-se ainda mais sedutora na narrativa de Victor Nunes na medida que ele consegue aliar com facilidade tais referências a fontes como os Anais da Câmara e do Senado, decretos e jornais da época. É bastante provável que público de Victor Nunes não se constituísse apenas da banca que examinou sua tese, mas que ele tinha em vista a classe política detentora do poder Executivo. Para ele cabia a esses homens tomar as rédeas de uma situação que exigia a opção por um planejamento político capaz de intervir na economia nacional. Sem a consolidação da autonomia econômica local, ou seja, nos municípios, jamais os agentes da justiça seriam também autônomos.

Apesar do esforço genealógico, a reflexão de Victor não é linear. Um

exemplo disso é o fato de que, embora ele desenvolva amplamente suas ideias quanto à "inconsciência do eleitorado rural", isto não significa que ele defenda o fim da representatividade política. Esta aparente ambigüidade denota certa descrença do autor em relação à democracia, além de apontar certa nostalgia do autoritarismo que caracterizou o Estado Novo.

Uma das características do *Coronelismo...*, que contribui para a sedução que ele exerce sobre o leitor, é a linguagem coloquial utilizada: o autor se expõe diante do leitor com tiradas galhofeiras que contrastam com o rigor acadêmico do trabalho. Algumas passagens são exemplares:

> "Em certas circunstâncias, as ameaças e violências desempenham função primordial, porque semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente local menos prestigiada. Mas a regra não é esta: a regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete. Compreende-se isso perfeitamente, quando se considera que à situação dominante no Estado o que interessa é consolidar-se com o mínimo de violência. A não ser um desequilibrado, ninguém pratica o mal pelo mal: em política principalmente, recorre-se à violência, quando outros processos são mais morosos, ou ineficazes, para o fim visado." (p.48)

> "Sobre o problema da discriminação tributária, como tivemos oportunidade de ver, grandes e eruditas tertúlias registram nossos anais parlamentares, ilustrando plenamente o dito popular: em casa onde falta pão, todos brigam, ninguém tem razão. Ainda assim, a divisão da pobreza poderia ter sido mais eqüitativa do que é costume entre nós."(p.178)

> "A exigência do acordo era uma reverência ao princípio jurídico da autonomia municipal, mas em certos casos, essa ressalva lembraria a liberdade que tem o operário de discutir o salário em época de desemprego."(p.179)

> "Mesmo entre os juízes vitalícios aparecem por vezes expressões chocantes de partidarismo. As garantias legais nem sempre podem suplantar as fraquezas humanas: transferência para lugares mais confortáveis, acesso aos graus superiores, colocação de parentes, gosto do prestígio, eis os principais fatores da predisposição política de muitos juízes."(p.217)

Assim, também pela linguagem utilizada bastante acessível, o livro analisado desperta interesse para sua leitura, conquanto seus méritos já tenham sido repetidamente destacados como trabalho de sociologia política. No artigo "Primeira República: um balanço historiográfico"[21] o trabalho de Victor é considerado um "clássico (...) quer pelo pioneirismo de suas contribuições, quer pela influência que exerceram nos debates nas décadas posteriores". O critério de diferenciação básico, que destaca certos autores tornando-os célebres, é o grau de influência sobre futuros pesquisadores. *Coronelismo...* não tem sido considerado apenas uma "análise política inovadora", mas sabe-se hoje o quanto as reflexões aí contidas inspiram os primeiros estudos de sociologia eleitoral na década de cinqüenta.[22]

Finalmente, a análise das características da obra de Victor Nunes Leal, em seu conjunto, nos permitiu identificar o teor essencial de suas preocupações intelectuais: ele persistiu no objetivo de elaborar um diagnóstico para sua época, reunindo idéias que convidassem à reflexão e, principalmente, à ação da classe política. Nesse sentido, o autor manifestou-se como um defensor incansável da política municipalista via intervenção federal nas diretrizes econômicas nacionais. Entre seus trabalhos, o livro Coronelismo... obteve grande notoriedade: influenciou pesquisadores que encamparam suas referências quanto ao poder local e, sobretudo, generalizaram uma concepção da magistratura brasileira que, por injunções do compromisso coronelista, era levada a "fazer justiça aos amigos e aplicar a lei ao adversário". A tentativa de alertar a classe política, Legislativo e Executivo inclusive, para uma intervenção urgente no sentido de garantir as prerrogativas legais da magistratura apontava, contudo, no sentido da defesa da instituição e não na desqualificação do judiciário brasileiro, segundo alguns de seus intérpretes.

• • •

21- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. In: *Estudos Históricos*, CPDOC/ FGV, RJ, n.4, 1989,p. 163-171.

22- Lamounier, ob. cit. p. 414

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DE SÃO PAULO

Lincoln Secco *

Resumo: *Em relato pormenorizado e revelador, o Autor registra a história da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, desde a origem, passando pela desapropriação e demolição, até a implantação do templo atual no Largo do Paissandú, no centro histórico da cidade.*

Abstract: *In detailed and revealing story, the Author registers the history of the church of Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, since its origin, througt the expropriation and demolition, to the construction of the current temple in the Largo of Paissandú, in the historical center of the city.*

Em tempos perdidos na nossa memória, houve uma antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Situava-se em ponto importantíssimo da cidade. A Praça Antônio Prado. Esta praça foi o símbolo do progresso da São Paulo da Primeira República. Para ela convergem os dois lados do velho Triângulo, o qual concentrava os principais negócios da cidade: a Rua de São Bento e a XV de Novembro. Por isso ela sempre foi mais um largo do que uma praça. Um alargamento de ruas que por acaso se encontram, e não um espaço de sociabilidade, de encontros procurados. Antes de gestos contidos. Simples ponto de passagem. Rápida e tumultuada.

Mas, nos tempos de antanho, foi este alargamento de ruas o símbolo da devoção paulistana. Daí o seu nome bonito: o Largo do Rosário. Porque foi ali que se ergueu e se manteve por tanto tempo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos[1]. Devotos dessa Nossa Senhora sempre houve no velho São Paulo. Alcântara Machado mostrou testamentos que a

* Doutorando em História Social, FFLCH, e pesquisador da FAPESP.

1 - Uma pequena capela, de igual nome, existe ainda hoje no bairro da Penha, e é de 1802, ao lado da velha Igreja de Nossa Senhora da Penha (fundada em 1682, conforme está inscrito no seu frontispício, mas pode ser de anos ainda anteriores). Também é de Nossa Senhora do Rosário a Igreja do Embu, fundada pelos jesuítas no início do século XVII. Vide: Sérgio Buarque de Holanda, "Capelas antigas de São Paulo", p.113.

invocavam desde o Século XVI. Este foi o caso de Isabel Félix, que em 1596 deixou-lhe uma "novilha de anno"[2]. Provavelmente era num altar, seja na Igreja do Colégio ou na Matriz, que estava a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Duas foram as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário. A dos homens brancos e a dos homens pretos, fundada em 1711. Esta, a mais tradicional, pois da outra não se encontram muitas referências[3]. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de tão pobrezinha que era, deve ter demorado muito para adquirir fundos que pudessem arrimar a construção de uma ermida. Acredita-se que só em 1721, em algum canto do Anhangabaú, erigiu-se uma capelinha. No ano de 1725, o ermitão Domingos de Melo Tavares obteve licença para erguer legalmente uma Igreja[4]. Sem provisões para tal, e sabendo muito humilde o burgo paulistano, lá foi ele às Minas Gerais e esmolou por três anos, pois em 1728 a Irmandade rogou à Câmara dos homens bons de São Paulo um terreno, declarando-se com dinheiro para erguer um templo, e o obteve no mesmo ano[5]. Parece que em 1737 a Igreja já estava em pé.

Muito importante deve ter sido o papel da Irmandade e da Igreja na vida social dos escravos daquele antigo e humilde burgo. Em volta da Igreja moravam muitos velhos cativos, livres pelas alforrias que Nossa Senhora lhes concedia e alguns Senhores assinavam. Eram casinhas que estreitavam o final da velha Rua de Manoel Paes de Linhares que se chamou, em seguida, "Rua que vae do pateo da Sé para Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos", depois Rua da Imperatriz. Hoje, Rua XV de Novembro, data da proclamação da República. Bem perto da Igreja do Rosário, e decerto por ser ali um lugar de velhos escravos, ficava o beco do cisqueiro, depósito de lixo do velho São Paulo[6].

Entretanto, o Largo do Rosário manteve o nome por muito mais tempo. Ele continuou sendo lugar de devoção e de festas. Religiosas muito, e profanas um pouco. Muitos foram os pedidos, registrados nas Atas da Câmara, para que se autorizasse o itinerário da procissão que, via de regra, demandava o largo pela antiga Rua da Imperatriz. As vezes o caminho era alterado, mas a festa sempre acontecia com grande presença dos membros

2 - Alcântara Machado, *Vida e morte do Bandeirante.*
3 - Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *A Igreja na História de São Paulo,* volume 6, p.285.
4 - Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo,* p.205.
5 - Id. Ibid., p.206.
6 - Douglas Mansur, "Um rico acervo da escravatura em São Paulo", *Metrô News,* 7 de janeiro de 1997.

da confraria e demais almas aflitas. Dias de enterro também eram motivo de muito folguedo, além de tristezas. No Campo Santo que circundava a Igreja, os escravos cantavam, gritavam e conduziam em solene cortejo o esquife para sua última morada.

Nos primeiros tempos, a festa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos começava com uma missa muito solene e circunspecta. Depois, até homens brancos acudiam aos arredores da Igreja para assistir às tradicionais congadas (ou festas de Congos), reminiscências perdidas nas tradições dos escravos, mas que não eram exclusivamente africanas, além de serem dotadas de uma grande variedade regional. Como disse Florestan Fernandes: "O negro exerceu ação ativa nos autos populares dos brancos, apoiando-se nos elementos de sua própria cultura"[7]. Negras bonitas requebravam ao som do atabaque (ou música de tambaque, como à época se dizia), com panos brancos na cabeça, pulseira de prata e, no pescoço, rosários (alguns de ouro). Depois das danças, o rei e a rainha, escolhidos entre os dançarinos, chamavam a sua corte para um jantar, e aos músicos era distribuído um licor ou outras bebidas alcoólicas [8]. Vários historiadores mostraram o quanto esta festa passou a incomodar as autoridades, a partir de meados do século XIX. Em verdade, desde priscas eras, que afundam no passado da Paulicéia, qualquer batuque, jogatina ou divertimento de escravos, provocava a desconfiança dos homens brancos, como demonstram algumas medidas contra os negros tomadas pela Câmara no século XVIII[9]. Mas então, as diversões de escravos funcionavam como pára-choque entre escravo e senhor, como dizia Mário de Andrade[10]. Depois tudo mudou. As congadas dos homens pretos da confraria do Rosário foram sendo, lentamente, substituídas por festejos menos atentatórios aos bons costumes da sociedade branca. E a Igreja do Rosário foi ficando mais triste.

De outro lado, o chamado progresso de São Paulo pedia um novo largo. Que tivesse o nome de praça. Que fosse alargado, ao custo necessário. Às expensas dos moradores daqueles humildes fogos e da Nossa Senhora do Rosário. O largo foi aberto em 1872 com a desapropriação de casas particulares. Um chafariz foi inaugurado dois anos depois pelo Dr. João Teodoro Xavier, presidente provincial de São Paulo. Este chafariz foi

7 - Florestan Fernandes, "Congadas e batuques em Sorocaba".

8 - Ernani da Silva Bruno, "Igreja do Rosário, a congada e os reis do Congo, *Diário de São Paulo*, 15 de abril de 1972.

9 - "Registro de um edital da Câmara sobre os negros que jogam e tocam batuque", 29 de maio de 1748, *Registro Geral da Câmara*, vol. IX.

10 - No Recife, por exemplo, o rei de Congo precisava ser autorizado pelo chefe de polícia. Além disso, dele se esperava que exercesse controle sobre parte da comunidade negra. Cf. Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil, pp.* 52-3.

retirado em 1893, para obrigar os moradores a consumir a água da Companhia Cantareira, o que provocou vivos protestos da população local e solicitou a intervenção policial [11].

O desenvolvimento da cidade, sob o ponto de vista comercial, passou a exigir cada vez mais intervenções urbanísticas por parte dos poderes públicos. A Rua XV de Novembro (assim denominada a partir de 1889) concentrava os negócios. A moda. A vida política. E exigia mudanças.

O Largo do Rosário, denominado como "le quartier plus movimenté de la Ville" (provavelmente por um viajante francês)[12], tornou-se centro das atenções de homens públicos e de negociantes. Era, no dizer de Alfredo Moreira Pinto, "o cérebro e o coração de S. Paulo; é o ponto em que estacionam os bonds, que dahi tomam direcções diferentes"[13]. Sua localização era estratégica, situada na parte final da Colina em que São Paulo nasceu. Depois dela havia a Ladeira do Acú (hoje início da Avenida São João). Olhando para o Mosteiro de São Bento, só se encontrava o Rio Anhangabaú. No final do século XIX era do Largo do Rosário que partiriam os bondes para as mais diferentes regiões de São Paulo. Tanto que a Companhia de Carris, então responsável pela implantação daquele moderno serviço de transportes, propunha-se a instalar no Largo do Rosário o ponto inicial de três linhas de bonde, algumas com duas seções, o que constituía oficialmente cinco linhas[14].

Nem tudo se efetiva como se deseja, mas o fato é que muitas seriam as linhas que partiriam ou atravessariam o Largo do Rosário. Em 1896, estava efetivada apenas uma linha do Largo do Rosário até o Brás (provavelmente até a Igreja do Bom Jesus de Matosinhos), totalizando pouco mais de três quilômetros. Havia treze linhas de bonde a tração animal. Em 1900, passaram a circular pela capital os bondes elétricos, sob as responsabilidades da Light and Power Co. No ano seguinte eles percorriam a cidade em 14 linhas diferentes[15]. Todavia, a proposta feita anteriormente, de centralizar no Rosário tantas linhas, revela a sanha com que se olhava para o Largo [16], esquecendo-se da Igreja.

11- *Diário Popular*, 16 de janeiro de 1977.

12- Inscrição encontrada num cartão postal do início do século. Agradeço à historiadora Marisa Deaecto pela indicação desse documento.

13- Alfredo Moreira Pinto, *A cidade de São Paulo em 1900*, p.257.

14- A Companhia costumava dividir as linhas em seções para cobrar por cada uma a quantia de 100 réis. Cf. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província Dr. Pedro Vicente Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889, p.80.

15- Marisa M. Deaecto, *A atividade comercial na cidade de São Paulo*, p.25.

16- Idéia persistente, posto que depois da Revolução de 1924, o prefeito Firmiano Morais Pinto ainda dizia (referindo-se à Praça Antônio Prado): "Temos absoluta necessidade de descongestionar o centro da cidade".

Esta lá persistia. Com suas festas, enterros e procissões. Mas urgia derrubá-la. Assim sendo, a edilidade procurou acordar com a Irmandade o melhor meio de excluir daquele Largo a Nossa Senhora do Rosário. Argumentos não faltavam. Um Parecer "técnico" apresentava-se "julgando necessário dar maior amplitude ao Largo do Rosário, para facilidade do trânsito e embellezamento dessa parte da cidade"[17]. Esta maneira de ver as coisas parece ter se projetado anos a fora. Porque tempos depois, encontraremos um velho cronista das ruas paulistanas dizer da Nossa Senhora do Rosário que estava numa "igrejinha antiquíssima, feia, desgraciosa, encravada em prédios particulares"[18]. Se era tão feia assim, melhor era embelezar aquele terreno de tantas tradições. Se era antiquíssima a Igreja, então que se a derrubasse para no seu lugar criar uma praça, ampla, pouco típica da formação acanhada da São Paulo de antigamente.

Outro cronista que a conheceu também a descreveu como dotada de um interior "feio e muito ennegrecido". Mas por ele ficamos sabendo que sua frente dava para a Rua XV de Novembro. Tinha quatro janelas, uma torre do lado esquerdo, abaixo da qual havia outra janela e duas portas. Dizia o mesmo autor: "Na face voltada para o Largo do Rosário há uma porta, que dá entrada para a sachristia, e acima della uma janella"[19]. À esquerda da Igreja ficava uma outra capela do Bom Jesus da Pedra Fria.

Feia e antiqüada. Não era assim que a viam os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Alegava, esta venerável Irmandade, que "a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é um monumento histórico da nossa pátria". E declarava mais, "que tem a Igreja um alto valor estimativo para nós e para o paiz. Não devemos, por conseguinte, transformal-a em architetura que faça desapparecer amanhan o seu valor historico"[20].

Não adiantaram as razões dos infelizes. Dos fiéis. Dos devotos. Dos crentes. Prevaleceu a idéia do progresso de uma cidade capaz daquela destruição criadora tão característica da modernização. Nas Atas da Câmara de 1903 encontraremos alusão a um "officio da Prefeitura declarando não ter ainda conseguido entrar em accordo com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para a acquisição dos terrenos e prédios necessarios ao alargamento do Largo do Rosário e pedindo para que sejam aquelles immoveis declarados de utilidade publica afim de que sejam desapropriados judicialmente"[21]. A lei n° 670 de 16 de setembro de1903

17- *Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Paulo 1903,* Parecer n° 51, p.307.
18- Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de outrora, p.78.*
19- Alfredo Moreira Pinto, *A cidade de São Paulo em 1900,* p.36.
20- Cf. Leonardo Arroyoc, op. Cit., p.211.

declarou de "utilidade pública os terrenos e prédios necessários ao augmento do Largo do Rosário"[22]. Finalmente, a lei 698, de 24 de dezembro do mesmo ano, disse, em seu artigo primeiro: "fica aprovado o acto da prefeitura, em virtude do qual entrou em accôrdo cm (sic) a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, desta capital, para o fim de adquirir para a Câmara o edifício da sua egreja e as outras dependencias mencionadas no dito accôrdo, mediante a indemnização por parte da mesma Camara da quantia de duzentos e cincoenta contos de réis (250:000$000) e uma área de terreno no largo do Payssandú, exclusivamente destinada á construcção por aquella Irmandade de uma nova egreja"[23].

Estranha indenização. Em 9 de maio de 1904, a prefeitura também desapropriou um sobrado contíguo à Igreja, de propriedade de José Raposo e sua mulher, Maria do Carmo Sertório Raposo, e por ele pagou mais: 290 contos de réis! E por esses acasos do destino, os remanescentes do campo santo, que era de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foram parar às mãos do... irmão do prefeito, o Sr. Martinico Prado[24]. Ali se construiu o Palacete Martinico Prado, que já abrigou o Citybank e, hoje, acolhe a Bolsa Mercantil e de Futuros.

De toda maneira, por aquele documento sabemos que a antiquíssima Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos situa-se, hoje, no Largo do Paissandu. Que hoje já não parece tão distante do primitivo local em que se erguia o templo. A construção da nova casa sagrada demandou esforços redobrados, porque o Largo do Paissandu tinha sido, nos tempos de dantes, um tanque, o do Zunega. Foi preciso drená-lo e fazer demoradas fundações. Enquanto isso, a Irmandade albergou-se na Igreja de São Pedro[25]. Ironia triste da história: também esta tradicional Igreja seria, mais tarde, demolida. A atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo tem uma cor descuidada e um ar deslocado. Fica defronte (ou, antes, inclinada) à Avenida São João. Tem uma porta frontal, por onde entram os fiéis, e outra lateral, cuja escada dá acesso à sacristia. A porta dos fundos leva ao subsolo, de acesso restrito aos membros da Irmandade. Uma grade imperdoável cerca o templo.

A atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é rica em imagens. Lá estão a Santa Edwiges, São Braz, São Caetano, Santa Clara, São Geraldo, São Judas, Santo Expedito, Santo Antônio do

21- *Atas das Sessões da Camara Municipal de São Paulo 1903,* oficio *365, p.* 296.
22- *Leis e actos do Municipio de S. Paulo do anno de 1903, p.34.*
23- Ibid., p.81.
24- Zaluar, "A igreja vinda dos tempos da escravidão", *Diário Popular,* 2 de julho de 1978.
25- Joviano Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo.*

Cathegeró, São Benedito, Santa Luzia, Santa Marta, Santo Elesbão, uma santa negra, a Santa Ifigênia, além do Menino Jesus de Praga, da Nossa Senhora do Monte Serrate, da Penha, das Dores e de Fátima. E outras imagens mais. Simples, mas com um teto todo decorado. Os vitrais são tímidos. A Irmandade nunca se conformou com a perda do primitivo local em que vivia. Em fins dos anos 30, outro prefeito de "espírito laico", o Sr. Prestes Maia, desejou derrubar a Igreja do Rosário, para em seu lugar construir um monumento ao Duque de Caxias [26]. Felizmente, não conseguiu, e a cidade rende homenagens ao patrono do exército em outro sítio, lá pelas bandas da antiga Estação Júlio Prestes, que hoje alberga uma sala de concertos.

Ultimamente, a Igreja voltou a ter seus atos ligados às necessidades dos homens e mulheres negros. Para ela já convergiram passeatas por ocasião do dia da consciência negra, data do martírio de Zumbi dos Palmares. Sua quermesse continua lá, tímida. E a Igreja é mais triste do que nunca. Talvez saudosa dos tempos de antanho, antes de lhe roubarem o seu lugar de origem. A Praça Antônio Prado, escusado dizer, rende homenagem ao homem público que executou a demolição da casa da Nossa Senhora[27]. A custo baixo, diga-se. Segundo o quadro explicativo da verba "serviços e obras" do relatório apresentado pelo prefeito, a demolição da Igreja custou 1:500$000 [28].

FONTES PRIMÁRIAS

"Registro de um edital da Câmara sobre os negros que jogam e tocam batuque", 29 de maio de 1748, *Registro Geral da Câmara*, vol. IX.

Atas das Sessões da Camara Municipal de São Paulo 1903, ofício 365.

Atas das Sessões da Camara Municipal de São Paulo 1903, Parecer n° 51.

Leis e *actos do Munícipio de S. Paulo do anno de 1903.*

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província Dr. Pedro Vicente Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889.

Relatório de 1904 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio da Silva Prado.

26- *Diário Popular.* 16 de dezembro de 1976.

27- Ao leitor interessado num esboço biográfico do Conselheiro Antônio Prado, o laudatório estudo de: Rubens do Amaral. "Antonio Prado", in: Vários Autores, *homens de São Paulo,* pp. 231-263.

28- *Relatório de 1904 apresentado à Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio da Silva Prado, p. 166.*

Relatório de 1925 apresentado à Câmara pelo prefeito Firmiano Morais Pinto.

BIBLIOGRAFIA

Alcântara Machado, *Vida e morte do Bandeirante.* São Paulo, EDUSP, 1980.

Alfredo Moreira Pinto, *A cidade de São Paulo em 1900.* São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1979.

Diário Popular, 16 de dezembro de 1976.

Diário Popular, 16 de janeiro de 1977.

Douglas Mansur, "Um rico acervo da escravatura em São Paulo", *Metrô News,* 7 de janeiro de 1997.

Ernani da Silva Bruno, "Igreja do Rosário, a congada e os reis do Congo, *Diário de São Paulo,* 15 de abril de 1972.

Florestan Fernandes, "Congadas e batuques em Sorocaba", in: Id. *O negro no mundo dos brancos,* São Paulo, DIFEL, 1972.

Joviano Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo,* São Paulo, Alarico, 1953.

Leonardo Arroyo, *igrejas de São Paulo.* Rio, José Olympio, 1954.

Mário de Andrade, "Os Congos", in: Edison Carneiro, *Antologia do Negro Brasileiro,* Rio, Ediouro, 1967.

Marisa M. Deaecto, *A atividade comercial na cidade de São Paulo (1889-1930),* São Paulo, Relatório FAPESP, 1998.

Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932 (Col. Brasiliana, n° 9).

Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de outrora.* São Paulo, EDUSP, 1980.

Paulo Florêncio da Silveira Camargo (Monsenhor), *A Igreja na história de São Paulo,* volume 6. São Paulo, Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953.

Rubens do Amaral, "Antonio Prado", in: Vários Autores, *Homens de São Paulo.* São Paulo, Martins, 1955.

Sérgio Buarque de Holanda, "Capelas antigas de São Paulo", *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n° 5, Rio de Janeiro, 1941.

Zaluar, "A igreja vinda dos tempos da escravidão", *Diário Popular,* 2 de julho de 1978.

* * *

CÁSPER LÍBERO, O HOMEM E O JORNALISTA

*Roberto Machado Carvalho**

Resumo - *O autor traça um perfil da vida e obra de Cásper Líbero, um dos mais importantes jornalistas de São Paulo na primeira metade do século XX. Destaca ainda o papel do empresário e sua luta para recuperar e desenvolver o jornal "A Gazeta", atual Fundação Cásper Líbero.*

Abstract - *The author outlines a profile of the life and work of Cásper Líbero, one of the most important journalists of São Paulo in the first half of the century XX. He also points out the paper of the entrepreneur and his effort to recover and to develop the newspaper " A Gazeta ", current Foundation Cásper Líbero.*

INTRODUÇÃO. Feliz o homem que sabe guardar em seu espírito e coração, o berço de suas raízes e manter pela vida afora, o sentimento de gratidão a sua terra natal e sua gente, preservando aquela afetividade e benquerença, própria de um caráter adamantino. E aquele que hoje cultuamos pela passagem do centenário de nascimento, o inolvidável jornalista Cásper Líbero foi, nesse contexto, um homem realizado; grande na lembrança de sua cidade natal, a formosa Bragança Paulista e a gente bragantina. Deixemos a palavra com o homem de imprensa, construtor de uma poderosa empresa de comunicações em São Paulo:

> "Um certo dia, saindo de sua terra, um bragantino cresceu e criou asas em São Paulo, entrando desassombradamente na vida. Navegando, sempre em mares procelosos, venceu os mais rudes choques e as pérfidas tormentas tendo apenas no coração e no pensamento, o amor à sua terra, o respeito à sua gente, e, sobretudo, a gratidão àqueles que lhe assistiram na sua evolução. Em todos os transes – nos bons e nos maus momentos – teve sempre

* Roberto Machado Carvalho é presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pertence à Academia Paulista de História, a Academia Cristã de Letras e outras instituições cívicas e culturais de São Paulo.

uma palavra de amizade e de simpatia pelos que ficaram no seu torrão natal, lembrando-os nas suas preces que ergue todos os dias aos céus, como o bom crente.". Podeis dizer ainda que o retrato desse bragantino que aí fica é o de um grande afetivo que não esqueceu e não esquece jamais as encantadoras horas de sua meninice, os instantes de seu repouso escolar, as emoções de família e de sociedade, de lindos tempos que passaram breves, mas que deixaram nele, os traços que fizeram o seu caráter e enrijeceram a sua fibra de lutador. Sou hoje, em grande parte, o reflexo desse ambiente em que vivi no aconchego bom e generoso da gente generosa e boa de minha terra." (discurso de agradecimento numa homenagem que recebeu em Bragança, 1940).

INFÂNCIA e JUVENTUDE. Aos 2 de março de 1889, nasceu Cásper Líbero, filho do médico abnegado, humanista e político Dr. Honório Líbero e da distinta senhora Da. Zerbina de Toledo Líbero. Nascido em plena efervescência da propaganda republicana, Cásper iria conviver, desde a infância, com o ambiente político-partidário que envolvia a casa paterna da Rua Cel. João Leme, em Bragança. Eram companheiros de jornada republicana que se reuniam. Dado seu espírito de liderança e prestígio, o Dr. Honório, logo após a proclamação, galgou o cargo de Intendente da cidade. O filho iria herdar-lhe as qualidades de líder, administrador e diplomacia no relacionamento.

Desde os bancos do Grupo Escolar bragantino, despontou, no menino Cásper, o gosto pela palavra escrita. Era bom em redação, descrevendo cenas e paisagens dos quadros expostos na sala de aula. Seus textos, pela boa linguagem e criatividade, eram elogiados pelos mestres. No ato de receber o diploma do curso primário, foi distinguido com a nota máxima, além de ser o orador da turma. O menino surpreendeu a todos com um belo improviso.

Ao completar onze anos, na passagem do século, Cásper veio, com seus pais, para a capital. Sua primeira residência em São Paulo foi na então aristocrática e pacata Av. Celso Garcia. O menino freqüenta o curso ginasial numa escola padrão, o tradicional Colégio Liceu Coração de Jesus, situado nos Campos Eliseos, bairro da elite paulistana da época. Aluno brilhante dos padres salesianos, recebeu menções laudatórias, principalmente em língua portuguesa. Um deles, o Padre Falconi, previu grande futuro para o jovem, chegando mesmo a mencionar o jornalismo. Ao concluir o curso, Cásper recebeu uma medalha de ouro, prêmio para o melhor aluno.

Bem preparado, ingressa em 1905, aos 16 anos, na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, bacharelando-se com a turma de 1909. Nas Arcadas, redigiu seus primeiros artigos jornalísticos e sedimentou idéias que, mais tarde, iria desenvolver na grande imprensa. Entre elas, a educação como meio de progresso e a solidariedade entre as democracias americanas, conforme o ideal do panamericanismo, sob a liderança do Brasil, especialmente quanto a defesa do continente ante a cobiça estrangeira.

Não era, entretanto, o exercício da advocacia, a profissão de sua preferência. Por dois anos tentou mexer com processos e pareceres, mas, percebeu logo que o seu forte era mesmo o jornalismo. Cásper, trazia nas veias, o ideal de informar e formar a opinião pública. Era preciso complementar seus estudos e leituras com a indispensável experiência, elemento fundamental para o deslanche da profissão. Seguiu então, para o Rio de Janeiro, onde, com um luzido grupo de companheiros de ideais, entre eles, Olegário Mariano, Raul Pederneiras, Luiz Peixoto e J. Carlos, fundou o jornal "Última Hora". Como era moda no tempo, suas páginas traziam críticas à política e aos costumes.

Esse tempo – 1913/14 – era do governo do Marechal Hermes da Fonseca, cuja censura mandou fechar o atrevido órgão de imprensa. Pela primeira vez, Cásper experimentava o fel da implacável censura, da prepotência que liqüidou com a folha recém-fundada. Coragem e determinação, levaram o jovem jornalista, com aqueles mesmos companheiros, a tomar uma iniciativa pioneira no jornalismo brasileiro – a divulgação de notícias nacionais e internacionais, através de uma Agência que se chamou Americana. Cásper iniciava uma longa série de iniciativas pioneiras. Assumiu a direção regional da Agência Americana em São Paulo. Também aqui, foi efêmera a organização. Estava, porém, lançada a semente de novos rumos do jornalismo brasileiro.

Novos amigos, novas experiências, encontrou Cásper na redação de "O Estado de São Paulo", sob a competente direção de Júlio Mesquita; pouco depois, foi removido para a sucursal do Rio de Janeiro. Quase ao mesmo tempo, surge algo inusitado na vida de Cásper. Foi convidado para exercer o cargo de Procurador da Fazenda do Estado de Mato Grosso; partiu, então, para o centro-oeste. Lá, não se sentiu bem com o forte calor e os insetos, além da frustração de estar, naquelas longínqüas paragens, distante da informação ao grande público. Seu retorno a São Paulo foi providencial. Aproxima-se da redação de A GAZETA que, nessa época, estava instalada em sua segunda sede, no prédio Maurice Levy, Rua Líbero

Badaró, esquerda de quem vem do Largo de São Bento. Como recordou em suas reminiscências, tinha pela frente um "desafio chamado A GAZETA". Vejamos alguns antecedentes.

FUNDAÇÃO DE A GAZETA: Em 2 de agosto 1896 começa a circular em São Paulo, duas vezes por semana, um jornal chamado "A Vida de Hoje", com notícias e artigos de crítica literária e política, quase sempre satírica e mordaz. Seu diretor-proprietário e principal redator era Adolfo de Campos Araújo, um mineiro da cidade do Sêrro, que cursou o afamado Colégio Caraça, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, turma de 1893. Poeta simbolista e vocacionado para o jornalismo, conseguiu boa projeção para o seu jornal. Na política, Adolfo Araújo identificava-se com as idéias de Bernardino de Campos e Carlos de Campos. Foram estes dois estadistas de São Paulo que estimularam o jornalista a ampliar sua seara fundando um jornal mais moderno e atraente, lançado na imprensa paulistana com o nome de A GAZETA. Tratava-se de uma homenagem ao mais antigo jornal, escrito à mão, chamado "Notizia Scritta" e que circulou em Veneza, Itália, pelo ano de 1516; custava uma "gazzetta", moeda da época; trazia de um lado a esfinge da justiça e, de outro, a figura de um leão. Sua sede ficava na Rua 15 de novembro, bem no centro da capital; a área central de São Paulo na época, resumia-se ao famoso triângulo formado pelas Ruas Direita, São Bento e 15 de novembro. A expansão, além viaduto do Chá, viria depois. Ainda não existiam os arranha-céus. Foi dali, num velho sobrado de duas altas portas, junto ao rés do chão e duas janelas no piso superior que saiu o primeiro número de A GAZETA, edição de 16 de maio de 1906, saudado entusiasticamente pela ainda pequena comunidade paulistana. Na apresentação, Adolfo Araújo extravasa todo o vigor de sua pena ao enaltecer a missão de um jornal. Usa expressões como "o jornalismo ainda é uma força", desempenha uma "soberba missão educativa e remodeladora e é um dos melhores e mais genuínos instrumentos de opinião". Parece que o pioneiro, na aurora do século, antevia o futuro. São Paulo estava ganhando um grande jornal. E mais adiante, esclarecia a que veio A GAZETA:

> "será uma folha de combate, mas eqüitativa, independente e sua orientação obedecerá à mais rigorosa isenção de ânimo".

Folha independente era um excelente aval para o nascimento de um órgão de imprensa. É sua primeira condição de sobrevivência, antes mesmo da cobertura financeira ou da seleção e distribuição da matéria. Somente primando pela liberdade, a imprensa, grande, média ou pequena, pode

justificar a afirmação do abade Sieyés de que ela é o "sexto sentido do povo" e de Odilon Barrot, ao afirmar que se trata do "quarto poder do Estado". E o nosso Rui escrevia que "toda civilização se encerra na liberdade". Não vai no adágio nenhum excesso, mesmo porque o jornalista é responsável pelo que escreve e deve responder por qualquer abuso.

Registre-se a nobre tradição democrática da imprensa paulista, invocando o nome de Líbero Badaró, aquele que, ao agonizar, assassinado pela sanha absolutista do Primeiro Reinado, ainda teve tempo de dizer uma frase lapidar: "morre um liberal, mas não morre a liberdade".

Além de independente, A GAZETA nascia sob o signo de um dos mais belos comportamentos que a boa imprensa deve manter e zelar, a ética, a honestidade de propósitos no trato dos assuntos ou problemas que interessam e afligem a população.

Lembrando a época das origens de A GAZETA, o veterano e saudoso jornalista Miguel de Arco e Flexa, que entrou para o jornal três meses após a fundação e durante cinqüenta anos foi seu secretário e diretor, anotou em suas reminiscências, que a iniciativa de Adolfo Araújo foi

> "Uma estupenda aventura, por duas razões essenciais: Adolfo Araújo não tinha lastro material, nem experiência para fazer um jornalismo diário e polêmico. Iria competir, além do mais, às mesmas horas, todas as tardes, com duas vitoriosas tradições paulistanas – "O Diário Popular" de José Maria Lisboa e "A Platéia" de Araújo Guerra. (A GAZETA em seu jubileu, 16 de maio de 1956, pág.9).

O jornal, entretanto, caiu no agrado dos leitores. Era procurado nas ruas e na redação. Explica Arco e Flexa, o segredo do sucesso:

> "Agitava o triângulo um novo jornal, diferente daqueles outros dois, tão conhecidos. Diferente em todos os sentidos: na apresentação, no comentário vivaz, na exposição dos fatos, locais ou internacionais"(ibidem).

Mesmo com imensas dificuldades materiais e obsoleto maquinário, Adolfo Araújo, com coragem e tirocínio, levou avante a empreitada. Para se ter uma idéia da penúria do jornal, basta dizer que o papel, em folhas soltas e não em bobinas, era comprado diariamente e tinha de ser pago à vista, na Casa Vanorden, situada na Rua do Rosário, atual João Brícola. E Adolfo Araújo ia todos os dias, bem cedo, fazer a compra...

Na redação, seu principal auxiliar era José Couto de Magalhães, redator-chefe; outro era Miguel de Arco e Flexa, o secretário; também, João Batista de Carvalho Moreira, que fazia as vezes de caixa e de gerente, recolhendo no balcão os poucos anúncios; controlava a garotada que, às duas horas da tarde,saia em disparada pelas ruas e vielas, apregoando a venda, a cem réis. Vendia-se, no máximo, uns dez mil.

A GAZETA foi crescendo, alcançando grande prestígio por ocasião da guerra de 1914-18. Ia à frente dos outros, estampando bom noticiário vindo pelo telégrafo, bem como artigos comentando os acontecimentos na Europa, a cargo do jornalista português Gomes dos Santos. Foi nessa ocasião que faleceu Adolfo Araújo, deixando todo o patrimônio de A GAZETA para a viuva Da. Branca e três filhos menores; diante do inesperado, Da. Branca pediu a assistência de um cunhado que residia no Rio de Janeiro, irmão mais velho de Adolfo, o médico Dr. José Pedro de Araújo. Não deu certo, porém, pois o Dr. José Pedro, sem nenhum gosto pelo jornalismo e preocupado com sua clínica carioca, preferiu voltar ao Rio de Janeiro. Da. Branca resolveu, então, colocar o jornal à venda. O primeiro a adquiri-lo foi o Dr. João Gonçalves Dente. Inteligente e decidido a levar avante o vespertino, o conhecido advogado atraiu expressivos nomes para o corpo de colaboradores: Olavo Bilac, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque e João do Rio freqüentavam as páginas do jornal.

Do grande entusiasmo inicial, porém, João Dente passou para um certo abatimento; o jornal não correspondia ao excepcional êxito que havia planejado, fruto mais de ilusões e menos de realidades. Ensarilhou armas, voltando à sua banca de advogado.

Antes, passou a direção para seu concunhado e amigo Dr. Antônio Augusto Covello, também advogado. Homem da tribuna do Júri e do Parlamento, dotado de magníficos dotes de oratória, o Dr. Covello, era, entretanto, mais da fala do que da escrita. A propósito aconteceu um episódio pitoresco. Certo dia, logo ao amanhecer, ferroviários em greve, estacionaram diante do edifício do jornal. Covello foi convidado a assomar a sacada e falar aos manifestantes. Foi tão pródigo na exuberante oratória que esqueceu das horas, atrasando-se na redação do editorial do dia, que deveria ser entregue à composição até o meio-dia. Quando terminou, ainda havia tempo. Sentou-se à mesa e começou a escrever. Aconteceu que a redação não saia como desejava e as laudas eram amassadas e lançadas ao cesto. Assim, o que tinha de qualidades de orador, tinha de pecados na escrita. Percebeu logo que o melhor mesmo era voltar para o Júri e sua estimada tribuna. E foi o que fez ao raiar do ano de 1918. Os tempos eram

difíceis. Aquele ano transcorria cheio de temores. Na Europa, o final da primeira Grande Guerra resultava países arrasados e uma forte tendência emigratória; por aqui, os problemas de saúde com a epidemia da gripe espanhola, problemas econômicos com a famosa geada que atingiu os cafezais, tão bem descrita por Monteiro Lobato, problemas políticos com a campanha sucessória presidencial e seus candidatos Epitácio Pessoa e Rui Barbosa, problemas sociais, com a ascensão da classe operária e suas reivindicações, eclodindo as primeiras greves, entre elas, a do ano anterior, 1917, quando foram paralizados os transportes ferroviários de São Paulo.

Voltemos ao jornal. Em curto espaço de tempo A GAZETA teve três diretores. Sem sucesso, e a explicação é simples: os três não eram jornalistas.

Freqüentava a redação um jovem que atraía atenção pela facilidade de relacionamento, temperamento extrovertido e, principalmente, boa prosa. Seu nome, um tanto esquisito, Cásper Líbero, 29 anos em 1918. Como possuía bons e importantes amigos, era uma espécie de preparador de contatos do jornal com os meios sociais e as esferas oficiais; atuava como um diplomata.

A DIREÇÃO DE CÁSPER LÍBERO. Em 1918, a situação do jornal era das mais precárias. Colocado à venda, Cásper Líbero, mesmo vazio de algibeira, resolveu enfrentar o desafio. Fez dívidas, mas adquiriu o patrimônio. Passou a ser diretor-proprietário. Diga-se logo que o então jovem escritor Menotti Del Picchia também teve ímpetos de comprar o jornal. Na hora da decisão, o citado Dr. Augusto Covello preferiu a oferta de Cásper.

> "Preferi passar a empresa para o Cásper – disse Covello a Menotti – porque você está por demais absorvido em tantos afazeres que não teria tempo de afrontar os problemas econômicos e financeiros que o jornal impõe. O Cásper que se arrume..." (Menotti Del Picchia in "Minhas Memórias de Cásper", A GAZETA, 16 de maio de 1956, pag. 18).

E Menotti, recordando a passagem diz que Cásper

> "arrumou-se muito bem. Desde o momento em que assumiu o comando do barco – um barco um tanto desmantelado – o grande jornalista logo demonstrou suas excepcionais qualidades de capitão" (ibidem).

Para tanto, Cásper contava com uma equipe também de excepcionais qualidades. Na secretaria, Miguel de Arco e Flexa, um dos mais competentes secretários que já possuiu a imprensa paulistana; na redação, Jairo de Góes, "expert" em assuntos políticos e outros, conforme o agrado dos leitores e Menotti Del Picchia, até 1920, quando bandeou para o "Correio Paulistano". O diretor-proprietário e uma equipe debruçaram-se, diuturnamente, na obra de recuperação financeira e de renovação técnica da empresa jornalística. Cásper era o homem talhado para a relevante tarefa de transformar A GAZETA num jornal moderno e vibrante, identificado com São Paulo. Na verdade, realizou-se um casamento: o jornal com seu comandante. Espírito arguto e combativo, acentuada capacidade de liderança consentida, ágil mentalidade empresarial, experiência no ramo e competência profissional, faziam de Cásper, o homem certo no lugar certo. É ainda Menotti quem recorda:

> "Era uma alegria trabalhar nessa A GAZETA que, como um navio que largasse o cais sob o comando de um capitão, jovem e ousado, iria encetar a mais bela aventura jornalística de São Paulo..." E arremata:
> "Cásper superintendia toda a vida do jornal. Já na primeira semana sob sua direção, aumentava a tiragem".

O que fez então Cásper Líbero, com parcos recursos, foi um verdadeiro milagre. Ressalte-se logo que seu maior trunfo chamava-se trabalho; arregaçou as mangas, desde antes do sol nascer até a lua aparecer viçosa. Para atrair os olhares, grafou o título em vermelho, adquiriu papel da melhor qualidade, importou tinta especial, comprou máquinas mais modernas da fábrica MAN, de Nuremberg, Alemanha, com capacidade para imprimir 60 mil exemplares por hora; trouxe os técnicos alemães Jean Crots, impressor e Ernest Grammeslak, mecânico para montagem. Em menos de quinze anos de existência, A GAZETA tornou-se, para a época, um modelo de perfeição gráfica. Acrescente-se outras peças vindas da Alemanha, para composição, confecção de clichês, preparados pelo alemão Curt Lainert, de fotografias e desenhos; dos Estados Unidos, vieram mesas de aço para a paginação e estantes; de Paris, a sereia de oito trompas e três metros de comprimento e o relógio elétrico de precisão, colocado na fachada do prédio. Com todos esses melhoramentos, cresceu a tiragem, alcançando os cinqüenta mil exemplares. Para distribuí-los, além dos jornaleiros, uma frota de autos, "fourgons", que saiam em direção de Santos, Campinas, Jundiaí, Mogi das

Cruzes e bairros da capital. Como resultado lógico de tudo isso, foi aumentando a receita. Empresário talentoso, Cásper tinha clara noção da importância de investir, o que era arrecadado, na própria empresa. Compreendia que o jornal precisava acompanhar o ritmo dinâmico do maior parque industrial da América Latina. Contratou os serviços do Escritório Ramos de Azevedo para algumas reformas de adaptação no edifício da Rua Líbero Badaró. A edição de 16 de julho de 1928 apareceu toda engalanada em sua primeira página. Desenhos de guirlandas de flores nas laterais, ao centro um garoto apregoando o jornal e ao fundo, a paisagem urbana. Conforme a explicação no rodapé, A GAZETA inaugurava

> "uma nova fase de sua existência, apresentando-se com aspecto inédito na imprensa continental."

Segundo Arco e Flexa, Cásper "atirou-se à mais arrojada escalada para as alturas". Com notável faro para captar o gosto dos leitores, Cásper mandava fazer um jornal bem impresso, com matéria agradável e bem distribuída pelas páginas, trazendo títulos apropriados e ilustrações bem selecionadas e nítidas. Para ele, o jornal só teria aceitação popular se estampasse seções novas, que informasse e divertisse. Nesse setor, Cásper fez mudanças de cabo a rabo. Deixou de lado as manchetes rocambolescas, as notícias e fotos impressionantes de crimes, desastres e suicídios. Preparou, ao contrário, um jornal familiar, sadio, que pudesse penetrar em todos os lares. Adultos, jovens e até crianças podiam folhear suas páginas, certos de encontrar leitura que os instruísse e os educasse. E uma vez terminada, podiam entregar o jornal aos amigos ou empregados para que também usufruíssem da leitura.

Nas palavras de Menotti:

> "tudo o que A GAZETA tem de grande e belo foi imaginado, pensado, calculado pelo gênio empreendedor e ousado de Cásper Líbero. Ele confiava no progresso de São Paulo quando fazia seu jornal dar passos que pareciam audaciosas antecipações." (ibidem).

Jovial, corajoso e cheio do vontade, Cásper Líbero, em menos de dez anos, desde que assumiu a propriedade, imprimiu uma nova e prodigiosa fase de A GAZETA. Pode-se mesmo afirmar que a história do grande

vespertino divide-se em antes e depois de Cásper. Sem sombra de dúvida, ele foi o segundo fundador de A GAZETA. Mais uma. vez, é Menotti Del Picchia, o celebrado criador de "Juca Mulato", quem explica em seu lúcido depoimento:

> "Há uma A GAZETA, depois de Cásper Líbero, tão característica, tão poderosa que deve seccionar-se do seu período anterior para ser compreendida. A GAZETA criada por Cásper Líbero não tem ligação, nem espiritual, nem gráfica com o vespertino anterior".

DÉCADA DE VINTE. Crescia a população de trabalhadores das fábricas naquele início da década de vinte, quando o País preparava-se para comemorar o centenário da Independência. Com a sensibilidade jornalística que o caracterizava, Cásper verificou que os operários, após horas de trabalho no interior de galpões esfumaçados e poluídos, necessitavam de amplos espaços livres e ensolarados, onde pudessem fazer exercícios físicos e respirar ar puro. Traçou então, uma de suas mais felizes metas: *reservar parte do jornal para os esportes, estimulando a prática das mais variadas atividades esportivas.* Havia descoberto no esporte, um elemento vital do cotidiano da população. Não foi sem razão que promoveu, dando largas ao seu pioneirismo, as famosas transmissões esportivas diretamente do Rio de Janeiro. Poderosos alto-falantes colocados na fachada do prédio e no Anhangabaú recebiam, pelo telefone, a irradiação dos lances dos jogos realizados nas Laranjeiras, campo do Fluminense; grandes multidões formavam-se na Líbero Badaró e Anhangabaú para ouvir as transmissões. Depois, tudo era contado, em detalhes, nas páginas de A GAZETA. Tratava-se de uma ampla renovação de hábitos entre os trabalhadores, quebrando a velha rotina do vai-e-vem casa-trabalho, trabalho-casa.

A partir daí, Cásper revelou toda sua genialidade de jornalista e empresário moderno, integrado ao seu tempo, presente em todas as manifestações populares, promotor e incentivador de nobres causas. Era o homem voltado para o bem comum, utilizando o jornal como veículo de informação e formação da opinião pública, através de suas arejadas idéias e convicções.

A GAZETA atravessou incólume a tormentosa década dos anos vinte, registrando todos os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais daquele período. A todo instante, sinais de perturbações da ordem pública. Jovens tenentes de nosso Exército, inconformados com o domínio

político das velhas oligarquias, protestam e pegam em armas. São os dezoito do Forte de Capacabana em 1922, a revolta de Isidoro Dias Lopes em 1924 na cidade de São Paulo e a grande marcha da Coluna Prestes, em 26 e 27. Embora não fosse um órgão político, sem nenhuma filiação partidária, A GAZETA mantinha simpatias pelo partido dominante, o Partido Republicano Paulista, mais conhecido pela sigla PRP. Assim, freqüentemente fustigava os rebeldes que se colocavam fora da legalidade. Claro que, nessas condições, o jornal sofria ameaças. Nada, porém, tirava o firme timoneiro da linha traçada. A oposição de Cásper e A GAZETA aos movimentos rebeldes era em termos contundentes. Quando da fuga dos seguidores de Isidoro, A GAZETA, em sua edição de 28 de julho de 1924, publicava no alto da primeira página, ao lado do título, uma pequena manchete: "Três semanas de angústia." e depois, a grande manchete: "A cidade de São Paulo esteve a mercê de um grupo de caudilhos perigosos". No editorial pedia-se uma exemplar punição daqueles que por vinte e três dias, bombardearam a cidade, trazendo grandes sofrimentos e transtornos às famílias. Mais tarde, como veremos, A GAZETA sofreria represálias como resposta às suas posições altaneiras, sempre ao lado da população.

Registre-se, por outro lado, a solidariedade do vespertino aos movimentos culturais da década, mormente a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Teatro Municipal de São Paulo. Entendia Cásper que era fundamental, para o desenvolvimento do País, o preparo educacional e cultural do povo, especialmente de sua juventude. Tratava-se de um reencontro com nossas origens e formação, de um alerta sobre a imperiosa necessidade de conhecermos o Brasil na sua inteireza, do litoral ao sertão, do norte ao sul, de restituir a cultura autenticamente cabocla. Por isso mesmo, A GAZETA reproduzia os artigos literários, sociológicos, históricos e geográficos, gerais e regionais do Brasil, bem como aumentava a tiragem, chegando a quase cem mil exemplares ao final daquela década.

O antigo prédio da Rua Líbero Badaró tornou-se acanhado. Cásper promove a mudança para o Edifício Médici, quase defronte, bem maior, com três andares e mais três no sub-solo e com saída para o vale do Anhangabaú.

O veterano e venerando jornalista de São Paulo, Silveira Peixoto, lembra esse tempo de calouro nas lides da imprensa, quando aproximou-se de Cásper. Naquele edifício da redação e oficina, encontrou solertes e lúcidos jornalistas, redatores e repórteres, como Pedro Monteleone, os irmãos Miguel e Venceslau de Arco e Flexa, o letrado Brito Broca, o poeta Corrêa Jr., os irmãos Gumercindo e Valdomiro Fleury, o caricaturista João

Brito, com seu indefectível charuto, os irmãos Nuto, Leopoldo e Ernani Sant'Ana. Para Silveira Peixoto

> "não havia em São Paulo, jornal mais bem instalado. Eram salões amplos, salas de recepção, da direção, da redação, da contabilidade, do arquivo, dos linotipos, rotativas e bobinas de papel no sub-solo".

No decurso dos anos 1925 a 1930, A GAZETA deu grandes saltos Em 25, chega a nova rotativa MARINONI. Nesse mesmo ano, Cásper fez instalar no alto do prédio, a sereia, cujo apito alertava os paulistanos sobre a hora certa, isto é, o meio-dia. Ainda em 25, logo após retornar de uma viagem a Paris, onde assistiu uma corrida de pedestres, Cásper dá origem a aquela que se transformaria na maior prova do pedestrianismo mundial e orgulho do desporto nacional – a corrida de São Silvestre, na passagem do ano. Pouco depois, chegou a rotativa MAM, vinda da Alemanha. Grande efeméride de A GAZETA foi o dia 24 de dezembro de 1928 quando circula pelas ruas da Paulicéia, A GAZETA ESPORTIVA, inicialmente as segundas-feiras, depois duas vezes por semana e, finalmente, em 1947, diariamente. A novidade ganhou logo, grande prestígio nos meios populares, sendo considerado uma "escola de capacidade" e de "ética esportiva". Com o significativo slogan "Nós trabalhamos para o bem do Brasil", tornou-se o mais completo jornal especializado da América do Sul. Em 5 de setembro de 1929, surge a GAZETA INFANTIL, outra iniciativa pioneira de Cásper, estampando uma vistosa manchete: "O Brasil caminha pelos pés da criança". Em 1930, novo pioneirismo na imprensa brasileira, a impressão do jornal a cores, com a instalação da rotogravura.

REVOLUÇÃO DE 1930. Chegamos a outubro de 1930. Todo aquele patrimônio cívico, moral e material construído com esforço e abnegação, símbolo do jornalismo, sentinela das liberdades, sofreria um grande impacto. Erguiam-se as armas da represália e da prepotência contra a força da livre manifestação de opinião e do direito de informar. O edifício de A GAZETA da Rua Líbero Badaró é vítima de criminoso atentado, em nome da Revolução do outubro de 1930, chefiada por Getúlio Vargas. Corredores e salas são invadidas, saqueadas e incendiadas. Era a fúria dos esbirros da ditadura que se anunciava. Os vândalos atiravam à rua, todo o material da redação, incluindo mesas, cadeiras e estantes; a rotogravura foi destruída, inutilizados os linotipos com ácidos corrosivos e até o tradicional relógio da frente, foi apedrejado.

> "Na grande fogueira da frente – recorda Affonso de Freitas Jr., testemunha ocular –queimavam-se os instrumentos de libertação do homem contra a prepotência dos violentos! E a sereia de A GAZETA que eu ouvi naquela fatídica tarde, lançava aos ares o seu silvo lancinante de pedido de socorro contra aquele atentado de vândalos!" (in O Cinqüentenário de A GAZETA, edição de 18 de maio de 1956).

O testemunho do próprio Cásper que, com seus companheiros, assistia perplexo a tudo, registra:

> "Tudo isso porque o jornal dos paulistanos se colocava ao lado de seu povo, defendendo os interesses de seus leitores e, acima de tudo, honrando o chão no qual erguera seus alicerces, não importando as conseqüências".

E, mais adiante:

> "...incendiou-se uma casa que lutava pelas liberdades públicas, invadiu-se e apedrejou-se um local que representava a soberania de São Paulo, no intuito de amedrontar seus leitores e calar a voz da imprensa".

O jornal voltou a circular em 17 de novembro, sob a gerência de Pedro Monteleone, enquanto Cásper permanecia no exílio. Foi nesse momento crítico que mais fulgurou a altivez e a coragem indômita de Cásper Líbero, na plena vivacidade de seus 41 anos. E "A GAZETA", como a Fênix da fábula, ressurgiu das próprias cinzas, ainda mais vigorosa e completa. Entendia Cásper, que o empastelamento da sede da redação, não significava a morte do jornal. Era preciso reagir, mesmo a custa de ingentes sacrifícios. Foi o que fez ao retornar do exílio em Paris. Mais tarde, obteve ganho de causa na justiça e o governo foi obrigado a reparar os prejuízos, indenizando o jornal. Foi assim que A GAZETA, nas mãos de Cásper, preparou-se para a grande epopéia de 32.

1932. A Revolução Constitucionalista de 1932, foi um movimento paulista de repúdio ao governo Vargas que teimava em nomear interventor federal e em prorrogar a adoção de uma nova Constituição, a ser elaborada por uma Assembléia Constituinte. A GAZETA abriu suas páginas para abraçar a nobre causa de São Paulo e retratar, com fidelidade, um capítulo

de nossa história, da maior expressão. *A atuação de Cásper Líbero, no jornalismo da Revolução, atinge um de seus mais altos momentos*. A GAZETA é a trincheira onde o combate não esmorece. O jornal é a luz e o clarim da jornada redentora, a sentinela da retaguarda em defesa da dignidade e da honra de São Paulo. Enfrentou a censura a mando federal, para manter a população bem informada.

Em janeiro de 32, meses antes do início das hostilidades bélicas da chamada "guerra cívica", Cásper ordenou, num ato que bem simboliza sua identidade com os motivos da revolta e sua vontade de devolver as humilhações que o Estado sofria, a publicação do poema MINHA TERRA! MINHA POBRE TERRA! de autoria do tribuno da Revolução, o insuperável Ibrahim Nobre. Ninguém traduziu com maior grandeza o espírito que dominou a todos os paulistas, naqueles dias cheios de fé e idealismo, do que Ibrahim, ao escrever:

> "És paulista? Ah! Então tu me compreendes! Trazes como eu, o luto na tua alma e lágrimas de fel no coração. Ferve em teu peito a cólera sagrada, de quem recebe, em face, a bofetada, o insulto, a vilania, a humilhação..."

Era um libelo, um desafio às poderosas forças federais. Quando outros jornais, devido às possíveis represálias, delicadamente recusavam publicar, Cásper responsabilizou-se pelo gesto. Foi um duplo ato de coragem. Ibrahim ao escrevê-lo, Cásper ao publicá-lo. Pela segunda vez, amargou um exílio de dois anos e o jornal passou por sérias dificuldades.

A CAMINHO DA RUA DA CONCEIÇÃO. Ao retornar de um certo ostracismo, incompatível com seu temperamento, Cásper novamente arregaça as mangas. Organiza vários eventos ligados aos esportes: a travessia de São Paulo a nado, o torneio várzeano de futebol "Cidade de São Paulo", a prova ciclística "9 de julho", numa homenagem a Revolução de 32, e deu grande impulso aos Jogos Universitários Brasileiros.

Como um gigante, recuperou os prejuízos materiais do jornal. Mesmo assim, o comandante não estava satisfeito. Achava que fazia-se necessário uma boa reparação moral. Para tanto, começou a planejar a construção de uma casa própria para A GAZETA. Novo pioneirismo. Era a primeira projetada para servir a um jornal. Um edifício que não deixasse dúvidas quanto a sua importância na vida diária dos paulistanos e nas esferas governamentais. Se bem pensou, executou melhor. Comprou um terreno

na Rua da Conceição, quase defronte à Igreja de Santa Ifigênia, no centro da capital, e nele construiu o imponente edifício de A GAZETA, de oito andares, dispondo, entre outras instalações, de oficinas, redação, arquivo, auditório e um centro de debates. Inaugurado em 3 de novembro de 1939, marcou época em São Paulo. A cidade ganhava um novo e majestoso monumento, abrigando em moderno edifício, uma das maiores empresas jornalísticas da América Latina, símbolo da liberdade de imprensa. Na memória dos que tiveram a ventura de comparecer à festa inaugural, ficou a imagem radiosa de Cásper Líbero, um homem feliz. Como escreveu o jornalista Fernando Nobre, presente naquele dia:

> "Nunca esquecerei o dia em que, Cásper, exultante, inaugurou festivamente, o magnífico prédio de A GAZETA". (in Saudades, A GAZETA, 16 de maio de 1956).

Em 1941, Cásper lança o semanário GAZETA MAGAZINE, com excelente corpo de colaboradores e repercussão nos meios culturais dos países latino-americanos. Em julho desse ano, vai aos Estados Unidos e faz exibir, em Nova York, um documentário sobre sua querida empresa, mostrando como funcionava A GAZETA. Aproveita para conhecer melhor o jornalismo norte-americano. Ao final, conclui que nada ficávamos a dever no gênero.

Em 1942, toma a iniciativa de fundar o Clube dos Diretores de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo. Em 15 de março de 1943, outra memorável inauguração, a RÁDIO GAZETA, PRA 6, vitoriosa iniciativa de Cásper Líbero. É ele quem conta:

> "No começo da década de quarenta, percebi que o rádio se difundia extraordinariamente rápido no Brasil. A cada dia, mais e mais pessoas se muniam de aparelhos para ouvirem músicas e notícias. A GAZETA não podia ficar de fora desse avanço".

A MORTE TRÁGICA.

> "Cásper não teve declínio; a própria fatalidade, em sua crudelíssima voragem, ceifou-o, na apoteose do zênite", escreveu Fernando Nobre em página de saudade.

Sobre aquele dia fatídico, de 27 de agosto de 1943, registre-se o depoimento de Silveira Peixoto:

> "Parece que foi ontem, de tanto que ficou na memória de todos nós... Na manhã brumosa, lá fomos pela velha estrada do aeroporto de Congonhas. Seguia Cásper numa daquelas viagens ao Rio, uma rotina de seus dias. O teto estava baixo, ficamos a conversar numa roda de amigos. Ia também o arcebispo D. José Gaspar. O céu rasgou o véu do nevoeiro, deu condições de vôo. À chamada para o embarque, Cásper brincou, nos seus modos risonhos: "Então, D. José, afinal vamos para o céu?..."

Algum tempo depois, já na redação, um telefonema lacônico dizia que o avião caíra ao mar, após bater uma das asas na torre da Escola Naval. São Paulo e o Brasil perdiam o grande jornalista. Aquela rua de seu jornal, passou a chamar-se Avenida Cásper Líbero.

Por ocasião do cinqüentenário do vespertino, em 1956, sob a direção de Pedro Monteleone, pensava-se em nova mudança, agora para a Av. Paulista, a histórica e pujante artéria de São Paulo. Crescia o legado deixado pelo testamento de Cásper. Mais alguns anos e a notícia de 1968 – inaugurava-se a nova e espaçosa sede da FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO, com todos os grandes avanços tecnológicos. Ali, palpitam A GAZETA, a ESPORTIVA, a RÁDIO, a FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL "CÁSPER LÍBERO", fundada em 1947, com o nome de Escola de Jornalismo, a primeira do Brasil e da América Latina, a TV GAZETA, canal 11, inaugurada em 25 de janeiro do 1970, enfim todo um monumento cultural, um conjunto de escola de formação e meios de comunicações, a serviço de São Paulo e de uma "Pátria maior e melhor", expressão que Cásper gostava de usar. Atestado eloqüente a honrar a memória de seu maior criador e incentivador – CÁSPER LÍBERO, glória do jornalismo brasileiro.

• • •

AS MEMÓRIAS COMO FONTE HISTÓRICA

Duílio Battistoni Filho *

Resumo: *O Autor ressalta a importância do gênero Memória como preciosa fonte histórica e demonstra também como modelo literário foi praticado por diversos autores ao longo do tempo. Desde Plutarco ou Santo Agostinho, as Memórias constituem legados inestimáveis para o conhecimento histórico.*

Abstract: *The Author points out the importance of the memory type description as a precious historical source and also demonstrates how the literary model was practised by various authors along the time. Since Plutarco or Santo Augustin, the Memories constitute inestimable legacies for the historical knowledge.*

As *Memórias*, tão em voga nos tempos atuais, representam a faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente. São diferentes dos *Diários* na medida em que não são contemporâneas dos fatos narrados. Estão próximas da autobiografia a qual surge na literatura romana como relatório, prestação de contas de atos realizados. *Que maravilhas não fazem as memórias na preservação e guarda do passado,* já dizia o velho Plutarco, que andou contando a vida pregressa de figuras ilustres da Grécia e Roma.

As *Confissões* de Santo Agostinho representam a primeira autobiografia autêntica ao introduzir a autocrítica ético-psicológica. O bispo de Hipona foi o primeiro a criar na literatura ocidental este gênero literário.

Elementos acentuadamente autobiográficos encerram os escritos de Dante Alighieri quando no Renascimento estavam em voga correntes humanistas. Entretanto, a forma clássica dos escritos autobiográficos semelhantes às Memórias que procura revivescer o passado numa narração amena ou picante, florescera na França. Nesse país, as condições sócio-culturais eram propícias, pois ali havia uma nobreza culta, palaciana e refinada, interessada no jogo de intrigas cortesãs. Participando de muitas guerras, apreciada durante muito tempo como alta escola de diplomacia, a

* Membro do IHGSP e professor da PUCCAMP.

França fornecia muitos militares e embaixadores interessados em mostrar suas proezas. Aliás, havia, nesse país, a tradição de uma historiografia baseada nas memórias pessoais, remontando aos tempos de Gregório de Tours.

A vida de salão no século XVIII, na França, foi favorável para o surgimento das Memórias, principalmente durante a época do Antigo Regime, como o caso de Saint-Simon ou as *Confissões* de Rousseau, estas, verdadeiro monumento literário vazadas numa linguagem de devoção e auto-análise. Mesmo após a Revolução Francesa e na época Imperial surgiram uma rica colheita de depoimentos.

Na Alemanha, somente a partir do século XIX, é que as Memórias adquirem um forte impulso como fonte histórica Schiller, poeta alemão, afirmava a grande importância delas e lamentava a sua quase ausência na Antigüidade e Idade Média. Sendo um relato em retrospectiva, passado o tempo dos acontecimentos, ocasiona uma defasagem e, por isso, às vezes, a narrativa perde sua fidelidade, levando o autor a deformar o juízo sobre fatos e pessoas. Por isso, é preciso muito cuidado principalmente no exagero de ajuizamento da pessoa que escreve, dos acontecimentos que viveu ou que presenciou.

Fora da França e Alemanha, as mais famosas Memórias do século XVIII são as italianas como as de Casanova e Goldoni.

As Memórias devem sofrer uma severa crítica externa. Pode haver o caso de duas redações distintas como nos *Comentários e Cartas* de Blaise de Montluc. Em muitas ocasiões, são ditadas a uma outra pessoa pelo autor, como no caso de Santo Inácio de Loyola que relatou aspectos de sua vida a seu discípulo favorito, Luís Gonçalves da Câmara, ou como no caso do cardeal Richelieu, cujas memórias foram elaboradas pelo Barão de Sancy.[1]

Quanto aos seus aspectos internos e suas relações com os externos, deve-se apurar como a obra se formou e se é autêntica. Aí exige-se uma investigação apurada – quando foram redigidas e quando foram terminados seus capítulos. Sabe-se que Talleyrand escreveu suas Memórias em 1815 e as concluiu um ano depois. Entretanto, muitas de suas páginas foram adulteradas de propósito por mãos estranhas. Hoje, por exemplo, na França, alguns historiadores duvidam da autenticidade dessa obra. As Memórias de Saint-Simon foram anotações diárias e ampliadas mais tarde. Pode acontecer que a obra oficialmente é dada a uma pessoa, mas que na realidade pertence a outra. Podemos exemplificar com o caso comprovado de

1 - Guillermo Bauer. *Introduccion al Estudio de la Historia.* Barcelona, Bosch Casa Editorial, 1957. P. 435.

Grandchamps ou de Barras, cujos relatos foram redigidos pelo historiador Rousselin de St. Albin que recolheu apontamentos, notícias e correspondências do estadista, mas que, assim mesmo, representam um documento importante da época.

Uma pergunta se impõe: quais os motivos que levam uma pessoa a escrever Memórias? É a necessidade de preservação e guarda do passado que levam tantos escritores e homens públicos a contar aqueles acontecimentos de que participaram, quer como protagonistas e agentes, quer como simples espectadores. E ao mesmo tempo, para muitos, o meio de como retardar a fuga veloz do tempo, com a evocação das horas passadas. Para muitos, o balanço final nas operações de uma vida, no afã de pesar os prós e contras, a fim de verificar se houve lucros e perdas. Há ainda os que escrevem suas Memórias por mera vaidade e procuram dar-se importância excessiva na participação dos acontecimentos. Mas há também os que amam a verdade e com seus depoimentos procuram esclarecer pontos obscuros da vida política e literária, artística e social.

O príncipe Eugênio de Wurtemberg deixou duas redações recordando aspectos de sua vida, uma para sua família e outra dada à publicidade. Muitas vezes o texto propõe ensinamentos úteis através de suas experiências pessoais – como no caso do Marquês de Beauvais-Nargis – para que servissem de exemplo a seu filho de como comportar-se na Corte. Certas obras representam uma justificação para acusar adversários responsáveis pela queda de uma personalidade como no caso do cardeal Bernis, protegido de madame Pompadour, substituído no cargo de ministro, em 1758.

A atitude subjetiva se faz presente em todas as formas literárias. Colocando-se no centro, fazendo autobiografia em vez de memórias, o autor procura o auto-exame, o aperfeiçoamento moral, a auto-justificação como a obra *Apologia pro sua Vita,* escrita em 1864 pelo cardeal Newman, ou pelo desejo nostálgico de prolongar sua existência, como Selma Langerlof no seu Livro *Marbacka,* 1922. Chateaubriand, escritor francês do Romantismo, escreveu suas Memórias para serem publicadas depois de sua morte. Guizot, ao contrário, procurou estampá-las enquanto estivesse vivo, a fim de responder por elas.

Deve-se ressaltar que, muitas vezes, o gênero memorialístico se disfarça e se infiltra em obras de várias categorias. Stendhal, Boswell, Montaigne falam sempre de si, da sua experiência, quando escrevem romances, biografias ou ensaios[2]. O mesmo acontece no Brasil, pois grande parte da obra ficcional de José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano Ramos,

2 - Afonso Arinos de Melo Franco *Amor a Roma.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.224.

por exemplo, é de índole memorialista. A leitura desses autores, assim como as correspondências, os diários, as narrativas de viagem, os discursos parlamentares, muitas vezes podem ser de conteúdo autobiográfico, ao exprimir confidências pessoais, públicas e como formadoras de opinião. As *Epístolas dos Apóstolos* são um exemplo típico desta última asserção. Pode acontecer como as famosas *Cartas do Diabo* aparecidas na Baixa Idade Média como pura invenção, com a finalidade de criticar os costumes da época.

As Memórias que focalizam principalmente episódios políticos tendem mais para História que para Literatura. São os casos de Saint-Simon e Guizot, exemplos clássicos. O cortesão de Luís XIV recorda a infância apenas para fundamentar o seu orgulho linhagista. Já o ministro de Luís Felipe, sem títulos nobiliárquicos, escreve sua volumosa obra no prospecto de sua *Colletion des Memoires*, cujo objetivo era conhecer a França e suas tradições desde o século V ao XVIII, diferente da obra de escritores eruditos, mais ou menos recomendáveis, mas dominados por visões estreitas e sistemáticas, e que nunca souberam reproduzir os acontecimentos e os homens com a fidelidade moral, a simplicidade ingênua e animada que fazem o encanto e também a verdade histórica. Nestas obras, em que fatos da vida pública e privada são expostos, o tempo externo se subordina ao tempo interno, e o mundo exterior, se já não é criado, pelo menos só se ilumina com a projeção da alma inquieta.

As Memórias históricas podem ser mais ou menos autobiográficas, enquanto as literárias levam a um relativo esquecimento do que o autor fez. No Diário ou Ensaio, o autor pode escrever todo o tempo sobre si mesmo e não falar nunca de sua própria vida. Pode ficar limitado ao campo imaterial, intemporal das reações, sensações, esperanças e paixões. Já as Memórias exigem a presença de uma trama dos fatos, de ambientes, de seres, colhidos no mundo exterior e intimamente ligados à vida do autor. Representam a reelaboração de um mundo extinto, mas nem por isso menos real. O Diário e o Ensaio nunca podem ultrapassar o esforço de criação de um mundo ideal. Por isso mesmo que se cerca de uma realidade extinta. O trabalho do memorialista se torna mais literário na medida em que ele se omite, e mais histórico na medida em que ele se apresenta. Omitindo-se, ele utiliza uma técnica aproximada daquela usada pelo ficcionista, podendo realçar os valores lidimamente literários das descrições e interpretações, mas nunca, é bom acentuar, se desligando dos compromissos com a verdade factual. Colocando-se no centro, fazendo autobiografia em vez de memória, sua tendência será mais para valorizar os acontecimentos em si do que a

exposição e significado dos mesmos. Daí deduzirmos que a ênfase autobiográfica é mais histórica do que literária em um livro de Memórias.

O memorialista não pretende construir uma personalidade, mas revelar uma pessoa. E esta revelação se processa não mediante o desnudamento direto de uma alma, mas pelo funcionamento de um espírito, de uma inteligência a que assistimos ao descrever, interpretar ou julgar paisagens, situações, seres e idéias que impressionaram o discurso, ora tranqüilo, ora tumultuoso de uma vida.[3]

Quem escreve Memórias não é a si que se retrata, mas a sociedade em que vive e as transformações porque passa. O que surge, aos olhos do leitor, são também as vidas que se entrelaçam ou se chocam com as do evocado. Os que dele se aproximam, para apoiar – colaboradores e adeptos de suas idéias – e os que o combatem por todas as formas, abertamente ou dissimuladas, ou mesmo conspirando para destruí-lo. Nas Memórias de um homem combativo, o que se fornece, antes de tudo, é o painel da sociedade em que lutou, uma galeria de retratos em que figuram companheiros fiéis, colaboradores resolutos e adversários obstinados. O que se retrata não é a ação do reformador, mas, através dele, a sociedade e suas transformações. Aí reside o principal interesse pelas Memórias. Para se conhecer a sociedade de uma época, nada melhor do que surpreendê-la ao vivo, nos momentos em que reagem a reformas radicais.

Os livros de Memórias despertam cada vez mais interesse, menos pelo que revelam os autores de sua vida e mais pelas lembranças, críticas e observações de personalidades de seu tempo. É todo um mundo que emerge dos acontecimentos em que tomamos parte e que flutua ao sabor das circunstâncias, das atrações e incompatibilidades dos indivíduos e suas lutas. As Memórias são, pois, tanto mais interessantes quanto maior ou mais longo for o tempo que cobrem ao mostrar as dissenções e choques da sociedade.

As observações provenientes de homens públicos ou de escritores trazem sempre um pouco de luz sobre a história de que participam como espectadores atentos ou atores de maior ou menor projeção. Conotações políticas podem ser evocadas com maior sensibilidade pelos escritores; homens públicos, ao relembrar sua passagem por ministérios, trazem informações valiosas; professores, reformas pedagógicas têm histórias para contar. Bem elaboradas ou mal escritas, pouco importa. O que nesse gênero interessa, acima de tudo é a probidade do escritor, seu espírito objetivo, sua sinceridade, sua fraqueza, e não a entrega a fantasias sem sentido.

3 - Afonso Arinos de Melo Franco. *Alma do Tempo: formação e mocidade*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961, p. 18.

No Brasil, somente no século XIX é que o memorialismo começou a ter voga, especialmente na época do Romantismo. Podem ser citados os casos de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e o Visconde de Taunay, como documentos importantes, verdadeiros retratos da sociedade de então. Na segunda metade deste século, surgiria uma obra ímpar e que serviria de modelo para os historiadores: *Memórias do Distrito Diamantino* de Joaquim Felício dos Santos, obra que se lê como um romance, na opinião de Capistrano de Abreu. Este livro é um clássico da historiografia brasileira, pelo estilo e fidelidade histórica.[4] Já ao final desta centúria e princípios deste século, Joaquim Nabuco, além de fazer a biografia panegírica do pai, traçou em *Minha Formação*, num estilo lapidar, fidedigno retrato de sua vida interior e exterior.

No atual século, só a partir dos anos 30, verificou-se um interesse maior pelo gênero, quando pontificaram as obras pioneiras de Humberto de Campos, Paulo Setúbal e Oliveira Limaias deste último editadas em 1937, na Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio e prefaciadas por Gilberto Freyre, representam uma apreciação pessoal de um período de sua vida cujo arco do tempo compreende entre 1867 e 1903. Nos seus quatro capítulos ele faz uma apreciação sincera de sua vida diplomática e literária, com elementos da maior importância para o entendimento da vida nacional e internacional daqueles tempos.

Diante da quase inexistência, na época, de memórias de homens representativos da vida brasileira, Oliveira Lima, como escritor de história, decidiu oferecer um sugestivo depoimento sobre o seu tempo. O que reuniu, retrata bem o mundo que ele conheceu, sua narrativa aumenta o universo do leitor que encontra naquelas páginas o espírito do século passado, a *belle epoque*, que chegou até a primeira guerra mundial, pessoas e coisas do Brasil daqueles anos já remotos, podendo-se dizer que o único defeito das reminiscências de Oliveira Lima é não ter o autor deixado concluídas antes de partir do mundo dos vivos. Reclamou a falta de cartas, diários e memórias nas letras brasileiras, daí entender que seria válida uma contribuição sua a esse gênero que, conquanto considerado subjetivo por muitos historiadores, representa, como ele ressaltava, desde que submetido a uma crítica isenta, uma fonte valiosa para o conhecimento de vidas, e a compreensão de acontecimentos e de épocas passadas, mas de interesse cultural para as novas gerações. Amou tanto os livros que no seu epitáfio, no cemitério de Mount Olivet, em Washington, os seus amigos pernambucanos mandaram colocar: *Aqui jaz um amigo dos livros.*

4 - Oiliam José. *Historiografia Mineira*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1987. p. 101.

Outros viriam e enriqueceriam a literatura brasileira como Luís Edmundo, Graciliano Ramos, Afonso Arinos de Melo Franco, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Miguel Reale, Roberto Campos, Guilherme Figueiredo, para citar alguns. Hoje contam-se numerosos os livros em que políticos, estadistas e literatos recordam o passado e as pessoas e acontecimentos em que estiveram envolvidos.

A historiografia brasileira não é fértil e abundante em histórias locais, desde a mais simples reconstituição da mais modesta cidade até a mais importante análise da evolução de um Estado. Salvo honrosas exceções, como aqueles estudos regionais efetuados por historiadores gaúchos e paranaenses, não encontramos em outros estados obras profundas e pertinentes. Entretanto é justo aqui destacar o grande livro de Vivaldo Coaracy, *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro,* pela riqueza de informações e que seguiu fielmente os ensinamentos de Jules Renard, quando este diz que a clareza é a cortesia dos sábios. Vivaldo nos dá uma imagem encantadora do Rio de Janeiro ao revelar uma grande compreensão dos fatos políticos e sociais da *cidade maravilhosa* assim como suas várias tradições, numa clareza meridiana[5]. A leitura deste livro entusiasmou tanto o escritor José Lins do Rego que este chegou a afirmar que a cidade era uma imensa família com suas grandezas e suas misérias.

As evocações de infância, como as de José Lins e Gilberto Amado, ganham destaque não só pelas lembranças e acontecimentos quando crianças e adolescentes, como também pelos episódios pitorescos dos costumes nordestinos, seus pais, com os seus valores sociais, morais e intelectuais, com suas crenças e maneiras de ser e de criar e educar os filhos. Esses autores escrevem com extrema simplicidade e com a verdade possível de uma história mais baseada em lembranças do que propriamente em documentos. Tanto mais vivos quanto mais distantes os tempos que recordamos (porque a memória é fugaz e traiçoeira), o que costuma apagar-se mais depressa são os fatos recentes.

As Memórias de Gilberto Amado são mais completas e a sua leitura ressalta logo o seu dom narrativo. Não são elas um relato maçudo de figuras e acontecimentos, mas uma evocação alta de cores, cheia de vivacidade e por vezes de ironia, bom humor, de quem, após tomar parte em rijas refregas e recontros, repassa os acontecimentos com aquele alívio e satisfação de quem escapou ileso das vicissitudes e entreveros. Além disto, as suas Memórias, nos trechos em que revive os seus anos de infância, de mocidade e de vida adulta, estão tocadas daquela neblina de poesia, como disse alguém

5 - Sérgio Millet. *Diário Crítico*. São Paulo, Martins: Ed. da Universidade de São Paulo, volume X, 1981, p. 94.

que, sem esbater relevos e cores, cria um ambiente de sonho e de maviosa saudade. Os sonhos e lutas da mocidade, as graves responsabilidades da vida adulta e pública repassam diante de nós, com aquela vivência e colorido que tiveram, graças à maneira admiravelmente evocativa desse ressuscitador do passado. E a mesma viveza e segurança de traços vamos encontrar nos retratos de homens públicos, diplomatas, escritores e artistas com quem conviveu ou na rememoração de ambientes e ocorrências da vida pública brasileira.

O grande acontecimento na década de 70 foram as Memórias de Pedro Nava. Nelas encontramos a síntese, quase perfeita, de sua infância, desde o meio telúrico de suas raízes cearenses, passando pela hierarquia genética e a cronologia sócio-cultural de Minas Gerais. Na Universidade conquista o título de médico, que seria, por assim dizer, apenas o ponto de partida da insuperável dimensão de sua panorâmica universal. Por questão de seriedade profissional, Nava se dedicou inteiramente à Medicina, salvo incursões esporádicas pela poesia e artes plásticas. Somente, a partir dos 70 anos, resolveu derivar pela alternativa literária e o fez com força de jovem privilegiado pelo talento dos iluminados. Enveredou pelo campo da memorialística, o que é uma forma de reativar o passado, enriquecendo o presente com as promessas do futuro.

Lendo seus livros, verificamos a força aglutinadora dos valores acumulados numa massa de informações, a qual transcende os limites do computador da memória. Os seis volumes da sua obra constituem um exemplo de conteúdo evocativo, sempre arrimados em teor histórico. O primeiro volume *Baú de Ossos,* no dizer de Carlos Drumond de Andrade é *uma lição esmagadora,* tal a sua erudição[6]. Infelizmente, não conseguiu concluir a tarefa histórico-biográfica a que se propôs, pois se deixou dominar pelo sinistro mistério da morte, suicidando-se a 14 de maio de 1984 no Rio de Janeiro.

Muitos escritores, como Fernando de Azevedo, no seu livro de memórias *História de minha Vida* aprenderam a máxima latina *Esto brevis et placebis:* sê breve e agradarás. E nada mais agradável como verdadeira a afirmação tantas vezes repetida, de que é *duas vezes bom o que é bom e breve.* Hoje a predileção das pessoas é por livros menos volumosos dada à carência de tempo e agitação da vida moderna bombardeadas pelos vários compromissos de família e trabalho. Dizia o escritor francês Emile Faguet: é *um dever imperioso para nós que abreviemos senão estaremos condenados a perder tudo.*

* * *

6 - Carlos Drummond de Andrade, apud Pedro Nava. Baú de Ossos. 4ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, p. 7.

CRONOLOGIA DO JARDIM DA LUZ

Juvenal Fernandes *

Resumo: *Neste artigo o Autor expõe cronologicamente os principais eventos relacionados à existência do Jardim da Luz, oferecendo aos analistas um material rico e fundamental para futuras interpretações da vida social da metrópole paulista desde seus primórdios.*

Abstract: *In this article the Author presents the chronology of the main events related to the existence of the Jardim da Luz, offering to the analysts a rich and basic material for future interpretations of the social life of the São Paulo metropolis since its beginnings.*

O núcleo urbano de São Paulo, durante mais de dois séculos, pode-se dizer que foi quase um arraial de sertanistas e um entreposto comercial. Os campos de Piratininga se estendiam a perder de vista, mas não existe dúvida que o estabelecimento dos jesuítas, em sítio próprio para defesa do solo por invasores, teve papel primordial. Índios e jesuítas foram os primeiros povoadores, depois vieram portugueses desbravadores, negociantes e aventureiros. Gandavo, falando da capitânia de São Vicente, cita que "pela terra dentro dez léguas edificaram os padres uma povoação entre os índios... os moradores são, na maior parte, filhos de portugeses e de índias da terra", era a conversão do gentio e o início da formação do povo. Daí o aglomerado de casas, armazéns, ruas e desenvolvimento.

1583 — O primeiro a dizer algumas referências sobre a Luz foi Jaboatão, que "nas imediações da ermida da Luz, foi um frade franciscano por pedir esmola, assassinado por um militar espanhol". Até os dias atuais esse padre é venerado, sendo considerado promotor de muitas graças.

1584 — Foram surgindo nomes primitivos das terras onde se encontra o Jardim da Luz: Campo do Guaré, Campo do Guarê, Campo do Guarepe, Campo da Luz, Campo do comércio da Luz. Pelas atas e registros gerais da Câmara de São Paulo, sabe-se que João Maciel posuia, nos campos do Guaré "60 braças craveiras, assim de largo como de comprimento, donde elle já tem isto, uma casa e curral". João Maciel foi procurador do Conselho,

* Membro do IHGSP.

almotacel (encarregado da aplicação exata dos pesos e medidas e da taxação dos gêneros alimentícios), juiz ordinário, vereador, escrivão do campo, tabelião, escrivão da Câmara, contador, inquiridor, cidadão nomeado, criador e fazendeiro.

1591 — Bartolomeu Bueno casou com Maria Pires, com quem houve filhos e filhas, inclusive Amador Bueno, o Aclamado. Bartolomeu Bueno foi almotacel, tendo exercido diversos outros cargos, teve também terras no Guaré. O rio Guaré, citado em alguns documentos, é, ainda, um mistério, não se tendo notícia do local definido por onde passava.

1601 — Antônio Camacho obteve de João Maciel de Piratininga 200 braças de terras, "começando por um ribeiro arriba que se chama Guaré". Nota-se a citação *João Maciel de Piratininga*, pois toda a planície que se estendia à margem esquerda do rio Anhembi (Tietê), foi considerada por alguns historiadores como a célebre e legendária Piratininga, da mais legítima e veneranda memória histórica, uma espécie de Terra Prometida, região paradisíaca, abundante de iguarias naturais, fertilíssima, ubérrima, com a caça das mais finas: pacas, veados, ariranhas, codornas, perdizes, pombas ao alcance da mão, e pescarias das mais raras rastejando nas margens espraiadas da murmurante caudal, como que em reboleios sensuais de oferecimento.

1602 — São encontradas na região da Luz algumas construções. Casas de taipas, barro batido, currais e cercados para animais e dispensa para sementes e cereais. Afirmando o espírito cristão paulistano também está a capelinha da Senhora da Luz do Guarepe, "pequena no porte, mas angariadora de muitas almas piedosas". Os informes da época dão conta que "nas proximidades da igrejinha da Luz, existiu, nos primeiros anos do século XVII, "o único jardim da antiga vila de São Paulo". Jardim difícil, frágil, vingando em meio às preocupações de uma população que cuidava de coisas mais imediatas. Ficava situado na planície entre os rios Anhembi e Tamanduathey e a ribeira da Anhangabahy. Assim, num domingo ensolarado, como era contado, Domingos Luís estava terminando o levantamento de uma capela. Fato citado por Anchieta, em carta ao capitão Jerônimo Leitão: "... já lhe dissemos missa nella cõ mta festa". A floresta original dominava os terros a perder de vista, de um lado e de outro, na direção do rio Anhembi, a baixada e os campos estendidos. Essa terra pertencia a João de Toledo Castelhanos, filho de Simão de Toledo Pizza. De João de Toledo encontramos em Pedro Taques, citado por Silva Leme, que "vivia no retiro de uma quinta, vulgarmente chamada chácara, situada no alto plano que faz o rio Tamanduathey, unido já com a ribeira Anhanbabahy (por detrás do Mosteiro de São Bento, em tiro de peça), na

campina do sítio da capela de Nossa Senhora da Luz do Guaré". Aí "se recreava com a cultura de várias flores de um jardim que era o total emprego de seus cuidados", e, "com elas adornava os altares da igrejas de São Paulo". As enchentes do Anhembi tudo alagavam, diz o capitão Francisco Miranda, provocando a conseqüente inundação da várzeas adjacentes, tornando impossível a travessia para o outro lado. Eram águas selvagens, incontroladas e nada lhes resistia. Do lado do jardim, comenta o indignado capitão Miranda "hum pântano que atola de huma a outra taipa", acentuando que os que jordaneavam. ao atravessarem aquelas paragens, tinham de o fazer "com ágoa por cima do joelho, e com muito custo, sendo muito mais custoso e vergonhoso às mulheres quando ali chegavam, por ser aquele logar muito freqüentado de gente e lhes não ser tão dessente o arregassarem, o facto como os homens, dentre os quais alguns, por curiosidade, se demoravam ali, tomando por divertimento, faltar ao pejo das mulheres". Das origens da capela, no espaço do jardim, existem notícias de ser conhecido o local por Caminho de Nossa Senhora da Luz, ou Nossa Senhora do Guaré, por ter ali Domingos Luiz, o Carvoeiro, e sua mulher Anna Camacho, erigido a ermida em que se transformou o Recolhimento da Luz. Esse Domingos Luiz era conhecido pela alcunha de Carvoeiro, em virtude de ter nascido em Carvoeira, povoação do Conselho de Torres Vedras, em Portugal. Sob a invocação da Santa, a primeira capela de Nossa Senhora da Luz, foi construída no bairro do Piranga, Ireripiranga ou Ipiranga, em 1579, e, mais tarde, foi transferida para o bairro da Luz.

1608 — A viúva D. Maria Álvares, mulher que foi de Manuel Eannes, "veio a pleitear uma área de solo nas vizinhanças, entre o Recolhimento, os campos da Luz e do Seminário".

1640 — Na metade do século XVII havia dois locais de divertimento e passeio: "o sítio da Luz e certos trechos da várzea do Tamanduathey, quando não se trabalhasse".

1771 — Mais de século se passou e praticamente nada foi feito, nada mesmo. Continuava o jardim abandonado e triste. O Thamanduathey desaguava para cima da Coroa, fronteando o Pari, nas paragens então chamadas Piaçaguera. As cheias colossais avizinhavam-se dos campos da Luz.

1790 — Por Aviso Régio, em 17 de novembro, o capitão Bernardo José de Lorena recebeu ordens para a criação de um Jardim Botânico.

1798 — Comunicação do ato do Aviso Régio, ainda sem solução, nomeou-se o sargento-mor, Antônio Marques da Silva, para diretor e inspetor de empreendimento de criar o Jardim, no bairro da Luz, oficialmente, que teria "vinte datas de terras com testada de 273 braças (=

600,60 metros), contadas desde os muros do Padre Capelão até o ângulo defronte ao Espaldão (contraforte do aterrado de Santana)", área que entrou para o domínio da Capitânia.

1800 — No começo do oitocentismo, fizeram-se, no sítio da Luz, as chamadas Feiras de Pilatos, com entrudo (carnaval), concertos de músicas, divertimentos, onde alimentavam-se bailes. A esse tempo, Castro e Mendonça, um dos capitães-generais, exercia o domínio total da Capitania, era seu feudo a vila de São Paulo. Seu governo de cinco anos decorreu entre banquetes, festanças e paradas militares. O capitão-general Mendonça era chamado de General Pilatos, daí a Feira de Pilatos, que começou a partir do primeiro domingo da Santíssima Trindade. Aos bailes compareciam as famílias, com as senhoras e meninas "portando vasquinhas e gibões de tafetá, fazendo-se carregar de jóias e ouro; os homens, afraqueados, e os meninos trazendo calções e bigão de damasco e cetim". A 21 de fevereiro, o capitão-general Antônio Manuel de Melos Castro e Mendonça, oficiou-se ao conde de Linhares, D. Rodrigo Domingos de Souza Coutinho, secretário de Estado da côrte, relatando-lhe as providências para a formação do Horto Botânico. As obras foram iniciadas, mas enfrentou-se, desde logo, o problema do abastecimento de água, problema esse que já tivera o Convento da Luz. Resolveu-se, então, pela canalização, formada pelo represamento do ribeirão Saracura, afluente do Anhangabaú, e que também alimentava o chafariz do Piques, essa canalização era conduzida por telhas. Estendeu-se o conduto através do Morro do Chá, entre as terras do brigadeiro Francisco Xavier dos Santos, e que foram legadas ao seu sobrinho José Joaquim dos Santos Silva, pelos espaços do atual Teatro Municipal. Do lado do Tanque do Zuniga (Largo do Paissandu) passava defronte a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia, atravessava quintais da rua Triste (Avenida Casper Libero), atingindo o Horto Botânico, onde alimentava o tanque, que ao transbordar lançava as águas em direção do Tautanduatei.

1803 — O capitão-general de São Paulo, Antônio José de França e Horta, foi um homem muito original. Esmiuçava a vida particular de todos e a tudo punia, desde as grandes faltas às pequenas patifarias. Era moralista, tinha ódio da moda e uso de capuzes e baetas, e o que não se resolvesse nos casos de polícia ou tribunais, era decidido a cacete, até que se aprendesse a andar na linha reta. Quantos pobres diabos que perambulavam pelo jardim passaram sem saber por bastonadas das mais autorizadas.

1807 — Nas reuniões de música, nas charangas e passeios no jardim, encontravam-se, desde a entrada e, em diversos pontos, cavaletes, mesinhas e bandeirinhas, bancos, frutas e refrescos, garapa e pipoca. Eram vendidos

por meninos de mando e escravos, geralmente mulheres. Entre as guloseimas, comia-se: rapadura, bolos de amor, cocadas, baba de moça, broas diversas, broinhas de côco, bolo de mandioca ou cenoura, bolo gordo, bolo de tapioca, doce de manga, de cidra ralada, arroz-de-leite ou arroz-doce, rosquinhas caipiras, doce de batata, de figo, melado, batata em calda, banana prensada, doce de amendoim torrado, paçoquinha, pão-de-ló, quindim, doces folhados, de ovos, bolos de frutas, mingau e canjica, doce de chocolate, grande influência portuguesa e africana juntada à caipira. As frutas encontradas eram as da época, da terra e do interior. A receita mais difundida para o pé-de-moleque era a seguinte: "Um kilo de assucar mulatinho para fazer a calda em ponto de fio forte; junta-se um prato de amendoim torrado o bastante, mexendo-se bem, com a calda batida fora do fogo, até ficarem assucaradas as beiradas do tacho. Os pés-de-moleque são pingados sobre uma pedra mármore untada com gordura de manteiga, ou, sobre uma taboa humida, quando estiverem bem secos tiram-se devagar com uma faca de ponta. É de lamber os beiços".

1812 — O jardim recebeu por diversas vezes a visita de Domitila de Castro, a futura Marquesa de Santos.

1817 — No Jardim da Luz, até este ano, as festas públicas, à noite, eram feitas com luminárias, compostas de tijelinhas com azeite puro, onde flutuavam pavios, e, daquele ano em diante, começaram a usar lanternas de vidro.

1821 — Na parte histórica da Indèpendência, lá residiram os Andradas, tendo aí José Bonifácio de Andrada e Silva, a 29 de dezembro, redigido segundo o depoimento do padre Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, a famosa representação do Governo Provisório, que ocasionou o "Fico".

1824 — Não se concederam a ninguém, na praça fronteiriça ao local reservado ao Jardim Botânico. O primeiro presidente provincial Luís Antônio Monteiro de Barros, futuro Visconde de Congonhas do Campo, nomeou o marechal de campo José Arouche de Toledo Rendon para dar continuidade a finalizar a obra do Jardim Botânico. A empreitada foi aceita, mas logo depois Rendon foi substituído pelo tenente-coronel Antônio Maria Quartim.

1827 — Na gestão de Antônio Maria Quartim, por ordem do presidente provincial Tomás Xavier de Almeida, se procederia à avaliação daquele próprio da Fazenda Nacional. A medição dá a entender que a área abrangida pelo Jardim começaria na antiga rua da Alegria (segmento da atual rua Mauá), prolongando-se, pelo lado esquerdo, até as vizinhanças fronteiras ao Recolhimento da Luz. Através do tempo algumas mutilações fizeram com que o Jardim adquirisse uma forma pentagonal.

1830 — O 14° presidente provincial, José Carlos Pereira de Almeida Torres, visitou as obras e surpreendeu-se vendo que "o local fora transformado em pasto de gado, visto que encontrou, soltos, dentro do mesmo jardim, oito bois de carros e um cavalo, que soube pertencerem a um jardineiro alemão que ali não se achava; foi informado que o abuso datava já de muito tempo e que no lugar onde estavam os bois se havia feito uma plantação de capim à custa da Fazenda Pública, tendo ainda encontrado em um rancho existente, pertencente à nação, três mulheres sem ocupação e notou que passavam o tempo atoa, três estrangeiros que ganhavam, cada um, 420 réis por dia, e, um escravo da nação, todos não tinham quem os inspecionassem ou dirigissem". Dispensou-se o jardineiro de 2.500 réis mensais, e, além do mais, produzia carvão e mandava-o vender na cidade.

1831 — A Câmara Municipal tratou para que o povo tivesse atendimento na limpeza e na higiene. Os edis começaram a discutir por três dias e chegaram a diversas conclusões. O vereador Antônio Gonçalves propôs que para o transporte de lixo "se comprasse uma carroça com uma besta e que se fizesse uma cocheira no Jardim Público, aproveitando o capinzal, e dois africanos livres, um para dirigir a carroça e outro para tratar da besta, podendo os dois, além disso, serem empregados em qualquer outro serviço".

1835 — O Brigadeiro Tobias, Rafael Tobias de Aguiar, presidente da província, falou à Assembléia Legislativa Provincial, em seu relatório: "continua-se a trabalhar no jardim... e não pelas despesas, mas para o recreio aos cidadãos, não é conveniente abandonar uma obra começada, perdendo-se o que está feito". Tentaram ampliar o Zoológico, mas os animais ferozes eram caros para importar e também comiam muito, e se com alguns macacos, patos, araras, pombas, dois pavões, uma avestruz, uma coruja, dois tucanos e tatus, não se pode fazer um zoológico, assim a tentativa fracassou.

1838 — A medicina engatinhava e o remédio que era mais eficaz, ainda, eram as sanguessugas. O Jardim Botânico, por lei provincial, deixou de ser chamado por esse nome para ser denominado Jardim Público. O lago central tinha a forma de uma Cruz de Malta, ou Cruz de Savóia. Foram colocados nele alguns peixes decorativos, jaburus e diversas aves aquáticas. Para a água foi canalizado o Tanque do Bexiga, distante a três quilômetros. Usaram um encanamento de papelão, revestido de uma substância betuminosa, mas, pouco tempo durou...

1839 — Quando o viajante americano Daniel Parish Kidder (1815–1891) esteve nos visitando, observou que o parque da Luz, por inteiro, estava um tanto abandonado, e acrescentou que o plano geral era de muito

bom gosto, contando com bonitas alamedas, curvelíneas e bem arborizadas. De 1837 a 1840, aqui permaneceu, viajando por todo o país. De volta aos Estados Unidos reuniu todas as suas observações num livro importante "Reminiscências da Viagem e Permanência no Brasil".

1841 — Com Miguel de Souza Melo e Alvim "foi construído muro na frente e assentado um portão de ferro com pilastras de cantaria "embora persistissem dois problemas que pareciam insolúveis: falta de água para a irrigação e iluminação noturna, deficiência esta que era geral na cidade.

1852 — O jardim foi enriquecido com plantas indígenas e exóticas. Tornou-se costume ir ouvir musica no Jardim Público. O coreto ficava lotado de "professores de música" e fazia o deslumbramento dos rapazes que, para lá e para cá, ficavam "estudando" as mocinhas, geralmente, debaixo dos olhos da família. A música era tocada aos domingos após a missa e depois era repetida à tarde. No intervalo das duas sessões havia piquenique, descanço, esportes e namoros. A programação musical era composta de marchas, trechos de óperas e canções e modinhas, cantadas por "moças prendadas e rapazes de boa voz". A mais esmerada seleção era assim apresentada: introduções ou trechos de "Orfeu e Eurídice", de Gluck; "Fausto", de Gounod; "Martha" de Flotow; "O Messias" de Handel; O Boticário" de Haydn; "As Bodas de Fígaro", "Don Juan" e a "Flauta Mágica" de Mozart; "O Barbeiro de Sevilha", e "Guilherme Tell", de Rossini; "La Traviata", "Aída", "Il Trovatore", de Verdi; "O Navio Fantasma" de Wagner; "O Caçador Furtivo" de Weber; Canções Sacras de Bach, Sonatas de Beethoven, Canções de Schubert e Schumann, e outros que eram regidos por diversos maestros. Ficou fazendo parte obrigatória o "Hino à Mocidade Acadêmica" e "Quem Sabe?", de Carlos Gomes, que várias vezes esteve à frente da orquestra, sendo um regalo para os olhos iluminados de SantAnna Gomes, seu irmão.

1854 — O conselheiro José Antônio Saraiva adquiriu no Rio de Janeiro variedades botânicas, mudas, plantas exóticas e flores para aclimatá-las ao Jardim. Três quartos da área estavam plantados, faltando pessoal, verbas e água.

1857 — Diz Antônio Egídio Martins que o primeiro Carnaval Paulista foi realizado com o incentivo da Marquesa de Santos, já com idade avançada mas com espírito muito jovem e alegre. Armaram-se tablados e todo o povo dançou com muito empenho.

1860 — O capitão Antônio Bernardo Quartim entregou à Companhia Inglesa "vinte braças de terreno, da frente ao fundo, para a construção da estação ferroviária.

1865 — Dever-se-ia inaugurar, em 6 de setembro, o trecho da estrada de ferro que terminava na Estação da Luz. Houve um terrível desastre que impediu tal acontecimento. Entre os feridos estavam: o Barão de Itapetininga, o conselheiro Vicente Pires da Mota, que era padre, o conselheiro Joaquim Inácio Ramalho, depois Barão de Ramalho, e muitas outras pessoas de renome. Morreram um maquinista e um músico do Corpo dos Permanentes. A Câmara Municipal havia preparado um banquete no Jardim Público. Colocaram-se mesas e bancos no jardim. No dia seguinte, apesar do jardim amanhecer aberto, tudo o que se havia preparado estava intacto, não havendo sequer falta de uma só colher.

1868 — O Barão de Itaúna (Cândido Borges Monteiro) mandou substituir a antiga canalização de água por valetas e encanamentos. Descobriu-se que tais canaletas de papelão, da Bélgica, eram da pior qualidade possível. Recompôs-se pedestais de esculturas e construiu-se um chafariz no centro da Praça da Luz, fronteiro ao Jardim Público.

1872/1875 — João Teodoro Xavier de Matos, o reurbanizador da cidade, contratou Joaquim Gaspar dos Santos Pereira, que cuidou e zelou pelo jardim durante 50 anos. Edificou uma torre circular de tijolos à maneira de um mirante e observatório climático, ao preço de 6 contos de réis. A obra elevou-se "a vinte e tantos metros de altura, fronteira à Estação da Luz e ganhou o cognome de *Canudo do Dr. João Teodoro*. Peça arquitetônica semelhante a um farol marítimo, com escadas circulares internas, unindo os cinco andares, onde casais aproveitaram para participarem de atos obscenos. Foi fechada em 1890 e demolida em 1900, reutilizando-se o material para murar a parte inicial da rua dos Imigrantes (atual José Paulino). O Jardim Público e a Ilha dos Amores (na várzea do Tamanduateí) foram as meninas dos olhos de João Teodoro.

1875 — Joaquim Eugênio de Lima, engenheiro uruguaio, apresentou plantas para a construção de quioques a serem instalados no jardim, mas não foram aprovadas. Sucessivamente passaram bastante atuantes Jacob Friedricks e Jules Martin. A vizinhança do jardim e da estação ferroviária atraíram a freqüência popular que vinha ouvir as bandas militares e outras funções artísticas. Em 10 de julho foi inaugurada a Estrada de Ferro Sorocabana. Em 23 e 30 de abril de 1876, exibiram-se aeronautas que ascendiam em balões. O balonista mexicano, Teobaldo Ceballos, desceu perto da Ponte Grande, entre a chácara do general José Vieira Couto de Magalhães e a chácara Floresta, pelas cercanias do casa de major Luiz Pacheco de Toledo, que ficava mais perto da Ponte Pequena.

1879 — Foi estruturada a Gruta de Pedra, com aberturas laterais, que tinha ao alto uma esplanada, com rampas para se chegar em cima.

1881 — No governo de Florêncio de Abreu, recebeu o Jardim 166 metros de gradil de ferro, importado, e um suntuoso portão flanqueado por quatro pilastras de mármore preto e verde.

1882/1884 — Advento das quermesses. A primeira que se realizou na cidade, por influência da colônia francesa, foi dirigida por um funcionário da Casa Garraux e teve lugar com muito aparato. O calçamento dos caminhos do jardim era de pedra, pedregulho e saibro.

1883 — Fizeram-se experiências de iluminação a eletricidade.

1885 — Apresentaram-se os balonistas: o espanhol "capitan Martinez" e o norte-americano Stanley Spencer.

1886 — Em 27 de junho, um acontecimento inaudito na cidade. A chegada de Sarah Bernhardt convulsionou o mundo paulista. Festas, desfiles, estudantes desatrelando a carruagem da atriz e puxando-a com elegância como merecia a incomparável personalidade. Foi homenageada no Jardim da Luz, que estava engalanado com festões de flores silvestres. Houve bandas e foguetes.

1887 — Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, o Padre Chico, que morou durante muitos anos na Avenida Tiradentes, 68, fazia seus passeios pelo jardim. A sua casa tinha porta de entrada e cinco janelas voltadas para o pátio externo do Recolhimento da Luz. No setor musical, registrou-se, desde a penúltima década de século passado, a existência de algumas entidades, cujos objetivos eram o cultivo da arte musical e artística: a Sociedade de Canto Lira, a Sociedade Filantrópica Paulistana, o Clube Mozart, do Brás, o Congresso Brasileiro, com aulas de música, o Clube Coral Mendelssohn, (em 1890). Apresentava a banda militar o jovem sargento maestro Antão Fernandes. O jardim ficava repleto. A banda dos italianos era formada na maioria por alfaiates que usavam a farda dos Bersaglieri. Houve necessidade de se construir um coreto de maiores proporções, em 1902, pois o antigo era acanhado e não dava para mais de dez músicos tocarem a vontade. No começo do século XX, Antônio Prado mandou tirar as perpétuas, sempre-vivas, rosmaninhos, manjericão, hortelã, boldo do chile, alecrim e outras variedades de plantinhas que de "chá se faziam boas", substituindo-as por plantas ornamentais.

1907/1910 — Centenário de Giuseppe Garibaldi. Por subscrição pública, quermesses, festas sociais, espetáculos, clubes e movimentos populares, foi conseguida a verba necessária para a encomenda do busto do audaz guerreiro.

1910 — O busto de Garibaldi foi inaugurado, colocado num pedestal de granito cinza, salpicado de manchas negras. A parte superior representa ameias de castelo medieval. Na face anterior o dístico de bronze: "A

Giuseppe Garibaldi – Braccio eroico per la libertá de populi cuore magnanimo perogni più umana aspirazione di sociale giustizia" – 1° maggio 1910 – Mais abaixo se vê a bandeira italiana. O busto apresenta Garibaldi em seu traje típico: blusa e lenço no pescoço. – Uma hora da tarde. Na Praça da República, formou-se o préstito popular, compondo-se de 270 sociedades, associações, comissões, bandas de música e grande massa da população. Meia hora depois iniciou-se o desfile para rua Barão de Itapetininga. À chegada ao Jardim da Luz, abriram-se os portões. O povo descontrolado precipitou-se invadindo tudo. Foram executados o "Hino Nacional Brasileiro", "Marcha Real Italiana", "Hino a Garibaldi" e o "Hino à Mocidade Acadêmica", de Carlos Gomes. Em meio ao frêmito da multidão o Príncipe dos Poetas Brasileiros, Olavo Bilac, no coreto do jardim, pronunciou um discurso monumental. Declamou "Ode Magnífica" de Carducci, em sua tradução. Aplausos intermináveis fizeram com que o poeta declamasse muitos de seus poemas, entre eles "Velhas Árvores"...

"agasalhando os pássaros nos ramos
dando sombra e consolo aos que padecem".

1911/1920 — Empreendimentos dos mais variados, de pequena monta, aconteceram sem maiores merecimentos de citações.

1930 — Na gestão do Prefeito Pires do Rio retiraram-se muros e portões, transferindo-se os animais para o Parque da Água Branca.

1954 — Festejos do IV Centenário com a presença de autoridades, o povo em geral, e turistas e convidados de outras regiões. Houve Chuva de Prata, papéis laminados jogados por aviões, espiral do Ibirapuera, manifestações das mais diversas. Presença de músicos, sinfônicas, corais e grupos folclóricos. Apresentação das músicas "IV Centenário" de J. M. Alves e Mário Zan; "São Paulo Quatrocentão" de Garoto (Aníbal Augusto Sardinha), entre outras. Canções de Catulo da Paixão Cearense, Orlando Silva, Sílvio Caldas, Francisco Alves, Carlos Galhardo. Os maestros Pedro Salgado com seus dobrados empolgantes, João Portaro, Gaó, Armando Belardi, Souza Lima e dezena de outros. Havia de tudo, vendia-se de tudo, Beijú, Algodão Doce, Pirulitos, Tremoço, Caju, e mais e mais. Um dos personagens mais encontrados no Jardim da Luz, sempre foi, durante muito tempo, o Lambe-Lambe (fotógrafo que não deixava passar o momento mágico de tirar uma fotografia dos que estavam a passeio ou da chegada dos trens).

1972 — Nas comemorações do sesquicentenário da Independência, montou-se um espetáculo grandioso, "São Paulo Antigo", reproduzindo o

aspecto da cidade na "bela época". Participaram do evento artistas, radialistas entre eles Rúbens Moraes Sarmento, Ariowaldo Pires, circenses e uma infindável coleção de eventos.

1995 — O Jardim da Luz faz frente para a Avenida Tiradentes (Pinacoteca do Estado); e laterais com o Viaduto Couto Magalhães, ruas José Paulino, Prates, Ribeiro de Lima e Estação da Luz.

* * *

BIBLIOGRAFIA

Azevedo Marques, Manuel Eufrásio de
"Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo"
Livraria Martins Editora - São Paulo – 1952.
Bruno, Ernani da Silva
"História e Tradições da Cidade de São Paulo"
Livraria José Olympio Editora - 3 vols. - Rio de Janeiro - 1954
Egas, Eugênio
"Galeria dos Presidentes de São Paulo" Publicação Oficial - 3 vols - São Paulo - 1926
Ellis, Alfredo Jr.
"Capítulos da História Social de São Paulo"
Companhia Editora Nacional - São Paulo - 1944
Jorge, Clóvis de Athayde
"Luz"
Prefeitura Municipal de São Paulo - 1988
Martins, Antônio Egídio
"São Paulo Antigo"
Livraria Francisco Alves - 1911/1912
Milano, Miguel
"Os Fantasmas da São Paulo Antiga"
Editora Saraiva - São Paulo - 1949
"Registro Geral da Câmara de São Paulo"
Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal. 38 vols. - São Paulo

CONFERÊNCIAS

ASPECTOS LEGAIS DA FILIAÇÃO ILEGÍTIMA NO BRASIL DO SÉCULO XVIII [1]

Eliane Cristina Lopes *

O estudo de questões ligadas à Legislação Colonial não é tarefa fácil. Além de atentarmos para o fato de que o Código em vigor, principalmente o Civil, foi elaborado para atender às necessidades de uma sociedade completamente distinta da brasileira, como era a portuguesa. Ainda temos que levar em conta as inúmeras disposições que surgiam e se acoplavam a essa Lei, de modo a solucionar problemas locais. Assim, quando trabalhamos com as Leis da Colônia, devemos observar alguns fatores imprescindíveis para seu entendimento, como o duplo padrão moral e de comportamento que regia a vida na Colônia, além da distinção entre a teoria da Lei e sua aplicação prática que pautava a maior parte dos casos.

Nesse sentido, dois Códigos de Lei conviviam lado-a-lado na sociedade brasileira, o eclesiástico e o civil,[2] alternando-se na busca da organização social, pois "... Na falta de direito pátrio, manda-se observar, em matéria de pecado, o direito canônico e, em matéria que não seja de pecado, o direito romano, as leis imperiais,..."[3]. Assim, questões que afligiam as autoridades religiosas e as leigas no que concerne à "falta de moral", para os primeiros, e à ordem administrativa para os segundos, foram abordadas no corpo das leis, de forma a erradicar os "males" que atacavam a sociedade e suas instituições.

Para esta análise nos apoiaremos, exclusivamente, no Código Civil, representado na época Colonial pelo Código Philippino, também conhecido como *Ordenações e Leis do Reino de Portugal.*

---

1 - Conferência apresentada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 02 de junho de 1999.

* Mestre em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

2 - Legislação Civil: Código *Philippino ou Ordenações e Leis ao Reino de Portugal.* recopiladas por mandado D'El Rey D Philippe I. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico. 1870. Legislação Eclesiástica: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.* feytas. e ordenadas pelo... Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide... propostas, e aceytas em o Synodo Duocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Tvpographia 2 de Dezembro, 1853.

3 - SILVA. Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do direito português.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1985. vol.1 . p. *210.*

Como mais uma versão das *Ordenações,* o *Código Philippino* regrou-se, procurando alcançar todos os níveis sociais. Expôs os direitos e deveres desde o mais alto funcionário da coroa, passando pela regulamentação dos afazeres das profissões liberais. Penetrou, até mesmo, na intimidade do lar, visando harmonizar as relações entre pais e filhos.

Organizadas em 5 livros, as *Ordenações Philippinas* englobavam, ampla e exaustivamente, todos os níveis das relações sociais [4]. Parte das preocupações dessa Lei concentrava-se na filiação ilegítima. A constante presença dos bastardos possibilitou, paulatinamente, na prática, a moderação das restrições legais às quais estavam sujeitos, alargando, assim, suas oportunidades de participação social.

Ilegítimos ou *bastardos, naturais. espúrios, adulterinos, incestuosos. sacrílegos,* qualquer que fosse a designação dada aos filhos tidos em "relações ilícitas", era certo que sofriam diversas limitações jurídicas, sociais e até mesmo familiares, percebidas na *Legislação Civil Portuguesa,* desde as antigas fontes *Romanas* e *Visigóticas.* O adquirir de privilégios, honras e cargos públicos pressupunha a *legitimidade* da filiação, imposta legalmente. Da mesma forma, o *Direito Canônico* estipulava que o concorrer à posições eclesiásticas seria concedido apenas à prole nascida na constância do matrimônio. Na prática, como veremos adiante, a considerável presença de bastardos, nas realidades portuguesa e brasileira, fazia com que o burlar dessas restrições imperasse sobre a obrigatoriedade das leis.

O CONCEITO DE ILEGÍTIMO E SUAS VARIAÇÕES

A maneira pela qual as *Ordenações* trataram a temática da filiação, nos aspectos de nascimento, alimentação, sucessão testamentária, relação com o irmãos e com os pais, entre outras, estabeleceu-se a partir da forma de comunicação travada entre os pais, no período da gestação e do parto. Lícita ou não, a união estabelecida entre o casal, por essa época, proporcionou à legislação diferenciar os *ilegítimos* [5] em *naturais* e *espúrios.* Aqueles eram os resultantes de ligações entre pessoas que não apresentavam

4 - Os 5 livros do *Código Philippino* organizam-se, quanto ao conteúdo, da seguinte forma: o 1° refere-se aos Regimentos dos Magistrados e dos Oficiais da Justiça, com suas respectivas atribuições, direitos e deveres; o 2° define as relações entre Igreja e Estado, bem como a anulação de muitos dos privilégios que aquela outrora gozava; o 3° atem-se ao processo civil e ao regular do Direito subsidiário: o 4° contém os direitos das pessoas e das coisas, sob o ponto de vista civil e comercial, segundo as determinações da época; o 5° ocupava-se da parte criminal, especificando as penas impostas a cada crime e a cada posição social. Ver: *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal....* op. cit.. pp. XXV e XXVI.

impedimentos à conclusão de um futuro matrimônio, "... *quer ao tempo da concepção, quer ao do nascimento do filho*" [6]. Os segundos provinham de "*illicito coito*", como eram os tratos com as concubinas *teúdas* e *manteúdas*, as viúvas e as virgens defloradas.

Conceituados pela própria *Ordenação* como "...*todos os filhos de solteiro e solteira*..." [7], os *naturais* possuíam variações. Podiam aparecer como *sucessíveis* ou *insucessíveis*, em relação à transmissão da herança. Os primeiros eram provenientes de relacionamento, onde a mãe não teve ajuntamento carnal com outro homem, exceto o próprio pai da criança. Essa lealdade de comunicação deveria ocorrer no tempo determinado como suficiente para concepção e parto. Antes ou depois desse período a freqüência de companheiros diferentes não tirava do indivíduo a posição de pai. Esta situação constituía o que os romanos chamavam de "*concubinato legal*", um só homem com uma só mulher.[8] Os outros nasciam de mães detentoras de vários parceiros, impossibilitando a comprovação da paternidade e, conseqüentemente, da futura sucessão aos bens do pai.

Os *espúrios*, por sua vez, eram os tidos como frutos de ajuntamento carnal, principalmente com meretrizes. Nasciam, então, do chamado "*coito damnado ou punível*", sendo aqueles "*...cujo pai he ou reputa-se incognito, porque não he confessavel ou perante a sociedade ou perante a lei, pela illegalidade ou reprovação do coito de que procedem*". [9] Diferenciando-se em *espúrios de coito damnado* e *espúrios de damnadas nupcias*, apresentavam outras ramificações: *sacrílegos, incestuosos* e *adulterinos*. Entre os primeiros figuravam os frutos de uniões com eclesiásticos, regulares ou seculares, ou com religiosas, bastante freqüentes no século XVIII português e brasileiro.

Os provenientes de ligações carnais entre parentes, os chamados *incestuosos*, também sustentaram lugar de destaque, no decorrer do setecentos. A comum união com primos, tios, sobrinhos, levada a cabo

5 - Segundo a legislação, o filho legítimo era aquele nascido na constância no matrimônio, cujos pais tiveram convivência notória pelo menos durante os primeiros 120 dias (período legal da concepção) dos 300 que antecedem o nascimento. Por outro lado, desvinculado dessas condições, aquele nascido de uniões consensuais era considerado legítimo quando havia "*...convivência notória da mãe e do pretenso pai no período considerado legal da concepção*". Ver LOPES. Manuel Baptista. Filhos Ilegítimos. Coimbra/ Viseu: Livraria Almedina/Tip. Guerra, 1973. pp. 12 e 149.

6 - *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*,... op. cit. Quarto Livro. Título XCIII. nota 1, p. 944.

7 - Idem. Título XCII. nota 1. p. 940.

8 - Ibidem, p. 941.

9 - A palavra *espúrio* provem do latim *Spurius* e esta do grego *speiro*. significando semear, dispersar. Ver: *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*,... op cit.. Quarto Livro. Título XCIII, nota 7. p. 943.

pela enorme preocupação em preservar a riqueza da família, assim como o proibir de casamentos, até o 4° grau de *consangüinidade* e *afinidade* [10], suscitou o aparecimento desse tipo de filiação e o desenrolar freqüente de pedidos de dispensas para fins matrimoniais, embaraçados, principalmente, pelos níveis de parentesco.

Os *adulterinos,* como a própria palavra mostra, surgiam de situações *adúlteras,* onde ambos ou um dos envolvidos possuía companheiro legalmente instituído, portanto, impossibilitado de novo casamento.

Além dessas especificações existiam ainda os *filhos de estupro,* colocados, juridicamente, ao lado dos *naturais.* Os pais, neste caso, quando encontrados, eram forçados a casar com as vítimas ou a legitimar os filhos.[11] A partir da *Lei n° 463,* promulgada em 1847, esta última obrigatoriedade foi anulada.

QUADRO 1 - TIPOS DE FILIAÇÃO

	VARIAÇÕES	ORIGEM
LEGÍTIMA	–	casamento legal entre os pais.
ILEGÍTIMA	NATURAIS	Ligações consensuais ou concubinato, entre pessoas solteiras e sem impedimento, para realização de futuro casamento. Provinham de ilícito coito. Quanto ao direito à herança, dividiam-se em, sucessíveis e insucessíveis, Ao seu lado, no aparato jurídico, apareciam os filhos de estupro.
	ESPÚRIOS	Ligações consensuais ou fortuitas entre indivíduos, com algum impedimento para o contrair de futuras núpcias. Provinham de coito damnado ou punível. Havia diferenciação entre espúrios de coito damnado e espúrios de damnadas núpcias.

10- O parentesco, *legítimo* ou *ilegítimo,* segundo a forma de matrimônio, consititui-se pela relação entre as pessoas unidas pelo mesmo sangue, ou pelo de seu consorte. As de próprio sangue são as de *consangüinidade* ou *cognação* e as estabelecidas pelo do outro cônjuge são as por *afinidade.* Ver: ROCHA. M. A. Coelho da. *Instituições de Direito Civil Portuguez.* Rio de Janeiro: Livraria Cruz Monteiro/Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1914. p. 39.

11- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis de Portugal,*...op. cit., Quarto Livro, Título XCIII, nota 1, p. 944.

SACRÍLEGOS frutos de relações carnais entre um leigo e um eclesiástico, seja secular ou regular; ou de religiosos entre si. Havia também casos de envolvimentos com religiosas.

ADULTERINOS ligações fortuitas ou consensuais, onde ambos ou apenas um dos envolvidos era casado, apresentando, portanto, impedimento à futuras núpcias.

INCESTUOSOS uniões carnais entre parentes, ligados por consangüinidade e/ou afinidade, até o 4° grau.

FONTE: *CÓDIGO Philippino* ou *Ordenações e Leis do Reino de Portugal,*....op. cit., Quarto Livro. Títulos XCII-XCIII, pp. 940-946; Títulos XXXVII-XXXVIII, *pp.* 814-934 e Titulo XCIX, p. 988.

DEVERES LEGAIS DOS PAIS

Qualquer que fosse o tipo da filiação, pai e mãe possuíam deveres para com a prole, principalmente no caso das despesas, com criação e alimentação.[12] Uma vez unidos em legítimo matrimônio, ambos, marido e esposa, eram obrigados a criar os filhos, "*...às suas próprias despesas, e dar-lhe as cousas, que lhe forem necessárias, segundo seu estado e condição*".[13] Caso fosse desfeito o casamento, seria criado, até a idade de três anos de leite materno somente, salvo se o da mãe não fosse de qualidade, sendo o pai responsável por qualquer outra despesa extra necessária.

A criação dos *naturais* ou *espúrios* estabelecia-se da mesma forma apresentada aos legítimos, havendo ainda a possibilidade de "... *nos ditos trez annos a mãi fizer com o filho alguma despesa, que o pai he obrigado fazer, poderá em todo o caso cobral-a e havel-a do pai. pois que a ella fez em tempo, que elle tinha essa obrigação*".[14] Até mesmo os *pais sacrílegos* viam-se envolvidos na tarefa de alimentar sua prole e o faziam "*...não só pelos seus bens patrimoniaes, mas tambám pelos reditos ecclesiásticos*"[15]. Com

12- Outras eram as obrigações, em direitos e deveres, dos pais para com seus filhos, legítimos ou legitimados: castigos moderados: educação e modo de vida dignos: exigir e aproveitar-se de seus serviços e administração de seus bens, vindos por herança ou trabalho. Ver: ROCHA. M.A. Coelho da *Instituições de Direito Civil Portuguez*,... op. cit., pp. 209-214.

13- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*,... op. cit., Quarto Livro. Título XCIX. p. 986.

14- Idem. Título XCIX. parágrafo 1, pp. 985-986.

15- Ibidem. nota 3, p. 987.

relação aos casos onde o pai não poderia ser determinado com certeza, as *Ordenações* excluíram-se das obrigações. Deveria, talvez, caber à mãe, sozinha, o pleno sustento da prole.

As mães dos *ilegítimos* possuíam posição privilegiada na Legislação. Solteira ou casada não era obrigada a criar ou sustentar sua prole ilícita, uma vez que prejuízos à sua reputação poderiam surgir.

Ainda quanto à criação, outros benefícios eram apresentados legalmente aos *bastardos.* Uma vez que o pai fosse obrigado a custear a alimentação da prole e não o fizesse, ao filho *natural* era dada a possibilidade de exigir, perante processo, o cumprir de tal determinação. Por outro lado, aos havidos de uniões realizadas *"de má fé"*, ou seja, à prole *espúria,* não era concedido esse direito *"...senão quando houver sentença passada em julgado..."*.[16] Da mesma forma, aos incestuosos, sacrílegos e adulterinos era negado o direito aos cuidados e à alimentação, provindos do pai.

Assim como no antigo Direito Romano, cabia essencialmente ao pai, como principal condição de sua existência e de sua posição de chefe de família, criar e alimentar os filhos, tanto legítimos, como *naturais.* Na falta dessa figura, os avôs paternos detinham tal dever. Não podendo ser estes, seguia-se a mãe e os avôs maternos.[17]

QUADRO 2

FILIAÇÃO E BENEFÍCIOS DA NATURALIDADE E ALIMENTAÇÃO

	NATURALIDADE	ALIMENTAÇÃO
LEGÍTIMOS	Naturais se ambos ou um dos pais assim o fossem; caso estrangeiros, deve residir no reino no mínimo por 10 anos.	Obrigatoriedade de ambos os pais. Com o casamento desfeito, à mãe cabia o dever da amamentação, nos 31os anos e ao pai as despesas extras.
NATURAIS	Mesmas determinações dadas aos legítimos.	Mesmas determinações dadas aos legítimos.

16- Ibidem. nota 5. p. 987.
17- Ibidem. nota 2. p. 988.

ESPÚRIOS	Concorriam a mesma qualidade das mães.	As mesmas disposições apresentadas ao naturais apenas com a proibição de entrarem com processo contra os pais faltosos. Aos sacrílegos os pais obrigados à alimentação, por Direito Canônico. Aos adulterinos e incestuosos de mulheres solteiras e casadas não se fazia obrigatoriedade.

FONTE: *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*,... op. cit., Quarto Livro. Títulos XCII-XCIII, pp. 940-946; Títulos XXXVII-XXXVIII, pp. 814-934 e Título XCIX, p. 988.

Igreja e Estado, em seus Códigos de Leis, visavam, portanto, buscar formas de remediar as situações ilegítimas, sem, contudo, conseguir erradicá-las. A simples possibilidade de a mulher casada, mãe de algum filho bastardo, resguardar-se da publicidade de sua situação, prova a total cumplicidade da Legislação, com relação à "imoralidade social". Assim, as Leis procuravam estimular a realização do casamento; o controle da natalidade; o papel dos pais, enquanto provedores do sustento da prole (legítima ou não) e os direitos das crianças, independente de serem descendentes de uniões lícitas ou ilegais.

Autoridades religiosas e civis almejavam, então, a organização moral e jurídica da sociedade, ao mesmo tempo que cerravam os olhos para muitas "situações irregulares" que se desenrolavam no cotidiano. Todas essas preocupações foram apenas uma fachada de ilusão, não modificando em nada o viver da população que continuou "à vontade", andando em concubinatos e ligações fortuitas.

Outro benefício apresentado aos filhos ilícitos constituiu-se no seu reconhecimento, principalmente por parte do pai, pois à mãe, o termo de nascimento, a posse do estado e as provas de testemunhas em geral, já a

18- GARCEZ, Martinho. *Do Direito da Família, segundo o projecto de Codigo Civil Brazileiro*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos. 1914. p. 239.

19- A legitimação constitui-se por ato no qual um pai, ou mãe, voluntariamente reconhece seus filhos ilegítimos. Torna-se "*...um favor concedido aos filhos, e um meio, offerecido aos paes, de exonerar a sua consciencia e de melhorar a sorte dos innocentes fructos de seus erros*". ROCHA. M. A. Coelho da. *Instituições de Direito Civil Portuguez*. op. cit., p. 203.

tornavam detentora de seu papel.[18] Ato corriqueiro, a legitimação[19] apresentava-se como indispensável na regularização da situação social do ilegítimo. Na falta de uma perfilhação solene e legal, por parte dos pais, cabia ao próprio bastardo requerer ação contra aqueles ou seus herdeiros, para o aceitarem como participante da herança. Em alguns casos, a investigação da paternidade era proibida, essencialmente quando houvesse prejuízo da honra da mãe, casada ou solteira, com prole incestuosa ou adúltera[20].

O ato de legitimar a prole ilícita amparou-se numa série de restrições e disposições legais. Podendo ser realizado através de três meios diferentes – *Testamento, Cartas de Legitimação* ou *futuro casamento dos pais* – habilitava o bastardo a suceder nos bens ao lado dos filhos legítimos. A participação dos ilícitos no legado somente ocorria, entretanto, senão houvesse "*...prejuízo dos herdeiros legítimos,...*"[21].

De acordo com o tipo da filiação, o reconhecimento do filho, para fins de herança, seguia pormenores distintos. A prole *natural insuccessivel,* por exemplo, segundo o apresentado nas *Ordenações Philippinas,* apenas poderia herdar *abintestado*[22], caso fosse legitimada "*...per rescriptum Principis...*", ou seja, por *Carta de Legitimação,* elaborada sob os cuidados do Tribunal do Desembargo do Paço e deferida por vontade real.[23] Quando haviam legítimos sucessores, herdariam apenas honras e armas. Por outro lado, quando não existiam herdeiros legítimos, ascendentes ou descendentes, a participação nos bens era aberta a qualquer espécie de ilegítimos, sem concorrerem antes a alguma dispensa.[24]

A legitimação através de *Testamento,* largamente utilizada na realidade colonial brasileira, comportava uma situação conflitante. Ao mesmo tempo que dava ampla liberdade ao testador de revogar, em qualquer tempo, o reconhecimento da filiação, deixava o bastardo numa posição desconfortável, pois muitas vezes, este não adquiria segurança de seu futuro.[25]

20- GARCEZ. Martinho. *Do Direito da Familia, segundo o projecto de Codigo Civil Brazileiro*. op. cit., p. 248.

21- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal,...* op. cit., Quarto Livro. Título XCIII, nota 4, p. 945.

22- "Herdar *abintestado*", ou "falecer *abintestado*" eram expressões muito usadas, no universo jurídico, indicando a falta de disposições testamentárias.

23- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal,...* op. cit., Quarto Livro. Título XCIII, nota 4, p. 944.

24- Idem. Título XCII, p. 940.

25- Ibidem, Título XXXVII, pp. 814.

O reconhecimentos dos filhos ilegítimos poderia ocorrer, também, pelo *futuro casamento do casal, "subsequens matrimonium"*, sendo *"...necessario que os paes podessem contrahir matrimonio ao tempo da concepção, ou nascimento da prole"*.[26] Assim, apenas os *naturais* beneficiavam-se com essa medida, ficando os *espúrios* longe de serem contemplados. O *Direito Canônico,* entretanto, apontava a estes uma possibilidade, afirmando que toda a cópula ilícita fosse obrigatoriamente seguida da união legítima dos envolvidos, a fim de salvá-los do "pecado mortal".[27] Assim teoricamente, todos os ilegítimos possuíam direito a esse tipo de reconhecimento.

Além do privilégio de se tornar herdeiro, a legitimação transformava os bastardos submissos ao pátrio-poder. Uma vez perfilhados, permaneciam sob essa autoridade, da mesma forma que os irmãos legítimos, concorrendo a todas as suas limitações. Assim, querendo casar enquanto menores, deveriam obter consentimento do pai. Caso contrário seriam deserdados, como determinavam as *Ordenações*.[28]

A Legislação ofertava, portanto, ao bastardo de qualquer natureza, salvo as limitações já expostas, a possibilidade de reclamar, legalmente, sua alimentação, criação e sucessão nos bens. De várias formas, o texto da Lei amparava-o, não o excluindo de receber o mesmo tratamento dispensado à prole lícita.

PARTICIPAÇÃO NA HERANÇA

Como vimos, o bastardo interagia no contexto sócio-familiar, dispondo de uma série de disposições legais que amparavam-no através de direitos e privilégios. Aceitando-o ou simplesmente tolerando-o, pais, filhos legítimos, parentes, amigos e vizinhos conviviam lado-a-lado com os ilícitos travando relações, às vezes, nada amigáveis.

Dispor dos bens sempre foi assunto de muitas intrigas, por parte de quem os recebia. Tanto nas *doações inter vivos* como nas *disposições testamentárias,* as mesas dos juristas ficavam amontoadas, com processos e discussões acalentadas entre os tidos como herdeiros, sobre a validade ou não das últimas vontades. A concessão *pos-mortem* era a que mais se ressaltava nesse sentido. Abusos de quem fazia o testamento e decepções por parte de quem esperava algo mais ou diferente, sempre eram fontes de desavenças. Por isso, uma série de determinações legais surgiram regulamentando o ato de testar.

26- Ibidem. Titulo XCIII, nota 4, p. 946.
27- Ibidem, nota 4, p. 946.
28- Ibidem, Título LXXXVIII. pp. 927-934.

Desde a Antigüidade, o desejo de beneficiar a quem mais se aprazia era garantido através de dois meios distintos – *Testamento* (pós-mortem) *e doação* (pré-mortem). Poder escolher filhos, parentes e amigos, que ficariam sobre o controle dos bens evitava a possibilidade futura de delapidação da fortuna, preocupação semelhante à encontrada nos contratos de casamento dos mais abastados. Nesse sentido, *Alida Metcalf* afirma ter sido freqüente os testadores endinheirados visar os genros, como próprios filhos no momento da partilha, evitando, então, uma divisão radical do legado.[29] Apesar dos dotes e adiantamentos, receber os bens *pos-mortem* era a forma mais comum na sociedade colonial, sendo defendida por muitos parentes, esperançosos de poderem aparecer no *Testamento*.[30]

Essas maneiras de destrinchar o patrimônio ligavam-se intimamente com as relações travadas na sociedade e na família. Dessa forma, alterações nos tipos e idades de casar, no relacionamento pais e filhos, no saciar dos desejos carnais, no índice de ilegitimidade e no fluxo de migração relacionavam-se fortemente com as formas de partilhar os bens.[31] Separar herança do contexto sócio-familiar torna-se, então, praticamente impossível.

Qualquer que fosse o tipo de acertos antenupciais – *Carta de Ametade (Meação) ou Dote* e *Arras* – os filhos não eram excluídos da sucessão da herança, podendo receber bens tanto da parte materna, quanto da paterna. O afastamento ocorria somente com uma deserdação legal.[32] Por outro lado, podemos dizer que o sistema de *dote e arras* possibilitava-lhes deter apenas uma porção menor do que conseguiriam no contrato de *meação.* Naquele, somente os lucros do levado à união conjugal seriam distribuídos. Enquanto *meeiros,* o legado em sua totalidade era dividido entre o cônjuge vivo e outros herdeiros.

Nesse sentido, a legislação estabelecia que falecido o marido, sendo esposa viúva ou concubina, a mulher ficaria como cabeça do casal, responsabilizando-se pela manutenção e divisão dos bens.[33] À mãe, como responsável da partilha, ficaria a obrigação de satisfazê-la imediatamente.

29- METCALF, Alida C. *Fathers and sons: the politics of inheritance in o Colonial Brazilian township. Hispanic American Historical Review. USA:* Duke Universit Press. 1986. pp. 455-484, p. 455.

30- LEWKOWICZ. Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).* São Paulo: FFLCH/USP. 1992. Tese do Doutorado. pp. 289 e 291.

31- ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da família Ocidental, 1500-1914*. Trad. de Ana Falcão Bastos, Lisboa: Editorial Querco, 1984, p. 68.

32- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal,...* op. cit., Quarto Livro, Título LXXXII. notas 1 e 5, pp. 913 e 914: Título LXXXVII. nota 1, p. 925 e pp. 924-927; Título LXXXVIII. parágrafos 1 e 5, nota 1, pp. 928 e 931 e Titulo LXXXIX, p. 934-935.

33- Idem. Título XCV, p. 949; Título XLVI, parágrafo 2 e nota 1. pp. 832 e 834; Título XLVII, p. 836. Sobre a doação de bens, entre o casal, ver: Título LXV, parágrafo 1 e nota 5, p. 869: Título LXVI, p. 871 e Título XCIV. pp. 974-948.

Esperando algum tempo, de modo a receber rendimentos do legado, seria forçada a "*...trazer tudo à partilha, quando lha demandarem, assi o que ficou por morte do marido, como o que depois comprou, ou ganhou, antes de ter partido com os herdeiros do marido a herança, ou fructos della;* e *isto, quer se ella case, que não*".[34] O mesmo vigorava para o homem.

O legado dividia-se, juridicamente, em três partes iguais, depois de deduzidas todas as dívidas do falecido, as quais, muitas vezes, sugavam sua maior parte. Duas delas formavam a *legítima,* que pertencia aos herdeiros legítimos ou legitimados, não podendo o testador dispor de seu conteúdo, salvo nos casos de deserdação solene.

A outra porção, chamada de *terça,* era utilizada livremente pelo defunto, de modo a satisfazer suas vontades. No rol de beneficiários da *terça,* a alma, freqüentemente, adquiria lugar de destaque, aparecendo como herdeira universal dos remanescentes em vários testamentos. Poderia também ser utilizada para privilegiar um filho sobre outro, o que era legalmente possível. Nesse sentido, o recurso do *dote* e da *terça,* no séculos XVII e XVIII respectivamente, constituíram dois meios importantes para beneficiar a prole mais querida.

Os legados, por sua vez, possuíam diferenciações segundo as *Ordenações.* Havia, assim, os bens *comuns* conseguidos através do esforço e do trabalho individual e as terras cedidas pela Corôa, os chamados *"feudos ou morgados".* A natureza da filiação, entretanto, determinava a facilidade ou as restrições impostas ao alcance desses tipos, como especificamos no quadro abaixo:

QUADRO 3
HERDAR SEGUNDO A NATUREZA DA FILIAÇÃO E O TIPO DO LEGADO

FILIAÇÃO	TIPO DO LEGADO	PARTICIPAÇÃO NA PARTILHA	RESTRIÇÃO A PARTICIPAÇAO
LEGÍTIMA	Coroa	Apenas os varões legítimos, ou seus filhos. Sua falta devolveria os bens à Coroa.	Filhos segundos e terceiros; as filhas ou os varões destas.
LEGÍTIMA	Comum	Todos os legítimos seriam beneficiados, concorrendo igualmente sobre a legítima.	Deserdação legal pelos pais.

34- Ibidem, Título XCVI, parágrafo 7. p. 958.

NATURAL	Coroa	Herdava esses bens apenas por autorização escrita, por ocasião da legitimação.	Falta da dita autorização, ou por deserdação, uma vez legitimado.
NATURAL	Comum	Filho de peão, participava, juntamente com os legados. Os de nobres não herdariam, mesmo legitimados, caso houvessem legitimados. Na falta destes, apenas com legitimação.	Deserdação, caso fossem legitimados. Inexistência de reconhecimento; falecer abintestado e existência de filhos legitimados, para os nobres.
ESPÚRIA	Coroa	Apenas por autorização escrita, quando do reconhecimento.	Falta da autorização; deserdação, quando legitimado.
ESPÚRIA	Comum	Obrigação do reconhecimento do pai, tanto para herdar com ou sem testamento. Para os filhos de livres com escravas, deveria haver legitimação e alforria. Os de mãe solteira, concorriam diretamente a seus bens. como dos parentes mais próximos, dessa linhagem.	Deserdação, caso reconhecidos. Falta de legitimação. Os adulterinos de mulheres casadas e os sacrílegos, por ser prejudicial a legitimação. Falta de alforria para os filhos escravos.
EXPOSTA	Coroa	Não poderiam herdar.	
EXPOSTA	Comum	Participavam da herança, mesmo havendo filhos legítimos. Herdavam da terça.	Não poderiam prejudicar os legítimos sucessores.
PERFILHADA (adotada)	Coroa	Não poderiam herdar, como os expostos.	
PERFILHADA (adotada)		Concorriam como se fossem legítimos.	Afastados caso não tivessem adoção legal.

FONTES: *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal* op. cit., Segundo livro, *Determinações del Rey D. Duarte sobre as dúvidas da Lei Mental,* Título XXXV, parágrafos 1, 10, 12 e 14, nota 2, pp. 455-457; Quarto Livro, Títulos LXXXII ao XCIII, pp. 911-947; Título XCVI, parágrafos 12, 17 e 18, pp. 961-963; Título XCVII, pp. 968-970 e COLLECÇAO Chronológica de Leis Extravagantes, posteriores à nova compilação do Reino, publicada em 1603... op. cit., *Alvará de 2 de maio de 1647.* Tomo 1, vol. 1, pp. 498-500; *Alvará de 17 de agosto de 1761.* Tomo 3, vol. 5, pp. 352-358 e *Alvará de 9 de novembro de 1754,* Tomo 3, vol. 4, pp. 388286.

Sem sombra de dúvida, a Legislação atribuía o direito ao legado e aos títulos dos pais aos filhos legítimos "*...os primeiros chamados à successão com exclusão de todos os outros parentes, e isto sem distinção de leito, sexo, ou primogenitura, e em qualquer grau que se achem, com tanto que na mesma linha ninguém os proceda*".[35] Igualmente, procurou assegurar aos frutos das relações não sacramentadas, quando legalmente reconhecidos, o benefício sobre as heranças, desde que não prejudicassem a prole lícita.

Conflitos entre todos esses descendentes eram freqüentes, pois os legítimos sempre procuravam salvaguardar o legado, em detrimento dos bastardos. Estes, reconhecidos por *Carta de Legitimação, posterior casamento* ou *Testamento,* poderiam usufruir dos benefícios de herdar, como já mostramos anteriormente. Citados ou não nas *disposições testamentárias,* adquiriam direito sobre os bens, podendo até mesmo reclamá-los, caso não fossem incluídos na sucessão. Para os ilegítimos havidos entre homens livres e escravas, as determinações eram mantidas, devendo ainda estarem livres por ocasião da morte do pai. Nesse sentido, concorrer à herança para o mulato, atrelava-se à alforria e ao reconhecimento.

Juntamente a essa possibilidade de se tornar herdeiro, oferecida ao filho ilícito, seguiam-se inúmeras restrições legais. Protegendo os legítimos herdeiros, o *período pombalino* criou leis que regulamentavam o direito de testar. A *Carta de Lei de 1766* defendia, então, o testamento como desnecessário "*...uma vez que a "razão natural" atribuía aos parentes mais próximos a sucessão dos bens, mesmo quando o indivíduo morria "ab intestado"...*". E, mais adiante: "*Seria um grande benefício público tranquilizar a sucessão natural com a proibição absoluta de fazer testamento...*".[36] Outra *Carta de 1769,* restituiu a liberdade de testar, com

35- Ibidem. Segundo Livro, *Additamentos. Alvará de 2 de outubro de 1811.* pp. 513-516 e Quarto Livro. Título XCVI, pp. 954-968.

algumas especificações. Apenas os bens adquiridos diretamente pelo testador ou a *terça* poderiam ser deixados a indivíduos alheios à família[37], sendo vetado quando tivesse "*...parentes até o quarto grao inclusivamente, contado conforme o Direito Canônico,...*".[38] A falta de herdeiros, entretanto, levava ao dispor livre dos bens. Os filhos de sucessivos matrimônios, por sua vez, tinham seus direitos garantidos, pois essa mesma disposição determinava que antes de qualquer outro ato de casamento, o pai deveria fazer inventário de tudo o que tiver por essa ocasião, assegurando, assim, as legítimas da prole.[39]

O processo das partilhas ocorria, então, segundo uma sucessão natural, recaindo primeiro aos descendentes, legítimos ou legitimados, que receberiam iguais quantias, fossem eles homens ou mulheres, provindos de segundos ou terceiros casamentos. Na falta destes, a divisão ocorreria entre os netos e demais frutos. Por último, portanto, estariam os ascendentes em igual ou mais próximo grau e os parentes colaterais. Na ausência de todas essas categorias, "*...dará o que vivo ficar, partição a quem o morto mandar em seu testamento*".[40] Mesmas possibilidades encontravam os herdeiros absentes em outras terras, que poderiam receber a parte cabível em qualquer tempo e lugar que a requeresse, como seus rendimentos, caso houvessem.

Como vimos, todos os filhos – legítimos, ilegítimos e legitimados – eram lembrados no momento de dividir os bens. O próprio texto legislativo criava possibilidades para que os bastardos recebessem algum quinhão da herança. Quando isso não ocorria, os próprios pais criavam, na prática condições para garantir à prole ilícita algum benefício material, lavando assim, a consciência marcada pelas "fragilidades humanas" do passado.

PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE

A participação do ilegítimo não se assentava apenas na possibilidade de ser herdeiro. Em vários outros momentos eram englobados no cotidiano sócio-familiar, desempenhando tarefas imprescindíveis. Apesar das restrições jurídicas, a prática revestia-se de facilidades, onde o bastardo

36- SILVA. Maria Beatriz Nizza da. *A Legislação pombalina e a estrutura da família no antigo regime português.* In; SANTOS. Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal revisitado.* Lisboa: Editorial Estampa. 1984, vol. 1, p. 410.

37- Idem, p. 411.

38- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal,...* op. cit., Quarto Livro. Lei de 9 de setembro de 1769, parágrafo 1, p. 1038.

39- Idem, parágrafo 7, p. 1040.

40- Ibidem, Título XCVI, p. 955.

encontrava chances de penetrar. Na São Paulo setecentista, por exemplo, eram convocados para embrenharem-se em aventuras nas famosas bandeiras, além de infiltrarem-se, freqüentemente, nas famílias legítimas de seus pais.

Nesse sentido, o discurso testamentário abarrota-se de maridos, pais de filhos *naturais* ou *adulterinos,* que pediam à suas esposas legítimas, o favor de amparar a dita prole havida com outras mulheres. Essa aparente facilidade, na aceitação do ilegítimo, talvez explique-se por inexistirem filhos legítimos. Essa flexibilidade, sustentada tanto pela família como pela esposa sobreviveu até o século XIX, como parte da sociedade paulista.[41]

Por outro lado, muitos foram os momentos em que os legítimos herdeiros não aceitaram a existência do bastardo. A marginalização ocorria, então, sob várias formas. Negação da paternidade, não reconhecimento, abandono, violência física e até mesmo assassinatos tentavam afastá-los de um lar legitimamente constituído.

Através do casamento e do concorrer a alguns cargos políticos importantes e à Ordens Sacras, o ilegítimo encontrava meios de marcar sua presença na sociedade paulista. Questão intrigante é essa em que a própria Igreja, condenando o surgir da prole bastarda, aceita-a em seu quadro de clérigos. Artimanha para encobrir o "pecado" de sua origem? Falta de religiosos para atuar nas terras brasileiras? Consentimento dos eclesiásticos para com os frutos das "imoralidades" que tanto combatiam? Várias poderiam ser as razões aventadas. O que mais nos interessa, entretanto, é que o lugar do ilegítimo estava garantido pelo próprio vai-e-vem diário da colônia.

O que sabemos é que a atuação do bastardo penetrou em todos os níveis sociais, indo dos cargos mais baixos ao exercer de poderes mais elevados. Uma rápida passada de olhos pela História de Portugal, lembra-nos os que tiveram grande influência política, econômica e social.[42] *Mestre*

41 - SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família – São Paulo, século XIX.* São Paulo: Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura do Estado de São Paulo, 1989. pp. 126-127.

42 - Todos os reis da primeira fase de reinados portugueses, iniciada desde o fim do século XIV, com *D. Afonso Henriques* (1128-1185), foram pais de prole ilícita. com exceção de *D. Afonso IV.* Entre os bastardos de grande influência podemos citar: *D. Afonso Sanches,* filho do rei D. Dinis (1279-1325), preferido a seu legitimo *D. Afonso,* fato pelo qual este revoltou-se contra o pai e contra o próprio bastardo, na luta pela sucessão ao trono: *D. João.* aos 26 anos *Mestre de Avis,* ordem fundada pelo seu irmão, o rei *D. Fernando,* filho do rei *D. Pedro I* (1357-1367); *Henrique de Trastâmara,* filho de Afonso XI que matou *D. Pedro I* a fim de disputar-lhe a coroa; *Conde de Barcelos.* de *D. João I,* que liderou uma revolta dos nobres, contra a entrada no poder de *D. Pedro I,* entre outros. Ver: SÉRGIO. Antônio. *Breve interpretação da História de Portugal.* 10° ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., 1981. VIEGAS, Valentino. *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412).* Lisboa: Heuris. 1984. p. 8.

de Avis, rei por força do desejo da Nação; *Conde de Barcelos, D. Antonio,* filho natural do infante *D. Luís, Duque de Beja,* que por um triz não conseguiu ocupar o trono, "*...posto que em algumas partes do reino chegou a ser levantado por rei*"; *D. José,* filho do monarca *D. João V,* que exerceu o cargo de Inquisidor-mor; *Padre Feijó,* regente do Império, cuja paternidade foi atribuída ao *Padre Lima,* vigário de Cotia e a *D. Maria Joaquina;* Antonio da Silva Caldeira Pimentel, filho espúrio de um cônego português da Sé de Lamego, que ocupou o cargo de Capitão-general, em 1731, entre outros que pertenciam à nobreza e aos importantes escalões eclesiásticos. Essa presença nas altas camadas, pode ter sido a mola propulsora, entre os monarcas, para elaborar inúmeras disposições legais, visando integrar os ilegítimos aos âmbitos da família e da sociedade.

No século XVIII, o usufruir de privilégios, prestígios e ascensão social era benefício concedido apenas aos que pertenciam ao clero e à nobreza. Constituíam o que as *Ordenações Philippinas* chamavam de *"homens bons".* Para penetrar nessa categoria era preciso *"viver a lei da nobreza", "tratar-se nobremente",* ser *"casado e vizinho".*[43] Sob essa perspectiva, a promoção social do indivíduo dependia de sua "integridade moral", situação financeira e posição que ocupava desde o nascimento. Era de grande valia a *legitimidade* de sua filiação. Conhecer a procedência dos pais constituía-se, portanto, em importante item, para atuar nos elevados domínios da sociedade.

Os bastardos, manchados pelo estigma de uma "ascendência ilícita", encontravam, então, restrições legais para o desempenho de funções, como as ordens militares e sacras, cargos públicos municipais, estudos universitários e, até mesmo, participar em algumas irmandades. A *comprovação da legitimidade* revestia-se, portanto, em ato corriqueiro aos que desejavam ocupar postos administrativos, nas várias esferas do governo real.[44] Justificar a origem dos pais, era hábito comum e indispensável na sociedade colonial. Freqüentes eram, então, as ocasiões que obrigavam-no a mostrar-se filho legítimo ou os próprios pais viam-se frente à necessidade de comprovar que sua prole havia sido conseguida de união legalmente sacramentada.

Raro não foi, da mesma forma, o embrenhar do bastardo na sociedade, a partir do constituir de legalizada vida familiar. Embora a natureza da filiação fosse fator importante entre a elite branca, isso não impediu que os

43- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal,...* op. cit., Primeiro Livro, Título XCIC, p. 232 e 233; Segundo Livro. Títulos LVI e LX, pp. 489 e 496.

44- *CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal,...* op. cit., Primeiro Livro. Título I e II, pp. 1 e 9: Título XXXV. p. 79 e Segundo Livro, Título LV. parágrafos 1 e 4, nota 4, pp. 489 e 490.

ilícitos participassem do mercado matrimonial, contribuindo para sustentar um elevado índice dessas uniões, durante o decorrer do século XVIII.[45] Além disso, essas ligações conjugais não se restringiam à pessoas de mesma condição. *Bastardos* e *bastardas; expostos* e *expostas* contraíam matrimônio com legítimos ou ilegítimos, sem que determinações legais ou a prática cotidiana os impedissem.

A vida eclesiástica surgiu, no período colonial, como outra possibilidade para o bastardo penetrar e interagir. Para isso, dependia do burlar de algumas regras, de *"limpeza de sangue"* e *"integridade de costumes"*, que aparentemente ocupavam o empenho da Igreja, na regularização do acesso ao sacerdócio. Assim, muitos ilegítimos candidataram-se e foram aprovados para o serviço religioso, passando por cima de sua filiação. *"...e, com isso, ascender-se na hierarquia social. Assim, habilitandos com "máculas" de "sangue" e/ou "costumes" acabavam por conseguir a habilitação..."*.[46]

CONCLUSÃO

Tendo em mente todas essas questões, finalizamos dizendo que definir o ilegítimo como personagem de valor "inferior" na estrutura social e "estranho" a um ambiente familiar, legal ou ilegalmente constituído, não condiz com a realidade por ele vivenciada no Brasil Colonial. Essas afirmações poderiam fazer parte, como afirmou o medievalista português, Valentino Viegas, para o ambiente da Europa Medieval.[47] Na época moderna, principalmente nas colônias americanas, o bastardo era encarado com outros olhos. As mudanças na mentalidade, iniciadas desde o século XIV, aliadas a vários outros fatores, foram responsáveis por esse novo enfoque. A necessidade de povoar um território recém-adquirido e o contato com outras culturas fizeram do filho ilícito elemento indispensável e com atuação garantida no quadro social.

Na teoria, apesar da legislação portuguesa ter sido mera compilação de Códigos que persistiram desde a Antigüidade, muitas restrições impostas aos ilegítimos foram excluídas, figurando em seu lugar vários benefícios,

---

45- Os índices mencionados foram encontrados por *Ida Lewkowicz*, para Minas. A participação dos ilegítimos nos processos matrimoniais, segundo o computado estava em 19%. entre 1711-1757, indo para 37%. entre 1803-1841. Ver: LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos ao igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. op. cit., p. 220 e 221.

46- VILLALTA. Luiz Carlos. *A "torpeza* diversificada *dos vícios": celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. São Paulo: FFLCH/USP. 1993. Dissertação de Mestrado, p. 82.

47- VIEGAS. Valentino. *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*. op. cit.

que os colocavam em igualdade com os nascidos na constância do matrimônio. Assim, essas modificações no modo de serem vistos e aceitos pelas autoridades e pela população fizeram com que os ilegítimos, da mesma forma que as "uniões ilícitas" passassem a ser encarados como costume e tradição, mais do que resultado de "imoralidade" e "desorganização" sociais. Forçadas ou não, sua participação e integração estavam, então, garantidas.

Ainda no âmbito da Lei, não podemos esquecer, entretanto, que a partir de 1988 a Constituição Brasileira aboliu a distinção entre legítimos e bastardos, estabelecendo a ambos os mesmos direitos e privilégios, tanto no âmbito da família quanto da sociedade.

FONTE E BIBLIOGRAFIA

Fonte

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado D'El Rey D. Philippe I. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

Legislação Eclesiástica:

Bibliografia

ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da família Ocidental, 1500-1914*. Trad. de Ana Falcão Bastos. Lisboa, Editorial Querco, 1984.

GARCEZ, Martinho. *Do Direito da Família, segundo o projecto de Codigo Civil Brazileiro.* Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1914.

LEWKOWICZ. Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).* São Paulo FFLCH/USP, 1992, Tese do Doutorado.

LOPES, Eliane Cristina Lopes. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII.* São Paulo: Annablume Editora/Marco Zero, 1998.

LOPES, Manuel Baptista. *Filhos ilegítimos*. Coimbra/Viseu: Livraria Almedina/Tip. Guerra, 1973.

METCALF, Alida C. *Fathers and sons: the politics of inheritance in a Colonial Brazilian township. Hispanic American Historical Review*. USA: Duke University Press, 1986.

ROCHA M. A. Coelho da. *Instituições de Direito Civil Portuguez*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Monteiro/Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1914.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura do Estado de São Paulo. 1989.

SÉRGIO. Antônio. *Breve interpretação da História de Portugal*. 10° ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed.. 1981. VIEGAS, Valentino. *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*. Lisboa: Heuris, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Legislação pombalina e a estrutura da família no antigo regime português*. In; SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa. 1984, Vol. 1.

SILVA. Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do direito português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. vol 1.

TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1949. Vol. 1, 1° parte.

VILLALTA, Luiz Carlos. *A "torpeza diversificada dos vícios": celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. Dissertação de Mestrado.

• • •

ENTRE A ANGÚSTIA E A ESPERANÇA: REFLEXÕES SOBRE O SÉCULO XX

Paul Donovan Kigar *

Resumo: *Usando frases da novela Um Canto de Duas Cidades de Charles Dickens, este artigo, primeiramente, explica como o Século XX é "o melhor dos tempos" com o grande número de descobrimentos e invenções científicas e tecnológicas, melhores condições de trabalho, redução da mortalidade infantil e aumento da longevidade, melhoria na qualidade e padrão de vida e a liberação da mulher, criando assim a nossa "primavera da esperança. Depois, o artigo fala do "pior dos tempos" por causa da explosão demográfica, o desemprego crônico e crescente, a desagregação da família nos Estados Unidos, o declínio da ética, terrorismo, as inúmeras guerras, e os estoques de armas nucleares, resultando no "inverno da nossa angústia". Mas no final o autor vê sinais promissores de um mundo melhor, permitindo a esperança vencer o medo.*

Abstract: *Using phrases from Charles Dickens A Tale of Two Cities, this article discusses how the Twentieth Century is "the best of times" with its multitude of scientific and technological discoveries and inventions, better working conditions, longer life expectancy, rising living standards and the liberation of women, all of which contributing to Man's "springtime of hope". Then the article goes to the "worst of times" because of this century's demographic explosion, growing and chronic unemployment, the breakdown of the family in the USA, the decline of ethics, terrorism, the many wars and nuclear weapons stockpiles, resulting in "the winter of our despair". But, in the end, the author sees many promising signs, permitting hope to vanquish despair.*

* O autor é sócio-emérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Capitão de Corveta da Reserva da Marinha dos Estados Unidos e Fellow da Royal Geographical Society de Londres.

Inglaterra. 1859. O escritor inglês, Charles Dickens, termina seu romance intitulado *A Tale of Two Cities* (Um Conto de Duas Cidades). As duas cidades são Londres e Paris e o tempo é o da Revolução Francesa nos fins do século XVIII. Como prefácio daquele livro, Dickens escreveu:

"Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos, foi a idade de sabedoria; não, foi a da insensatez, a era da fé e da incredulidade. Foi o século das luzes e a estação das trevas, a primavera da esperança e o inverno da angústia. Tínhamos tudo a nossa frente e tínhamos nada a nossa frente. Íamos todos diretamente para o Céu, ou íamos todos em direção diametralmente oposta."

Depois Charles Dickens concluiu aquele prefácio escrevendo com a máxima sabedoria: "Em suma, aquele período (fins do século XVIII) era muito semelhante ao presente." (No caso dele 1859).[1]

Gostaria, então, de examinar em que sentido o nosso século XX tem sido o melhor dos tempos e o pior dos tempos, se é um século de sabedoria ou de insensatez; de luz ou trevas, de esperança ou angústia. E de saber o que é que temos a nossa frente. Estamos todos indo para o Céu? Ou, para ser menos delicado do que Dickens, vamos todos diretamente para o Inferno? Ou a nenhum lugar?

Sou o primeiro a admitir que seria muito pretencioso da minha parte achar que nos 60 minutos que a mesa tem tão graciosamente me concedido, cobrir adequadamente os 98 anos deste século. É impossível! E, por isso, este discurso tem que ser limitado, seletivo, omisso – por exemplo o 9 de Julho – e, conseqüentemente, um tanto subjetivo. Entretanto, isto é compensado pelo fato de que o manuscrito apresenta 53 rodapés com anotações e citações das fontes dos dados históricos e de todas as estatísticas apresentadas.

Antes de falar sobre o nosso século, a historiadora norte-americana Barbara Tuchman faz-nos lembrar a nossa dívida com o século XIX, pois ele lançou as bases para os empreendimentos deste século. Ela escreveu: "O homem entrou no século XIX utilizando-se somente da força animal e da sua própria força, tanto quanto ele havia entrado no século XIII ou mesmo no primeiro século. Porém ele entrou no século XX com sua capacidade em transportes, comunicações, produção e armamentos multiplicada milhares de vezes pela eficiência das máquinas. A sociedade

1 - *Um Conto de Duas Cidades* de Charles Dickens; tradução de Raul Sá Barbosa. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982. Pág. 11.

2 - *The Proud Tower* (1890-1914), de Barbara Tuchman. The Macmillan Co., Nova Iorque, 1996. Pág. XIV e sobrecapa. Tradução do palestrista.

industrial deu ao homem novos poderes e novos propósitos enquanto que ao mesmo tempo se desenvolveram novas pressões na prosperidade e pobreza, no crescimento populacional e nas grandes concentrações das cidades ...".[3]

Agora o nosso século. 1900. Na Alemanha, o Kaiser Guilherme II; na Europa oriental, Nicolau II, Czar de todas as Rússias, governando um sexto do globo. Na Inglaterra, a Rainha Victoria, já reinando por 63 anos sobre um grande império, sobre o qual o sol nunca se punha. Na China, chamado "O Gigante Adormecido", (e abrindo parênteses, como tem acordado de lá para cá!), a Imperatriz-Viúva, Tz'u Hsi, controlando oficial e extra-oficialmente o Trono do Dragão por 39 anos. No México, por 26 anos, a ditadura de Porfírio Dias, famoso pelo seu comentário: "Infelizmente Deus está longe mas os Estados Unidos estão perto." E no Brasil, o Presidente, Manuel Ferraz de Campos Salles, lutando com os problemas da jovem república de apenas 11 anos.

Agora, visto em retrospecto do alto deste ano de 1998, aqueles tempos dos novecentos, não parecem ser um mundo do "faz de conta"? Um mundo tão completamente diferente do nosso de hoje em dia? Uma fantasia? Um verdadeiro conto de fadas?

Vamos agora lembrar rapidamente algumas grandes figuras brasileiras do começo deste século. Era a idade de Alberto Santos Dumont que em 1906 deu asas ao homem, permitindo que o avião viesse a se tornar um ótimo, rápido e geralmente seguro meio de transporte; aproximando nações, ajudando a criar o novo serviço de turismo, atividade que mais cresce no mundo, e que dá emprego a muita gente. Era o tempo de Adolfo Lutz que de 1893 até 1908 dirigiu, com dedicação e alta competência, o Instituto Bacterológico do Estado de São Paulo que depois, merecidamente, recebeu o seu nome; a era de Oswaldo Cruz que em 1907 baniu a febre amarela do Rio de Janeiro. Na verdade, "houve gigantes na terra naqueles dias".[3]

E, no exterior, começando em 1905 [4], Albert Einstein que, nos campos da matemática e física, deu-nos as suas teorias da relatividade, revolucionando o nosso conceito de energia, matéria, espaço, tempo e cosmo. E, nos Estados Unidos, em 1908 [5], Henry Ford revolucionou a fabricação de automóveis com o seu novo estilo das linhas de montagem de carros em grande escala, transformando, com seu famoso modelo T, o automóvel, originalmente um brinquedo de alto custo ao alcance somente

3 - *Gênesis* 6:4.

4 - *A Brief History of Time* por Stephen Hawking, Bantam Books, NY, 1988, pág. 20.

5 - *The New Encyclopedia Brittanica* (Micropedia Val. I) de 1987, pág. 727.

dos ricos, em um bem que pessoas que recebiam modestos salários também podiam adquirir.

E continuando com as invenções, descobertas e acontecimentos mais recentes; não é necessário dar maiores detalhes sobre a divisão do átomo, dando-nos a energia atômica para fins pacíficos e permitindo assim poupar carvão, lenha e petróleo; a aterrissagem do homem na lua, a máquina "Pathfinder" no planeta Marte, o Hubble (telescópio espacial), os satélites e as naves espaciais, aumentando quase que diariamente o nosso conhecimento do sistema solar e além. Na biologia, a clonagem da ovelha Dolly; a invenção e o desenvolvimento fantástico do computador; avanços na farmacologia, genética, medicina e cirurgia, reduzindo a mortalidade infantil e prolongando a vida humana. Por exemplo, uma criança, que nascia nos Estados Unidos em 1900, tinha uma expectativa de vida de apenas 47,3 anos, porém uma criança que nasceu lá em 1997, tem uma expectativa de vida de 76 anos![6] E, embora as idades sejam diferentes, a estatística mostra a mesma tendência no Brasil[7]. E, o fogão a gás, o rádio,a geladeira elétrica, a televisão, a máquina de lavar roupa, contribuindo assim para uma melhoria na qualidade de vida e conforto de muitos, jamais imaginado pelo homem. Não é então para se admirar que a revista *Time*, em um recente número especial, tenha chamado este século de "A Nova Idade de Descobrimento"![8] Olhando apenas sob este ponto de vista, nosso século tem que ser considerado como o melhor dos tempos, a idade da sabedoria, a estação das luzes, o século da primavera da nossa esperança.

E passando para a área social, claro que também aqui houve progresso. Neste século, as mulheres do Ocidente, e, até de certo modo, também, as do Oriente, finalmente conquistaram a sua liberdade em quatro sentidos:

1. O direito de mulheres casadas trabalharem fora do lar, e não somente como empregadas de firmas, mas ingressando em todas as profissões, e ganhando o suficiente para seu sustento. A mulher já não era mais dependente do marido.
2. As mulheres conquistaram o direito de votar e de serem votadas em 1919 nos Estados Unidos[9], no que foram seguidas por outros países, inclusive o Brasil em 1933.[10]

6 - *Reader's Digest*, Abril 1997, pág. 200.
7 - O *Anuário Estatístico do Brasil de 1996* (Vol. 56), publicado pelo IBGE, Rio de Janeiro, 1997, pág. 2-59.
8 - *Time*. Dez/97-Jan/98.
9 - Emenda XIX da Constituição dos Estados Unidos.
10- *100 Anos da República*, Vol. IV, Editora Nova Cultura Ltda., São Paulo, 1989, pág. 21.
11- *The New Encyclopedia Brittanica* (Micropedia Vai. XV) de 1987, pág. 7.

3. Além disso, na década de 60 surgiu a pílula anticoncepcional[11], dando à mulher o direito de decidir, não dependendo mais da decisão do homem, se ia ou não gerar uma criança.
4. Embora o divórcio já existisse em alguns países antes deste século, no Brasil a mulher (e homem) ganhou o direito ao divórcio em 1977.[12]

Mas também houve outros progressos sociais: No Ocidente, em linhas gerais, o trabalho infantil foi em grande parte eliminado.

As jornadas de trabalho, diária e semanal, foram reduzidas, proporcionando assim mais tempo livre para cultura, turismo e esportes. Os salários aumentaram e o padrão de vida se elevou. De uma maneira geral, as empresas de médio e grande porte agora entendem que elas devem fazer mais por seus funcionários além de pagar seus salários; assim oferecem assistência médica, transportes, refeições e outros benefícios sociais. Muitas famílias, que por gerações exerciam trabalhos braçais, agora subiram para a classe média.

A educação universitária, limitada por séculos apenas aos mais abastados, se tornou possível para um crescente número de estudantes. Agora temos mais pessoas com grau universitário do que se esperava mesmo há cinqüenta anos. E a Internet fornece em poucos segundos todo tipo de informação às pessoas em todo o mundo. "O acervo total do conhecimento humano dobra a cada cinco anos". [13]

Lembrando estes avanços sociais, outra vez temos o melhor dos tempos, sabedoria, luz. O verdadeiro verão de esperança.

Senhor Presidente, perdoe-me, mas eu prefiro terminar aqui, deixando todos felicíssimos, esperançosos, regozijando-se orgulhosamente por fazer parte da raça humana que neste glorioso século XX tem realizado tantas façanhas consideradas quase que milagrosas, com tudo à nossa frente e com as portas do Céu à vista.

Prefiro terminar, mas não posso, porque mencionando somente as coisas boas deste século e permanecendo silencioso sobre as coisas ruins, eu seria um manipulador da história e não merecedor de ser sócio deste sodalício.

Antes, porém, de mostrar o outro lado da moeda, e começar a tratar dos acontecimentos negativos do século XX e sofrer com o pior dos tempos,

12- *100 Anos da República*, Vol. IX, pág. 28.
13- "Palestra sobre a Situação da Nação" (State of the Union Address) do Presidente Clinton em 9 de fevereiro de 1998, segundo o *New York Times* de 10 de fevereiro de 1998, pág. 1, traduzido pelo palestrista.

vamos tomar um pouco de anestesia local, ouvindo algumas palavras do historiador francês, René Sedillot, escrevendo sobre estes cem anos: "Nenhum período na história humana apaixonou-se tanto por si próprio, embora na realidade tenha muito pouca razão para se orgulhar. O maior erro do Homem é acreditar no seu próprio progresso." [14]

Assim preparados, vamos passar agora, com relutância, às coisas tristes nas trevas da nossa era. Acontece que alguns destes avanços científicos e mesmo sociais que já mencionei, considerados por um lado o melhor dos tempos, têm também seu lado negativo, ou, se preferirem, efeitos colaterais, criando o pior dos tempos e suscitando angústias. Por exemplo, o avião e a energia atômica, citados como coisas boas, também podem ser usados como armas poderosíssimas, destruindo com uma só bomba uma cidade inteira. Depende só da decisão humana a maneira pela qual o avião e a energia atômica serão utilizados. E temos também o problema da disposição dos resíduos nucleares radioativos.

Também a redução da mortalidade infantil e o aumento da longevidade, que são ótimos para a criança que nasce e o idoso que vive mais anos, infelizmente, são ruins para a coletividade pois contribuiram para a explosão demográfica mundial, o grave mal deste século. Sobre esta explosão não vou prolongar-me, porque tem sido o tema de ótimas palestras por três sócios deste Instituto[15]. Basta apenas citar um recorte de jornal informando a situação atual e depois enumerar rapidamente os males provenientes desta superpopulação.

O jornal *The London Times* de 10 de julho deste ano diz, "No dia 16 de junho de 1999 a população mundial alcançará 6 bilhões, um numero próximo do total da população que já viveu na Terra até o presente. Nos últimos 40 anos a população dobrou, pois em 1960 era de 3 bilhões. Projeções das Nações Unidas mostram que a população total chegará a 9,4 bilhões até 2150." [16] Embora haja esperança para o Brasil em si, porque tanto a taxa de natalidade quanto a de fecundidade estão declinando,[17] o planeta é um só e se drásticas medidas mundiais não forem tomadas imediatamente, este problema se agravará ainda mais num futuro próximo.

14- *The History of the World por René Sedillot*, escrito em francês mas traduzido para o inglês. The New American Library, Harcourt, Brace & Co., Nova Iorque, 1951, págs. 238 e 239. Tradução portuguesa pelo palestrista.

15- Discurso no IHGSP em 1996 pelo sócio Manoel Rodrigues e em 1996. Veja também a *Revista do IHGSP*, Vol. XCIII, de 1997, com artigo pelo CMG Lauro Nogueira Furtado, pág. 39.

16- Tradução do *Estado de São Paulo* de 11 de julho de 1998, pág. A-8.

17- *Brasil em Números*, Vol. 4, 1995/1996, do IBGE, pág. 48.

Esta explosão demográfica só tem efeitos negativos: (1) Aumenta o consumo dos recursos naturais que já diminuiram e alguns com tendência ao esgotamento, como, por exemplo, a água potável. E para conseguir o uso daqueles recursos naturais, nunca a natureza foi tão brutalmente destruída, tanto a flora como a fauna, numa escala mundial como neste século. (2) A superpopulação aumenta o desemprego. (3) Foi provado estatisticamente[18] que à medida que o desemprego aumenta, aumentam também os crimes de roubo, furto e assalto. (4) A Natureza está sendo destruída uma segunda vez pela poluição da terra, rios, lagos e atmosfera. E, (5) a explosão demográfica é causadora de guerras.[19] Claro que a guerra reduz a população e fornece emprego a muitas pessoas: ou mobilizado nas forças armadas, ou trabalhando nas fábricas de armas, fardas, e munições. Mas usar a guerra para solucionar estes problemas é como imitar o fazendeiro louco que, para assar um porco, incendiou a casa inteira!

Outro problema grande e angustiante é o crescimento notável e mundial da substituição da mão-de-obra por máquinas, sempre com o alvo de aumentar os lucros da empresa, pois em muitas delas a folha de pagamento, junto com os benefícios sociais, é o maior item de despesa e então é preciso reduzir a folha para aumentar os lucros. Mas isto, infelizmente, ao mesmo tempo aumenta o desemprego. Além disso, as máquinas nunca fazem greves. Recentemente com as crises econômicas no Japão e no sudeste da Ásia, o desemprego lá subiu como um rojão, criando a perspectiva de convulsões sociais, econômicas e políticas. Todos conhecem o desemprego no Brasil.

Mas bem antes das crises asiáticas, o desemprego mundial chamou a atenção do sociólogo norte-americano Jeremy Rifkin, que em 1994 publicou o seu livro *O Fim dos Empregos*.[20] Basta ler um só parágrafo da sua página 230:

"Estamos nos aproximando rapidamente de uma encruzilhada marcante na história da humanidade. As corporações globais atualmente são capazes de produzir um volume sem precedente de bens e serviços com uma força de trabalho cada vez menor. As novas tecnologias estão nos levando a uma era de produção sem trabalhadores (que são também consumidores) no exato momento da história mundial em que a população está crescendo em níveis sem precedentes. O conflito entre as pressões duma população

18- Estudos científicos detalhados no livro *O Fim dos Empregos* por Jeremy Rifkin, Macron Books Editora Ltda., São Paulo, 1995, pág. 231.

19- Segundo Platão, citado em *The Story of Philosophy* por Will Durant, Pocket Books, Nova Iorque, 1953, pag. 37.

20- Veja nota nº 18 acima.

crescente e oportunidades de trabalho em declínio delineará a geopolítica da economia global no próximo século."

Seria bom fazer aqui uma pequena pausa para frisar que todos estes problemas e outros que devo comentar foram criados por seres humanos em seu tratamento da natureza e de outros seres humanos. Seres humanos são responsáveis pela explosão demográfica; seres humanos tomam as decisões de demitir seus empregados que são seres humanos. Nas palavras daquele santo e sábio Tomás de Aquino, "Os inimigos realmente perigosos do homem vem de dentro do próprio homem."[21] Desta vez, não podemos culpar nem *El Niño* nem *La Niña*. Nós somos o nosso pior inimigo!

Uma outra ansiedade destes cem anos: aquela maior liberdade das mulheres, louvável que assim seja, é ótimo para elas individualmente, entretanto contribuiu para um outro inquietante problema da coletividade, a desagregação da família, pelo menos nos Estados Unidos.

Por ser capaz de ganhar dinheiro suficiente para seu sustento com um emprego fora do lar, e assim independente do marido, a esposa ficou livre para deixá-lo a qualquer momento. Em 1960, 31% de todas as mulheres casadas estavam trabalhando fora de casa[22] e de lá para cá aumentou substancialmente.

Além disso, a pílula anticoncepcional surgindo na década de 60, bom por um lado, baixando a natalidade, serviu para reduzir a explosão demográfica, mas por outro lado deu ensejo a uma igualdade de vida sexual da mulher com o homem, com efeitos negativos para a sociedade: o desmoronamento da família norte-americana. Na década de 60 dois outros eventos ocorreram com o mesmo efeito triste sobre a família. Em 1966 Hollywood fechou o seu "Hayes Office" que era uma espécie de autocensura dos filmes que Hollywood produzia[23]. Nos filmes produzidos até aquela época, os beijos e abraços são geralmente de curta duração; a violência limitada; os palavrões proibidos. Porém, a partir da década de 70 e continuando até hoje, Hollywood começou a "largar brasa", tornando glamouroso mães solteiras, infidelidade conjugal, promiscuidade sexual; a violência explodiu, e a profanidade substituiu o inglês. Foi também na década de 60 que os televisores começaram a ser adquiridos em número cada vez

21- *The Summa Theologia Simplified for Everyone* por São Tomás de Aquino, preparada por Walter Farrell e Martin J. Healy, Confraternity of the Precious Blood, Brooklyn, Nova Iorque, 1952. Pág. 167. Tradução do palestrista.

22- *Our American Republic*, por Muzzey & Link, Ginn & Co., Nova Iorque, 1963, pág. 669.

23- *The Film Encyclopaedia*, por Ephraim Katz, Perigree Books, G.P. Putnam's Sons, Nova Iorque, 1979, pág. 546.

24- O autor foi Diretor Financeiro da Philco Rádio e Televisão Ltda. em São Paulo, de 1959 a 1973, e vivenciou, pessoalmente, este "boom" na indústria eletrônica.

maior[24] e assim, de certo modo, cenas de sexo implícito entraram em todas as casas.

Esta desagregação da família não é, Sr. Presidente, invenção minha, mas é sustentada por estes frios e duros fatos: Atesta o índice ascendente de divórcios nos Estados Unidos. Em 1900, somente 1,8 de cada 10 casamentos terminava em divórcio, ou 18%. Porém em 1997, 4,5 de cada 10 casamentos lá terminavam em divórcio. Em outras palavras, agora quase a metade de todos os casamentos nos Estados Unidos termina em divórcio![25] De 1960 a 1990, pelas razões que acabei de citar, o índice de divórcios nos Estados Unidos quadruplicou[26] comparado com a década de 50!

Visto que o divórcio só chegou ao Brasil em 1977, e o IBGE só começou a publicar os dados nacionais em 1986, e estes não estão correlacionados com o número de casamentos realizados, não consegui cifras comparativa para o Brasil, deixando esta tarefa para outro pesquisador.

Além do mais, nos Estados Unidos, o número de nascimentos ilegítimos subiu vertiginosamente. Em 1960, 5% de todos os nascimentos eram ilegítimos. Em 1992, 31%.[26] Não é de se admirar que tenhamos crianças abandonadas, ou sob os cuidados de um só dos pais. Embora ter um só dos pais seja melhor para a criança do que não ter nenhum, pesquisas têm mostrado que a ausência do pai tem um efeito negativo emocional sério na criança que pode conduzi-la ao crime, ao vício das drogas, etc.[27]

Podemos observar outras evidências da falência da família nos Estados Unidos através das respostas das mães à pergunta: "Deve um casal permanecer junto para o bem das crianças?" Em 1962, 51% das mães responderam "não". (O casal não devia ficar junto.) Mas em 1985, 82% das mães responderam "não".[27]

E o que dizer sobre as crianças de lá? De 1960 a 1996, aquele período no qual o divórcio nos Estados Unidos quadruplicou, o número de suicídios entre adolescentes triplicou[27]. De janeiro de 1993 até meados de 1998, houve 11 casos de adolescentes que usaram armas de fogo para massacrar outros adolescentes nas suas escolas.[28]

Tomás de Aquino alertava que "A família é a célula fundamental da sociedade."[29] Sendo assim, as implicações amplas deste colapso familiar tornam-se ainda mais angustiantes. Porque se apenas duas pessoas, marido

25- Carta de 06/06/97 do sociólogo, Prof. David Popenoe, da Universidade Rutgers, New Brunswick, New Jersey, USA, para a autor.
26- *American Legion Magazine*, Jan-96, págs. 36 e 37. Tradução do palestrista.
27- *Reader's Digest*, Fev-97, págs. 65-69. Tradução do palestrista.
28- Revista *Time* de 06/04/98, págs. 15-20.
29- Veja nota nº 21 acima, pág. 582.

e mulher, a unidade menor da sociedade, não podem viver mais juntos por longos anos de amor, harmonia, paciência e tolerância, haverá esperança por um entendimento mais duradouro em unidades maiores da sociedade? Por exemplo, podem grupos étnicos diferentes viver lado a lado em paz? A resposta depende do lugar geográfico. No Brasil grupos étnicos diferentes podem não somente viver juntos aqui em paz mas também em cooperação. Mas na região em que era antigamente a Iugoslávia a resposta é negativa, com guerras, massacres, refugiados e fome. Podem tribos diferentes, mas da mesma raça, viver em paz juntas? No Brasil sim, mas vamos ouvir *O Estado de São Paulo*, de 22 de outubro de 1997, página A-4:

"40 anos após a primeira nação da África negra se tornar independente do imperialismo dos homens brancos, guerras civis e principalmente guerras tribais – típicas de sociedades primitivas – continuam quase sem cessar a ameaçar de morte, ferimentos, massacres e fome, milhões de pessoas em mais de uma dezena de países da África." Lá, infelizmente, está outra resposta negativa.

O século XX tem se constituído em um período de insensatez, inversão de valores, prioridades equivocadas e oportunidades perdidas. Os valores morais no começo deste século abrangiam a unidade da família, honestidade, trabalho, poupança, respeito para com as autoridades e outros seres humanos. Já falei sobre a tragédia da família, pelo menos nos Estados Unidos. Quanto à honestidade, dois Presidentes lá mentiram, mentiram, mentiram até os fatos provarem a desonestidade deles.[30]

Hoje em dia a tendência é de respeitar mais as coisas do que as pessoas[31], e a poupança foi substituída por dívidas para financiar um frenesi de consumismo e hedonismo[32]. Chegou-se a um ponto no qual o desvio da moralidade é considerado normal e a normalidade considerada um desvio[33]. É um século de oportunidades perdidas:

Além dos trilhões de dólares gastos com guerras quentes e frias, e milhões gastos em campanhas eleitorais, que, usados de maneiras diferentes, poderiam ter eliminado a pobreza da face da terra, temos também os gastos insensatos com as nossas aventuras no espaço. Por exemplo, em 12 de agosto de 1998, o foguete "Titan", levando um satélite espacial, foi lançado do Cabo Canaveral e explodiu em apenas 42 segundos depois do

30- Em 1974, o Presidente Richard Nixon demitiu-se por causa das mentiras, etc., do caso Watergate. Em agosto de 1998, o Presidente Bill Clinton confessou que ele mentiu no caso de Monica Lewinsky.

31- *Plain Truth Magazine*, Mar-98, pág. 12.

32- *The American Legion*, Jan-94, págs. 29 e 58.

33- *The American Legion*, Mar-94, pág. 32.

34- *O Estado de São Paulo* de 13/08/98, pág. A-10

lançamento! O custo foi apenas de US$ 1 bilhão que desapareceu em 42 segundos![34] Uma outra insensatez são os gastos na exploração do planeta Marte. Se não tivéssemos os problemas aqui na terra que já citei, a pobreza e assuntos correlatos, muito bem, então iríamos todos para Marte. Mas escolhemos uma prioridade errada e iríamos todos para Marte. Mas escolhemos uma prioridade errada e em julho de 1997 US$ 196 milhões foram gastas com a aterrissagem da máquina "Pathfinder" em Marte, que quebrou logo depois. Futuros lançamentos de outras máquinas que lá são planejadas facilmente chegarão a meio bilhão de dólares.[35] Visto que os nossos problemas são causados não pelos astros, mas sim por seres humanos, as nossas prioridades estão mal estabelecidas, e já no século XVIII o poeta inglês Alexander Pope, nos aconselhou:

"Know then thyself; presume not God to scan;
The proper study of Mankind is Man."[36]

Quer dizer, o estudo correto para o homem é a natureza humana.

Este século XX tem sido, e ainda é, um século de violência e de neobarbarismo. Calcula-se que um total de 200 milhões de pessoas morreram em revoluções, guerras, no Holocausto, em execuções em massa de dissidentes políticos na União Soviética de Stalin e no Camboja de Pol Pot, terrorismo, ou em outros atos de violência.[37]

Embora, felizmente, o Brasil pareça até agora imune ao terrorismo, salvo, talvez, a explosão de Furnas em setembro deste ano, nas últimas duas décadas manchetes aqui chamaram a nossa atenção a atos violentos de terrorismo em diversas partes do mundo, sendo mais uma angústia diante de nós e mais uma demonstração do neobarbarismo deste século.

Os motivos dos terroristas são os mais diversos, indo do fanatismo de seitas religiosas (matando em nome de Deus!), vingança, desafeição pela ordem social, porém todos com o objetivo da destruição da ordem atual; e as vítimas são sempre os inocentes.

Em 1996, uma comissão do Senado norte-americano, investigando o terrorismo, concluiu, "Há uma grande probabilidade de um grupo terrorista possuir uma arma de destruição em massa (arma atômica, química, biológica ou bacteriológica) e com isto destruir a cidade de Nova Iorque". E o Senado

35- *Popular Science Magazine*, Jan-97, págs. 44-49.
36- *English Literature* de William J. Long, Gim & Co., Nova Iorque, 1919, pág. 269.
37- *Blood in the Streets* por James Dale Davidson, Strategic Investments, Baltimore, MD, USA, 1997, pág. 5.
38- *The American Legion Magazine*, Jun-97, pág. 27.

continuou: "Já não é mais questão de se eles poderiam destruir uma grande cidade, mas *quando* poderiam destruir."[38] Ao que um Senador do Estado do Novo México acrescentou "A ameaça à segurança dos Estados Unidos é diferente hoje do que costumava ser durante a Guerra Fria. Agora, com os terroristas, a ameaça é muito pior."[39]

Clausewitz escreveu, "A guerra é uma continuação da diplomacia por um outro método"[40]. Mas hoje em dia o terrorismo é uma continuação da guerra por um outro método. E este comentário nos leva a considerar as guerras deste século de violência e barbarismo. As guerras deste século distinguem-se das dos séculos passados das seguintes maneiras:

1. Nunca antes houve duas guerras mundiais – e o Holocausto – no espaço de uma só geração.
2. Nunca houve casos em que tantas nações participassem da mesma guerra: 30 na Primeira Guerra Mundial[41] e 56 na Segunda[42]. Creio que todas sabem que o Brasil participou das duas.
3. Nunca houve guerras que usassem tantas armas poderosas de destruição em massa.
4. Por isto, nunca antes a população civil – os não combatentes – sofreram tantas baixas, em milhões, como neste século.

Se tudo tivesse terminado com a Segunda Guerra, e a paz mundial reinasse na segunda metade do século, ótimo! Mas infelizmente depois de 1945 houve nada menos do que 150 guerras![43] Por exemplo, somente durante 1983 – um só ano – houve 40 guerras, envolvendo 45 nações, sendo a maioria guerras civis, que é o pior tipo de guerra. Em 1981 estes países gastaram ao redor de US$ 528 bilhões com as suas forças armadas,[44] mas nunca conseguiam encontrar recursos financeiras para eliminar a pobreza. Temos de nos lembrar que houve 43 anos de guerra fria e nos regozijar por ela não ter se transformado numa guerra atômica. Entretanto, aquela guerra fria teve alguns lugares de guerra quente, tais como, por

39- Idem, pag. 28.

40- *On War* por Carl Von Clausewitz, editada por Anatol Rapoport, Pelican Books Ltd. Harmondeworth, Middlesex, England, 1968, pág. 119. Tradução do palestrista.

41- *The American Legion Magazine*, Dez-84, pág. 24.

42- *Past to Present. A World History* por Zebel e Schwartz, The Macmillan Co., Nova Iorque, 1960, pág. 643.

43- *The Plain Truth Magazine*, Abril, 1988, pág. 14. Este número de guerras é provavelmente a situação em fins de 1987 ou no começo de 1988. Depois houve as guerras étnicas nos Balcãs e novas guerras na África.

44- *The American Legion Magazine*, Junho, 1983, pág. 10.

exemplo, Nicarágua, Coréia, Guatemala, Afeganistão, Angola, Vietnã, etc., etc., etc.

Nós não podíamos deixar os séculos passados ficarem à frente deste século em recordes de guerras. Por exemplo, o século XVII teve a sua guerra chamada de Trinta Anos que terminou com o Tratado de Westphalia em 1648 [45]. Então, tivemos que ter a nossa guerra de trinta anos: Vietnã (de 1945-1975)![46]

Em 1996 a *National Geographic Society* nos Estados Unidos publicou o mapa intitulado "Os Mongóis e seu Legado". Tratando das conquistas mongólicas do século XIII, este mapa diz: "As narrativas das barbaridades dos mongóis são assustadoras. Eles mataram milhões incalculáveis de pessoas. O mundo nunca mais veria um genocídio de tal monta *até as guerras do século XX*."

Não satisfeitos por nos igualarmos ao século XVII com uma guerra de 30 anos, regressamos ao barbarismo do século XIII! E embora os mongóis destruíssem cidades, eles nunca trataram a Natureza com tanta brutalidade quanto àquela verificada *neste* século!

No quarto século antes de Cristo, o filósofo grego Platão profetizou: "Somente os mortos têm visto o fim da guerra".[47] Quer dizer, enquanto houver homens na terra sempre haverá guerra! Como aquele velho sábio conhecia a natureza humana! E é uma tristeza que neste século, com tantos avanços científicos, tecnológicos e sociais, quase 2.300 anos depois de Platão, aquelas suas palavras ainda sejam verdadeiras.

E mesmo que houvesse um período de paz mundial, ainda temos pairando sobre nós uma ameaça potencial: em, pelo menos, sete países, há grandes estoques de poderosas armas de destruição em massa! Um incidente, um acidente, a loucura de um líder, e todos nós iremos pelos ares!

Podemos, então, escapar do desespero que vem com a conclusão de que neste sentido o século XX tem sido o pior dos tempos? Uma idade de insensatez, trevas, inversão de valores e neo-barbarismo? Não seria, então, o inverno geladíssimo da nossa angústia, com nada à nossa frente e com os portões do Inferno completamente abertos, aguardando a nossa chegada?

Mas não tenham medo. Não tenham medo de tudo aquilo que o homem tem feito, pois a hora mais escura é justamente aquela que precede a

45- *History of Europe* por Hayes Baidwin e Cole, The MacMillan Co., Nova Iorque, 1955, pág. 543.
46- *World Almanac* de 1976, publicado anualmente pelo Newspaper Enterprise Association de Nova Iorque, 1975, pág. 667.
47- Citado no *U.S. News & World Report* de 30/06/64, pág. 65.

alvorada. E nunca, nunca podemos deixar a angústia vencer a esperança. E, mais vale acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão. Porque nas trevas do limiar do século XXI ainda há velas ao vento, as velas da esperança, o antídoto para o veneno do nosso tempo. E esperança porque, embora a população mundial tenha dobrado nos últimos 40 anos, não é previsto que este índice se repita nos próximos 40.[48] A taxa de crescimento está baixando, dando-nos mais tempo para educar os adolescentes e o "povão" do mundo no sentido de terem menos filhos. O desemprego, pelo menos nos Estados Unidos, está sendo estudado seriamente por uma comissão composta de membros de sindicatos, grandes empresas, universidades e governo, em busca de soluções, sendo uma delas a possível remuneração variável dos empregados.[49] Para salvar a família, igrejas e organizações seculares estão ativamente lutando em sua defesa, propondo, entre outras coisas, nova legislação para tornar mais difícil o divórcio de casais com filhos.[50] Recentes notícias dos Estados Unidos relatam que a poluição lá diminuiu e que 40%, mais árvores foram plantadas do que cortadas em 1996 e 1997[51]. Depois das bombas terroristas nas embaixadas norte-americanas na África, os governos aumentaram a sua vigilância e segurança contra o terrorismo. Uma comunidade internacional – "a família das nações" – realmente existe agora, e quando a ameaça de um conflito bélico surge, toma medidas para evitar a guerra, mas se esta começar, as vezes, manda forças armadas internacionais para intervir e conseguir pelo menos um rápido cessar fogo. É verdade que nem sempre logra êxito, porém é melhor tentativas que fracassam do que nenhuma tentativa. A União Européia, constituída de 15 nações, é um grande passo à frente, fortalecendo a nossa esperança para uma eventual unificação da humanidade.

Além disto, os paleoantropólogos nos asseguram que de todo o tempo que o homem existe na Terra, 99% do seu tempo foi passado no estágio de coletor-caçador-pescador. A agricultura surgiu somente há dez mil anos[52]. Quer dizer, apenas 1% do tempo da raça humana foi passado nas fases pastoril, agrícola e industrial. Por isso, neste mundo de hoje somos criancinhas, ainda engatinhando, com muita coisa para aprender.

E, finalmente, a criatividade humana nos permitiu na pré-história e na história resolver tantos problemas e a raça humana sobreviver até agora. E como o cérebro humano nestes cem anos tem concebido tantas realizações

48- Veja nota nº 16 acima.
49- Veja nota nº 18 acima, pág. 239.
50- Veja nota nº 27 acima, pág. 70.
51- *The American Legion*, Julho, 1998, pág. 8.
52- Veja nota nº 8 acima, pág. 61.

científicas e até sociais, é certo que ainda temos essa mesma criatividade para solucionar os nossos problemas atuais.

E, para concluir, creio que todos se lembram daquele mito grego da caixa de Pandora. Quando foi aberta, soltou todas as doenças, pestes, sofrimentos e males do mundo antigo sobre ela e seus amigos numa festa. E então Pandora fechou a caixa com um estrondo. Mas "no meio dos seus sofrimentos eles ouviram, dentro da caixa uma voz, doce e gentil, dizendo 'Soltem-me! Soltem-me! Ajudarei vocês! Ajudarei vocês!' Eles, ainda sofrendo dos males daquele tempo, tiveram medo de reabrir a caixa, na expectativa de atrair acontecimentos ainda piores. Mas, depois de pensar um pouco, pediram a Pandora para abrir a caixa de novo. Feito isto, apareceu um espírito de luz, com asas brancas, que tocou todas as vítimas, curou todas as feridas e afastou todos os males. E o nome daquele espírito de luz é Esperança".[53]

Quero agradecer a todos pelo seu tempo, atenção e paciência, e desejar-lhes boa sorte, e um oceano de felicidades, quando, em apenas 415 dias, terminará o século XX.

Muito obrigado.

Discurso proferido na sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo de 11 de novembro de 1998

* * *

53- *Ancient Legends* por John Sylvester, The Lydia Pinkham Publishing Co., Lynno, Mass, USA. 1926. Pág. 22. Tradução do palestrista.

UM CENTENÁRIO

Dóli de Castro Ferreira *

O centenário do nascimento de Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) foi comemorado a 30 de dezembro de 1998. Reconhecido internacionalmente por seus importantes trabalhos nas áreas da etnografia, história, sociologia, literatura, e pesquisas sobre considerável extensão dos modos de vida no Brasil, permanece, entretanto, mal conhecido e não lembrado na medida de sua importância.

1. O ESTUDIOSO

O etnólogo potiguar Luiz da Câmara Cascudo, um de nossos exponenciais estudiosos do folclore, nasceu a 30 de dezembro de 1898, em Natal, RN.

Retratou, com muita evidência, o folclore, particularmente o nordestino, sem descurar do nacional nos diferentes registros e modalidades.

Filho de abastado comerciante e chefe político, recebeu a educação dos pertencentes às famílias bem aquinhoadas do Brasil pré-industrial. Nos anos 20, Câmara Cascudo iniciou estudos de medicina em Salvador e depois, no Rio, e pretendia tornar-se pesquisador, esperando contar com a ajuda paterna para instalar laboratório. Entretanto, formou-se em direito pela Faculdade de Recife, em 1928. A partir daí, iniciou a publicação de estudos sobre a história do Rio Grande do Norte, tendo Monteiro Lobato como editor, em São Paulo.

Criticado em seus trabalhos por Mário de Andrade, aceitou os conselhos deste para que "descesse da rede aristocrática e olhasse a riqueza folclórica que o rodeava".

Do pesquisador, do homem, do folclorista, do político engajado no Integralismo, ocupou-se o suplemento "Mais" da Folha de São Paulo, com data de 27/12/98, em trabalhos de vários articulistas.

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde ensinou Direito Internacional, Câmara Cascudo tornou-se referência importante a partir de seus estudos sobre a Etnografia, a História, a Sociologia e o Folclore dos estados nordestinos. Juscelino Kubistschek o quis como reitor da Universidade de Brasília, mas ele recusou, como

* Membro do IHGSP e do Instituto de Estudos Valeparaibano.

também recusou os convites para lecionar na Universidade de São Paulo, na Universidade de Campinas e na Sorbonne, e deixou-se ficar em seu estado natal. E, como soe acontecer neste país de esquecidos, hoje, o solar de Câmara Cascudo, destinado a centro cultural, está fechado e a biblioteca abandonada à destruição.

Pelos envolvimentos políticos com o Integralismo, do qual participou ativamente, foi considerado suspeito pela CIA como simpatizante do nazismo e "pró-germânico em sentimento", (citação de Xico Sá - Folha de São Paulo - Mais - 27/12/98, p. 5-7)

Esta circunstância pode ter sido uma das responsáveis pelo "esquecimento" do intelectual ativo e pesquisador incansável de documentos, cultura, gêneros de vida e hábitos da comunidade da qual participou em intensa convivência. Sua linguagem é simples, escorreita e humorada. E não fora o folclore em nosso país ser tratado como área menor de estudos e menos brilhante, e até de ter o vocábulo, na voz popular, significado de fantasia ou mentira disfarçada, os estudiosos do gênero poderiam ser mais bem acatados e reconhecidos.

Mas os historiadores, não apenas preocupados com o factual e o laudativo, e os geógrafos, preocupados com o lugar, o espaço construído pela totalidade dos habitantes e as diferenças regionais, sabem da importância de um estudo vívido e vivido como o do seminal e diversificado autor aqui tratado.

2. AS OBRAS DE CÂMARA CASCUDO

Consta haver 144 livros escritos por Câmara Cascudo.

A obra considerada a mais importante é o *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Não menos o é a *Antologia do Folclore Brasileiro* referente aos séculos XVI, XVII e XVIII e os registros dos cronistas coloniais e viajantes estrangeiros, e em tudo constando bibliografias e anotações.

Curioso, observador arguto e investigativo, gostava de registrar "in loco" os verbetes, mas flagrava também, copiosamente, as expressões, as falas, os sons e os gestos. Não é à toa que dois de seus importantes trabalhos são a *História dos Nossos Gestos* e *História Oral no Brasil*. Por sua vez, na *História do Rio Grande do Norte*, ao descrever os modos de vida da população, elabora comparações aos usos e aos costumes do século XVIII e o direito consuetudinário vigente naquele século. Visitado por Mário de Andrade, teve, neste autor, reflexos de suas pesquisas e trabalhos. Mário, seu hóspede em Natal, desenvolveu pesquisas para Macunaíma e outras obras.

Para um bom etnólogo e um homem deliciado pela culinária tropical não poderia passar desapercebida a riqueza de nossos hábitos alimentares. É autor de uma *História da Alimentação no Brasil*, em dois volumes, e de uma *Sociologia do Açúcar*.

Prolífico autor, entretanto os pesquisadores acadêmicos não lhe consagraram, ainda, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, o que representa, possivelmente, o desprezo que contempla o folclore e o seu significado para nós.

Mitos e superstições foram por ele estudados respectivamente em *Geografia dos Mitos Brasileiros* e *Superstição no Brasil*.

3. O HISTORIADOR E SEU OFÍCIO

O historiador debruçou-se sobre os documentos da ocupação holandesa na Bahia e em Pernambuco e elaborou um volume sobre a Geografia do Brasil Holandês[1] em que retrata as ações e a repercussão desse domínio em relação à Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, dedicando um capítulo a cada um.

E se Evaldo Cabral de Mello, em culto saber escreveu profundamente sobre a história do domínio holandês e o nordeste, alvo desse empreendimento, não menos importantes, são as revelações de Câmara Cascudo quanto aos fatos, aos documentos e ao imaginário do evento.

Citando Câmara Cascudo, entre outros, Cabral de Mello traça, minuciosamente, as circunstâncias dos jogos de interesse do açúcar e dos produtos tropicais nas relações holandesas, ibéricas e brasileiras, se assim podemos citar, um tanto anacronicamente, dado o fato de que no século XVII, ainda não tínhamos um Brasil no que gostamos de delinear como um país.

O interessante em Câmara Cascudo, ao discutir a influência holandesa é mostrar as relações por estes estabelecidas com os habitantes da área ocupada. Comparando, por exemplo, o português e o holandês, diz que este é um "povo de navegadores" que "enjoava na terra", "gostava da cidade e quase as criou na sua administração, num sentido de amplitude, de conforto, de interesse convergente e de atração". Já o português, segundo ele, "vivia nas fazendas e engenhos, com o padre-capelão, a negrada dos eitos, as mucamas para mesa, rede e cozinha, os pajens pajeando recados, os guarda-costas brigões, os vizinhos, os compadres ricos e os compadres pobres". "Raramente apareciam nas Missas de Festas, Te-Deums, e Novenas de Orago. Seus centros de interesse eram a fazenda e o engenho que os satisfaziam quanto ao estômago, os olhos e o sexo"[2].

4. O DESTAQUE DO AÇÚCAR, SEGUNDO AS ANÁLISES DE CÂMARA CASCUDO

Para o holandês "o açúcar era essencial", e ele o conhecia no sabor brasileiro do produto comprado e carregado em barcos flamengos desde os fins do século XVI, quando a Holanda se assenhoreava dos mares. Os portugueses, por sua vez, davam preferência aos carregamentos nos barcos neerlandeses, os quais possuíam sólida construção e resistência, substituindo, portanto, gradualmente, as caravelas.

Por razões de interesse econômico os holandeses vieram praticar o vantajoso *Tauschhandel* (comércio de trocas) com prevalência do açúcar, mas também do pau-brasil, resinas, tabaco, couro e as raridades tão apreciadas nos gabinetes europeus, principalmente as originadas nos trópicos. A representação pictográfica nas artes plásticas e nas tramas das tapeçarias de seus muitos artistas nos revela, alegoricamente, a visão paradisíaca que lhes encantava e suscitava a cobiça. Não sem motivos, o museu *Mauritshuis*, implantado por João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), denominado o Brasileiro, exibe, em Haia, na Holanda, a visão exuberante de nosso tropicalismo carregado de opulência e exotismo sob o olhar do europeu do Norte[3].

Todos esses aspectos são amplamente comentados por Câmara Cascudo que nos delicia com o relato do episódio do Boi Voador[4] dado na inauguração da ponte que ligava a cidade de Maurícia à de Recife.

No dia da inauguração, um domingo, com data de 28 de fevereiro de 1644, um boi de palha e coberto de couro original, amarrado a cordas, foi içado de uma plataforma e percorreu, nos ares, o caminho da ponte.

O registro foi dado por um coevo, o Frei Manuel Calado, em uma obra denominada *Valeroso Lucideno* e *Triunfo da Liberdade*, datada de Lisboa, 1648 p. 277-278 da edição pernambucana, 1° volume, Recife, 1942[5].

Um boi manso que pertencia a um camponês de nome Belchior Alvares serviu de atração ao ser levado, pacatamente, junto à plataforma do lado da ponte recém terminada. Aí, substituído por sua cópia fiel, teve, para o povo, o registro da façanha, hoje do folclore pernambucano e do fato histórico: o vôo do boi de Belchior Álvares ou Alves.

Cobrada a visão como pedágio na travessia da ponte, recebeu de seus estupefatos espectadores manifestações das mais diversas, e entre elas, a do cordel. Selecionamos deste, especial, alguns trechos das chamadas façanhas:

(.....)
"O povo que as mirou
Conserva mais que viu bem na memória
O boi que lá voou!
Pelo que para ver no aqueduto
O imposto pagou!
Foi dia de encantos
De graças, recreio
Pro Conde que o bolso
De florins viu cheio
P'ra ele somente
De certo que não,
Porque o Filipe
Tirou o seu quinhão".

NOTAS:

(1) CASCUDO, Luís da Câmara — Geografia do Brasil Holandês. Liv. José Olympio Editora, RJ, 1956. 1ª ed.

(2) CASCUDO, Luís da Câmara - op. cit., p. 29 e 30.

(3) O Mauritshuis foi construído em Haia, por ordem de Maurício de Nassau, como residência, pouco antes de partir para o Brasil, de planos do célebre arquiteto Jacob van Campen, também autor do Palácio Real de Amsterdam.
Igualmente arquiteto, além de militar, diplomata e administrador, Maurício de Nassau distribuiu, pelas salas do hoje museu, os objetos, raridades, livros, documentos, pinturas e tapeçarias com a temática brasileira e o favorecimento do exotismo tropical do hemisfério sul. Uma exposição especial foi realizada entre 21 de dezembro de 1979 e 1° de março de 1980, para rememorar o tricentenário da morte do "Brasileiro". Ali estão exibidas pinturas de *Frans Post* e *Albert Eckhout*, tapeçarias, arte plumária indígena, croquis e descrições de plantas, frutos, aves, mapas e cartas, registros minuciosos de itinerários, de observações astronômicas e médicas, particularmente sobre a medicina tropical e tudo o que interessava aos cientistas, humanistas, comerciantes e navegantes da GWC (Geoctroyed Westindiche Companie), a Companhia das Índias Ocidentais.

(4) Segundo a tradição oral pernambucana, o boi de Belchior Álvares era um animal manso transportado por seu dono através das ruas e levado, inclusive, às casas, onde as pessoas os recebiam com alegria. No dia da inauguração, anunciou-se o vôo do boi. Levado à plataforma de lançamento, foi devidamente fechado e substituído pela cópia anteriormente preparada. Este, como reprodução fiel do original, voou, literalmente, amarrado, e as pernas soltas no ar. Para assistir ao evento foi cobrado o ingresso da travessia aos espectadores. Os que não quiseram ou puderam pagar, nadaram pelo rio. Consta ter havido mortes por afogamento entre os mais afoitos.

(5) CASCUDO, Luís da Câmara - op. cit. , p. 205.

A MULHER NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE S. PAULO DE 1932[1]

Miridan Britto Knox Falci *

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo Dr. Hernâni Donato

Excelentíssimo Sr. Secretário, Prof. Roberto Machado Carvalho.

Prezados confrades;

Minha senhoras e meus senhores.

Retorno a esta ilustre Casa quase dois anos após a minha posse, sentindo-me muito honrada em figurar ao lado de tão brilhantes historiadores da Revolução Constitucionalista de 32. É que a responsabilidade de falar sobre a mulher na Revolução Constitucionalista de 32, nesta Casa da Memória Paulista, parecia-me tarefa por demais ingente para uma carioca-piauiense. Mas, meus longos anos de doutorado, na USP e as antigas ligações paulistas com a primeiras famílias que se sedimentaram no Piauí, estreitam laços de amizade e admiração por essa gente de fibra, tenacidade e organização.

Deparei-me com três tarefas: compreender, sob a raíz da nova História Política o que era uma revolução, re-interpretar um movimento sócio-político que me ficou distante por viver na Capital Federal onde a visão do outro lado sempre dominou, e interpretar, dentro dela, a figura feminina, objeto atual de minhas pesquisas.

Desculpem-me assim os historiadores dessa casa se cometo enganos ou omissões.

O estudo de uma revolução, como disse o Gal. Carlos de Meira Mattos no dia 09 de julho deste ano, no IHGB, em Conferência sobre a Revolução Constitucionalista de 32, e citando Michellet, envolve métodos de avaliação que combinam fatos históricos, filosofia, psicologia coletiva e a expressão dos personagens. Quando estudei a Balaiada no Piauí em minha dissertação

---

* Membro do IHG Brasileiro e professor da UFRJ.

1 - Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no dia 23 de julho de 1997.

de Mestrado deparei-me com este problema: "combinar tantos elementos aparentemente díspares numa única unidade viva."

Por outro lado, também, era difícil estudar a participação da mulher num movimento sócio-político. Até poucos anos atrás, os estudos sobre a mulher e sua participação na vida política, social e econômica estavam alijados da historiografia. Algumas, muito ricas ou que exerceram poder político, como a raínha Vitória da Inglaterra ou Catarina da Rússia certamente tiveram seus biógrafos. Mas era uma historiografia oficial, panegírica, com objetivos específicos. Mulheres pobres, operárias, ou simples donas-de-casa não tiveram História. Tínhamos que procurá-las em livros de memórias, de ficção e de poesia.

Mas a Nova História, tanto na França, com a chamada Escola dos Annales, quanto na Escola Inglesa ou Americana, começou a resgatar os esquecidos da História. Longe dos reis, dos chefes políticos e dos barões, pobres e marginalizados, que representam, em geral, 2/3 do número populacional de uma região, começaram a ser observados e estudados sobre o que faziam, como se viam ou como eram vistos pela sociedade que os cercava.

E foi a terceira geração revisionista dessa nova apreensão da maneira de se fazer a História, a geração dos anos 70, que estendeu as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo, e, até mesmo do odor. Foi essa terceira geração a primeira a incluir mulheres, especialmente Christiane Klapisch, que trabalhou sobre a história da família na Toscana, durante a Idade Média e o Renascimento, Arlette Farge, que estudou o mundo social das ruas de Paris no século XVIII, Mona Ozouf que estudou os festivais durante a Revolução Francesa e Michèle Perrot, que escreveu sobre a história do trabalho com a história da mulher-1974. A *Histoire des Femmes*, em vários volumes, foi planejada por Georges Duby e Michèle Perrot, editada na Itália e em Portugal. No Brasil, a *História das Mulheres no Brasil*, organizada por Mary del Priore, São Paulo, 1997, onde temos capítulo sobre a *Mulher no sertão nordestino*, seguiu, não só os passos da *Histoire des Femmes* como os estudos da brazilianista June Huner, das paulistas, Miriam Moreira Leite, Maria Luíza Marcílio, Maria Lúcia Mott, Maria Beatriz Nizza da Silva dentre muitas outras.

E todos esses estudos disseram respeito à história social estando ligados ao cotidiano, à vida familiar, à questões de sexualidade, da educação, já que a mulher não participava da vida política nacional.

Mas após a Grande Guerra, principalmente na década de 20, a mulher

das camadas médias entra no mercado de trabalho, no dizer de Míriam Moreira Leite, e a história das mulheres se altera, porque "inúmeros processos sociais, políticos, econômicos e culturais, iniciados às vezes muito antes e deflagrados ou extintos, em alguns casos, bem depois, surgem nesse momento".

Em São Paulo, na década de 20, romperam-se as condições de auto-suficiência das grandes famílias. A aceleração do ritmo de atividades, com a industrialização crescente e a utilização de novos meios de comunicação e transporte, altera profundamente a vida das famílias e principalmente a de suas mulheres. A vida doméstica das mulheres vê-se invadida pela comunicação de massa, representada por jornais, revistas, telefone, automóveis e pressionada pelas imposições de novo ritmo de atrações, veiculadas pelo cinema americano que expunha comportamentos diferentes e novos relacionamentos identificados como "vida moderna". Os periódicos semanais explicitavam essas diferenças e as diversas atitudes diante delas. São dessa década as revistas *Vida Moderna* e a *Vida Doméstica.*

Mas essas alterações não atingiam da mesma forma o comportamento de toda a população urbana, como diz Míriam Moreira Leite. "Alguns aspiravam à modernização e não tinham recursos para financiá-la. Os católicos manifestavam-se contra ela, atribuindo aos novos comportamentos e às novas idéias, a decadência da família, outros, pensavam que a família deveria ser, antes de tudo, o meio de preparação do cidadão, na vida privada, para o que era preciso uma divisão rígida dos papéis sexuais; o homem deveria sustentar a mulher enquanto esta desenvolveria suas qualidades altruístas de conformismo e dedicação aos filhos."

Em contraposição a essas atitudes conservadoras surgiram, na década de 20, algumas formas de feminismo, procurando defender os direitos da mulher à cidadania, a remunerações condignas e à maternidade consciente. Todas essas formas de feminismo sofreram reações e repressões no âmbito educacional, legislativo e na imprensa periódica. Mesmo perante a imprensa, muitas vezes contraditória, o espaço público deveria continuar reservado aos homens.

Meus senhores:

É nesse conjunto de reflexões que desejo enxergar o movimento de participação das mulheres na Revolução de 32.

Recordemos um pouco.

Com Berta Lutz, funda-se em 1920 a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e que se transforma, em 1922, na Federação Brasileira pelo progresso feminino, visando conscientizar a mulher sobre suas

condições e seus direitos políticos. O direito a voto a nível nacional é conquistado em 1932 com o novo Código Eleitoral, e já em 1933 a mulher participa da Campanha eleitoral para a Assembléia Constituinte e elege a primeira deputada federal da história brasileira, a paulista Carlota Pereira de Queiroz, participante do Movimento Revolucionário Constitucionalista de 32.

A partir desse movimento, vemos as mulheres participando da Ação Integralista Brasileira, da Aliança Nacional Libertadora e de muitas outras.

Mas sobre a Revolução de 32 as indagações nos brotam:

De que maneira elas participaram? Quem foram? Quantas? Como? Por quê?

Na extensa bibliografia surgida logo após o movimento, encontramos o detalhado trabalho de J. Rodrigues, *A mulher na Revolução Constitucionalista de 32*, São Paulo, 1933; [2] o trabalho de Cândida de Britto: *Viva São Paulo,* 1933 e o de Suzana de Campos: *São Paulo é o Brasil: poemas,* 1932.

E essa literatura sobre a Revolução de 32,[3] segundo análises de Ana Lígia Medeiros e Mônica Hirst, in *Bibliografia Histórica, 1930-1945, Universidade de Brasília,* 1982, possui "um tom épico e uma narrativa emocional (pois) são muitas vezes depoimentos de ex-combatentes desiludidos com o governo provisório".

Ainda que tenhamos verificado esse tom emocional, todos (homens e mulheres) falaram que a mulher paulista participou ativamente do movimento, colaborando desde a confecção de uniformes e bandeiras até a arrecadação de donativos pelas ruas. É ela ainda a principal responsável pelas vultosas contribuições para a Campanha do Ouro pelo Bem de S. Paulo promovido pela Associação Comercial. A assistência médica é prestada nos postos da Cruz Vermelha espalhados pelos fronts, onde os soldados são socorridos nos trens transformados em hospitais e ambulância.

Quando observei essa força nos livros em que li, e comentando com historiadoras paulistas, lembraram-me estar enveredando por uma postura ufanista que poderia me afastar da equilibrada ou descompromissada interpretação histórica, já que eu deveria olhar para o *outro lado* da questão. [4]

Mas,... o outro lado da revolução estava impregnado em minha mente.

---

2 - Agradeço a bibliotecária Maura Macedo Corrêa e Castro a localização do referido livro no IHGB e a permissão para estudá-lo, dadas as condições em que se encontrava.

3 - Muitos livros de época me foram gentilmente cedidos pela professora Cybelle de Ipanema.

4 - Reconheço que, por falta de um conhecimento mais aprofundado posso estar cometendo erros mas o meu entusiasmo, de uma piauiense-carioca, foi grande ao deparar-me com tal literatura.

Até hoje lembro as leituras que fiz na biblioteca de meu pai: de Lourival Coutinho: *General Goes depõe*, Rio, 1955 e *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias* de Aspásia Camargo e Walder de Góes, Nova Fronteira, 1981.

Criada na capital federal, em plena década de 30, toda a imagem negativa que o Estado Novo incutiu nos corações dos brasileiros contra o movimento paulista estava em minha mente. Professores, na escola primária, apontavam-me o movimento como algo infame e, por extensão, o Estado de São Paulo, tinha cometido um erro histórico indigno da nação brasileira... Já conhecia este lado, era preciso acordar para o outro lado.

E foi lendo os novos ensaios, as novas interpretações brotadas já agora de maior equilíbrio e distanciamento dos fatos, 30 ou 50 anos após, por ocasião do cinqüentenário da Revolução, (1982) de Emília Viotti da Costa: *1932: Imagens contraditórias. 1982*, de Nagibe Maria Maluf, *A revolução de 32*, 1986; *de* Carolina Ribeiro. *A mulher paulista de 32, na Revista do IHGSP, 1961, volume LIX;* de Stanley Hilton, *A Guerra Civil Brasileira*, Nova Fronteira, 1982 ; e das observações e o apoio que os autores masculinos fizeram em capítulos sobre as mesmas, inclusive pelo nosso presidente Hernâni Donato (1982) e outros veiculados na imprensa oficial, *D. O. Leitura, 1992*; foi lendo-os, repito, que percebi e senti o que foi a Revolução e o papel da Mulher na mesma. Na *Bibliografia Anotada da Mulher Brasileira* da Fundação Carlos Chagas, 1979, capítulo História, declara-se "*a análise do papel da mulher na sociedade brasileira contemporânea tem sido feita por abordagens sócio-econômicas ou antropológicas. A área de História está a reclamar estudos que retomem a partir de uma perspectiva histórica a contribuição da mulher à sociedade atual*".

E mesmo nesses novos ensaios, a participação da mulher estava analisada com a mesma interpretação histórica: apoio decisivo, inconteste na revolução.

Perdoem-me, senhores, mas não posso deixar de acompanhar a escola *ufanista*.

Não posso deixar de expressar essa admiração por essa capacidade de aglutinação que o movimento imprimiu no conjunto das mulheres.

Vejamos como agiram.

1- Em primeiro lugar através de Apelos e Manifestos.

Dezenas de Associações foram formadas pelas mulheres para manifestar, por escrito, a sua adesão ao movimento: o *Apelo da Cruzada Pró-Infância*; o apelo *À mulher paulista*, dirigido por Antonieta Castro,

que lembrava pela P.R.A.O., além da Cruzada Pró-Infância, a Cruz Verde e a Cruz Azul.

Citamos ainda apelos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, da Aliança Cívica das Brasileiras, da Associação das Sras. Brasileiras, a Proclamação às Funcionárias do Instituto do Café; o Manifesto à Oficialidade de S. Paulo (assinado por 50 mulheres), a Proclamação das Sras. e Srs. ao Sr. Pedro de Toledo.

Todas tinham o carácter de proclamações entusiásticas de cunho moral e de coordenação.

E citemos excertos desses apelos e manifestações.

De Da. Francisca Camargo ao Cap. Labieno Olímpio Gomes, cujo filho queria se alistar:

"Aí tendes meu filho que deseja seguir convosco. Eu vos agradeço se o receberdes porque a causa de S.P. é justa e honrosa. Por isso sou eu que ofereço o meu único filho para seguir as vossas tropas."

Também de Da. Antonina Teixeira Pereira escrevendo ao filho, sargento Francisco Sales Teixeira do 4 R.A.M. que esteve 40 dias nos setores da Central e o restante no "front de Minas":

"Meu filho, para mim é uma glória ter um filho nas trincheiras paulistas com coragem e animação".

A progenitora de João Batista Prado despedindo-se:

"meu filho, faz (sic) hoje 10 anos que morreu seu irmão Newton. Deus vos acompanhe. E o filho já prestes a expirar: isto não é nada por S. Paulo: S.P. merece muito mais. Viva S. Paulo." , in J. Rodrigues, op. cit.

Na "Mensagem das Sras. Paulistas aos soldados da Constituição", lê-se:

"O ministro Oswaldo Aranha pretendeu denunciar como criminoso o Estado que ousou rebelar-se contra a ditadura, mas São Paulo, Apóstolo da Lei e redentor do Brasil, não será vencido. São Paulo lutará e vencerá porque não foram nem os políticos nem os militares que levantaram S. Paulo pelo Brasil. Foi a consciência cívica, o patriotismo".

Encabeçava as assinaturas, Carlota Pereira Queiroz. Seguiam-se 280 nomes.

E quantas eram as mulheres que assinaram os apelos e manifestos para participarem do movimento?

Na "Mensagem das Sras Paulistas aos soldados da Constituição e aos outros brasileiros de outros estados" contamos 280 assinaturas.

Em cada "Apelo", "Manifesto", as assinaturas apontam 80, 100. O total geral para São Paulo não conseguimos contabilizar.

Mas quantas e quantas participaram e não chegaram a assinar por

serem analfabetas ou não tinham ainda a coragem de colocarem seus nomes em "papéis públicos"?

2 – No trabalho das "oficinas de costura".

O que eram e como participaram nas oficinas de costura?

Logo no início da Revolução, a Cruz Vermelha lançou o seguinte apelo: "os hospitais de emergência que estão sendo instalados na zona de combate, requisitaram da Cruz Vermelha 20.000 pensos e 50.000 ataduras com a máxima brevidade. É preciso o concurso de todas as Sras. para a execução desse material, que podem se matricular nas oficinas de costura ".

O apelo foi prontamente atendido e pouco depois a Cruz Vermelha vê-se obrigada a interromper as matrículas tanto na sede da rua Líbero Badaró como nas oficinas de costura de emergência. Chegaram ao todo a constituir 49 oficinas de costura nos seguintes locais:

Conservatório Dramático e Musical de S. Paulo - Cruz Verde de Cambucy - Instituto de Educação - Assistência da Colônia Portuguesa - Campanha Singer - Posto Anhanguera - Oficina das Funcionárias da Secretaria de Viação - Associação S. José dos Pinheiros - Oficina Rotary Club - Casa Cisne - Sras. da Colônia Síria - da Colônia Italiana - da Colônia Inglesa - da Colônia Americana e muitas outras individualmente.

Carlota Pereira de Queiroz dirigia a oficina de Costura da Cruz Vermelha.

A 15 de agosto as peças confeccionadas subiam a 4000 onde trabalhavam 7.200 pessoas. No final de agosto as peças confeccionadas chegavam a 12.000.

As peças confeccionadas constavam de:

aventais médicos e de enfermeiras - dolmas - culotes - camisas de campanha - camisas de flanela - de panamá - de kaki - de algodão - pijamas - cuecas - máscaras - pallas - perneiras de feltro - lenços - lençóis - pacotes de gaze de um metro - ataduras de ventre e ataduras de cabeça e as célebres bolsinhas de curativo individual sendo que a Cruz Vermelha Brasileira em S. Paulo preparou cerca de 90.000 bolsinhas que entregou ao Serviço de Saúde da II Região Militar.

Da capital saíram ainda 5.000 peças confeccionadas para Queluz, Itapetininga, Cruzeiro, Dispensário N. Sra. de Lourdes, Hospital Militar da II Região. Segundo estatística da Associação Comercial de S. Paulo, correspondendo a 17 oficinas (das 49) trabalhavam (em casa) 3.873 Senhoras; haviam 209 moças e meninos no serviço de transporte e 343 máquinas de costura.

3 - O Trabalho nas Cozinhas Improvisadas.

Além das oficinas de costura existiam as cozinhas improvisadas e mantidas pelas Senhoras.

Em Taubaté, por exemplo, funcionava, na metade da estação da Central, uma cozinha monstro, onde serviam ininterruptamente, em compridas mesas de tábuas, aos soldados que passavam nos trens, café, biscoitos, sanduíches. Em Lorena, na Casa do Soldado, também numa cozinha instalada, um grupo de Senhoras, segundo uma estatística publicada no *Estado de S. Paulo*, servia uma média de 1 300 soldados por dia; total de xícaras de café 48.078, sem falar na distribuição de cigarros, doces, frutas, ofertados pelo comércio local.

4- O Quadro Social das mulheres participativas.

Quais eram as mulheres que participaram?

Mulheres ricas, sobrenomes importantes, certamente, como as Almeida Prado, (Leonor e Marina) as Junqueiras (Ismenia, Annita) as Caiuby (Dinah) as Souza Queiroz, a Wanda Arouche de Toledo, Carlota Pereira de Queiroz.

Adalzira Bittencourt, in *A mulher paulista na História*, Rio, 1954, afirma:

"desde a mais rica à mais humilde, todas estavam à frente do movimento; dessa epopéia de civismo e de entusiasmo, do poema de bravura que São Paulo escreveu a 9 de julho. Mas os nomes não foram marcados para figurar na história. Ficaram anônimas pois defendiam uma causa, um ideal e nada fizeram por exibição.

Das ricas e de projeção conhecem-se ainda outros sobrenomes, no Manifesto das Mulheres Ribero-Pretanas assinado por Emerenciana Junqueira e Elsa Pompeu de Camargo, por exemplo.

Mas das que não tinham curso superior nem grandes fortunas nem prestígio familiar, Adalzira acredita que devemos lembrar:

Josefina Sarmento Barbosa, a paulista cheia de orgulho que proferiu um lindo discurso, na Rádio Record, depois publicado em folheto intitulado:

- *Vai meu filho,* incitando os próprios filhos a defenderem as fronteiras do Estado e a bandeira das 13 listas. Este " *fez chorar todas as mães e fez enxugar as lágrimas daquelas que perderam nesse movimento os filhos adorados.*"

Começava assim:

"*Vai, meu filho, partam meus amigos*"...e o discurso ela fez chorando...porque as mulheres também choravam comovidas. (p.210, op. cit.).

Segundo ainda Adalzira, deve ser destacada também:

Maria Dulce de Magalhães Alves, Dona Nicota, que "*foi o emblema da mulher paulista de 32, o ânimo do combatente, bálsamo dos enfermos, consolo dos desterrados*". Nascida em Araraquara, em 1879, foi incansável durante o movimento. Quando este terminou e centenas de paulistas foram exilados para Portugal, ela, sabendo que muitos eram pobres, fundou o Departamento de Ajuda aos exilados e doentes e nada deixou lhes faltar.

CONCLUSÕES:

Já dissemos acima que é muito difícil compreender-se os movimentos revolucionários.

Já dissemos acima que as mulheres eram as desconhecidas da História.

Este trabalho teve este objetivo.

Verificar, num primeiro ensaio, sob a ótica da interpretação histórica nova, o que foi a participação da mulher na Revolução de32.

Phillipe Ariés, em seu livro sobre a criança e a família, afirma que, como num brocardo antigo, "a árvore impede a visão da floresta", ou seja, "o tempo maravilhosa da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão dos documentos brutos...mas anos depois "pode-se ver melhor a floresta".

O meu trabalho sobre a mulher no interior de uma Revolução está ainda nessa primeira fase. Meu maior mérito (para mim) foi o da pesquisa, do cotejamento de opiniões, de leituras de diários (reli Humberto de Campos - *Diário Secreto* - onde verifiquei que ele pula os três meses da Revolução), o de leituras de memórias, de jornais, em sentir em cada depoimento um jovem envolvido em ideais, um ser humano...

Meu maior mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos ouvintes a alegria de minha descoberta.

E assim alinhavo três conclusões:

1) Pela sua organização, pela demonstração de seu equilíbrio, pela sua disposição de trabalho, as organizações femininas, que ajudaram o movimento revolucionário, significaram o avanço na participação política das mulheres no Brasil.

2) Pela análise que realizamos, foi, a Revolução Constitucionalista de 32, o grande divisor de águas na história política das mulheres no Brasil. Foi, também, a maior alavanca para a inserção da mulher na vida política e nacional do Brasil.

3) Em nossa interpretação histórica ela representou o que Bourdieu chama de "capital simbólico" – foi um símbolo, um elemento agasalhador

de uma idéia, de uma emoção, de um ideal., de um vir a ser.

E símbolos, idéias, emoções são subjetivos e impregnados de valores difíceis de serem compreendidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT Adalzira. *A mulher paulista na História*. Rio, 1954.

BRANCA, Luiza P. C. *Campanha Revolucionária*. São Paulo. sd.

BRITO, Cândida de. *Viva São Paulo!*. Tip. São Benedito, 1933.

CAMARGO, Aspásia - Góes, Walder de. *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, Nova Fronteira, 1981.

COSTA, Emilia Viotti. 1932: *Imagens Contraditórias*. São Paulo. Arquivo do Estado, 1982.

DONATO, Hernâni. *A revolução de 32*. São Paulo, Círculo do Livro, 1982. São Paulo, 1997.

ELLIS, Júnior, Alfredo. *Confederação ou separação*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1934.

HILTON, Stanley. 1932. *A Guerra Civil brasileira*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1982.

KLINGER, Bertoldo - FIGUEIREDO, Euclides - FRANCO, Othelo - ASSIS BRASIL, Argemiro. *Nós e a ditadura: a jornada revolucionária de 1932*.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. 1932: *Presidente Prudente na revolução*, Presidente Prudente. Fundação Museu Histórico Municipal, 1992.

MATTOS, Carlos de Meira (mimeo) *A Revolução Constitucionalista de 1932. Conferência proferida no IHGB no dia 9 de julho de 1997*, gentilmente cedida pelo autor.

MALUF, Nagiba Maria. *A revolução de 32*. 1986.

MESQUITA, Júlio de. *Memórias de um revolucionário*. São Paulo, 1956.

NEVES, João. *Acuso*. Rio de Janeiro, 1933.

PAULA, Lafayettte Soares de. *São Paulo um ano após a guerra*. Rio de Janeiro, 1934.

PRADO. J.F. de Almeida. *São Paulo e a revolução de 1932*. Rio de Janeiro, 1932.

RODRIGUES, J. *A mulher paulista no movimento pró-*

constitucionalista. São Paulo. Rev.Tribunais, 1933.
SCHMIDT, Afonso. *A locomotiva*. São Paulo, 1959.

TEXTOS INSERIDOS EM OUTRAS OBRAS:

BIBLIOGRAFIA HISTÓRICA, *1930-1945* de Lígia Medeiros e Mônica Hirst, Universidade de Brasília, 1982.
BIBLIOGRAFIA ANOTADA DA MULHER BRASILEIRA. Fundação Carlos Chagas, 1979, capítulo História.
COUTINHO, Lourival. *O General Góis depõe*...Rio de Janeiro, 1955. Cap.5.
Exército, Estado-Maior do. *História do Exército Brasileiro*. Brasília, 1972, vol. 3. Cap. 9, n.5.
PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro. Globo, 198 p. cap.3.
SILVA, Helio Ribeiro da. *O Ciclo Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, vol. 5.

TEXTO EM PERIÓDICOS:

ALMEIDA, Lauro de. *O povo cantava*. D.O. Leitura, 11 de junho de 1992. IMESP/.
ARAUJO, Wladimir. *Ouro para o bem de São Paulo*, idem
CAMARGO, Áureo de Almeida. - *Roteiro de 1932*, in *Revista de História*, vol. XLV, n. 91, ano XXIII, 1972, São Paulo, pp. 203-261.
DONATO, Hernâni. *Onde e como o Brasil esteve com São Paulo*. São Paulo. D. O. Leitura, 11 de junho de 1992. IMESP.
Os decaídos de 30: Washington Luis e Júlio Prestes, idem
DEBES, Célio. *O movimento cívico: de outubro de 30 a julho de 32*. São Paulo.
FARINA, DUÍLIO Crispim. *A faculdade de medicina nas trincheiras*, idem
FIGUEIRA, Luiz Fernandes. *Pró-constituição: os selos de* 32, idem.

REVISTAS DO IHG SÃO PAULO:

Revista IGHGSP vol. LIX, 247 - RIBEIRO, Carolina. *A mulher paulista de 32.*
Revista IHGSP, vol. LXXIII – ARANTES, Altino - *A proclamação de Altino Arantes em 1932.* São Paulo.
Revista IHGSP, vol. LXXIII, 349 – CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 32. São Paulo.
Revista IHGSP, vol. LXXXIII, 173 – CARVALHO, Roberto Machado. *1932 à luz da propaganda.*
Revista IHGSP, vol. LXXXV, 385 – CHAVES, Pedro Rodovalho Marques. *O ideal da revolução constitucionalista de 32.* São Paulo.
Revista IHGSP, vol LXXIX- 271. Manso, Odilon da Costa. *Cinqüentenário do movimento Constitucionalista de 32.*

* * *

ATAS DAS SESSÕES DO ANO DE 1996

Ata da sessão do dia 10 de janeiro de 1996

Às dezessete horas do dia dez de janeiro de mil novecentos e noventa e seis, no salão da secretaria, no sétimo andar do edifício-sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, rua Benjamin Constant, 158, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato, realizou-se a sessão administrativa para a apresentação do Relatório financeiro e administrativo referente ao ano de mil novecentos e noventa e cinco. Estiveram presentes os seguintes consócios: Hernâni Donato, Israel Dias Novaes, Moacir França, Duílio Crispim Farina, Ricardo Román Blanco, Aluysio Mendonça Sampaio, Henrique L. Alves, Reginaldo Moreira de Miranda, Samuel Pfromm Netto, Délio Freire dos Santos, Célio Debes, J. Pereira, Célio Debes, Roberto Machado Carvalho, Pe. Hélio Abranches Viotti, Luiz Wanderley Torres, José da Veiga Oliveira e Douglas Michalany. Dando inicio aos trabalhos, o sr. presidente fez a apresentação dos trabalhos escolhidos como as melhores obras em história e geografia, dado a estampa no transacto ano de mil novecentos e noventa e cinco, no Estado de São Paulo. Sagraram-se vencedores o Instituto Cultural Itaú, pela edição do roteiro de viagem do Barão de Langsdorff e sua comitiva cientifica ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Assim como a Notícia Bibliográfica e Histórica, da responsabilidade do consócio prof. Odilon Nogueira de Matos, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A seguir, o sr. presidente outorgou a palavra ao primeiro tesoureiro Douglas Michalany, a fim de que ministrasse explicativamente a exata posição financeira do Instituto Histórico, o que foi realizado de maneira absolutamente satisfatória e minudente, em especial os móveis e imóveis, balanço da receita e despesa, ocorrente a trinta e um de dezembro passado. O sr. tesoureiro houve por bem de declarar que a situação econômica acusava um superávit de receita. O Instituto Histórico encerrava o ano com uma situação econômica equilibrada, com todos os pagamentos em dia, na mais plena normalidade. A seguir, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho declinou à minúcia o Relatório das atividades

realizadas pelo Instituto, no decurso de mil novecentos e noventa e cinco, começando pelo relato dos aspectos políticos e sociais do pais, bem como a composição da nova diretoria, que irá gerir as atividades administrativas e sociais durante o porvindouro exercício. A Biblioteca "Affonso de E. Taunay", A Hemeroteca "Julio Mesquita" e o Museu e Arquivo Histórico "José Bonifácio" mereceram referências, relativamente à informatização dos acervos, ao recebimento de periódicos e publicações diversas, à frequentação de consulentes, aos funcionários em atividades de realizações técnicas. O CEHIS realizou nada menos de vinte e três sessões culturais, no decurso de um ano de ininterruptas realizações. Com a palavra o consócio Reginaldo Moreira de Miranda, diretor do Museu e Arquivo Histórico "José Bonifácio" referiu-se aos aspectos da melhoria e incremento dos trabalhos, ao mesmo tempo em que efetuava restrições à posição do Relatório, tendo seu autor Roberto Machado Carvalho rebatido as restrições do preopinante. O sr. presidente reservou um mês para reverenciar a memória e as realizações administrativas do prefeito emérito engenheiro Francisco Prestes Maia em iniciativa conjunta com o Instituto Genealógico Brasileiro. Após augurar aos presentes um ótimo mil novecentos e noventa e seis, o sr. presidente encerrou a sessão, da qual José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo sr. presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, José da Veiga Oliveira, Roberto Machado Carvalho.

Ata da sessão solene de 25 de janeiro de 1996

As quinze horas do dia vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e noventa e seis, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato, presidente do sodalício, realizou-se a sessão solene comemorativa da data de fundação da cidade de São Paulo, com a presença dos seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Douglas Michalany, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira, Israel Dias Novaes, Sólon Borges dos Reis, Samuel Pfromm Netto, Waldemar Baroni Santos, José Benedicto Silveira Peixoto, Adilson Cezar, Pe. Hélio Abranches Viotti, José Afonso de Moraes Bueno Passos, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Hélio Silveira, Duílio Crispim Farina, Myriam Ellis, Guido Fonseca, Crodowaldo Pavan, J. Pereira, Maria Morgado de Abreu,

Lygia Therezinha Fumagalli Ambrogi, Alberto dos Santos Franco, Juvenal Fernandes, Roberto Fontes Gomes, Thomaz Oscar Marcondes de Souza Júnior, Henrique L. Alves, Maria Conceição Martins Ribeiro, José Gonçalves Salvador, Joaquim Alfredo da Fonseca, Reginaldo Moreira de Miranda, Renato Báez, Isolde Helena Brans, Rudolf Robert Hinner, Paul Donovan Kigar, José Bento Faria Ferraz, Adérito Augusto de Moraes Calado, Délio Freire dos Santos, Nilva Rogick de Mello, Mitsuko Kawai, Mário Pires, Afranio Gomar, Luiz Wanderley Torres, Ricardo Román Blanco, Aluysio Mendonça Sampaio, Caio Porfírio de Castro Carneiro, Mario Kimura, Ernest Roberto de Carvalho Manga, Geraldo Magella de Freitas, Eunice Pupo de Araújo Nogueira, Rui Calisto, Maria Alice de Campos Penteado, José Fernandes Cedenho de Barros, Alberto Shammass, Dóli de Castro Ferreira, Olivia Imbassahy, Anidria Cesar, Paulo Tenório da Rocha Marques, Yasuko Kimura, Francesco Sporta, Leonidio Balbino da Silva, Lygia Kigar, Gertraude Schults Steigleder, Erasmo José Prioli Pires, Maria Aparecida Prioli Pires, Severino Santos e Maria Zilá de Carvalho Gatti. Tomaram assento à mesa, a convite do sr. presidente o Vice Prefeito e Secretário da Educação do Município de São Paulo consócio Sólon Borges dos Reis; Ernest Roberto de Carvalho Manga, diretor do Instituto Cultural Itaú; jornalista e acadêmico José Benedicto Silveira Peixoto, representando o movimento cívico M.M.D.C.; Maria Kimura, representando a Sociedade Brasil-Japão; Mario Alice Campos Penteado, representando o Club Piratininga; Adilson Cezar, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, Padre Hélio Abranches Viotti, representando a Academia Paulista de Letras; acadêmico Samuel Pfromm Netto, representando a Academia Paulista de Educação. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, ouvido respeitosamente de pé, por designação do sr. presidente, assomou à tribuna o acadêmico Israel Dias Novaes, orador oficial do Instituto, a fim de proferir a saudação do Dia de São Paulo. Começou por se referir à importância que se deflui dos livros de atas do sodalício, no qual estão consignados os acontecimentos históricos relevantes que balizaram a existência do sodalício. Referiu-se, outrossim, aos trabalhos desenvolvidos sucessivamente pelos diretores, que administraram o Instituto Histórico. Referiu-se com os máximos elogios aos trabalhos e a personalidade egrégia de Domingos Jaguaribe, Altino

Arantes, Cesário Motta Junior, Duarte de Azevedo, Estevam Leão Bourroul, Antonio de Toledo Piza, Ernesto de Souza Campos, José Torres de Oliveira, e atualmente Hernâni Donato. Deteve-se sobre o intenso trabalho e as atividades culturais do grande historiador Affonso d'Escragnole Taunay, autor de obras capitais, como a História Geral das Bandeiras Paulistas, a História do Café no Brasil, além de vasta cópia de monografias, entre muitas outras, as concernentes ao "Padre Voador" Bartholomeu Lourenço de Gusmão, ao bandeirante Fernão Dias Paes, a Pedro Taques, autor da "Nobiliarquia Paulistana". Cumpre referir paralelamente sua vasta colaboração nas colunas do "Correio Paulistano" de São Paulo, e do 'Jornal do Commércio" do Rio de Janeiro. O orador deteve-se a propósito da personalidade humana, cordial, bondosa de Taunay, possuidor de imensa cultura, fenomenal e prodigiosa memória, capacidade de trabalho. O orador foi aplaudido entusiásticamente. Com a palavra, o sr. presidente mencionou a presença das delegações, para maior brilho e prestigio da sessão solene: Franca, Taubaté, Cotia. Foram distribuídos boletins da Academia Paulista de História e o novo exemplar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, dados à estampa em recente data, como ainda publicações do Instituto Cultural Itaú. Referiu-se também ao retorno da publicação D.O. Leitura, o qual em boa hora volta a ser distribuído, mediante assinatura. O sr. presidente manifestou-se frontalmente contrário à infame e projetada deformação do Parque da Independência, mediante o erguimento de vários arranha-céus, cuja a nefasta conseqüência seria o desvirtuamento estético da histórica paisagem e da relevância do Museu Paulista, do Ipiranga, assente na colina histórica do Imperador Dom Pedro I. Da tribuna, o consócio Luiz Wanderley Torres, declamou de improviso um poema em homenagem a São Paulo. O sr. presidente comunicou a realização próxima de um Curso de Paleografia. O primeiro secretário Roberto Machado Carvalho, procedeu à leitura da ata de premiação do Colar do Centenário, oficializado pelo Governo de Estado de São Paulo, sendo escolhido, por unanimidade o Instituto Cultural Itaú como recipiendário da venera cultural, mercê de seus trabalhos de reabilitação da memória histórica da metrópole. Medalha e diploma foram outorgados ao dr. Ernest Roberto de Carvalho Mange que eloqüentemente usou da palavra, com explicações pormenorizadas em torno do trabalho que o Instituto Cultural Itaú vem desenvolvendo. O

sr. Vice-Prefeito fez entrega das condecorações ao dr. Mange. O sr. presidente referiu-se ao ano de mil novecentos e trinta e à famosa "Batalha de Itararé", mencionando a dramática participação do consócio Heliodoro Tenório da Rocha Marques que comandou e defendeu a tropa paulista. Aos noventa e dois anos de idade, fez-se representar por seu filho coronel Paulo Tenório da Rocha Marques, designado para o recebimento do Colar do Centenário, o que aconteceu sob entusiásticos aplausos. Colar e diploma foram entregues sucessivamente a Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Pe. Hélio Abranches Viotti, Myriam Ellis, Délio Freira dos Santos, Douglas Michalany, Duílio Crispim Farina, Adilson Cezar, Adérito Augusto de Moraes Calado, Waldemar Baroni Santos, Samuel Pfromm Netto, Roberto Machado Carvalho, Renato Báez, Reginaldo Moreira de Miranda, Mário Pires, José Pereira, José da Veiga Oliveira, José Benedicto Silveira Peixoto, Hernâni Donato, Henrique L. Alves. O primeiro secretário Roberto Machado Carvalho, procedeu à leitura da ata concernente à eleição da Diretoria que irá gerir a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para o triênio 1996/1999. O primeiro empossado, sob aclamação, foi naturalmente o presidente Hernâni Donato, seguido do demais diretores. Após celebrar e agradecer a presença dos consócios e convidados, bem assim as entidades numerosas que se fizeram representar, o sr. presidente deu por encerrada a importante sessão solene, da qual José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 1996

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Henrique L. Alves, Renato Báez, Délio Freire dos Santos, Paul Donovan Kigar, Caio Porfirio de Castro Carneiro, Ricardo Román Blanco, Mariazinha Congilio, Nelly Donato, Afrânio Gomar, Mitsuko Kawai, Geraldo Magella de Freitas, Dóli da Castro Ferreira, Pe. Hélio Abranches Viotti,

Silvia Marina Michalany, Olivia Imbassahy, J. Pereira, Célio Debes, Douglas Michalany, Israel Dias Novaes, Roberto Fontes Gomes, Geraldo Vidigal, José da Veiga Oliveira, Maria Aparecida Borges Carvalho, Rosimar Zotelli dos Santos, Mário Eduardo dos Santos, Sandra Adriana dos Santos, Maria Jacira dos Santos, Nilcio dos Santos, Zenith dos Santos Barbieri, Maria Margarida Borges Pansani, Rodnei Brunete da Cruz, Leila Aparecida dos Santos Teodoro, Lourdes dos Santos Araujo, Paula Barbosa Costa, Aparecida de Paula Barbosa, Rosenvelt Almeida Santos, Adriana Maria Zotelli, Meire Salnazo Granero. Dando inicio aos trabalhos, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho declinou a variada correspondência recebida, bem como o rol de efemérides brasileira, paulista e do Instituto Histórico. Foi homenageado póstumamente o historiador Wanderley dos Santos, contando com a presença de sua viúva, bem assim uma numerosa delegação da cidade de Franca, para o maior brilho da sessão. Sucederam-se na tribuna vários oradores, cumprindo referir o consócio Roberto Fontes Gomes, que se referiu emocionado à personalidade do poeta Corrêa Júnior, alagoano de nascença, que se radicou nesta capital, na qualidade de funcionário público federal, bacharel em Direito, jornalista, escritor, poeta, publicando em 1917 seu primeiro livro. O consócio Roberto Machado Carvalho discorreu sobre Wanderley dos Santos, de recente passamento, acentuando ter sido ele um ilustre pesquisador histórico dos fastos paulistanos, com a importante circunstância de trabalhar no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, além de trabalhar na reestruturação de arquivos vários do Estado. Ademais, historiou diversos bairros da capital. Sua obra cimeira se constituiu o inconcluso "Antiguidades históricas do ABC paulista". A seguir, o acadêmico Geraldo de Camargo Vidigal discorreu largamente sobre José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre, bacharel pela Universidade de Coimbra, político ilustre da ala liberal, democrata convicto, com atuação de alta importância nos quadros políticos do primeiro Reinado. A palavra de Vidigal foi ouvida atentamente e aplaudida sem reservas. Dada a palavra, o consócio Pe. Hélio Abranches Viotti celebrou o primeiro centenário de nascimento do padre Paulo Florêncio da Silveira Camargo, natural de Cabreúva, insigne personalidade de nossas letras históricas. Sua biblioteca destinou-se ao Arquivo da Cúria Metropolitana, que teve oportunidade de dirigir por nada menos que dezoito anos. A senhora

Maria Aparecida Borges de Carvalho, diretora da Biblioteca Municipal de Franca, fez uso da palavra para enaltecer o brilho da sessão cultural. O sr. presidente declinou a futura realização de eventos, como os centenários de Prestes Maia e Belmonte. Agradecendo a presença de todos, encerrou a sessão, da qual José da Veiga oliveira, segundo secretário, lavrou a presente que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 06 de março de 1996

Aos seis dias do mês de março de mil novecentos e noventa e seis, às dezessete horas, realizou-se a sessão plenária cultural do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, rua Benjamin Constant, 158, nesta capital, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato e que contou com a presença dos seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Moacir França, Henrique L. Alves, Israel Dias Novaes, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Mitsuko Kawai, Afranio Gomar, José Verdasca dos Santos, Adérito Augusto de Moraes Calado, Délio Freire dos Santos, Ricardo Román Blanco, Reginaldo Moreira de Miranda, Armando Alexandre dos Santos, Jesus Machado Tambellini, Myriam Ellis, Guido Fonseca, Douglas Michalany e Célio Debes. Inicialmente, o sr. presidente declarou aberta a sessão, lembrando que a mesma era dedicada à memória do ex-prefeito de São Paulo, engenheiro Francisco Prestes Maia pela passagem do centenário de seu nascimento; em seguida convidou a senhora Adriana Prestes Maia Fernandes, filha do homenageado a ocupar a mesa da sessão. Foram ainda convidados a tomar assento à mesa: Senhora Aurea Rizzini, viúva do historiador e jornalista Carlos Rizzini, deputado Aloysio Nunes Ferreira e a ex-deputada Dulce Salles Cunha Braga. Na ausência do segundo secretário José da Veiga Oliveira, por motivo de saúde, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho leu a ata da sessão de 31 de maio de 1995. Colocada em discussão foi aprovada. Em seguida apresentou as Efemérides da primeira quinzena do mês. O sr. presidente lembrou a passagem do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher e fez um breve histórico da data; comunicou a precária situação da Casa do Bandeirante, patrimônio histórico que necessita de reforma e lamentou que seu museu esteja ameaçado de extinção, dado o abandono em que

se encontra. Solicitou ao consócio Célio Debes a redação de um oficio dirigido à autoridade competente solicitando providências. O sr. presidente comunicou a realização de um ciclo de palestras, promovido pelo sodalício, durante as quartas-feiras de março, dedicada a homenagear o centenário de Prestes Maia. O consócio Célio Debes solicitou aparte para lembrar a falta que faz na administração municipal de São Paulo, um administrador com as qualidades de cidadão probo, intelectual e notável visão administrativa como foi o prefeito Prestes Maia. Em seguida, o sr. presidente Hernâni Donato deu a palavra ao consócio Célio Debes para pronunciar a primeira palestra dedicada a Prestes Maia. Com a palavra Célio Debes destacou a extraordinária obra urbanística realizada pelo saudoso prefeito, bem como as obras arquitetônicas como a Biblioteca Municipal "Mário de Andrade" e o Estádio Municipal do Pacaembú. Em relação ao homem público, destacou a honestidade no trato dos problemas da administração, especialmente na área das finanças, onde congelou despesas, não admitiu pessoal, dispensando novos cargos, não aumentou impostos e sobretudo soube como aplicar recursos. Encerrada a palestra, a senhora Adriana Prestes Maia Fernandes agradeceu, em nome da família, a sessão de homenagem a seu pai e destacou a preocupação com o setor cultural, mormente quanto à preservação do patrimônio histórico e artístico. Em seguida, o sr. presidente agradeceu a presença de todos, frisando que o Instituto cumpria uma obrigação cívico-cultural ao homenagear Prestes Maia, em seu centenário de nascimento. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, na ausência justificada do segundo secretário José da Veiga Oliveira, lavrei a presente que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 1996

Aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e noventa e seis, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato, presidente do sodalício, realizou-se a segunda sessão plenária do mês, contando com a presença dos seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Paul Donovan Kigar,

Samuel Pfromm Netto, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Célio Debes, Afranio Gomar, Roberto Fontes Gomes, José Bento Faria Ferraz, Ricardo Román Blanco, Mitsuko Kawai, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Letícia Pagano, Guido Fonseca, Paulo Corrêa de Andrade, Duílio Crispim Farina, Douglas Michalany, José da Veiga Oliveira, Henrique L. Alves, Israel Dias Novaes, Délio Freire dos Santos, Armando Alexandre dos Santos. A convite da presidência tomaram assento à mesa as seguintes personalidades: Senhora Adriana Prestes Maia Fernandes e Dulce Salles Cunha Braga. Foi concedida a palavra ao engenheiro José Celestino Bourroul, o qual, em dois sucessivos mandatos, desempenhou o importante cargo de assistente técnico de Prestes Maia, sobre cuja personalidade falou também o acadêmico Israel Dias Novaes. A oração do engenheiro Bourroul desenvolveu-se na tribuna e foi atentamente acompanhada pelo vasto auditório. Versou não só sobre o caráter do prefeito, como também de suas realizações administrativas, urbanisticas, culturais, em abrangente e minudente conspecto. O orador demorou-se em mencionar os principais auxiliares de Maia, que levaram avante seu plano de realizações, ao tornar a capital uma urbe moderna e planejada. Para tanto, Maia teve de enfrentar inúmeros entraves, percalços, incompreensões, ataques pela imprensa. Maia possuía incomum senso prático. As realizações que conseguiu levar a cabo devem ser creditadas ao gigantesco trabalho de seus auxiliares mais chegados. O orador demorou-se em aduzir múltiplas reminiscências pessoais acerca dessa personalidade ímpar. Maia era dotado de vastíssima cultura, dominando profundamente a história, a literatura, a técnica de organização, a lingüística; idiomas múltiplos, tais como o francês, alemão, italiano, inglês, grego, latim. Atesta-o a dimensão de sua poderosa biblioteca, que compulsava com mãos diurnas e noturnas, anos a fio. Sua alimentação dava em horas tardias, extravagantes. Permanecia trabalhando em seu gabinete, muito além da jornada normal de expediente. Adorava freqüentar "sebos" ou livrarias de segunda mão. O livro raro, esgotado, era sua paixão. O estudioso jamais fraquejava. Insurgia-se frontalmente contra a erratiea, extravagante, aleatória denominação de logradouros públicos. Ocupou-se do planejamento urbanístico, da reforma tributária, lutando para abolir a absurda exclusão das capitais dos estados, inclusivamente São Paulo dos benefícios de uma equitativa distribuição de rendas, o que afinal terminou por prevalecer. O orador referiu-se igualmente aos

trabalhos empreendidos pelo brigadeiro José Vicente de Faria Lima. Fartamente aplaudido ao final de seu trabalho, a palavra foi outorgada à filha de Prestes Maia, senhora Adriana Prestes Maia Fernandes, que agradeceu, emocionada, os discursos que acabavam de ser efetuados. Interrompida a sessão por breves instantes, foi reinstalada para receber o senhor Dom Marcus Noronha de Albergaria da Costa, Conde de Subserra, que iria receber a medalha "D. Pedro I". O homenageado tomou assento à mesa, que ouviu o elogio do sr. presidente aos méritos culturais do visitante. Procedeu-se a leitura, pelo primeiro secretário Roberto Machado Carvalho, dos teores de numerosas mensagens de aplausos, consignados ao Instituto Histórico. Procedeu-se à leitura integral da ata de premiação, lavrada pelo Conselho do Colar, tendo a esposa do fidalgo entregue a venera. A convite do sr. presidente faz também uso da palavra o consócio Duílio Crispim Farina, que ofertou ao homenageado um prato histórico, de seu próprio acervo. Foi dada a palavra ao senhor Dom Marcus de Noronha Albergaria da Costa, cujo discurso contemplou os fastos da história portuguesa, descodificada à minúcia. Agradecendo a presença dos circunstantes e referindo-se ao brilho cultural da solene sessão, o sr. presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira,

Ata da sessão do dia 03 de abril de 1996

As dezessete horas do dia três de abril de mil novecentos e noventa e seis, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do consócio Célio Debes, terceiro vice-presidente, por motivo do eventual impedimento por viagem do sr. presidente acadêmico Hernâni Donato, realizou-se uma sessão cultural do sodalício. Obedecendo a praxe institucional, o segundo secretário José da Veiga Oliveira, procedeu à leitura da ata de sessão anterior. Aprovada sem discussão. Fizeram-se presentes os seguintes consócios e convidados: Célio Debes, José da Veiga Oliveira, Henrique L. Alves, Roberto Fontes Gomes, Mitsuko Kawai, Roberto Machado Carvalho, Samuel Pfromm Netto, Juvenal Fernandes, Maria Zilá de Carvalho Gatti, Geraldo Magella de Freitas, Severino dos Santos, Olivia

Imbassahy, Cecília Prado e José Octávio de Mello, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Justificada devidamente a ausência do sr. presidente, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho declinou as efemérides brasileira, paulista e do Instituto Histórico. Prosseguindo os trabalhos, o sr. presidente em exercício concedeu a palavra ao consócio Juvenal Fernandes, o qual assomou à tribuna, a fim de outorgar cumprimento ao dever estatutário, realizando o elogio do "Curriculum Vitae" de seu patrono João Teodoro Xavier de Matos, cuja biografia traçou sob ampla profusão de pormenores, em que sublinhou o relevante papel que desempenhou na vida pública brasileira no decurso do século XIX, especialmente na cidade de São Paulo, revelando a importância de seus trabalhos técnicos, jurídicos, administrativos e políticos. Sobremodo aplaudido ao epílogo de sua oração, Juvenal Fernandes mereceu especial elogio do sr. presidente em exercício, ao salientar o significado das pesquisas histórico-biográficas, cumpridas pelos componentes do Instituto Histórico, tornando assim exeqüível, seja a preservação da memória nacional, seja perpetuação dos fastos históricos, principalmente num pais como o Brasil, que parece diminutamente desinteressado nos valores culturais dos nossos homens públicos, que tanto trabalharam e se esforçaram para engrandecer a pátria brasileira. Ninguém mais solicitando o privilégio do uso da palavra, o sr. presidente em exercício deu por encerrados os trabalhos, dos quais José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente que após, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretário. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira

Ata da sessão do dia 17 de abril de 1996

Aos dezessete dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e seis realizou-se às dezessete horas, a sessão administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato e com a presença dos seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Israel Dias Novaes, Manoel Rodrigues Ferreira. Isold Helena Brans, Rudolf Robert Hinner, Roberto Fontes Gomas, Juvenal Fernandes, Ricardo Román Blanco, Luiz Wanderley Torres, Mitsuko Kawai, Délio Freire dos Santos, Afranio Gomar, Samuel Pfromm Netto, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Célio Debes, J. Pereira, Maria da Conceição

Martins Ribeiro, Henrique L. Alves e Paul Donovan Kigar. Inicialmente foi lida a ata da sessão do dia 21 de junho de 1995. Aprovada. O sr. presidente comunicou que no dia 17 de abril às 14 horas foi lavrada no sétimo tabelionato, nesta capital a escritura que passa a pertencer ao Instituto, o patrimônio da Sociedade Geográfica Brasileira. Em seguida expressou em nome da diretoria e dos sócios, os agradecimentos ao consócio Douglas Michalany, primeiro tesoureiro, pelo esforço dispendido para levar a bom termo as negociações com aquela entidade, ora extinta. Comunicou ainda o sr. presidente que o Grupo Itamarati deixará os andares locados do edifício-sede até o fim do mês de abril e que o Instituto deve ocupar mais um andar para ampliar as instalações da biblioteca e hemeroteca; disse ainda que o problema mais imediato é o da segurança e recepção e acrescentou ser o motivo da impossibilidade de ser realizado o curso de Paleografia, coordenado pelo professor Román Blanco, no auditório. O sr. presidente agradeceu a consócia Mitsuko Kawai a oferta de uma fotografia da atual diretoria e que foi colocada na sala de presidência; também ao consócio Rudolf Hinner pela oferta de um globo terrestre iluminado. A seguir, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho apresentou as efemérides, destacando o 18 de abril de 1873, quando realizou-se a Convenção Republicana de Itu e o 21 de abril de 1792, o martírio de Tiradentes. O consócio Célio Debes comunicou que o Conselho Internacional de Arquivos, com sede em Paris, no setor de Arquivos Municipais escolheu, para representar todos os Arquivos Municipais da América do Sul, o Arquivo Municipal de São Paulo "Washington Luis", num reconhecimento público da importância do Arquivo desta capital, o que significa também uma homenagem a São Paulo; solicitou que o Instituto envie congratulações ao sr. Prefeito, pois, a distinção é também da capital do Estado; fez ainda um balanço critico da cultura municipal, que prefere a quantidade de eventos em prejuízo da qualidade; nesse sentido o sr. presidente leu um ofício redigido pelo consócio Célio Debes. O sr. presidente considerou notícia publicada no Caderno 2 de "O Estado de São Paulo", dia 29 de março, manisfestando preocupação quanto ao enredo do filme que pretende retratar a figura de Tiradentes. Nesse sentido a consócia Isold Helena Brans disse que o programa Fantástico da TV Globo levantou a incrível hipótese que considera o Aleijadinho uma farsa e que não consegue espaço para uma réplica. O sr. presidente comunicou o lançamento em 24 de abril na Casa de Portugal do livro

"História do Brasil Documentada" do consócio Manoel Rodrigues Ferreira e o lançamento, dia 25 de abril no mesmo local "Caminhos do Destino" do consócio Henrique L. Alves; também o lançamento da Revista da Literatura Brasileira, n° 1, responsáveis os consócios Aluysio Sampaio e Henrique L. Alves. O consócio Aluysio Sampaio disse que a Revista se propõe a abrir espaços para os escritores nacionais, especialmente os que não encontram guarida na mídia. O consócio Luiz Wanderley Torres fez breve palestra sobre Tiradentes, o patrono cívico da nação brasileira e declamou um Hino de sua autoria em homenagem ao mártir da Inconfidência Mineira. O consócio J. Pereira apresentou uma comunicação intitulada "Equívoco cartesiano". O consócio Israel Dias Novaes comunicou que a Academia Paulista de Letras realizará no dia 19 de abril uma sessão solene comemorativa do centenário do Prefeito Prestes Maia e fará a reinauguração de seu auditório. Diversas personalidades receberão medalhas e diplomas referentes às homenagens a Prestes Maia; em seguida, Dias Novaes lamentou o próximo fechamneto da Livraria Freitas Bastos, na rua 15 de Novembro e a extinção do francês para o ingresso no Instituto Rio Branco, de formação de diplomatas. O consócio Célio Debes lembrou a eliminação do latim em nossas escolas e a criação de Estudos Sociais em lugar da História e Geografia. O consócio Samuel Pfromm Netto falou que concorda com o retorno do ensino do francês, sem prejuízo, porém, do inglês. O sr. presidente exibiu um cartaz sobre o seminário "Tropeirismo" a ser realizado de 19 a 23 de abril em Santa Catarina. O consócio Manoel Rodrigues Ferreira disse que foi fundador da Sociedade Geográfica Brasileira e manifestou satisfação pela entrega do patrimônio da entidade ao Instituto; também falou sobre Tiradentes, considerando a existência de duas posições, isto é, os que eram a favor e os que eram contra. O sr. presidente solicita que o assunto seja tratado na próxima reunião. O consócio Rudolf Rinner fez o elogio da Sociedade Geográfica Brasileira na condição de sócio por 28 anos; disse dos serviços prestados pela entidade, especialmente ao tempo da presidência de Fausto Ribeiro de Barros. O sr. presidente disse que lamentou a extinção da Sociedade e que conforme seus Estatutos, o patrimônio deve passar para uma entidade que tenha os mesmos objetivos, caso do Instituto. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, na ausência, por motivo de saúde, do segundo secretário José da Veiga Oliveira, lavrei a presente ata que, após lida,

discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 08 DE MAIO DE 1996

Aos oito dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes consócios: Hernâni Donato, José da Veiga Oliveira, Manoel Rodrigues Ferreira, Henrique L. Alves, José Verdasca dos Santos, Ricardo Román Blanco, Guido Fonseca, Israel Dias Novaes, Afranio Gomar, Délio Freire dos Santos, Célio Debes, Samuel Pfromm Netto, Juvenal Fernandes, Roberto Fontes Gomes, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Roberto de Aquino Noronha e Reginaldo Moreira de Miranda. Foi lida e aprovada ata de sessão anterior. Sem maiores preâmbulos o sr. presidente outorgou a palavra ao consócio José Verdasca dos Santos, para proferir conferência subordinada ao tema "Pedro Alvares Cabral e o Brasil". Postado na tribuna, o referido sócio titular, embasando sua dissertação em referências arqueológicas e históricas, explicou que Cabral, fundador da nação brasileira, representante e comandante do poder real, foi oriundo da progênie "Gouveia", sob a denominação Pedro Alvares de Gouveia. Nessas priscas eras do renascimento, que avassalava toda Europa, registra-se o papel representado pela marinha lusitana com a fundação da Escola de Sagres por iniciativa do infante Dom Henrique, que incrementou a técnica da construção naval, repartindo-se na dicotomia Caravelas e Naus, de estrutura e moldagem diversas. Foi então que sucederam-se os notáveis descobrimentos portugueses no Oceano Atlântico, declinando o conferencista os nomes dos principais predecessores de Cabral, com suas competentes árvores genealógicas e os respectivos morgadios. Foi então que o rei Dom Manuel, apelidado "O Venturoso", decidiu enviar uma grande esquadra sob o comando de Pedro Alvares Cabral, com plena autoridade administrativa perante a marujada. O conferencista deteve-se acerca das condições sanitárias das tripulações, o flagelo do escorbuto, os azares da perigosa travessia, mencionando compulsoriamente o contexto da famosa carta do escrivão da armada Paro Vaz de Caminha, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa,

seguindo-se-lhes amplas dimensões explicativas. O conferencista mencionou a fé dos marinheiros, a presença de degredados, a dimensão cultural das personalidades lusitanas que assumiram destaque na vida cultural da novel região, bem assim a mestiçagem subseqüente. Retomando os aspectos arqueológicos e o idioma comum, o conferencista concluiu sua conferência lavrando um hino a Portugal, por seu papel civilizador perante as populações do Novo Mundo. Fartamente aplaudido, o sr. presidente agradeceu ao orador para, em conclusão, dar por terminada a sessão cultural, da qual José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida a aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 22 de maio de 1996

Aos vinte e dois dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a segunda sessão plenária do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Reginaldo Moreira de Miranda, Henrique L. Alves, Mitsuko Kawai, José Verdasca dos Santos, Délio Freire dos Santos, Hélio Falchi, José da Veiga Oliveira, José Benedicto Silveira Peixoto, J. Pereira, Manoel Rodrigues Ferreira, Célio Debes, Guido Fonseca, Ricardo Román Blanco, Afranio Gomar, Luiz Wanderley Torres, Caio Porfírio de Castro Carneiro, Aluysio Mendonça Sampaio, Walter Pinheiro Guerra, Paulo de Andrade Corrêa e Israel Dias Novaes. A seguir, o sr. presidente concedeu a palavra ao consócio Henrique L. Alves para proferir sua anunciada conferência, concernente ao centenário de nascimento do escritor, cronista, caricaturista, ilustrador, desenhista Benedito Bastos Barreto, largamente celebrado em todo o país, sob o nome de "Belmonte". Com esse gesto cultural, o Instituto Histórico deu por encerradas as comemorações respectivas. O consócio Henrique Alves circunscreveu sua dissertação em torno do mais famoso personagem de Belmonte, criador de "Juca Pato",, que se fazia celebrar em todas as "charges" estampadas diariamente nas colunas da então "Folha da Manhã", que costumavam provocar deliciosos sorrisos dos leitores. Foi assim que a União Brasileira de Escritores, por sua sucursal de São Paulo, decidiu

perpetuar o interessante personagem, ao institutir o "Prêmio Juca Pato", que veio cultuar "ad perpetuam rei memoriam" anualmente o mais categorizado expoente literário, através da votação secreta dos sócios da entidade. O conferencista declinou em minúcia os vencedores do concurso sob epígrafe. Com o término da conferência, a sessão assumiu a categoria de secreta, com a retirada de todas as pessoas não-sócias. As formalidades estatutárias foram cumpridas a risca nesse primeiro escrutínio. Lidas pelo primeiro secretário Roberto Machado Carvalho o inteiro teor das propostas e, por via de conseqüência os pareceres da Comissão de Sindicância, foram aprovadas em primeiro escrutínio as seguintes propostas: sócios titulares, Geraldo de Menezes Gomes, Ebe Reale e Antonio Penteado de Mendonça. Para a categoria de sócio correspondente: José Bernardo Ortiz, Amo Wehling, Márcio José da Cunha Jardim e Antonio Pimentel Winz. Registrando a perfeita ordem dos trabalhos de apuração, bem como o prosseguimento das exposições culturais futuras, o sr. presidente agradeceu a presença dos consócios e deu por encerrados os trabalhos, dos quais José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 1996

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Reginaldo Moreira de Miranda, Lycurgo de Castro Santos Filho, Douglas Michalany, Israel Dias Novaes, Henrique L. Alves, Roberto Fontes Gomes, Juvenal Fernandes, Gualter Godinho, Paulo Bomfim, Myriam Ellis, Odilon Nogueira de Matos, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Pe. Hélio Abranches Viotti, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Afranio Gomar, Duílio Crispim Farina, Renato Báez, Esther de Figueiredo Ferraz, J. Pereira, Manoel Rodrigues Ferreira, Maria da Conceição Martins Ribeiro, José da Veiga Oliveira, Samuel Pfromm Netto, Antonio Roberto de Paula Leite, Paul Donovan Kigar, José Sebastião Witter, Ricardo Román

Blanco, Délio Freire dos Santos, Guido Fonseca, Mitsuko Kawai, José da Veiga Oliveira, Geraldo Magella de Freitas, Emeric Levai, Maria Luiza de Souza Lima, José Gomide Borges, Alberto Shammas, Mariazinha Congilio, Cyro Pimental, Rubens Teixeira Scavone, Silvia Marina Michalany, Olivia Imbassahy e Maria Helena de Mello Pupo. Abrindo os trabalhos, o sr. presidente convidou a tomar assento à mesa as seguintes personalidades: acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente honorário do sodalício, Myriam Ellis, filha do homenageado e o representante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sr. José Gomide Borges. O sr. presidente ressaltou a nomeação do consócio Célio Debes, na qualidade de representante do Instituto Histórico, no CONDEPHAAT. Assumiu à tribuna o primeiro orador do Instituto Histórico acadêmico Israel Dias Novaes, o qual, com a eloqüência que sempre vem a pontuar suas intervenções, estendeu-se sobre a personalidade, os trabalhos históricos, pedagógicos, bibliográficos, que sempre balisaram a fecunda existência do grande historiador e professor Odilon Nogueira de Matos, que logo após iria dissertar sobre a personalidade do historiador Alfredo Ellis Júnior, na oportunidade do centenário de seu nascimento. Foi então outorgada a palavra ao professor Odilon Nogueira de Matos. Referiu-se ele, de inicio, às vastíssimas pesquisas do professor Affonso de Taunay, autor da ciclópica monografia "História Geral das Bandeiras Paulistas" em onze alentados volumes, sem aludir as outras publicações e trabalhos sempre versando os variegados episódios da História do Brasil. Alfredo Ellis Júnior, por seu lado, tem a crédito um trabalho não menos importante, que tem por titulo "O Bandeirisino Paulista e o Recuo do Meridiano". Por outra parte o grande historiador, que regeu a cátedra de História da Civilização Brasileira, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, teve oportunidade de redigir e publicar outros numerosos estudos que altamente credenciaram-no, sem obliterar naturalmente o livro que ele intitulou "Raça de Gigantes", repetindo um conceito expressamente consignado pelo viajante e naturalista francês August de Saint-Hilaire nas primeiras décadas do século XIX. O conferencista rememorou os entre-choques de caráter político, que o professor Ellis teve de enfrentar, como por exemplo a presença de professores estrangeiros no corpo docente. Para o conferencista o professor Ellis foi o maior diretor que a Faculdade da Praça da República, onde na época

se achava instalada, já teve. A bibliografia do professor Ellis é vasta e multiforme. Porém suas obras se acham infelizmente esgotadas, fora de circulação. Referiu-se aos onze números dos Boletins da Faculdade, hoje sem possibilidade de encontrar, por motivo de sua pequena tiragem. Referiu-se aos elogiosos conceitos que externaram Nelson Werneck Sodré, Osmar Pimentel e outros pesquisadores. Referiu-se igualmente ao separatismo, a unidade nacional, e ao bairrismo. Fizeram-se presente à sessão cultural o poeta Paulo Bomfim, representando o serviço de Relações Públicas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o ministro Gualter Godinho, a ministra Esther de Figueiredo Ferraz, o acadêmico Douglas Michalany, presidente da Academia Paulista de História e o acadêmico Rubens Teixeira Scavone, presidente da Academia Paulista de Letras. Tomando a palavra, a professora Myriam Ellis externou o seu profundo agradecimento ao Instituto Histórico, pela realização da presente sessão cultural, que celebrou a passagem do primeiro centenário de nascimento de seu progenitor. Em rápidos apartes também falaram Douglas Michalany, Pe. Hélio Abranches Viotti, e o representante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sr. José Gomide Borges. A seguir encerrou-se a sessão cultural. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 19 DE JUNHO DE 1996

Aos dezenove dias do mês junho de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas a sessão administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Duílio Crispim Farina, Israel Dias Novaes, Maria da Conceição Martins Ribeiro, J. Pereira, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Mitsuko Kawai, Afranio Gomar, Rudolf Robert Hinner, Afonso de Moraes Passos, José Verdasca dos Santos, Douglas Michalany, Samuel Pfromm Netto, Ricardo Román Blanco e Reginaldo Moreira de Miranda. Dando inicio aos trabalhos o sr. presidente comunicou o recebimento de um telegrama da senhora Cinara Ribeiro Silveira, da Secretaria de Documentação Histórica do gabinete da Presidência da República, referente ao ofício enviado pelo sodalício protestando

pela divulgação da fatos históricos distorcidos, sem base documental, exemplificando pelo folheto Zumbi-300 anos; conforme o telegrama a solicitação foi enviada aos Ministérios da Educação e da Cultura para uma melhor análise. Em seguida o sr. Presidente leu convite de lançamento do livro intitulado "Atlas Enciclopédico Brasileiro", de autoria do consócio Douglas Michalany, dia 26 de junho, na Casa de Portugal. No expediente da secretaria foi comunicado o lançamento de dois jornais: "O Guararapes", da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e o "Umuarama", órgão das atividades culturais da cidade de Itu. Prosseguindo, o sr. presidente deu a palavra ao consócio Ricardo Román Blanco para proferir uma palestra sob o tema "As Bandeiras", em prosseguimento ao ciclo de palestras sobre Bandeirologia. No encerramento da palestra, o sr. presidente comunicou que a próxima será sessão realizada no dia 26 de junho no mesmo horário e local. Encerrada a sessão, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, na ausência justificada do segundo secretário José da Veiga Oliveira, lavrei a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 03 DE JULHO DE 1996

Aos três dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e seis, relizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes sócios e convidados: Hernâni Donato, Moacir França, Afranio Gomar, Crodowaldo Pavan, Israel Dias Novaes, Luiz Wanderley Torres, Mitsuko Kawai, José Verdasca dos Santos, Célio Debes, José da Veiga Oliveira, Délio Freire dos Santos, Roberto Fontes Gomes, Manoel Rodrigues Ferreira, Roberto Machado Carvalho, Douglas Michalany, Samuel Pfromm Netto, Maria do Carmo Thomaz Piunti, Maria Luiza Ribeiro, Maria Zilá de Carvalho Gatti, Olivia Imbassahy, Rui Calisto, Carlos Eduardo Gomes Carneiro, Marcelo Amaral Bogaciovas, Silvia Marina Michalany, Mário Luiz Pereira da Silva e Alberto Shammas. Inicialmente foi lida uma ata de sessão anterior. Colocada em discussão, foi aprovada. O presidente salientou, a propósito da ata lida, que descreve, graças ao depoimento do consócio J. Pereira, aspectos da renúncia do ex-Presidente da República, Jânio

Quadros. Em seguida, o sr. presidente convidou para assento à mesa, a deputada estadual e primeira dama de Itu, senhora Maria do Carmo Thomaz Piunti. O sr. presidente comunicou a realização de três palestras sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 no corrente mês de julho: dia 17, "Um herói anônimo da Revolução", por Israel Dias Novaes; dia 24, "Causas remotas da Revolução de 32", por Douglas Michalany; dia 31, "A Revolução de 32 e os decaídos de 30", por Célio Debes. Em seguida, comunicou que naquela data, após muito tempo, gastos e trabalhos, o sodalício estava recebendo a escritura da sede da extinta Sociedade Geográfica Brasileira. No expediente da secretaria foi lida uma mensagem sobre o 9 de Julho intitulada "Maria Soldado" de autoria do consócio poeta Paulo Bomfim. Com a palavra o consócio Roberto Machado Carvalho para pronunciar a palestra "O bandeirismo paulista e a contribuição de Itu", encerrando o ciclo de palestras sobre bandeirologia, promovido pelo Instituto. O orador ressaltou o papel dos bandeirantes sertanistas na conquista do atual território brasileiro, destacando a contribuição de Itu através de seus sertanistas como João de Souza Azevedo, Pedro da Silva Leme, os irmãos João e Lourenço da Silva Leme, Antonio Pires de Campos e outros; salientou ainda a participação nas expedições dirigidas ao sertão, de sacerdotes e da mulher. Após os aplausos da assistência, o sr. presidente deu por encerrado o ciclo de palestras sobre as Bandeiras; disse ainda que a sessão seria encerrada com um tributo de emoção e saudade ao sócio recém falecido Guido Fonseca, dando a palavra ao consócio Célio Debes que discorreu sobre as qualidades e trabalhos do saudoso consócio. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. No impedimento justificado do segundo secretário José da Veiga Oliveira, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 17 DE JULHO DE 1996

Aos dezessete dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se ás dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a segunda sessão plenária do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes consócios:

Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Israel Dias Novaes, Paul Donovan Kigar, Henrique L. Alves, Aluysio Mendonça Sampaio, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Myriam Ellis, Célio Debes, Afranio Gomar, Pe. Hélio Abranches Viotti, José Benecdito Silveira Peixoto, Manoel Rodrigues Ferreira, Délio Freire dos Santos, Ricardo Román Blanco, Roberto Fontes Gomes, Reginaldo Moreira de Miranda, Douglas Michalany, Roberto Machado Carvalho e José da Veiga Oliveira. Preliminarmente foi lida e aprovada ata da sessão anterior. Concedida a palavra ao orador oficial do Instituto acadêmico Israel Dias Novaes, efetuou restrições ao jornal "Folha de São Paulo", por motivo das ostensivas não referências à epopéia constitucionalista de 1932, centrada na data de 9 de julho, que foi então devidamente focalizada, instruída de pormenores históricos absolutamente autênticos. Referiu-se o orador à exasperação cívica da população paulista, em face das atitudes inconstitucionais, acintosas, truculenta, que o Governo Federal articulou contra o Estado de São Paulo, e que estavam a exigir contradita pelas armas. Referiu-se o orador, prosseguindo sua oração, à polêmica travada entre Miguel Costa e João Alberto Lins de Barros; como também às façanhas da Coluna Prestes. Acentuou a estranha circunstância de não serem paulistas os chefes militares, excetuada a personalidade do tenente Siqueira Campos, prematuramente falecido, e que seria o chefe natural da reação militar paulista. Outrossim, salientou o orador a extraordinária e impoluta personalidade do Embaixador Pedro de Toledo, suas atitudes políticas no decurso da Revolução, na qualidade de Interventor Federal. O discurso do orador mereceu unânime e calorosa salva de palmas e, complementarmente, as elogiosas palavras do sr. presidente, positivando a patriótica missão do Instituto Histórico, no sentido de salvaguardar a dimensão evocativa de todos aqueles dramáticos fastos. Por palavras outras: não apagar de modo algum o documento, a lembrança das nobres atitudes que engrandecem os fastos de São Paulo. Conclusa a parte principal e convocada nova sessão para a porvindoura quarta-feira, o sr. presidente passou a chefiar os trabalhos de votação e eleição da novos sócios. Em segundo escrutínio foram eleitos para a categoria de sócio titular os seguintes candidatos: Ebe Reale, Antonio Penteado de Mendonça e Geraldo de Menezes Gomes; para a categoria de sócio correspondente nacional: Amo Wehling, José Bernardo Ortiz, Márcio José da Cunha Jardim e

Antonio Pimental Winz. Agradecendo o comparecimento dos votantes, celebrando o trabalho decorrente, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, da qual José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 07 DE AGOSTO DE 1996

Aos sete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às dezessete horas, a sessão cultural do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Luiz Wanderley Torres, Délio Freire dos Santos, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Célio Debes, Duílio Crispim Farina, Israel Dias Novaes, J. Pereira, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Antonio Roberto de Paula Leite, José da Veiga Oliveira, Douglas Michalany, Roberto Machado Carvalho, Dóli de Castro Parreira, Olivia Imbassahy, Gertraude Schults Steigleder, Arthur Nogueira Campos, Alberto dos Santos Franco, Milton Faldini e Geraldo Magella de Freitas. Dando início aos trabalhos, foi lida e aprovada ata da sessão anterior. O primeiro secretário Roberto Machado Carvalho procedeu à leitura de diversos ofícios e comunicações, concernentes ao expediente normal da secretaria. A seguir, o sr. presidente declinou a motivação da premiação outorgada ao Grupo Itamarati, por motivo da mantença da cordialidade e da fidalguia impertubável no alongado lapso de tempo em que o estabelecimento bancário foi inquilino do Instituto Histórico. A seguir, o convidado Geraldo Magella de Freitas, no uso da palavra, aludiu ao lamentável acidente de caráter penal, relacionado ao ambiente de violência no centro urbano de São Paulo, do qual foi vitima o consócio Hélio Falchi. O Instituto se solidarizou com o referido consócio. O consócio Célio Debes noticiou a publicação, a cargo da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de uma série de publicações de caráter histórico, em especial as concernentes a José do Patrocínio, entretanto, fez observar que a publicação falsifica totalmente a referência ao líder anti-escravagista Zumbi, em panfleto de sete a oito milhões de exemplares. O sr. Presidente declarou a propósito que o Instituto Histórico irá representar à Biblioteca Nacional, protestando

contra o fato. A propósito do Dia do Folclore, celebrado precisamente no mês de agosto, discorreu o consócio Luiz Wanderley Torres, que enfocou o folclore como "Volksgeist" ou o Espírito de um Povo, seus costumes, valores, lendas vivências, tradições multimodas e permanentes, não sem aludir às trovas respectivas. A seguir, o sr. presidente outorgou a palavra ao consócio Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, que falou desenvolvidamente da tribuna sobre o conceito da Multinavegação, na era dos grandes descobrimentos, quando da descoberta do Brasil, na vigência das condições físico-metereológicas. Com profusão de minúcias técnicas, tais como a construção das embarcações como as caravelas, o tamanho e conformação do velame, os percalços da navegação oceânica dos tempos do Renascimento, no âmbito do recém-descoberto Novo Mundo. Conclusa a minudente exposição, o sr. presidente após formular aplausos ao orador, considerou a oportunidade de um desenvolvido curso e não uma singela palestra. A seguir, a sessão foi encerrada. O segundo secretário José da Veiga Oliveira, lavrou a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 1996

Aos vinte e um dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão administrativa do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios: Hernâni Donato, Duílio Crispim Farina, Célio Debes, José da Veiga Oliveira, Roberto Machado Carvalho, Ricardo Román Blanco, Jesus Machado Tambellini, Afranio Gomar, Délio Freire dos Santos, Mitsuko Kawai, Israel Dias Novaes, Samuel Pfromm Netto, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Roberto Fontes Gomes, Douglas Michalany e Reginaldo Moreira de Miranda. Dando inicio aos trabalhos, foi lida e aprovada ata de sessão anterior. O sr. presidente comunicou a realização na quarta-feira próxima, de uma reunião do CEHIS. A seguir, concedeu a palavra ao consócio Duílio Crispim Farina que evocou a personalidade histórica e humana da Princesa Isabel, a consorte do Conde d'Eu, filha do Imperador D. Pedro II. Assinalou sua renúncia a deixar-se fotografar. O orador celebrou a fidelidade pictórica do fotógrafo

Rovello, bem como os sórdidos e humilhantes ataques de que foi vítima. Estendeu-se em considerações acerca do papel da Casa de Bragança na história de Portugal e do Brasil. Referiu-se ao passamento do grande poeta, escritor, romancista francês Vitor Hugo, qualificando D. Pedro II como "o neto de Marco Aurélio". A tristeza atroz de Pedro II pelas injustiças e ingratidões de que foi alvo e vítima. Referiu-se ao exílio do monarca bem como suas agruras financeiras na Europa. Referiu-se também a magnânima bondade da Redentora, no episódio de que resultou na libertação dos escravos. Muito aplaudido pela assistência, que seguiu atentamente a exposição do orador, decidiu ele apresentar várias importantes insígnias e objetos históricos de seu patrimônio, como fotografias e preciosas medalhas, e cuja cimeira importância foi oralmente sublinhada pelas entusiásticas palavras do sr. presidente, que prezou sobremaneira a suma valia da referida apresentação, dando por conclusos os trabalhos, dos quais José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 04 de setembro de 1996

Aos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Antonio Penteado de Mendonça, Israel Dias Novaes, Duílio Crispim Farina, Paulo Bomfim, Douglas Michalany, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Alberto dos Santos Franco, Luiz Wanderley Torres, Moacyr Lobo da Costa, Sebastião da Silva Barreto, Hitsuko Kawai, Afranio Gomar, Roberto Fontes Gomes, Juvenal Fernandes, Ricardo Román Blanco, Samuel Pfromm Netto, Geraldo de Menezes Gomes, José da Veiga Oliveira, Rudolf Robert Hinner, José Verdasca dos Santos, Vera Franco, Maria José Franco Mendonça, Marina Franco Mendonça, Emeric Levai, Cláudia Levai, Ordália Fortunato, Justino de Mattos Ramos Netto, Francisca Franco Mendonça, Flávio Leão Bastos Pereira, Sinésio de Souza, Renato Laércio Talli, Antonio Carlos Alves Braga, José Ribeiro de Souza, Ernesto Waldomiro Possari, Marlene Possari, Lucia Maria Mello

Franco, Nelly Donato, Mariazinha Congilio, Olivia Imbassahy e Neide Bibiano. O sr. presidente abriu os trabalhos da sessão, solicitando do segundo secretário José da Veiga Oliveira, a leitura da ata de sessão anterior. Colocada em discussão foi aprovada. O consócio Moacyr Lobo da Costa fez entrega de seu livro "Estudos da História do Processo", em co-autoria com Luiz Carlos Azevedo. O sr. presidente disse que a sessão assumiu um caráter especial, devido à posse de novos consócios e entrega de veneras a diversas personalidades, convidando para compor à mesa as seguintes pessoas: Desembargadores Dirceu de Mello, vice-presidente do Tribunal de Justiça, Renato Laércio Talli, Sinésio de Souza, Antonio Carlos Alves Braga e o consócio poeta Paulo Bomfim. Disse ainda o sr. presidente que o Instituto estava comemorando na sessão, mais uma passagem da Independência do Brasil. Para solenizar a grande efeméride brasileira convidou o primeiro orador Israel Dias Novaes a proferir uma palestra alusiva à data. Assumindo à tribuna, o consócio Israel Dias Novaes abordou os episódios históricos relacionados com a Independência, desde a chegada de D. João VI em 1808, as nuances políticas e econômicas de seu governo até a proclamação do grito do Ipiranga. Após os aplausos do seleto auditório, o sr. presidente convidou os novos sócios titulares Geraldo de Menezes Gomes e Antonio Penteado de Mendonça a procederem a leitura e assinatura do termo de posse e receberem seus respectivos diplomas. O consócio Geraldo de Menezes Gomes foi saudado pelo consócio presidente Hernâni Donato, enquanto o consócio Antonio Penteado Mendonça foi saudado pelo poeta Paulo Bomfim. A seguir, o sr. presidente procedeu a entrega da venera Colar D. Pedro I, ao desembargador Emeric Levai, saudado pelo consócio Célio Debes, Almirante Hélio Leôncio Martins, saudado pelo consócio Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, sr. Ernesto Waldomiro Possari, do Grupo Itamarati e o Colar do Centenário ao Grupo Itamarati, representado pelo sr. José Ribeiro de Souza, ambos saudados pelo consócio Douglas Michalany. Os agraciados, em seguida, agradeceram a homenagem, tecendo considerações sobre a importância das veneras. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, por solicitação do segundo secretário José da Veiga Oliveira, impedido por motivo de saúde, lavrei a presente que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato,

Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 18 de setembro de 1996

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão administrativa do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes consócios: Hernâni Donato, Duílio Crispim Farina, Célio Debes, Mitsuko Kawai, José Verdasca dos Santos, José da Veiga Oliveira, Israel Dias Novaes, Dario Abranches Viotti, Juvenal Fernandes, Roberto Fontes Gomes, Délio Freire dos Santos e Roberto Machado Carvalho. Abertos os trabalhos, o primeiro secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior. Colocada em votação, foi aprovada. O consócio Célio Debes pediu a palavra para propor o registro em ata de um voto de pesar pelo falecimento do dr. João Bernardino Gonzaga, professor de Direito e autor de um original livro intitulado "Direito Penal Indígena". Em seguida, o sr. presidente comunicou que iria proceder à eleição em primeiro escrutínio de candidatos a sócios do sodalício nas diversas categorias. Explicou o sr. presidente que brevemente será realizado o segundo escrutínio, quando então, serão divulgados os resultados. A seguir, o sr. presidente deu a palavra ao consócio Ricardo Román Blanco para proferir uma palestra subordinada ao tema "Os alfaqueques". Após os aplausos do seleto auditório, o sr. presidente deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, por solicitação do segundo secretário José da Veiga Oliveira, impedido por motivo de saúde, lavrei a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 02 de outubro de 1996

Aos dois dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Israel Dias Novaes, Pe. Hélio Abranches Viotti, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Maria da Conceição Martins Ribeiro, José da Veiga Oliveira, Samuel Pfromm

Netto, Ebe Reale, Paul Donovan Kigar, Hélio Tenório dos Santos e Olivia Imbassahy. Após a leitura da ata, efetuada pelo segundo secretário José da Veiga Oliveira, o primeiro secretário, Roberto Machado Carvalho, declinou o expediente administrativo, em especial a correspondência consignada à secretaria. Concluso esse capítulo, o sr. presidente fez uso da palavra, para relembrar que na data de hoje se assinala na história como o término da Revolução Constitucionalista de 1932, quando as hostilidades bélicas foram encerradas ante a capitulação das forças constitucionalistas. Verificou-se um generalizado desalento, uma lancinante amargura, um luto profundo em São Paulo, perante o trágico evento: tanto esforço inútil, tantas preciosas vidas sacrificadas irremediavelmente no altar da legalidade. Em sua oração, o sr. presidente, como profundo conhecedor da História da Revolução, autor da monografia "Dicionário das Batalhas Brasileiras", tratado histórico de inestimável autoridade e importância especifica. Entre tópicos outros, versou o tema do suposto separatismo paulista defendido por alguns revolucionários, bem como provou que a ânsia da legalidade dominou setores outros, não especificamente paulistas, como os acontecimentos no Amazonas, e Belém do Pará. Em seguida, foi outorgada a palavra ao primeiro orador Israel Dias Novaes. Seu discurso, igualmente prolatado de memória e conseqüentemente de improviso, enfocando a personalidade altaneira, impoluta do Embaixador Pedro de Toledo, a agitação patriótica de São Paulo, as maquinações infernais do Governo Federal, a truculência ditatorial, bem como a seqüela de eventos que então se verificaram. Anteriormente aos discursos, o primeiro secretário referiu-se aos falecimentos dos consócios eméritos Demócrito de Castro e Silva e Rui Calazans de Araújo, advogado, pertencente ao Club Piratininga, com larga folha de serviços culturais. Ficou estatuído que o Instituto Histórico enviará pêsames às famílias dos consócios. Em seguida, foi dada a palavra ao consócio Samuel Pfromm Netto, o qual eloqüentemente celebrou os trabalhos e a obra musical do piracicabano Erotides de Campos, cujo centenário de nascimento será oportunamente celebrado na cidade de Piracicaba, onde transcorreu a maior parte de sua nobre existência. Foi ele o autor da lírica e antológica "Ave Maria", que será relembrada a 15 de outubro próximo, em sessão solene, a ser efetuada no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, segundo informou o dito consócio. Dando por conclusos os trabalhos, o sr. presidente

agradeceu a presença de todos e convidou para a sessão do próximo dia 16 quando serão homenageados os sócios falecidos. Para constar, eu, José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrei a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da sessão do dia 16 de outubro de 1996

Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se às dezessete horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a segunda sessão plenária do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira, Pe. Hélio Abranches Viotti, Duílio Crispim Farina, Moacyr Lobo da Costa, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Roberto Fontes Gomes, Juvenal Fernandes, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Ricardo Román Blanco, Hélio Silveira, Douglas Michalany, Armando Alexandre dos Santos, Dário Abranches Viotti, Fauzi Saadi, Adénito Augusto de Moraes Calado, Paul Donovan Kigar, Afonso de Moraes Bueno Passos, Israel Dias Novaes, Célio Debes, Samuel Pfromm Netto, Joaquim Alfredo Fonseca, Américo Menezes, Maria Zilá da Carvalho Gatti, Nelly Donato, Geraldo Magella de Freitas, Maria Lucia Viotti Fagundes, Cássio Abranches Viotti, Alvaro Viotti Vieira, Aparecida Bernardes Viotti, Eneida Lopes, Roberto Brotero de Barros, José Altino Machado, Pe. Roque Schneider, Severino dos Santos, Paulo de Matos Louzada, Dulce Tereza Viotti de Oliveira, Alice Viotti Alves de Almeida, Minam Viotti Fagundes, Maria Cecilia Brotero Pereira de Castro, Tarcisio Calazans de Araújo, José Calazans de Araújo, Fernanda Vilhena de Toledo, Letícia Vilhena de Moraes, Rui Codo, Alberto Shammas, Neide Bibiano, Wilson Alves de Castro, Milton Faldini, Cícero de Toledo Piza Filho e Maria José de Andrade. Inicialmente foi lida e aprovada ata da sessão anterior. Tomaram assento à mesa, entre outras personalidades o padre Roque Schneider, que efetuou vibrante elogio ao padre Hélio Abranches Viotti, em alusão à passagem de seus noventa anos de idade e sessenta de sacerdócio, bem como ao padre José de Anchieta, Apóstolo do Brasil. Também o primeiro orador acadêmico Israel Dias Novaes em seu discurso, proferido da tribuna de honra, celebrou as virtudes culturais do

homenageado, em especial a obra histórica e biográfica. Com a palavra, o sr. presidente fez especial menção da tarde do dia 23 de outubro próximo, quando o Instituto Histórico irá celebrar o centenário do Instituto "Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga" e seu fundador Conde José Vicente de Azevedo, político, professor, benemérito insigne, ocasião em que será proferida conferência a cargo do professor. Usou também da palavra o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho. Concluso a primeira parte da sessão, o primeiro orador declinou os nomes dos sócios que desapareceram no período de outubro de 1995 a outubro do presente ano, como seja Rui Calazans de Araújo, José de Mello Pimenta, José Claudino da Nóbrega, Demócrito de Castro e Silva, Eduardo Vilhena de Moraes, Dimas de Mello Pimenta, Rui Fernando Serrão Assis e Santos, Guido Fonseca, Rosalvo Florentino de Souza, Wanderley dos Santos. Outorgada a palavra ao consócio Afranio Gomar, a propósito do centenário do compositor Erotides de Campos, discorreu minudentemente sobre as características fundamentais daquele professor e músico, cuja a existência decorreu principalmente no Vale do Tietê e na cidade de Piracicaba, onde se tornou um verdadeiro ídolo da comunidade interiorana. A seguir, o sr. presidente encerrou a sessão, da qual, José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que após lida, discutida e assinada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO SOLENE DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1996

Aos vinte e três dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma sessão solene promovida pelo sodalício e pelo Internato "Nossa Senhora Auxiliadora" do Ipiranga, destinado a comemorar o centenário de funcionamento ininterrupto do citado Internato, em homenagem ao seu fundador Conde José Vicente de Azevedo. As dezoito horas, teve inicio a sessão presidida pelo acadêmico Hernâni Donato, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e secretariado pelo primeiro secretário Roberto Machado Carvalho. Compareceram as seguintes personalidades: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, José Afonso de Moraes Bueno Passos, Joaquim Alfredo da Fonseca, Afranio

Gomar, José da Veiga Oliveira, Olivia Imbassahy, José Gonçalves Salvador, Douglas Michalany, Mitsuko Kawai, Célio Debes, Manoel Rodrigues Ferreira, Délio Freire dos Santos, Pe. Hélio Abranches Viotti, Marta Sampaio Lima Elia, Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento, Fauze Saadi, Geraldo Magella de Freitas, Marly Therezinha Germano Perecin, Armando Marcondes Machado Júnior, José Carlos Vicente de Azevedo, Manoel Elpídio de Queiroz Filho, Leda Maria Pereira Rodrigues, Fátima Marques, Ana Maria Sola Caruso, Benedito Wilson de Freitas, Ernani Bicudo de Paula, Arthur Alves dos Santos, Manoel Vicente de Azevedo Franceschini, Fernando Freire Vicente de Azevedo, Maria Saleta Vicente de Azevedo, Hélio Silveira, Ricardo Azevedo de Oliveira, Pe. Hélio Abranches Viotti, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Carla Maria Azevedo de Oliveira, além de muitos outros convidados. Inicialmente o sr. presidente convidou o desembargador José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, presidente da Fundação "Nossa Senhora Auxiliadora" do Ipiranga para fazer parte da mesa diretora dos trabalhos. Em seguida, o sr. presidente declarou aberta a sessão e congratulou-se, em nome do sodalício, com a grata efeméride do centenário da benemérita instituição fundada pelo ilustre paulista Conde José Vicente de Azevedo, um dos fundadores do Instituto Histórico. A seguir, fez a apresentação do conferencista da sessão, Joaquim Alfredo da Fonseca, historiador, geógrafo, advogado, professor de Direito, sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico da São Paulo. O orador dirige-se à tribuna para pronunciar a conferência intitulada "O Conde José Vicente de Azevedo, Paladino da Fé e do Civismo". Com o brilhantismo que lhe é peculiar, o conferencista discorreu, com competência e eloqüência, sobre os grandes lances da vida e obra do Conde José Vicente de Azevedo, ressaltando sua atividades sociais em benefício dos mais necessitados, mormente as crianças carentes e colocando em primeiro plano, as atividades sociais do antigo Internato, núcleo da atual Fundação "Nossa Senhora Auxiliadora" do Ipiranga, um dos mais renomados institutos de benemerência social do Estado de São Paulo. Ao encerrar a brilhante peça oratória, o consócio Joaquim Alfredo da Fonseca foi saudado com uma vibrante salva de palmas. Dando prosseguimento, o desembargador José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, presidente da Fundação "Nossa Senhora Auxiliadora" do Ipiranga, pronunciou um eloquente discurso de agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pelo

apoio dado às comemorações do centenário daquele Internato; agradeceu ainda, ao ilustre orador pela magnífica conferência pronunciada e as personalidades presentes, representantes de entidades, sócios do sodalício, diretores e conselheiros da Fundação, e pessoas gradas, amigas e admiradoras da entidade aniversariante. Em seguida, o orador homenageou, com a entrega de buquê de flores às senhoras Nelly Donato, esposa do presidente do Instituto e Iris Fonseca, esposa do conferencista Joaquim Alfredo da Fonseca. Após os aplausos do auditório, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho comunicou o recebimento de diversas mensagens de congratulações e declinou os nomes das seguintes personalidades: dr. Geraldo Vicente de Azevedo, sobrinho do Conde José Vicente de Azevedo e filho do Barão de Bocaina e esposa, Desembargador Munhoz Soares, do Tribunal de Justiça de São Paulo e conselheiro da Fundação, professor Felipe José de Azevedo Franceschini, conselheiro da Fundação e esposa, professor Manoel Antonio Franceschini, procurador de justiça aposentado e musicista, coordenador dos preparativos daquela sessão solene, Pe. Hélio Abranches Viotti, representando a Academia Paulista de Letras; netos e bisnetos do Conde José Vicente de Azevedo, senhores conselheiros da Fundação e da Clínica Infantil do Ipiranga. Com a palavra, o presidente do Instituto Histórico, Hernâni Donato, anuncia a exibição de um vídeo sobre alguns aspectos da vida e realizações do Conde José Vicente da Azevedo. Em seguida, a participação do coral das pequenas alunas do Internato "Nossa Senhora Auxiliadora" do Ipiranga, dirigido pelas professoras Joana d'Arc Soares e Miriam Alexandre. Tanto o vídeo como coral receberam prolongados aplausos do auditório. O sr. presidente comunica que exemplares da biografia do Conde José Vicente de Azevedo serão distribuídos a seguir. Agradecendo a presença de todos e apresentando congratulações à Fundação pelo brilhantismo da sessão, o presidente Hernâni Donato manifestou a satisfação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pelo grato ensejo de oferecer apoio às comemorações do centenário da benemérita instituição do Ipiranga e declarou encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, por solicitação do segundo secretário José da Veiga Oliveira, impedido por motivo de saúde, lavrei a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato,

Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão de eleição de sócios realizada em 30 de outubro de 1996

Aos trinta dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se uma sessão para eleição, em segundo escrutínio, de candidatos a sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato e com a presença dos seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Lycurgo de Castro Santos Filho, José da Veiga Oliveira, Henrique L. Alves, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Odilon Nogueira de Matos, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Délio Freire dos Santos, José Afonso de Moraes Bueno Passos, Aluysio Mendonça Sampaio, Israel Dias Novaes, Célio Debes, Juvenal Fernandes, Afranio Gomar, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Mitsuko Kawai, Luiz Wanderley Torres, Duílio Crispim Farina e Douglas Michalany. Dando início aos trabalhos, após verificar que estava em perfeita ordem o preparo do material para a eleição, o sr. presidente solicitou ao primeiro secretário Roberto Machado Carvalho que procedesse a apresentação das propostas. Antes, explicou que a eleição conforme norma estatutária tem caráter individual, isto é, a votação deve ser feita para a proposta de cada candidato. Após o encerramento da votação, o sr. presidente proclamou eleitos os seguintes novos sócios do sodalício e respectivas categorias: Titulares: Elizabeth Rangel Pinheiro de Souza, Luiz Galdino, Nelly Martins Parreira Candeias, Rodrigo Braz Leal Rodrigues e padre Roque Schneider; correspondentes nacionais: Cybelle Moreira de Ipanema (Rio de Janeiro), José Chiachiri Filho (Franca, SP), Mildred Regina Gonçalves (Franca, SP), Paulo Bertran (Brasilia, DF), Pedro Paulo Filho (Campos do Jordão, SP); correspondente estrangeiro: Terry G. Harris (Ontário, Canadá). Em seguida, o sr. presidente solicitou a secretaria, o envio de ofícios aos novos sócios, comunicando suas eleições e as providências para a solenidade de posse, a qual, foi marcada para o dia 05 de março de 1997. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, por solicitação do segundo secretário José da Veiga Oliveira, impedido por motivo de saúde, lavrei a presente ata que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATAS DAS SESSÕES DO ANO DE 1997

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 1997.

Aos oito dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e sete realizou-se às dezesseis horas no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, situado na rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, nesta capital, uma Assembléia Geral Extraordinária dos sócios do sodalício, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato e conforme o Edital de Convocação publicado no jornal "Folha de São Paulo" de 20 de dezembro de 1996, o qual, deliberou a seguinte ordem do dia: autorização para a Diretoria poder alienar o imóvel sito à rua Vinte e Quatro de Maio, número 104, 13° andar, conjunto B e o telefone número 223.4450, assinado Hernâni Donato - Presidente. Compareceram os seguintes sócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Amélia Franzolin Trevisan, Nilva Rogick de Mello, Roberto Fontes Gomes, Aluysio Mendonça Sampaio, Henrique L. Alves, Sólon Borges dos Reis, Mitsuko Kawai, Afranio Gomar, Paul Donovan Kigar, Pe. Hélio Abranches Viotti, Renato Báez, Reginaldo Moreira de Miranda, Tomaz Oscar Marcondes de Souza Júnior, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Crodowaldo Pavan, Rosemarie Erika Horch, José da Veiga Oliveira, José Verdasca dos Santos, Samuel Pfromm Netto, Maria Helena Brancante, Délio Freire dos Santos e Douglas Michalany. Abrindo os trabalhos, o sr. presidente indicou, com a aprovação dos presentes, para secretariar os trabalhos, o sr. primeiro secretário Roberto Machado Carvalho. Em seguida, referiu-se ao Edital de Convocação na imprensa e destacou a importância para o sodalício do assunto em pauta; em seguida comentou os motivos da convocação da Assembléia, isto é, a autorização para a Diretoria poder alienar o imóvel pertencente ao Instituto por doação da extinta Sociedade Geográfica Brasileira, a saber: o custo de manutenção do imóvel, assunto que será abordado pelo primeiro tesoureiro Douglas Michalany; a publicação de dezenas de anúncios sobre a locação do imóvel, sem nenhum retorno efetivo; a situação do imóvel é de difícil locação, lembrando que no local existem prédios inteiros com salas vazias e sem perspectiva de locação; a necessidade de reformas no imóvel, o que acarreta mais ônus para as finanças do Instituto. Em seguida, o sr. presidente referiu-se a precária

situação financeira do sodalício, destacando que desde a retirada do inquilino anterior, Grupo Itamarati, o orçamento do Instituto vem apresentando déficits. Após salientar a correção do ex-inquilino, tanto no pagamento dos aluguéis, como na cobertura de despesas de manutenção, o sr. presidente disse que desde a retirada do mesmo, verificou-se um certo esvaziamento financeiro, lembrando que foi possível alugar apenas parte do edifício-sede, restando ainda espaço vago, além disso, o Instituto fez deslocar a hemeroteca do sétimo para o oitavo andar, o que além de representar um custo, veio impossibilitar o aluguel do oitavo andar, como acontecia anteriormente. Assim, as despesas no edifício-sede somadas com as despesas do imóvel da rua Vinte e Quatro de Maio, resultaram em contínuos déficits mensais. Lembrou ainda o sr. presidente que quando a Diretoria aceitou a doação daquele imóvel ficou estabelecido que sua ocupação poderia ser para fins culturais ou, caso não fosse possível seu aproveitamento, o que acabou se verificando, seria colocado para locação ou para venda; lembrou ainda que durante um ano e meio foi tentada a locação, sem resultado. Por último; o sr. presidente deixou claro que o destino do citado imóvel seria resolvido exclusivamente por aquela Assembléia, solicitando que qualquer esclarecimento ou dúvida fosse tratado durante a Assembléia. Com a palavra, o sr. primeiro tesoureiro Douglas Michalany fez um histórico da situação, desde a Assembléia Geral da antiga Sociedade Geográfica Brasileira, realizada em dezoito de julho de 1994, a qual, resultou na doação do imóvel e telefone de propriedade daquela entidade ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Outra Assembléia, realizada em quatro de outubro do mesmo ano ratificou a decisão anterior. Disse ainda sobre as dificuldades em regularizar a documentação do imóvel doado, o que resultou lavrar-se a escritura definitiva de doação somente em dezessete de abril de 1996, isto é, quase dois anos depois da doação. Ressaltou ainda a falta de alguns documentos junto aos órgãos públicos e as despesas que, devido a insolvência da entidade doadora, o Instituto teve que arcar com o imóvel da rua Vinte e Quatro de Maio e que foram as seguintes: condomínio, telefone, impostos e luz, durante os anos de 1994, 1995 e 1996, no total de 14.724,90 (quatorze mil, setecentos e vinte e quatro reais e noventa centavos), escritura, 3.932,03 (três mil, novecentos e trinta e dois reais e três centavos), registro no cartório de imóveis, 551,43 (quinhentos e cinqüenta e um reais e quarenta e três centavos), despachante,

2.244,00 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais), edital de convocação, 540,00 (quinhentos e quarenta reais), mudança, 850,00 (oitocentos e cinqüenta reais), total das despesas, 22.542,36 (vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos). O sr. tesoureiro apresentou ainda outros dados do imóvel: valor venal 74.232,00 (setenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais), área construída, 192 metros quadrados e área do terreno, 445 metros quadrados, valor do telefone (223.4450) em seis de janeiro de 1996, 2.960,25 (dois mil, novecentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) e valor da locação, 126,44 (cento e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos). Disse ainda o sr. tesoureiro que o balancete financeiro do Instituto apresentou déficit mensal a partir da retirada do Grupo Itamarati em 30 de abril de 1996. O Instituto teve então de arcar com a despesa mensal da segurança do edifício-sede, que antes era pago pelo ex-inquilino, no valor de cinco a seis mil reais mensais. Na data da Assembléia, salientou, o Instituto mantinha um saldo bancário de 253.772,79 (duzentos e cinqüenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos), o qual foi reduzido na presente data da Assembléia para 206.000,00 (duzentos e seis mil reais), o que significa uma diferença negativa de quase 50.000,00 (cinqüenta mil reais). Com as despesas extras de dezembro de 1996, especialmente o décimo terceiro salário dos funcionários, o déficit mensal atingiu 8.610,32 (oito mil, seiscentos e dez reais e trinta e dois centavos). Por último o sr. tesoureiro salientou que além das despesas do edifício-sede, o Instituto não pode continuar com gastos, em torno de 500,00 (quinhentos reais) mensais no imóvel da rua Vinte e Quatro de Maio. Mesmo se fosse o caso de locação, disse o sr. primeiro tesoureiro, será necessário fazer reformas na sala, a qual pertence a um prédio que está vazio e se deteriorando. Calculou então, que o Instituto teria uma despesa aproximada de dez mil reais para um aluguel entre quinhentos a um mil reais mensais. Considerou ainda que se a Diretoria obter autorização para a venda daquele imóvel, os custos atuais serão eliminados e o valor da venda, em torno de cento e dez a cento e vinte mil reais atualmente, virá reforçar o caixa. Quanto ao aluguel, disse, que muitos anúncios foram publicados na imprensa sem nenhum resultado. Ainda sobre a possível venda, disse que até o momento, o sodalício não recebeu nenhuma proposta. Em seguida, o sr. presidente deixou a palavra livre para possíveis manifestações dos senhores sócios. O sócio Paul Donovan Kigar disse que compreendeu as dificuldades

para alugar o imóvel da rua Vinte e Quatro de Maio, perguntando, então, porque não foi apressada a venda do mesmo. O sr. presidente respondeu que a Diretoria não poderia tentar a venda sem a autorização da Assembléia. A sócia Nilva Rogick de Mello levantou a questão de uma possível colaboração financeira dos sócios para o reforço de caixa do Instituto. O sr. presidente respondeu que a presente situação de não pagamento é uma tradição do sodalício. Disse ainda que o problema da venda do imóvel em questão, poderá restabelecer o equilíbrio financeiro. Em seguida, pede que as dúvidas sejam colocadas e esclarecidas naquela Assembléia. O sr. primeiro tesoureiro Douglas salientou que a proposta de venda é valida, pois, não podemos continuar com os déficits e frisou que não estamos vendendo nada do patrimônio do Instituto mas sim de um imóvel que foi recebido por doação. O sócio Aluysio Mendonça Sampaio pergunta se na escritura definitiva tem alguma cláusula restritiva, Diante da resposta negativa do sr. primeiro tesoureiro, disse que existem, em sua opinião, duas opções: venda ou encontro de alguma entidade que possa assumir as despesas do imóvel. Acrescentou ainda ter dúvidas quanto ao valor de venda devido ao momento de desvalorização dos imóveis no centro da cidade e propôs se deve fixado um mínimo ou ser dada "carta branca" à Diretoria. Disse o sr. presidente que os recursos provenientes de uma possível venda somados aos aluguéis de algumas dependências do edifício-sede, deverão cobrir despesas, especialmente no referente à segurança do prédio, em torno de seis mil reais mensais. O sr. presidente comunicou as ausências justificadas do sócio honorário Dom Paulo Evaristo Arns, do sócio correspondente nacional Luiz Phillipe Pereira Leite (Cuiabá - MT) e do sócio benemérito Eldino Fonseca Brancante. Ainda com a palavra livre, os sócios Pe. Hélio Abranches Viotti, José Verdasca dos Santos e Reginaldo Moreira de Miranda manifestaram seus votos favoráveis à venda do imóvel. Em resposta aos argumentos do sócio Alusyo Mendonça Sampaio, o primeiro tesoureiro Douglas Michalany disse que a Diretoria não fará nenhuma venda precipitada e se houver alguma perspectiva de valorização no centro velho, a Diretoria aguardará o melhor momento para venda; frisou, novamente que o Instituto vai utilizar, para a venda, um imóvel doado. O sócio Afranio Gomar disse ser favorável à venda, pois, os recursos vão reverter em rendas, o que reduzirá ou eliminará o déficit mensal. O sócio Crodowaldo Pavan e a sócia Maria Helena Brancante disseram que a possível valorização do centro velho será a longo prazo

de dez a vinte anos e o sodalicio, dada a presente situação financeira, não pode esperar; propõe uma decisão daquela Assembléia a favor da venda o mais breve possível. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o sr. presidente Hernâni Donato declarou que iria colocar em votação a proposta da Diretoria, razão daquela Assembléia: de receber autorização para a venda do imóvel e telefone, doados pela extinta Sociedade Geográfica Brasileira e receber a escritura definitiva, sem nenhuma reserva. Colocada em votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente Hernâni Donato deu por encerrada a Assembléia Geral, Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, lavrei a presente ata, que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente Hernâni Donato e pelo secretário Roberto Machado Carvalho.

Ata da sessão de 15 de janeiro de 1997

Aos quinze dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e sete, às dezessete horas, realizou-se uma sessão administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede social edifício "Prof. Ernesto de Souza Campos", situado na rua Benjamin Constant, 158, nesta capital. A sessão foi presidida pelo acadêmico Hernâni Donato e contou com a presença dos seguintes sócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Douglas Michalany, Roberto Fontes Gomes, Juvenal Fernandes, Henrique L. Alves, Ricardo Román Blanco, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Reginaldo Moreira de Miranda, Samuel Pfromm Netto, Israel Dias Novaes e Délio Freire dos Santos. Inicialmente, o senhor presidente declarou que o objetivo daquela sessão era apresentação do Relatório da Diretoria aos senhores sócios, correspondente ao ano de 1996, o que seria feito em seguida pelo primeiro secretário Roberto Machado Carvalho, O citado relatório constou de uma introdução abordando a situação geral do país, nos diversos setores, político, econômico, social e cultural, das atividades do sodalício no decorrer do ano findo, registrando as palestras proferidas e os cursos que o sodalício promoveu; tratou ainda de relatar as atividades da Biblioteca, Hemeroteca e Museu "José Bonifácio", das sessões culturais e administrativas, do quadro do pessoal, da homenagem aos sócios falecidos; o primeiro tesoureiro Douglas Michalany apresentou o Relatório da Tesouraria destacando os balancetes de despesas e receitas. O senhor presidente colocou o Relatório em discussão. O consócio Reginaldo Moreira de Miranda lembrou a co-promoção do sodalício

nas comemorações do centenário do Instituto "Nossa Senhora Auxiliadora", do Ipiranga, salientando o papel naquele evento do conde José Vicente de Azevedo e elogiou o trabalho dos funcionários, dedicação e eficiência no cumprimento de suas tarefas. O consócio Samuel Pfromm Netto solicitou um voto de louvor à Diretoria pelas realizações do ano de 1996. A seguir, o relatório foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Por último, o senhor presidente Hernâni Donato agradeceu a participação dos senhores sócios nas atividades do ano findo, na certeza do prosseguimento do imprescindível apoio no ano que se inicia. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO MAGNA DE 25 DE JANEIRO DE 1997

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, edifício "Prof. Ernesto de Souza Campos", rua Benjamin Constant, 158, nesta capital, a sessão magna comemorativa da fundação de São Paulo em 25 de janeiro de 1554 e da fundação do sodalício em 1° de novembro de 1894. A sessão foi presidida pelo acadêmico Hernâni Donato, o qual solicitou a presença na mesa das seguintes personalidades: Embaixador José Henrique Barbosa Ferreira, Cônsul-Geral de Portugal em São Paulo, também representando o Embaixador de Portugal no Brasil, doutor Pedro Ribeiro de Menezes; doutor Rui Rasquilo, conselheiro cultural da Embaixada de Portugal no Brasil; doutor Antonio Gomes da Costa, presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras; comendador Antonio dos Ramos, presidente da Casa de Portugal; padre Hélio Abranches Viotti, representando a Academia Paulista de Letras; professor Marcel Dantas Campos, secretário Geral e representando o Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; professor Gilberto Luiz Morais Sebbei; professora Mirza Pellicciotta, representando o Departamento de História da PUCCAMP; doutor Geraldo Camargo Vidigal, presidente do Clube da Poesia; acadêmico Renato Baéz, representando a Academia Cristã de Letras, a Associação Paulista de Imprensa e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato

Grosso; Manoel Lopes dos Santos, Pró-Reitor da Universidade Federal de São Paulo; Jarbas Prado de Francislai Júnior, representando o Secretário Municipal de Cultura, Rodolfo Konder. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Douglas Michalany, Rudolf Robert Hinner, José Afonso de Moraes Bueno Passos, Mitsuko Kawai, Juvenal Fernandes, Aluysio Mendonça Sampaio, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Nilva Rogick de Mello, Benedito Lima de Toledo, Délio Freire dos Santos, Ricardo Román Blanco, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Odilon Nogueira de Matos, Sólon Borges dos Reis, Roberto Fontes Gomes, Duílio Crispim Farina, Alberto dos Santos Franco, José Benedicto Silveira Peixoto, Joaquim Alfredo da Fonseca, Adérito Augusto de Moraes Calado, Geraldo Magella de Freitas, Henrique L. Alves, Afranio Gomar, Olivia Imbassahy, Silvia Marina Michalany, Nelly Donato, Dóli de Castro Ferreira, Gertraude Schuts Steigleder, Alberto Shammass, Leonidio Balbino da Silva, Severino dos Santos, Milton Lima Neto e Frederico Perry Vidal. Aberto os trabalhos, o senhor presidente convidou o segundo orador, José Benedicto Silveira Peixoto a proferir a saudação à data. O orador discorreu sobre a fundação da cidade de São Paulo, lembrando os episódios mais importantes da ação jesuítica desde o Colégio de São Vicente à celebração da missa inaugural no Pátio do Colégio; salientou na oração, a participação dos padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente comunicou que iria proceder à posse do sócio titular Rodrigo Braz Leal Rodrigues. Ao adentrar o recinto o recipiendário foi saudado com uma salva de palmas; em seguida leu e assinou o termo de posse e recebeu o Diploma, o Novel associado pronunciou um discurso no qual, elogiou seu Patrono, padre Antonio Vieira e agradeceu a honraria de ingressar no sodalício. Em seguida, o senhor presidente, após breve saudação, fez entrega do "Colar do Centenário", venera do sodalício, e respectivo Diploma aos senhores Milton Lima Neto, da Universidade de São Carlos, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, do Observatório Nacional de Astronomia e Sólon Borges dos Reis, educador, presidente do Centro do Professorado Paulista. Os agraciados pronunciaram breves palavras de agradecimento. Em seguida, o senhor presidente declarou que iria proceder a outorga do "Colar do Centenário" e respectivo Diploma, aos vencedores do Concurso instituído pelo sodalício, entre os sócios, sobre as

melhores obras publicadas no Estado de São Paulo, bem como, os periódicos e programas culturais nas áreas de História, Geografia e Ciências correlatas. Os agraciados foram chamados na seguinte ordem: Benedito Lima de Toledo, autor da obra "Prestes Maia e a origem do urbanismo moderno", Milton Santos, pelo conjunto da obra geográfica, Odilon Nogueira de Matos, pelo periódico "Noticia Bibliográfica e Histórica" publicação da PUC de Campinas, Geraldo Nunes, pelo programa de divulgação da História "São Paulo de todos os tempos", da Rádio Eldorado. Os agraciados agradeceram a honraria, em breves palavras. Em seguida, o senhor presidente concedeu a palavra livre. O consócio Duílio Crispim Farina dirigiu-se à tribuna para destacar a data da fundação do Instituto, pela iniciativa dos senhores Domingos Jaguaribe, Antonio de Toledo Piza e Estevão Leão Bourroul, consolidada em reunião numa sala da Academia de Direito em 1° de novembro de 1894, reunião presidida pelo doutor Cesário Motta Júnior. Ainda com a palavra, Duílio Crispim Farina prestou homenagem ao presidente do sodalício, Hernâni Donato e aos acadêmicos Geraldo de Camargo Vidigal e Sólon Borges dos Reis. Encerrando a sessão o senhor presidente agradeceu a presença do seleto auditório e dos membros da mesa e lembrou que a primeira sessão ordinária do ano será realizada em 05 de fevereiro próximo. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 1997

Aos cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma sessão plenária de caráter cultural, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Presentes os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira, Samuel Pfromm Netto, Aluysio Mendonça Sampaio, José Verdasca dos Santos, Olivia Imbassahy, Sivar Hoeppner Ferreira, Geraldo Magella de Freitas, José Barbosa Ferreira, Sólon Borges dos Reis, Juvenal Fernandes, Afranio Gomar, João do Couto, Israel Dias Novaes, Ricardo Román Blanco, Samuel Penido, Nelly Donato, Dóli de Castro Ferreira, Mitsuko Kawai, Gertraude Schuts Steigleder, Ricardo Capote Valente, Paulino Rolim de Moura, José Manoel Beltran e Yara Beltran.

Abertos os trabalhos, o senhor presidente convidou para fazer parte da mesa, o senhor Embaixador José Barbosa Ferreira, Cônsul-Geral de Portugal em São Paulo. Em seguida, o senhor presidente convidou o consócio Henrique L. Alves para pronunciar a palestra intitulada "O centenário de Vitautas Losinskas, meu pai". O orador lembrou que seu progenitor era natural da Lituânia, vindo para o Brasil como imigrante, aos trinta e dois anos; no planalto de Piratininga fixou-se no bairro de Vila Bela, indo trabalhar na companhia de loteamento do bairro, projetando e construindo casas; mais tarde, 1936, empregou-se na Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, localizada no centro da cidade. Exerceu funções de topógrafo, agrônomo e agrimensor; exerceu a chefia do levantamento topográfico no município de Pindamonhangaba, junto ao Serviço de Melhoramentos do Vale do Paraíba; em Taubaté conheceu o escritor Monteiro Lobato. Vitautas Losinskas, como funcionário do Instituto Geográfico e Geológico fez estudos sobre o cultivo de cereais, fruticultura e pecuária. Disse o orador: "por estas e outras contribuições Vitautas foi o personagem marcante de um tempo que se distanciou e mereceu a homenagem com seu nome em rua de nossa metrópole". Após os aplausos do auditório, o senhor presidente agradeceu ao orador a contribuição cultural que emprestou àquela sessão. O segundo secretário José da Veiga Oliveira pediu a palavra para propor um voto de pesar pelo falecimento do poeta e escritor Afranio Zucolotto, que ocupava a cadeira número 27 da Academia Paulista de Letras e discorreu sobre aspectos de sua vida e obra. Aprovado. Agradecendo a presença de todos, o presidente Hernâni Donato convidou-os para a sessão do dia 19 de fevereiro. Em seguida encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundos secretários.

ATA DA SESSÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1997

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a segunda sessão plenária, administrativa, do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Israel Dias Novaes, Célio Debes, Afranio Gomar, Dário Abranches Viotti, Reginaldo Moreira de Miranda, Lauro

Nogueira Furtado de Mendonça, Mitsuko Kawai, Ricardo Román Blanco, Délio Freire dos Santos, Douglas Michalany, Roberto Fontes Gomes, Samuel Pfromm Netto e padre Hélio Abranches Viotti. Inicialmente foi lida pelo primeiro secretário Roberto Machado Carvalho a ata da sessão anterior. Após a leitura foi colocada em discussão. O senhor presidente lembrou que a referência da ata ao coronel Heliodoro Tenório da Rocha Marques refere-se à sua participação no episódio de 1932 em São Paulo, no setor sul; o ilustre militar diante do cerco da tropa, retirou-se para o litoral, atravessando a mata atlântica e chegando a Santos, onde tomou um trem até São Paulo; na capital mudou de trem e seguiu imediatamente para o sul, juntando-se ao combatentes. Em seguida, o senhor presidente colocou a citada ata em votação. Aprovada. Dando prosseguimento, o senhor presidente solicitou ao primeiro tesoureiro Douglas Michalany que apresentasse um relato da atual situação financeira do sodalício. Disse o senhor tesoureiro que o déficit mensal que estava em torno de doze mil reais mensais caiu em janeiro para quatro mil reais; isso, explicou, devido a diminuição de algumas despesas e o pagamento de condomínio do 6° andar fundos, ficando para ser locado o 6° andar frente. Disse que tanto o 6° andar fundo como o 5° andar foram reformados pelos inquilinos; prosseguindo, lembrou que ainda existem algumas pendências como o problema com o INSS e uma multa do CONTRU, órgão da Prefeitura, o que pretende resolver satisfatoriamente até o mês de março vindouro. No referente a aprovação do sistema de segurança contra incêndio do edifício através de documento municipal, elogiou a eficiente colaboração do consócio Sólon Borges dos Reis. Ainda sobre a citada multa referente à irregularidade no prédio, adiantou que havia uma exigência de construir uma escada de escape, o que dada a estrutura do prédio é inviável. Diante dos argumentos, resolveu-se fazer nova vistoria, o que resultou na aprovação das instalações. Quanto ao INSS o sodalício possuía um certificado definitivo, isto é, o recolhimento de 2% (dois por cento) sobre os 20% (vinte por cento) legais; entretanto, o INSS baixou portaria determinando o cumprimento da citada exigência, o que foi em data recente revogado pelo Presidente da República; restou o ano de 1997, isto é, um outro processo exigindo, através do Ministério da Educação, que as entidades promovam cursos, tipo escolar. O consócio Reginaldo Moreira de Miranda tratou das reformas feitas no 8° andar onde está

a maior parte do acervo da Hemeroteca "Júlio Mesquita"; disse ainda que a Hemeroteca possui algumas raridades, diversos periódicos serão encadernados, agradeceu o apoio do presidente, primeiro tesoureiro e funcionários. O consócio Douglas Michalany disse que a sede da extinta Sociedade Geográfica Brasileira deixou alguns utensílios, como estantes de metal que estão no 8° andar. O primeiro secretário Roberto Machado Carvalho comunicou que o Boletim Informativo mensal continua recebendo manifestações de apoio por parte de pessoas físicas e jurídicas, citando os ofícios enviados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará e pelo doutor José Celestino Bourroul, o qual, frisou a certa altura: "os referidos exemplares do Boletim em apreço documentam, além das variadas e intensas atividades desenvolvidas por esse prestigioso Instituto, o elevado nível cultural de que se revestem". O senhor presidente comunicou o programa comemorativo dos 150 anos de nascimento do doutor Cesário Motta Júnior, primeiro presidente do sodalício e que será cumprido no próximo dia 05 de março: dez horas e trinta minutos, visita ao túmulo no Cemitério da Consolação; quinze horas, lançamento de carimbo pelos Correios e Telégrafos; dezessete horas, posse de novos sócios; dezessete horas e trinta minutos, sessão comemorativa, com a participação da Banda da Polícia Militar do Estado de São Paulo; orador da sessão, consócio Roberto Machado Carvalho. Em seguida, o consócio Lauro Nogueira Furtado de Mendonça ofereceu à Biblioteca um exemplar do livro "Docas de Santos, origens e realizações", autoria de Hélio Lobo. O consócio Roberto Machado Carvalho solicitou o registro em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do consócio historiador Benedito Pires de Almeida, na cidade de Tietê; discorreu sobre aspectos da vida e obra do saudoso consócio. O consócio Israel Dias Novaes fez considerações sobre os falecimentos recentes de importantes personalidades do mundo cultural e político do país: acadêmico Antonio Calado, jornalista Paulo Francis, economista Mário Henrique Simonsen e antropólogo Darcy Ribeiro. O consócio Reginaldo Moreira de Miranda lembrou que o próximo dia 27 de fevereiro é o aniversário do consócio José da Veiga Oliveira. O senhor presidente referiu-se ao aniversário do consócio Roberto Machado Carvalho, transcorrido no dia anterior, 18 de fevereiro. O consócio Samuel Pfromm Netto referindo-se a notáveis vultos das letras e suas obras, destacou o jornalista, historiador e literato, autor de "O Estado de São Paulo,

ensino cívico" e a "História de São Paulo ensina biografia" editada em 1895; trata-se de Tancredo do Amaral. Foi professor da Escola Normal "Caetano de Campos" e sócio efetivo do Instituto; nasceu em 18 de fevereiro de 1866 e faleceu em 23 de julho de 1928; era bacharel em Direito. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DE 05 DE MARÇO DE 1997

Aos cinco dias do mês de março de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, nesta capital, com inicio às dezessete horas, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Lycurgo de Castro Santos Filho, Juvenal Fernandes, Roberto Fontes Gomes, Adérito Augusto de Moraes Calado, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, José Sebastião Witter, Maria Lucia de Souza Rangel Ricci, Odilon Nogueira de Matos, Mitsuko Kawai, Délio Freire dos Santos, José Verdasca dos Santos, Israel Dias Novaes, Armando Alexandre dos Santos, Douglas Michalany, Sólon Borges dos Reis, Samuel Pfromm Netto, Hélio Silveira, Gualter Godinho, Afranio Gomar, José Celestino Bourroul, Vicente Porsella Flores, Emeric Levai, Osvaldo Sangiorgi, Arthur Nogueira Campos, Paulino Rolim de Moura, Luiz Galdino, Elizabeth Rangel Pinheiro, Américo Menezes, Olivia Imbassahy, Maria Isabela Gerth Landell de Moura, Fernando Corrêa da Costa, Nelly Donato, Pedro Paulo Filho, Geraldo Magella de Freitas, Silvia Marina Michalany e Pedro Paulo Netto. O senhor presidente convidou o consócio Afranio Gomar para servir como secretário "ad hoc" e a seguir abriu os trabalhos da sessão convidando para comporem a mesa os senhores Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente honorário, Israel Dias Novaes, orador oficial, José Sebastião Witter, diretor do Museu Paulista e sócio titular do sodalicio, Américo Menezes, representando o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Osvaldo Sangiorgi, representando a Academia de Letras de Campos do Jordão e a senhora Maria Isabela Gerth de Moura, representando o Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento da Secretaria da

Educação. O senhor presidente declarou que a sessão se revestia de caráter especial, pois que, destinada à posse de novos sócios e à comemoração do sesquicentenário de nascimento do eminente doutor Cesário Motta Júnior, primeiro presidente do sodalicio. Então convidou os novos sócios a procederem à leitura do termo de posse, assinando-o e recebendo os respectivos diplomas. Compareceram, como titulares, os novos sócios: Elizabeth Rangel Pinheiro, padre Roque Schneider, Nelly Martins Ferreira Candeias e Luiz Galdino; bem assim, como sócios correspondentes: Mildred Regina Gonçalves, Pedro Paulo Filho e José Chiachiri Filho. Em breves palavras, as senhoras Elizabeth Rangel Pinheiro, Nelly Martins Ferreira Candeias e Mildred Regina Gonçalves, externaram seu agradecimento e se confessaram pela sua eleição e posse como sócias do Instituto, esta última lembrando a importância do sodalicio. Assim também se externou o senhor Luiz Galdino. Da tribuna, o padre Roque Schneider declinou o nome do seu patrono, padre Bartolomeu Tadeu, que viveu em Itu por longos anos, vindo a falecer em 1913; também, fez alusão ao poema de Anchieta, dedicado a Nossa Senhora, isto porque, se comemoram neste ano os quatrocentos anos da morte do taumaturgo. O senhor José Chiachiri lembrou que seu pai, historiador e jornalista, foi sócio deste Instituto; falou de sua cidade, a Franca do Imperador, de onde veio o doutor Estevão Leão Bourroul, um dos fundadores desta centenária entidade; reportou-se ainda a outros valores de Franca, ressaltando o nome de Wanderley dos Santos, sócio já falecido; concluiu agradecendo a afeição e o carinho com que foi recebido pelo Instituto. Em nome de todos os empossados nesta data, falou o senhor Pedro Paulo Filho; em vibrante oração, exaltou o sodalicio e seu passado assinalando que por ele passaram grandes vultos da cultura paulista; que aqui se cultua a história de São Paulo glorioso, referindo ainda aos três fundadores desta instituição. Ao ensejo, declarou que adotava por patrono o eminente diplomata José Carlos de Macedo Soares. A seguir, o senhor presidente leu a mensagem do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, de justificativa da sua ausência, e deu entrada aos componentes da Banda da Policia Militar; em breves palavras, saudou os novos sócios, declarando-os benvindos. A Banda executou o Hino Nacional e outros dois números, sendo vivamente aplaudida pelos presentes e retirando-se a seguir; o senhor presidente solicitou aos componentes desta corporação que levassem ao seu comando o melhor agradecimento da Diretoria

do Instituto. Tivemos então as palavras do acadêmico Israel Dias Novaes, orador oficial desta casa, que, da tribuna começou por saudar o presidente Hernâni Donato, por ter a sua cidade, Botucatu, ultrapassado já os cem mil habitantes. Declarou que se procedia à festa por excelência, do Instituto, a do enriquecimento do seu quadro social; discorreu acerca do processo de seleção dos candidatos a ingresso, dos quais muito se exige. Discorreu ligeiramente a respeito de cada um dos empossados e os saudou em nome da Diretoria, lembrando que sua admissão ocorre no momento em que a ciência se dedica a clonagem, fato que, por certo, marcará época na história da humanidade, conquanto problemas sérios existam, tais como a fome e globalização. O senhor presidente agradeceu ao acadêmico a brilhante alocução, assim como agradeceu ao comparecimento de quantos se achavam no auditório, agradeceu aos empossados e aos oradores do dia. Referiu-se então que o segundo objetivo da sessão: homenagem ao doutor Cesário Motta Júnior; discorreu sobre o programa de comemorações levado a efeito pelo Instituto: visita ao túmulo do homenageado, no Cemitério da Consolação; viagem a Capivari no fim de semana, onde será dedicado às homenagens, todo dia 07 do corrente mês. E, a seguir, concedeu palavra ao conferencista da noite, professor Roberto Machado Carvalho, que, então, discorreu longamente acerca da vida e obra do doutor Cesário Motta Júnior, que nascera a 150 anos em Porto Feliz, velho porto de Araritaguaba, tendo vivido 14 anos na cidade de Capivari; foi médico altamente competente, político eminente, administrador notável (estadista de São Paulo); como intelectual, portava aprimorada formação humanistica; também se dedicara a literatura e à composição musical, com predileção pelo canto e pelo piano; ademais, fora um orador brilhante. O conferencista abordou com muita propriedade e até com detalhes, as realizações de Cesário Motta Júnior no campo da educação e da saúde, como Secretário do Interior no Governo Bernadino de Campos. Ao encerramento da palestra, o orador foi bastante aplaudido. O presidente Hernâni Donato agradeceu ao professor Roberto Machado Carvalho a profundidade, atualidade, oportunidade e pertinência com que apresentou o homenageado da noite. Ressaltou que o orador demonstrou, à sociedade, quão justa é a homenagem. A pedido de um dos presentes, o professor Roberto resumiu a palavra, para falar sobre Cesário Motta Júnior como primeiro presidente deste Instituto,

havendo, inclusive, presidido a primeira sessão de criação do sodalicio, em novembro de 1894. O senhor presidente reiterou boas vindas aos novos sócios, que são recebidos com carinho e com a confiança que o Instituto impõe neles. Declarou que poderão marca com o primeiro secretário, as datas para discorrerem acerca de seus patronos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a sessão ás dezenove horas. Para constar, eu, Afranio Gomar, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata que, após lida discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da sessão do dia 19 de março de 1997

Aos dezenove dias do mês de março de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão administrativa do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato e com a presença dos seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Henrique L. Alves, Adérito Augusto de Moraes Calado, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Ricardo Román Blanco, Célio Debes, Afranio Gomar, Luiz Galdino, Samuel Pfromm Netto, Délio Freire dos Santos e Lauro Nogueira Furtado de Mendonça. Dando inicio aos trabalhos, o senhor presidente Hernâni Donato disse que um dos objetivos do Instituto é enaltecer os grandes vultos da nacionalidade e com esse intuito dava a palavra ao consócio comandante Lauro Nogueira Furtado de Mendonça para proferir breves palavras sobre a vida e obra do almirante Tamandaré. O orador frisou que o ilustre brasileiro representou a Marinha durante o Império, tendo nascido em 1807, conforme os documentos, na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul e destacou sua participação em todos episódios militares do século XIX, sendo justamente considerado o Patrono da Marinha Brasileira. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente solicitou do orador a redação de um trabalho para a Revista sobre o Arsenal da Marinha em Santos. O consócio Reginaldo Moreira de Miranda disse que Joaquim Marques Lisboa, almirante Tamandaré residiu em Santos e como engenheiro civil e militar inaugurou o ensino público em Santos e que seus despojos foram transportados do Rio de Janeiro para a cidade Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A propósito de uma comunicação apresentada em sessão anterior, estranhando o uso da estação "Júlio Prestes" para fins culturais, dado o fato de que as

ferrovias constituem uma universalidade de bens, o consócio Célio Debes reiterou sua preocupação com o sucateamento da ferrovia e discorreu sobre o descaso especialmente no transporte de passageiros, o qual deve ser considerado serviço público e na ameaça de extinção do sistema elétrico das ferrovias, sob a alegação de que está obsoleto. O consócio Israel Dias Novaes, em adendo, anunciou a noticia bem recente, isto é, a total extinção do transporte de passageiros nas cinco ferrovias que constituem a FEPASA; isso, disse, é negar o seu papel de serviço público; foram mencionados, em defesa das ferrovias, os artigos de Clóvis Rossi publicados na "Folha de São Paulo" e de Raquel de Queiróz em "O Estado de São Paulo". Em seguida, para comemorar o sesquicentenário de nascimento do poeta Castro Alves, o consócio Sólon Borges dos Reis proferiu palestras sobre os diversos episódios da vida de Castro Alves (1847-1871). Após os aplausos do auditório, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 02 DE ABRIL DE 1997

Aos dois dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, .no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Rudolf Robert Hinner, Rodrigo Braz Leal Rodrigues, Antonio Joaquim Alves Mota Sobrinho, Amélia Franzolin Trevisan, Célio Debes, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Afranio Gomar, Ricardo Román Blanco, Luiz Galdino, Mitsuko Kawai, Maria Conceição Martins Ribeiro, Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha, Henrique L. Alves, Hélio da Silveira, padre Hélio Abranches Viotti, Israel Dias Novaes e mais trinta e quatro convidados. Inicialmente o senhor presidente declarou que a sessão era comemorativa do bicentenário de nascimento da primeira Imperatriz do Brasil, D. Leopoldina e fez a apresentação da palestrante e sócia emérita do sodalicio Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha, lembrando que é autora de uma obra sobre a vida da Imperatriz. Em seguida solicitou que fosse feita a distribuição aos presentes do livro "Imaginário Singular de MABSA"

(Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha) cuja autoria do texto é de Alberto Benttemuller e publicado em 1996. A palestrante pronunciou uma eloqüente oração, abordando aspectos originais da vida e obra da Imperatriz-Arquiduquesa D. Leolpodina, prendendo a atenção do seleto auditório constituído por consócios e pessoas gradas da sociedade paulistana. Após os aplausos, diversas pessoas usaram da palavra para apresentar congratulações à palestrante pelo notável texto desenvolvido. O consócio padre Hélio Abranches Viotti lembrou que assistiu a solene cerimônia de transladação dos restos mortais da Imperatriz para o Monumento do Ipiranga, por ocasião do Quarto Centenário da fundação da cidade de São Paulo, tendo antes, celebrado a missa na Catedral da Sé. A senhora Gertraude Steigleder disse que esteve numa exposição de pertences, livros e documentos da Impertriz Leopoldina, no Museu Imperial de Petrópolis, a qual se prolongará aberta até junho do corrente ano; disse ainda que há algum tempo solicitou à autoridade competente a reserva de uma sala no Palácio de Schoenbrumm, Viena, Áustria, para guardar e expor acervo referente à Imperatriz, não tendo obtido sucesso; por último apresentou congratulações ao Instituto pela solenidade realizada, mantendo viva a memória da homenageada. O senhor Osvaldo Mariano fez elogios à palestra e enalteceu a iniciativa do Instituto. A senhora Mariana Hardain, de origem alemã, disse que visitou as salas do Museu Paulista e achou falta de uma melhor explicação nas etiquetas dos significativos das peças expostas. O senhor presidente disse que levará a sugestão à direção do Museu. O sócio Rudolf Robert Hinner cumprimentou a senhora Maria Amélia pela brilhante palestra e disse que colaborou com a palestrante na tradução das cartas da Imperatriz e que considera importante manter o culto à Imperatriz; salientou ainda que existe uma sala dedicada à Imperatriz, em Viena, no Museu de História Natural. Falaram ainda os jovens Sofia e José Roberto, netos da palestrante, os quais, disseram que tomaram interesse pela Imperatriz através de estudos da avó Maria Amélia. O presidente Hernâni Donato agradece a presença dos sócios e convidados e encerra a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da assembléia geral extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizada em 9 de abril de 1997, às 15 horas.

Aos nove dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e sete realizou-se às 15 horas, no auditório "Dr. Afonso de Freitas" do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, situado na Rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, São Paulo (centro) uma Assembléia Geral Extraordinária do sodalício, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato, conforme Edital de convocação publicado no jornal "Folha de São Paulo", de vinte e um de março de mil novecentos e noventa e sete, e comunicada aos sócios com a devida antecedência estatutária por circular remetida via postal, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: alteração nos Estatutos Sociais, artigos 1° e 2°, para dar cumprimento às exigências dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal. Abrindo os trabalhos o presidente da Diretoria, Hernâni Donato, assumiu a presidência da Assembléia convocando a mim Roberto Fontes Gomes para secretariar a mesma. Compareceram os seguintes sócios(as): Hernâni Donato, Lycurgo de Castro Santos Filho, Célio Debes, Roberto Fontes Gomes, Douglas Michalany, Henrique L. Alves, Nilva Rogick Mello, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Odilon Nogueira de Matos, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Adérito Augusto de Moraes Calado, Reginaldo Moreira de Miranda, Thomaz Oscar Marcondes de Souza Júnior, Juvenal Fernandes, Ricardo Román Blanco, Moacyr Lobo da Costa. Justificaram suas ausências na Assembléia, os seguintes sócios: Ignácio da Silva Teles, Mildred Regina Gonçalves, Antonio Roberto de Paula Leite, Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e Antonio Penteado Mendonça. Dando inicio aos trabalhos, o sr. presidente Hernâni Donato solicitou ao sr. 1° tesoureiro Douglas Michalany que fizesse um relato sobre os objetivos da Assembléia. O sr. 1° Tesoureiro disse que para dar cumprimento às atuais exigências do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério da Justiça e da Constituição Federal de 1988, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo deve fazer algumas alterações nos Artigos 1° e 2° de seu Estatuto. Assim, frisou o sr. 1° tesoureiro, no Artigo 1° deve ser acrescentada a expressão ***sem fins lucrativos***, de acordo com determinação do Conselho Nacional de Assistência Social e no parágrafo único do mesmo Artigo deve ser acrescentada, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, a frase: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ***não fará***

qualquer discriminação de raça. cor, sexo e religião. Por último, o sr. 1° tesoureiro, informou que a continuidade da realização de cursos regulares, permitirá ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo obter dos órgãos federais o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, desde que esteja prevista no Estatuto essa atividade. Assim, precisamos alterar o Artigo 2°, letra d, do Estatuto, passando a atual letra d para letra e, ou seja: *d) promover cursos destinados a estudantes e professores, no campo da História, Geografia e ciências correlatas, com certificados de freqüência e quando seus recursos o permitirem, conceder-lhes Bolsas de Estudo visando o seu aprimoramento educacional e cultural; e) Manter os vários departamentos estabelecidos por este Estatuto, criando os que, propostos, recebam aprovação da assembléia*. Em seguida, o sr. presidente Hernâni Donato procedeu à leitura integral das alterações sugeridas, isto é, como se propõe sejam redigidos doravante os Artigos 1° e 2° do Estatuto: *"Capitulo I. Do Instituto e seus fins. Art. - O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. fundado em 1° de novembro de 1894 na capital paulista, onde tem sede e domicílio jurídico, é uma sociedade civil de caráter científico e cultural, reconhecida de utilidade pública, sem fins lucrativos, com duração ilimitada e a finalidade precípua de promover o estudo e a divulgação da História, da Geografia e das ciências e disciplinas correlatas. especialmente das que se relacionam com São Paulo, regida pelo presente Estatuto, pelo seu Regimento Interno e, subsidiariamente, pelo Código Civil e outras leis vigentes no Pais. Parágrafo único - No desenvolvimento de suas atividades o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo e religião. Art. 2° - Para a realização de seus fins, o Instituto obriga-se a: a) Reunir-se em sessões ou assembléias; b) Manter correspondência e permuta de publicações com sociedades congêneres; c) Promover, quando os seus fundos o permitirem, excursões científicas, comemorações cívicas e outros certames compreendidos em seus objetivos sociais; d) Promover cursos destinados a estudantes e professores, no campo da História, Geografia e ciências correlatas, com certificados de freqüência e quando seus recursos permitirem, conceder-lhes Bolsas de Estudo visando o seu aprimoramento educacional e cultural; e) Manter os vários departamentos estabelecidos por este Estatuto, criando os que, propostos, recebam aprovação da Assembléia"*. Dando prosseguimento, o sr. presidente colocou em discussão a proposta de alterações do Estatuto, em seus Artigos 1° e 2°. Ninguém

desejando fazer uso da palavra, o sr. presidente colocou as propostas em votação, com as devidas alterações, no que foram aprovadas por unanimidade. O sr. presidente, de acordo com o Edital publicado na imprensa, convocou os senhores (as) associados (as) para uma nova Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no mesmo dia, às 17 horas. Nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi encerrada. Para constar, eu Roberto Fontes Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e secretário, Hernâni Donato e Roberto Fontes Gomes.

Ata da assembléia geral extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizada em 9 de abril de 1997, às 17 horas.

Aos nove dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e sete realizou-se às 17 horas no auditório "Dr. Afonso de Freitas" do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, situado na Rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, São Paulo (centro) uma segunda Assembléia Geral Extraordinária do sodalício, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato, conforme Edital de convocação publicada no jornal "Folha de São Paulo" de vinte e um de março de mil novecentos e noventa e sete, e comunicada aos sócios com a devida antecedência estatutária, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: alteração nos Estatutos Sociais, Artigos 1° e 2° para dar cumprimento às exigências dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal. Abrindo os trabalhos o presidente da Diretoria, Hernâni Donato, assumiu a presidência da Assembléia convocando a mim Roberto Machado Carvalho para secretariar a mesma. Compareceram os seguintes sócios(as): Hernâni Donato, Lycurgo de Castro Santos Filho, Célio Debes, Roberto Fontes Gomes, Adérito Augusto de Moraes Calado, Odilon Nogueira de Matos, Henrique L. Alves, Juvenal Fernandes, Israel Dias Novaes, Crodowaldo Pavan, Nilva Rogick Mello, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Reginaldo Moreira de Miranda, Délio Freire dos Santos, Paul Donovan Kigar, Moacyr Lobo da Costa, Amélia Franzolin Trevisan, José Afonso de Moraes Bueno Passos, José Verdasca dos Santos, Roberto Machado Carvalho e Douglas Michalany. Justificaram suas ausências na Assembléia, os seguintes sócios: Ignácio da Silva Teles, Mildred Regina Gonçalves, Antonio Roberto de Paula Leite, Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e Antonio Penteado Mendonça. O sr. presidente Hernâni Donato dando abertura aos trabalhos, disse

que a convocação de uma segunda Assembléia, conforme Edital publicado no jornal "Folha de São Paulo", em 21 de março de 1997, e por carta convocatória a todos os sócios, era ratificar ou não a aprovação das alterações do Estatuto da entidade em seus Artigos 1° e 2°, e de acordo com o registro em Ata, das resoluções da primeira Assembléia, convocada igualmente para a mesma finalidade. A seguir, o sr. presidente fez a leitura das alterações dos Artigos 1° e 2° do Estatuto. Ficam assim redigidos os artigos 1° e 2° com as alterações já incluídas: *"Capitulo I. Do Instituto e seus fins. Art. 1 - O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo fundado em 1° de novembro de 1894 na capital paulista, onde tem sede e domicílio jurídico, é uma sociedade civil de caráter cientifico e cultural, reconhecida de utilidade pública, sem fins lucrativos, com duração ilimitada e a finalidade precípua de promover o estudo e a divulgação da História, da Geografia e das Ciências e disciplinas correlatas, especialmente das que se relacionam com São Paulo. regida pelo presente Estatuto, pelo seu Regimento Interno, subsidiariamente, pelo Código Civil e outras leis vigentes no País. Parágrafo único — No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo e religião. Art. 2° - Para a realização de seus fins, o Instituto obriga-se a: a) reunir-se em sessões ou assembléias b) manter correspondência e permuta de publicações com sociedades congêneres c) Promover, quando os seus fundos o permitirem, excursões científicas, comemorações cívicas e outros certames compreendidos em seus objetivos sociais d) promover cursos destinados a estudantes e professores, no campo da História, Geografia e ciências correlatas, com certificados de freqüência e quando seus recursos permitirem, conceder-lhes Bolsas de Estudo visando o seu aprimoramento educacional e cultural; e) manter os vários departamentos estabelecidos por este Estatuto, criando os que, propostos recebam aprovação da Assembléia"*, que já foram aprovadas na primeira Assembléia realizada às quinze horas, desta mesma data e colocou a proposta das alterações em discussão. Como ninguém desejasse fazer uso da palavra, o sr. presidente pôs a proposta em votação com as devidas alterações. Aprovada por unanimidade, esta segunda Assembléia ratificou assim, a decisão da primeira Assembléia. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo sr. presidente e o secretário, Hernâni Donato e Roberto Machado Carvalho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 16 DE ABRIL DE 1997

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e noventa sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, situado na rua Benjamin Constant, 158 1° andar, nesta capital, a sessão administrativa do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Israel Dias Novaes, Afranio Gomar, Antonio Roberto de Paula Leite, Henrique L. Alves, Roberto Fontes Comes, Juvenal Fernandes, Luiz Wanderley Torres, Ricardo Román Blanco, Mitsuko Kawai, Duílio Crispim Farina, Hélio Falchi, Douglas Michalany e Samuel Pfromm Netto. Dando início aos trabalhos, foi lida a ata da sessão anterior. Aprovada. O senhor presidente comunicou que foram enviados ofícios às entidades e autoridades solicitando a promoção de eventos que lembrem a Revolução Constitucionalista de 1932, seus pródomos, seu desenvolver, seus efeitos na passagem dos 65 anos de aniversário, em julho próximo. Lembrou ainda que o mês de julho será dedicado a passagem do 4° Centenário da Morte do Padre José da Anchieta, salientando que o Instituto promoverá algumas palestras em seu auditório e, em conjunto com a Empresa dos Correios e Telégrafos, o relançamento do selo emitido para comemorar a efeméride. Em seguida, o senhor presidente convidou o sócio Roberto Machado Carvalho a proferir breve palestra sobre o doutor Cesário Motta Júnior, na passagem do seu centenário de falecimento ocorrido em 24 de abril de 1897 e dos 124 anos da "Convenção de Itu". O orador fez um histórico dos antecedentes da reunião republicana de 18 de abril de 1873, em Itu, quando foi organizado o Partido Republicano Paulista e estabelecida as bases para a propaganda republicana; lembrou então a crise ministerial de 1868, quando os liberais foram substituídos pelos conservadores na formação de um novo Gabinete, o lançamento do Manifesto Republicano, em 03 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro e sua repercussão em São Paulo, as reuniões preparatórias, destacando a realizada em janeiro de 1872, em casa de Américo Brasiliense, no Largo da Sé, a fundação na capital e interior dos vários clubes republicanos, a inauguração da Estrada de Ferro Ituana na véspera da Convenção e os fatos posteriores como o Congresso realizado em 1° de julho de 1873 na capital e a fundação do jornal "A Província de São Paulo", depois "O Estado de São

Paulo, em janeiro de 1875. Em relação à "Convenção" destacou a participação de Cesário Motta Júnior, o qual anotou alguns apontamentos, redigidos mais tarde sobre o ambiente, a participação dos convencionais e as propostas apresentadas na "Convenção", salientando aquelas que marcaram a data de 1° de julho para o Congresso na capital e a resolução da manter unidos os adeptos de um novo regime político; destacou por último a atuação de Cesário Motta Júnior no Partido Republicano Paulista, com realce às suas idéias sobre educação e saúde. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente declarou que iria iniciar a segunda parte da sessão, isto é, o primeiro escrutínio da eleição de novos sócios. Ao terminar a votação, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da sessão do dia 07 de maio de 1997

Aos sete dias do mês maio de mil novecentos e noventa e sete, relizou-se, às dezessete horas, a sessão cultural do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Amélia Franzolin Trevisan, Luiz Wanderley Torres, José Verdasca dos Santos, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Nelly Donato, Dóli de Castro Ferreira, Silvia Marina Michalany, Douglas Michalany, Délio Freire dos Santos, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Hélio Silveira, Isolde Helena Brans, Duílio Crispim Farina e Luiz Galdino. Inicialmente foram lidas as atas de 08 de maio e 22 de maio de 1996. Aprovadas. O senhor presidente Hernâni Donato apresentou congratulações com a consócia Mitsuko Kawai pela láurea concedida pela União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, na categoria de Personalidade Cultural Internacional; também ao consócio José Verdasca dos Santos pela eleição para representar no Brasil, num grupo de vinte e cinco personalidades a Comunidade Portuguesa. Em seguida os consócios laureados agradeceram a manifestação do presidente, tendo o consócio José Verdasca dos Santos oferecido seu mais recente livro "Raízes da Nação Portuguesa"; também o livro "Roteiro da Saudade" de Adriano Albino. O senhor presidente lamentou alguns artigos publicados na imprensa com visível intenção de denegrir o

bandeirante e exaltou a importância histórica do bandeirismo; a seguir, a secretaria comunicou o recebimento de convite do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, presidido pelo consócio Adilson Cezar, para as comemorações alusiva ao Dia da Vitória, 08 de maio; de oficio da Secretaria da Cultura do Estado sobre uma exposição filatélica a ser instalada no sodalicio referente à Revolução de 1932. Prosseguindo, o senhor presidente deu a palavra a consócia Isolde Helena Brans, a qual, discorreu sobre aspectos relevantes da participação de Tiradentes na Inconfidência Mineira; a distinta palestrante através da projeção e explicação de diversos documentos, demonstrou a validade histórica de sua tese sobre a presença de Tiradentes na Europa, junto ao embaixador norte-americano Thomas Jefferson, procurando convencê-lo a prestar apoio aos desejos de independência do Brasil; lembrou ainda da passagem em 1996 dos duzentos anos de batismo de Tiradentes e fez um apelo no sentido do sodalício continuar prestigiando todas as manifestações de apreço à figura do mártir Tiradentes, o Patrono Cívico da Nação. O senhor presidente agradeceu e elogiou a magnífica preleção da consócia Isolde, bem como, suas intensas pesquisas históricas, possuidora de farta documentação sobre a vida e obra de Tiradentes. O consócio Luiz Wanderley Torres pediu a palavra para enaltecer o trabalho e disse que o relato de seu livro "Tiradentes" também transcreve muitos documentos elucidativos. A seguir, declamou um poema em homenagem ao Dia das Mães. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, na ausência justificada do segundo secretário, José da Veiga Oliveira, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 04 DE JUNHO DE 1997

Ao quatro dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, sob presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Rudolf Robert Hinner, Genésio Pereira Filho, Célio Debes, Juvenal Fernandes, Severino dos Santos, Délio Freire dos Santos, Samuel Pfromm Netto, João de Scantimburgo, Afranio Gomar,

Hélio Silveira, Mitsuko Kawai, Crodowaldo Pavan, Maria Luiza Marcilio, padre Hélio Abranches Viotti, José Afonso de Moraes Bueno Passos, Duilio Crispim Farina, Douglas Michalany, Reginaldo Moreira de Miranda, Israel Dias Novaes, Ebe Reale, Nelly Donato, Antonio Brito da Cunha, Gilda Maria Reale, Olivia Imbassahy, Silvia Marina Michalany, Dóli de Castro Ferreira, Maria Alice de Campos Penteado, Nice Reale, Geraldo Mageila de Freitas e Maria Magdalena Queiróz Telles. Inicialmente o primeiro secretário, Roberto Machado Carvalho, fez a leitura da ata da sessão anterior. Aprovada. Em seguida, foi dada posse a sócia titular Ebe Reale. O sócio primeiro orador oficial Israel Dias Novaes pronunciou o discurso de recepção à nova sócia salientando a formação humanística da confreira e sua notável atuação no meio cultural; licenciada em História e Geografia pela Pontifícia Universidade de São Paulo, fez especialização em história antiga, moderna e do Brasil, possui variada bibliografia, destacando um estudo sobre a cidade de Pindamonhangaba, a História do Palácio da Justiça, a vida e obra de Menotti Del Picchia, Aspectos da Cultura Geral do Brasil e inúmeros artigos publicados na imprensa. Em seguida a recepiendária leu o compromisso de posse e recebeu o diploma, sob aplausos do seleto auditório. Pronunciou, a seguir, o discurso de posse, lembrando que escolheu para Patrono, o célebre fotógrafo das tradições de São Paulo, Antonio Augusto Militão e fez elogio do mesmo; disse que a escolha deve-se à "importância cada vez maior que a imagem vem tendo para os estudos históricos..." devemos reconhecer que atualmente a fotografia ocupa papel importante como fonte primária para os estudos históricos". Destacou ainda que São Paulo deve a sua iconografia do século XIX a Militão, natural do Rio de Janeiro, ano de 1837; aos 25 anos veio para São Paulo onde iniciou sua obra de fotografar a cidade e sua gente. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente Hernâni Donato deu inicio à segunda parte da sessão, declarando aberto o ciclo de conferências Anchietanas, dedicadas ao 4o Centenário da morte do Padre José de Anchieta. Assumiu a tribuna o consócio José Afonso de Moraes Bueno Passos para pronunciar a conferência intitulada "Anchieta, escritor". O orador abordou, com erudição, aspectos da literatura anchietana, bem como a análise de algumas obras fundamentais para conhecer o escritor Padre Anchieta; ressaltou ainda as principais fontes de documentos sobre a vida e obra do canarino; lembrou ainda de alguns eminentes estudiosos de

Anchieta, destacando a notável obra do consócio Padre Hélio Abranches Viotti. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente congratulou-se em nome do Instituto com o orador pelo brilhantismo da conferência, repleta de eruditas lições sobre o apóstolo do Brasil. Agradecendo a presença de todos, o senhor presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro Secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da sessão do dia 18 de junho de 1997

Aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão administrativa do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Aluysio Mendonça Sampaio, Samuel Pfromm Netto, Délio Freire dos Santos, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Paulo Napoleão Nogueira da Silva, Israel Dias Novaes, padre Hélio Abranches Viotti, Dano Abranches Viotti, Douglas Michalany, Duílio Crispim Farina, Armando Alexandre dos Santos e Juvenal Fernandes. Inicialmente foram lidas atas de sessões anteriores. Aprovadas. O senhor presidente solicitou o registro em ata de votos de pesar pelos falecimentos dos sócios Letícia Pagano e Mário Hoeppner Dutra. Comunicou o recebimento do seguinte: do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia de congratulações pelas edições dos Boletins do sodalício, e convidando para homenagem ao padre José Anchieta em Salvador, Bahia; carta de cumprimentos enviada pela senhora Gertraude Schuts Steigleder, datada de Berlim, 30 de maio; oficio sobre a doação de documentos da Revolução de 32 e outros que pertenceram a Eduardo de Barros Pimentel. Em seguida, abriu os trabalhos de votação, em segundo escrutínio, de novos sócios. O primeiro secretário apresentou as propostas já aprovadas em primeiro escrutínio. Colocadas em votação individual, verificou-se que dos seis candidatos, cinco foram aprovados e um foi rejeitado. Foram eleitos os seguintes sócios titulares: Severino dos Santos, Luis Caldas Tibiriça e Frederico Pereira de Sá Perry Vidal; sócios correspondentes nacionais: Américo Barbosa de Menezes Júnior, do Espírito Santo, Celso Falabella de Figueiredo Castro, de Minas Gerais e José Gomide Borges, também de Minas Gerais.

Por último o senhor presidente convidou a todos para as palestras alusivas ao 4° Centenário da morte do Padre José de Anchieta, a serem proferidas, em seguida, no auditório do sodalício, na seguinte ordem: "Os quatro Centenários de Anchieta", por Armando Alexandre dos Santos e "Anchieta e a Medicina" por Duílio Crispim Farina. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da sessão do dia 02 de julho de 1997

Aos dois dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Duilio Cnispim Farina, Israel Dias Novaes, Délio Freire dos Santos, Juvenal Fernandes, Roberto Fontes Gomes, Mitsuko Kawai, Myrriam Ellis, Douglas Michalany, Afranio Gomar, Ebe Reale, Geraldo Magella de Freitas, Maria José Carvalho, Silvia Maria Bianchi, Josué Adauto da Silva, Norberto Raimundo de Goés, João De Sirnoni Ferracin, Miguel Simão Neto, Waldemar Thomazine, Dirceu Ortoloni Stein, Olivia Imbassahy, Silvia Marina Michalany, Luis Donisete Campoci, João Fonseca de Souza Leal, Maria Ferreira de Toledo, José Verdasca dos Santos, Luiz Wanderley Torres, Maria Luiza Figueira de Mello, Nelly Donato, Maria Luiza Thomazine e Geraldo Ferreira Cintra. Inicialmente, o senhor presidente declarou que o sodalício, por decisão de sua Diretoria, deliberou outorgar, após aprovação do douto Conselho, o "Colar do Centenário" ao doutor Waldemar Thomazine, presidente do Movimento Solidário de Capivari, Estado de São Paulo, pela coordenação dos eventos realizados naquela cidade, por ocasião das comemorações do sesquicentenário de nascimento e centenário de falecimento do doutor Cesário Motta Júnior, primeiro presidente do Instituto, no mês de março do corrente ano. O senhor presidente fez a apresentação do agraciado, relatando seu currículo escolar, dedicação aos estudos jurídicos, atividades culturais e sociais e obras publicadas. Em seguida, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho procedeu a leitura do diploma da concessão da venera; o presidente solicitou a senhora Maria Luiza Thomazine que fizesse a

entrega do "Colar do Centenário" e respectivo diploma ao agraciado. Após os aplausos da seleta assistência, o doutor Waldemar Thomazine assomou a tribuna para pronunciar seu discurso de agradecimento. A certa altura disse que sentia-se honrado ao receber o "Colar do Centenário", pedindo vênia para dividi-lo com outros companheiros que ajudaram na elaboração e execução do programa comemorativo do sesquicentenário de nascimento do doutor Cesário Motta Júnior, em Capivari; ressaltou também os trabalhos realizados e por realizar pelo Movimento Solidário Capivari, atividade que, como indica seu nome, procura dar assistência, em todos os setores à população de Capivari. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente Hernâni Donato fez entrega de Diplomas de Gratidão a diversas personalidades do Município de Capivari pela participação nos eventos comemorativos do doutor Cesário Motta Júnior. Em seguida, disse que estava iniciado o ciclo de palestras sobre os sessenta e cinco anos da Revolução paulista de 1932, convidando o consócio Duílio Crispim Farina a pronunciar sua palestra sob o titulo "A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e a Guerra Cívica de 32". O orador destacou todos os lances da assistência médica aos soldados de 32, tanto os que pertenciam às unidades militares, como aos voluntários; lembrou a participação de destacados médicos, os quais, com o auxílio da enfermagem, deram demonstração de dever cumprido. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente agradeceu ao orador a magnífica colaboração ao ciclo de palestra sobre 32 e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 16 DE JULHO DE 1997

Aos dezesseis dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, a sessão administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidida pelo 1° vice-presidente acadêmico Duílio Crispim Farina. Compareceram os seguintes consócios: Duílio Crispim Farina, Sólon Borges dos Reis, Douglas Michalany, Mitsuko Kawai, Afranio Gomar, Rudolf Robert Hinner, Moacir Lobo da Costa, Juvenal Fernandes, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Ricardo Román Blanco e Roberto Machado Carvalho. A sessão foi presidida pelo 1° vice-presidente

acadêmico Duílio Crispim Farina, por motivo da ausência justificada do presidente Hernâni Donato. Abrindo a sessão, o senhor vice-presidente em exercício declarou que iria dar continuidade ao ciclo de palestras comemorativa dos 65 anos da Revolução Constitucionalista de 1932. Convidou para assumir a tribuna o consócio Sólon Borges dos Reis para pronunciar uma palestra sob o titulo "A brasilidade no movimento de 32". O orador salientou as diversas adesões de outros Estados, através principalmente de suas juventudes, a Guerra Cívica de 32, capitaneada pelo Estado de São Paulo; em seguida, comentou algumas causas que levaram à revolução paulista contra o arbítrio, a quebra do respeito à Lei Magna e as humilhações ao Estado, provocada por elementos ligados ao Governo Federal presidido pelo senhor Getúlio Vargas. Disse ainda o orador que o espírito de brasilidade vingou por todo o período da Revolução, sendo afastada qualquer idéia propondo a separação do Estado. Por último, lembrou da vitória moral da Revolução quando foi convocada a Assembléia Constituinte com a missão de elaborar e aprovar uma nova Constituição da República, sancionada em 1934. Ao término de seu pronunciamento, o orador foi muito aplaudido e cumprimentado. O vice-presidente em exercício agradeceu o brilhante relato dos acontecimentos de 1932 na palavra do consócio Sàlon Borges dos Reis e declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 06 DE AGOSTO DE 1997

Aos seis dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Moacir Lobo da Costa, Ricardo Román Blanco, Moacir França, J. Pereira, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Douglas Michalany, Paul Donovan Kigar, Duílio Crispim Farina, Rudolf Robert Hinner, Israel Dias Novaes, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Geraldo Magella de Freitas, Olivia Imbassahy, Nelly Donato, Silvia Marina Michalany, Neide Bibiano, Eneida Lopes e Paulo de Matos Louzada. Na abertura dos trabalhos, o senhor presidente fez uma breve saudação ao consócio J. Pereira, pelo seu retorno às atividades do

Instituto, após um período de ausência por motivo de saúde. Em seguida, congratulou-se com o consócio Moacir França pelo constantes sucesso de seu neto Gustavo Borges, em torneios nacionais e internacionais de natação e elogiou a edição de uma revista dedicada, ao brilhante atleta brasileiro, a qual foi distribuída aos sócios; cumprimentou também o sócio Juvenal Fernandes, pelo lançamento da 3° edição de seu livro "Carlos Gomes, do Sonho a Conquista". Dando prosseguimento, o consócio Alves Motta Sobrinho ocupou a tribuna para discorrer sobre sua recente viagem a ilha de Tenerife, uma das Canárias, onde representou o sodalício no Congresso Internacional "Padre José de Anchieta", 400 anos de falecimento. Disse que o Congresso foi realizado na cidade de Laguna e que as sessões abordaram a figura do canarino nos aspectos da literatura, teatro e poesia, sobrando pouco espaço para a história; assim, disse o orador, não foi tratada a dimensão Histórica de Anchieta. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente declarou que a primeira sessão do mês de setembro será realizada no dia 03 e, no dia 07, um domingo, ás quinze horas, será realizada nova sessão para cumprir o dispositivo da doação de uma caixa que manda abri-la naquele dia. O consócio Ricardo Román Blanco disse que, em São Paulo, vai participar de um Congresso dedicado a Anchieta; em seguida abordou aspectos da ascendência de Anchieta, tanto paterna de Juan de Anchieta e pelo lado materno de Mencia de Clavijo y Slarena, de origem indígena das Canárias. O orador abordou ainda o teatro e a poesia de Anchieta. Dando prosseguimento e em comemoração ao mês do folclore, o consócio Roberto Machado Carvalho pronunciou uma palestra sobre aspectos da vida e obra de Cornélio Pires, o "bandeirante do folclore paulista". Natural de Tietê (SP), Cornélio Pires foi pioneiro nas pesquisas de campo; em seus livros retratou a vida do nosso caipira, oferecendo aos estudiosos, inúmeros verbetes da fala dialetal cabocla, bem como os costumes, as crenças e superstições, lendas e mitos, festas roceiras e outras. Cornélio Pires exerceu múltiplas atividades, mas destacou-se como contista, ensaísta, poeta e conferencista, sempre abordando a vida do homem rural. Deixou 22 livros, entre os quais "Musa Caipira", "Conversas no Pé do Fogo", "Quem conta um Conto", "Aventuras de Joaquim Bentinho". O escritor tieteense (1884-1958), faleceu em São Paulo, no dia 17 de fevereiro de 1958 e está sepultado em sua terra natal. Por último o orador comunicou que no período de 22 a 30 de agosto, será realizada

em Tietê a 38° Semana "Cornélio Pires". Após os aplausos da seleta assistência, o senhor presidente agradeceu a participação dos oradores e a presença de todos, dando por encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 20 DE AGOSTO DE 1997

Aos vinte dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma sessão plenária presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Ricardo Román Blanco, Luiz Galdino, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Israel Dias Novaes, Afranio Gomar, J. Pereira, Délio Freire dos Santos, Samuel Pfromm Netto, Ana Maria Figueira de Mello, Anna Lucilla Penteado, Geraldo Magella de Freitas, Olivia Imbassahy, Dóli de Castra Ferreira, Nelly Donato, Mariazinha Congilio, Waldemar Thomazine, Maria Luiza Figueira de Mello e Irmã Maria Eulália Fleury Cavalcante de Albuquerque. Dando início aos trabalhos, o senhor primeiro secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior. Colocada em discussão e votação, foi aprovada. Em seguida, o senhor presidente comunicou que o Conselho do "Colar do Centenário" e o Conselho da Medalha "D. Pedro II", resolveram conceder as veneras às seguintes personalidades: Ex-governador Paulo Egydio Martins, o "Colar do Centenário", pela passagem dos vinte anos de lançamento da Coleção Paulística, também o "Colar do Centenário" ao Embaixador José Henrique Barbosa Ferreira, Cônsul de Portugal em São Paulo e à senhora Maria Pilar Barbosa Ferreira, a Medalha "D. Pedro II". A aprovação das propostas foi recebida com uma salva de palmas. Em seguida, o senhor presidente convidou a historiadora Madre Emilia de Pádua Fleury Cavalcanti de Albuquerque, residente no Rio de Janeiro, a proferir sua anunciada palestra em comemoração do sodalício, pelos trezentos anos da morte do Padre Antonio Vieira. Com a palavra a distinta visitante traçou um perfil da vida e obra do notável sacerdote, realçando sua preocupação de defender da escravidão, os índios e os negros escravos. Falou sobre a atuação política , a vida literária,

com os escritos de Os Sermões e a grande obra missionária. Após os aplausos da seleta assistência, o senhor presidente Hernâni Donato agradeceu a presença de todos e fez comentários elogiosos à palestra da ilustre visitante Madre Emilia de Pádua Fleury Cavalcanti de Albuquerque. Em seguida, encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 1997

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, padre Hélio Abranches Viotti, Dino Willy Cozza, Mitsuko Kawai, Afranio Gomar, Samuel Pfromm, Netto, Odilon Nogueira de Matos, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, J. Pereira, Ricardo Román Blanco, Luiz Wanderley Torres, Lauryston Guerra, Amo Wehling, Cybelle Moreira de Ipanema, Miridan Britto Knox Falci, Cleonice Borges Rodrigues, José Octávio Mello, Olivia Imbassahy, Dóli de Castro Ferreira, Maria José Wehling e Américo Barbosa de Menezes Júnior. Inicialmente foi lida a ata de 18 de setembro de 1996. Colocada em discussão, o consócio Célio Debes solicitou que na homenagem ao professor João Bernardino Gonzaga, fosse incluída de sua autoria o livro "A Inquisição em seu mundo", publicado pela Editora Saraiva e prefaciado pelo padre beneditino Estevão Tavares Bettencourt. Em seguida, a ata foi aprovada. O senhor presidente comunicou a doação para a Biblioteca feita consócio J. Pereira de várias obras da coleção "História em Revista"; o consócio Célio Debes entregou a terceira edição do livro "Antonio Conselheiro e Canudos", oferta da família de seu autor, professor Ataliba Nogueira. O consócio Alves Motta Sobrinho lembrou uma carta de Pedro Calmon agradecendo o recebimento dos primeiros estudos feitos pelo professor Ataliba Nogueira sobre Antonio Conselheiro e referindo-se à edição do livro, anotou que a história de Canudos fica dividida em duas fases, antes e depois da obra. A consócia Mitsuko Kawai comunicou que na próxima reunião do CEHIS falará sobre sua recente viagem ao Estado do Piauí, quando visitou o centro arqueológico do Estado e as pesquisas que ali são

realizadas. Em seguida foi dada a posse de sócio titular ao senhor Luiz Caldas Tibiriçá, tendo como patrono, Martin Afonso Tibiriça; o ricipiendário leu, assinou o termo de posse e recebeu o diploma de sócio; ao agradecer, declarou que, em breve, fará o elogio do seu patrono. A seguir foi dada a palavra ao consócio Ricardo Román Blánco para pronunciar uma palestra intitulada "O nascimento do Brasil". O orador destacou a presença da Espanha no episódio da expansão marítima do século XV e desenvolveu a tese de que as fronteiras do Brasil já estavam demarcadas quando da descoberta, o que significa na opinião do orador que deu-se um nascimento antes da descoberta, o que foi legalizado pelo Tratados de Tordesilhas. Após os aplausos do auditório, o senhor presidente agradeceu a contribuição do orador e convocou uma sessão especial para o dia 07 de setembro, ás quinze horas, quando, além da comemoração da Independência, será aberta uma urna lacrada há 25 anos, em sessão de 07 de outubro de 1972. Em seguida, o senhor presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da sessão do dia 07 de setembro de 1997

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às quinze horas, uma sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Délio Freire dos Santos, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Mitsuko Kawai, Douglas Michalany, Silvia Marina Michalany, Nelly Donato, J. Pereira, Reginaldo Moreira de Miranda e Célio Debes. O senhor presidente na abertura dos trabalhos, lamentou a ausência na imprensa, de matéria sobre a data que estava sendo comemorada naquele dia, efeméride da Independência do Brasil. Em seguida foi cantado o Hino Nacional Brasileiro. A propósito da data, o consócio Célio Debes fez considerações de aspectos relacionados com a Independência; salientou a ausência dos meios de comunicação na questão, ressaltando a abordagem negativa do assunto. No mesmo sentido, usou da palavra o consócio Alves Motta Sobrinho. O senhor presidente disse que os poucos espaços de comunicação que trataram seriamente da questão, devem merecer elogios. O consócio J.

Pereira disse que na condição de veterano jornalista, houve época que fazia jornalismo, ao contrário de hoje, quando prevalecem os interesses comerciais. O senhor presidente disse que estava em andamento a relação dos melhores livros e periódicos de História e Geografia publicados no Estado de São Paulo em 1997. Disse que os indicados, receberão o "Colar do Centenário" em 25 de janeiro próximo; convidou a todos para a sessão do dia 22 de outubro quando serão agraciados com o "Colar do Centenário" e Medalha "D. Pedro I" o casal Embaixador José Henrique Barbosa Ferreira, Cônsul de Portugal em São Paulo e senhora Maria Pilar Barbosa Ferreira, respectivamente. Em seguida, iniciou-se a segunda parte da sessão com a leitura, pelo primeiro secretário, Roberto Machado Carvalho, da ata da sessão realizada em 07 de outubro de 1972, a qual determinava a abertura de uma caixa devidamente lacrada somente após decorridos 25 anos, num dia 07 de setembro, o que estava acontecendo naquela sessão. Feita a abertura pelo senhor primeiro secretário, verificou-se que a citada peça tinha em seu interior, envelopes com as Armas da cidade de Resende, Rio de Janeiro, selos da Academia Militar das Agulhas Negras e alguns recortes de jornais. Todo material foi oferecido ao sodalício pelo saudoso consócio Itamar Bopp. O consócio Alves Motta Sobrinho, com a palavra, fez elogio do historiador e biógrafo do cientista Pereira Barreto, o filatelista Itamar Bopp. O senhor presidente Hernâni Donato encerrou a sessão especial agradecendo a presença de todos. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata do dia 17 de setembro de 1997

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se às, dezessete horas, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão administrativa do mês, sob a presidência do acadêmico Hernâni Donato. Estiveram presentes os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Rudolf Robert Hinner, Israel Souza Lima, J. Pereira, Nelly Donato, Afranio Gomar, Hélio Silveira, Mitsuko Kawai, Alberto Shammas, Ebe Reale, Paulo Ferreira de Souza Filho, Aparecido Botani, Olivia Imbassahy, Silvia Marina Michalany, Douglas Michalany, Paulo Napoleão Nogueira da Silva, Duílio Crispim Farina, Ana Célia

Navarro de Andrade, Viviane Tessitore, Isolde Helena Brans, Neide Gomes, Délio Freire dos Santos, Ricardo Román Blanco, Ary Canavó e Geraldo Magella de Freitas. Dando inicio aos trabalhos, o senhor presidente declarou apoio do sodalício à iniciativa da Sociedade Veteranos de 32-MMDC no sentido da possível transferência das comemorações da data da Independência, 07 de setembro, para o local onde ocorreu o histórico episódio, isto é, no Ipiranga; disse ainda que horário correto para o evento é a tarde, pelas 16 horas. Em seguida deu a palavra ao coronel Ary Canavó, presidente do MMDC, que o sodalício que preside e outras entidades, além da questão exposta sobre o desfile do 07 de setembro, estão preocupados com a preservação do Monumento de 32, situado no Parque Ibirapuera, cuja a situação da estrutura merece reparos, pois, infiltrações e cupins estão agindo; disse ainda que é necessária a colocação de etiquetas com os nomes dos ex-combatentes nas gavetas e no cinerário do obelisco. O senhor presidente reiterou o apoio da entidade às propostas do MMDC. O consócio Roberto Machado Carvalho como representante do Instituto junto ao CONDEPHAAT declarou que levará o problema ao plenário daquele órgão estadual de preservação do patrimônio. Em seguida, o senhor presidente comunicou o recebimento pela Casa de Portugal de 22 cartazes alusivos ao 3° centenário da morte do padre Antonio Vieira e determinou que os mesmos sejam expostos no corredor de entrada do Instituto. A visitante-convidada, professora Neide Rodrigues Gomes, coordenadora da Fundação Pró-Centro da Prefeitura Municipal de São Paulo expôs os objetivos da entidade que em conjunto com diversas secretarias municipais e apoio de outras entidades, especialmente da Associação Viva o Centro, pretende trabalhar em torno do projeto "Garimpando a memória viva do centro de São Paulo". Explicou ainda que a Fundação pretende trabalhar pela preservação de tradicionais logradouros do centro, citando os Largos de São Bento e São Francisco; também os edifícios, principalmente em relação às fachadas, caso por exemplo da rua Florêncio de Abreu. Disse ainda que a Fundação fará uma série de entrevistas com pessoas que conhecem, de longa data, o centro e seus problemas; por último, convidou o sodalício para enviar representante na próxima reunião da Fundação, a ser realizada no dia 25 de setembro às 14 horas. O consócio Roberto Machado Carvalho salientou a importância da união de esforços das entidades interessadas e lembrou o papel do Conselho

Estadual do Patrimônio, CONDEPHAAT, na questão. O consócio Alves Motta Sobrinho disse que, juntamente com o consócio Ricardo Román Blanco, vai representar o Instituto no Congresso Internacional de Anchieta que será realizado em São Paulo entre 18 e 20 de setembro. Em seguida, o senhor presidente deu a palavra à pesquisadora Viviane Tessitore para pronunciar sua conferência sobre a Imperatriz Leopoldina, na passagem do bicentenário de seu nascimento. A distinta oradora abordou aspectos da vida e obra da Imperatriz, com projeções ilustrativas. Ao final, foi bastante aplaudida e cumprimentada. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e à oradora pela magnífica exposição e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretário.

Ata da sessão do dia 1° de outubro de 1997

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão cultural do mês, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Israel Dias Novaes, Célio Debes, Samuel Pfromm Netto, Ebe Reale, Afranio Gomar, Mitsuko Kawai, Reginaldo Moreira de Miranda, Douglas Michalany, J. Pereira, Ary Canavó, Nelly Donato, Dóli de Castro Ferreira, Olivia Imbassahy e Silvia Marina Michalany. Inicialmente foi lida a ata de sessão anterior. Colocada em discussão e votação, foi aprovada. O senhor presidente lembrou que no dia seguinte, 02 de outubro, São Paulo comemora o aniversário do término da Revolução de 1932 e que o sodalício está recebendo , por doação, o livro "Lembrança de um Belo Ideal" de autoria de Luiz Gonzaga Naclécio Homem, gentilmente cedido por sua viúva senhora Carmen Cecilia, assim como, cinco exemplares de "A Gazeta" e "O Estado de São Paulo", ", do ano de 1957, comemorativo dos 25 anos da Revolução.' O consócio Samuel Pfromm Netto, solicitou a palavra para dizer que era portador de uma oferta do jornal "Correio Popular" de Campinas ao sodalício, isto é, os fac-similes das edições números 05, 09, 16 e 17,os quais, completam a coleção da nossa Hemeroteca. O consócio Israel Dias Novaes disse que no próximo dia 06

será aberta no Clube Paulistano, uma exposição de quadros de pintores primitivos e discorreu sobre a importância dos mesmos, lembrando que são pinturas que refletem a ingenuidade, a inocência, num contexto autenticamente brasileiro. Em seguida, o coronel Ary Canavó, presidente da Sociedade Veteranos de 32 fez convite para a missa que será realizada dia 02 de outubro no Mausoléu do Soldado de 32, no Ibirapuera, no encerramento das comemorações, neste ano, da Revolução de 32. O senhor presidente comunicou a presença na reunião da Diretoria realizada pouco antes do senhor Vitorino Chermont de Miranda, Tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual, fez uma exposição sobre problemas financeiros que afetam os Institutos Históricos e outras entidades culturais. A seguir, o senhor presidente Hernâni Donato fez a abertura do ciclo de palestras sobre a chamada "Guerra de Canudos", lembrando o centenário de seu término. Para pronunciar a primeira palestra compareceu o professor José Bueno Conti, do Departamento de Geografia da Universidade São Paulo. O distinto visitante abordou o tema "O quadro natural e os acontecimentos de Canudos". Disse que conhece a região do sertão da Bahia onde se desenrolou o episódio de Canudos, tendo analisado suas bases físicas especialmente o clima semi-árido, a vegetação e o relevo, fatores que influiram nos combates entre os jagunços de Antonio Conselheiro e os soldados das tropas federais. A palestra do professor Bueno Conti foi rica em pormenores e bastante aplaudida. O senhor presidente agradeceu a contribuição do geógrafo e convidou a todos para a próxima palestra, do dia 08, a ser proferida pelo sócio correspondente de Jundiaí, Adelino Brandão. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

ATA DA SESSÃO DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1997, EM HOMENAGEM AOS SÓCIO FALECIDOS

Aos quinze dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão destinada à homenagem aos sócios falecidos no decorrer do exercício, presidida pela acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José Verdasca dos Santos,

Genésio Pereira Filho, Ricardo Román Blanco, Paul Donovan Kigar, Délio Freire dos Santos, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Célio Debes, Jesus Machado Tambellini, Hélio Silveira, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Mitsuko Kawai, Samuel Pfromm Netto, Nelly Donato, Silvia Marina Michalany, Douglas Michalany, Olivia Imbassahy, Américo Barbosa de Menezes Júnior, Neide Bibiano, Myriam da Costa Rabaçal, Mônica de Andrade Pinheiro, Zélia de Camargo, Nelly Martinelli, Maria Luiza de Moraes Azevedo Calado, Maria da Penha de Moraes Azevedo Calado, Benedito de Sanctis Pires de Almeida, Maria Theodora Pires de Almeida, Milton Faldini, Alberto Shammas, Maria José de Andrade, Maria José Losinskas, Mariana Bruna Losinskas, Luiz Losinskas Andrade, Lucas Losinskas, Mônica Duarte da Silva e Felipe Tadeu Losínskas Andreoli. Na abertura dos trabalhos, o senhor presidente declarou que a sessão constaria de duas partes: uma administrativa e outra de homenagem aos sócios falecidos. A seguir, o primeiro secretário procedeu à leitura da ata de sessão anterior. Aprovada. Foi então, apresentado um breve expediente da secretaria: convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a sessão Magna comemorativa dos 159 anos de fundação do sodalício, dia 21 de outubro; da Fundação Pró-Memória de Idaiatuba para o curso "Organização de Arquivos", de 01 a 08 de novembro; da Prefeitura Municipal de Tietê, de congratulações com a programação do Instituto no mês de outubro, com palestras sobre o centenário do término da "Campanha de Canudos" ; convite da Prefeitura Municipal de Taubaté para a exposição "Vale do Paraíba-Café e Tradição", com a palestra inaugural de Alves Motta Sobrinho, dia 30 de outubro; comunicação da família, do falecimento do sócio Afranio Gomar, dia 12 de outubro; comunicação da eleição da diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, ASBRAP, dia 14 de outubro. Dando prosseguimento, foi realizada a cerimônia de posse, leitura do termo de posse e recebimento do diploma, por Américo Barbosa de Menezes Júnior, sócio correspondente nacional, de Vila Velha, Espírito Santo, tendo como patrono, Rui Barbosa. Em seguida, foi dada a palavra ao primeiro orador Israel Dias Novaes para o necrológio dos sócios falecidos no decorrer do exercício: Adérito Augusto de Moraes Calado, falecido em 28 de maio, aos 82 anos. Ingressou no Instituto em 1984, como sócio titular. Ocupava o cargo de segundo bibliotecário. Pertencia a diversas

instituições culturais; entre elas, além do sodalício, o Instituto Genealógico Brasileiro, Associação dos Cavaleiros de São Paulo e Academia Cristã de Letras; publicou ensaios e artigos, destacando-se como pesquisador da vida católica, literária e histórica de São Paulo. Entre outros, os trabalhos biográficos do educador João Augusto de Toledo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, padre Roberto Saboya de Medeiros e do escritor Eça de Queiroz. Antonio de Arruda Camargo; jornalista e escritor, faleceu em 20 de março, aos 88 anos. Natural de Serra Negra (SP), antigo seminarista. Como homem de imprensa, abraçou as causas democráticas e da defesa dos direitos humanos, visitando vários países em missão profissional. Entre outros trabalhos, publicou uma biografia do padre José de Anchieta e o romance Brejava; escreveu crônicas e inúmeros artigos na imprensa nacional. Era sócio titular do sodalício, desde 1981. Benedicto Pires de Almeida, sócio correspondente nacional de Tietê, onde nasceu em 1903. Faleceu em sua cidade natal, em 16 de fevereiro, aos 94 anos de idade. Foi prefeito e secretário da Prefeitura de Tietê. Dedicou-se especialmente à pesquisa e estudos históricos de Tietê, publicando alentados dois volumes, intitulados: "Cronologia Tieteense". Deixou para sua cidade natal, valiosa biblioteca e arquivo. Péricles da Silva Pinheiro, nasceu em Bariri (SP) no ano de 1916 e faleceu em junho último, dia 22, aos 81 anos. Foi principalmente jornalista, exercendo também a advocacia, formado pela Faculdade do Largo de São Francisco. Durante decênios, integrou o quadro de redatores de "O Estado de São Paulo". Publicou trabalhos de história e literatura, destacando a obra "Manifestações literárias em São Paulo colonial". Premiado em 1961 pelo Conselho Estadual de Cultura. Era sócio titular do sodalício. Tsunezo Sato, natural do Japão, foi eleito sócio em 1965 e faleceu como sócio emérito em 28 de maio, aos 90 anos. Grande batalhador pelo intercâmbio cultural Brasil-Japão, divulgando assuntos e coisas brasileiras em seu país de origem. Traduziu a obra "Os Sertões" , de Euclides da Cunha, para o japonês. João Rabello de Aguiar Vallim, descendente de tradicional família de Bananal, no Vale do Paraíba, era filho do Barão de Aguiar Vallim. Sócio titular eleito em 1981, faleceu em 30 de junho, aos 87 anos. Historiador, genealogista e advogado em São Paulo. Foi sócio fundador do Instituto Genealógico Brasileiro, publicou obras jurídicas, históricas e genealógicas, destacando as "Famílias Paulistas do Bananal". José Ferreira Carato, sócio emérito,

eleito em 1940. Faleceu na cidade de Ribeirão Preto, onde residia, em 22 de setembro de 1996. Historiador, jornalista e educador, foi professor de História da Universidade de São Paulo. Era bacharel em Filosofia, Teologia e Sagrada Escritura. Deixou numerosa e importante obra, especialmente da História do Brasil, referente à região da mineração mineira. Estudou no famoso Colégio do Caraça em Minas Gerais. Letícia Pagano, sócia honorária desde 1962. Faleceu em 07 de junho, aos 73 anos. Integrava uma família de intelectuais, como irmã do historiador Sebastião Pagano e Authos Pagano. Musicista, publicou "A música e sua história", "Noções de pedagogia musical", "Dicionário bio-bibliográfico de músicos" e "Antonio Carlos Gomes". Mário Hoeppner Dutra, sócio titular, desde 1974. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, jurista e escritor. Faleceu a 15 de junho, aos 83 anos. Pertencia a inúmeras entidades culturais, publicou ensaios literários e poemas. Especializou-se em estudos jurídicos, ganhando projeção no saber jurídico. Era membro do Conselho Editorial da Revista dos Tribunais. Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg, sócia emérita, faleceu em 21 de junho, aos 72 anos, teve notável atuação nos meios culturais e sociais. Fundadora do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga e do Museu "João Ramalho", foi por vários anos sua presidente; como presidente do CONDEPHAAT, exerceu papel importante na defesa do nosso Patrimônio cultural. Estudiosa das artes, publicou o "Curso de Antiga Arte no Brasil". Mário Mazzuia, sócio correspondente de Jundiaí (SP) desde 1980, sua cidade natal. Dedicou-se às pesquisas e divulgação dos fastos históricos-administrativos de Jundiaí, publicando grande parte da documentação sobre a história da cidade. Faleceu em 23 de dezembro de 1996, aos 91 anos. Miguel Angelo de Barros Ferreira, natural do Minho, Portugal, naturalizado brasileiro. Jornalista profissional e escritor, dedicou-se às obras de ficção e trabalhos históricos publicados na imprensa. Ganhou popularidade com escritos acessíveis ao grande público, caso de "Verdades e mistérios da Amazônia" e "A vida de Fernão Dias". Estudioso da história de São Paulo, deixou obras com "Meio século de São Paulo" e "Participação de São Paulo na Guerra do Paraguai". Era sócio emérito, eleito em 1973. Faleceu em 16 de dezembro de 1996, aos 90 anos. Paulo Emilio d'Alessandro, sócio honorário, eleito em 1967. Natural do Estado de Minas Gerais, fixou-se em Pindamonhangaba (SP); político, foi prefeito de São Bento do Sapucai e vereador em Pindamonhangaba,

onde foi médico-chefe do Serviço de Assistência da Prefeitura, por muitos anos. Historiador, cronista, dedicou-se aos estudos médicos e históricos. Colaborou na imprensa interiorana. Faleceu em outubro de 1996, aos 88 anos. Hovanir Alcântara Silveira, sócio Honorário, eleito em 1957; nasceu em Itapira (SP) em 1910. Crítico literário e ensaísta, abordou diferentes aspectos artísticos-historiográficos. Membro da Academia Paulista de Letras, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, turma de 1935, exerceu diversos cargos técnicos-jurídicos. Estudioso da literatura francesa recebeu a venera Palmes Academiqués, concedida pelo governo francês. Em sua numerosa bibliografia, destacam-se, "Gente da França", "Grandes Julgamentos da História", "Presença Feminina na Literatura Nacional". Faleceu em 24 de julho, aos 87 anos. Henrique L. Alves, sócio emérito, ocupava o cargo de terceiro secretário. Desenvolveu notável atividade intelectual, dedicou-se aos estudos literários e históricos e colaborou, de forma incansável, com a divulgação da cultura brasileira. Descendente de lituanos, nascido em São Paulo, onde presidiu numerosas entidades culturais, sendo fundador de algumas delas. Contista e ensaísta, obteve diversos prêmios pelo valor de sua obras, concedidos pela Academia Brasileira de Letras. Entre os ensaios biográficos salientam-se os alusivos a Cruz e Souza, Luis Gama, Paulo Eiró, Afonso Schimidt, Nina Rodrigues e Antonio Bento. Pertencia ao Instituto desde 1964. Faleceu em 25 de maio, aos 66 anos. Paulo Pereira dos Reis, sócio emérito, ingressou em 1973. Natural de Piquete, no Vale do Paraiba. Escritor, historiador, sociólogo, etnólogo. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, foi membro de diversas instituições, entre as quais, a Academia Paulista de Letras. Publicou valiosos trabalhos históricos, boa parte referente ao Vale do Paraíba. Estão entre suas obras:" O colonialismo português e a conjuração mineira", da Coleção Brasiliana, "O caminho da Piedade na Capitânia de São Paulo" e "Lorena nos séculos XVII e XVIII". Alfredo João Rabaçal, sócio emérito, ingressou no Instituto em 1962. Inicialmente estudou música, diplomando-se no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, como professor de piano. Em seguida, ganhou gosto pelos estudos de ciências políticas e sociais, diplomando-se em Antropologia e Sociologia. Foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e da Faculdade de Artes do Planalto, Ipiranga. Especializou-se na área do Folclore, produzindo obras marcantes no gênero. Foi, membro

de diversas entidades. Faleceu em 14 de abril, aos 64 anos. Afranio Gomar, sócio titular, ocupava o cargo de diretor' do Museu, Arquivo e Documentação, do sodalício. Natural de Pirassununga (SP), em 11 de julho de 1923, onde fez o curso secundário na Escola Normal; diplomou-se em engenharia pela Universidade do Paraná, dedicando-se à engenharia civil, ambiental e perícias judiciais. Realizou importantes trabalhos de engenharia na cidade de Dracena (SP). Vindo para São Paulo, trabalhou na Sabesp, por onde se aposentou. Proferiu inúmeras palestras no campo da história, como exímio autodidata e pertenceu a duas dezenas de entidades cívicas, culturais e sociais de São Paulo, Pirassununga, Piracicaba, Itu e Rio de Janeiro. Faleceu em Pirassununga em 12 de outubro, com 74 anos. Foi ardoroso defensor do patrimônio cultural e das tradições de sua terra natal. Ao encerrar sua oração de reverência aos sócios falecidos, o primeiro orador Israel Dias Novaes foi calorosamente aplaudido pelo auditório. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

Ata da sessão plenária extraordinária, realizada em 29 de outubro de 1997

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se, às dezessete horas, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma sessão plenária extraordinária, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato. Compareceram os seguintes consócios: Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, Lycurgo de Castro Santos Filho, Adilson Cezar, Luiz Wanderley Torres, Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, Hélio Abranches Viotti, Samuel Pfromm Netto, Célio Debes, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Juvenal Fernandes, Roberto Fontes Gomes, Ricardo Román Blanco, Luiz Caldas Tibiriçá, Odilon Nogueira de Matos, Hélio Silveira, Luiz Fernando Whitaker Tavares da Cunha, Paul Donovan Kigar e Jesus Machado Tambellini. Inicialmente, o senhor presidente Hernâni Donato lembrou os 103 anos de fundação do Instituto, desde suas origens, evolução e problemas atuais. Em seguida, o primeiro secretário, Roberto Machado Carvalho fez uma breve comunicação sobre a data, seguida da leitura da ata inaugural, elaborada na sessão inaugural de 1° de novembro de 1894. Em seguida, o

senhor presidente fez a apresentação do novel sócio correspondente nacional de Belo Horizonte, Minas Gerais, Celso Fallabela de Figueiredo e Castro. O riciendário recebeu o diploma de sócio, leu e assinou o termo de posse e proferiu breves palavras agradecendo a honra de pertencer ao sodalicio de São Paulo e comentou as atividades do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e os serviços que presta ao governo e ao povo do Estado; por último, frisou que os problemas atuais do Instituto paulista são os mesmos do congênere mineiro. Após os aplausos da seleta assistência, o senhor presidente comunicou a realização, em Sorocaba, da Semana "Aluisio de Almeida". Em seguida, convidou o sócio Luiz Fernando Whitaker Cunha a proferir sua anunciada palestra com o titulo "Canudos e a realidade brasileira". O orador discorreu sobre as causas do episódio de Canudos e as repercuções na vida política nacional, especialmente no Rio de Janeiro. Dado sua costumeira eloquência e conhecimento do assunto, o palestrante foi bastante aplaudido e cumprimentado. O senhor presidente agradeceu a contribuição do orador ao ciclo de palestras sobre Canudos. Por último. o senhor presidente solicitou o registro em ata de um voto de congratulações com o sócio titular José Sebastião Witter pela sua brilhante atuação na direção do Museu Paulista. Em seguida, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

* * *

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

DIRETORIA PARA O TRIÊNIO DE 1999/2002

Presidente ..... Roberto Machado Carvalho
1°Vice Presidente ..... Samuel Pfromm Netto
2°Vice Presidente ..... Antônio Joaquim Alves Motta Sobrinho
3°Vice Presidente ..... Roberto Fontes Gomes
1°Secretário ..... Nelly Martins Ferreira Candeias
2°Secretário ..... Fauze Saadi
3°Secretário ..... Luiz Galdino
4°Secretário ..... Ebe Reale
1°Tesoureiro ..... José Verdasca dos Santos
2°Tesoureiro ..... Caio Porfírio de Castro Carneiro
1°Orador ..... Hernâni Donato
2°Orador ..... Lauro Nogueira Furtado Mendonça
1°Bibliotecário ..... Maria Luíza Marcílio
2°Bibliotecário ..... Juvenal Fernandes
Hemerotecário ..... Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
Diretor do Museu, Arquivo e Documentação ..... Amélia Franzolin Trevisan

QUADRO SOCIAL

Sócios Beneméritos **Patronos**

Eldino Fonseca Brancante .....
Fausto Ribeiro de Barros .....

Sócios Benfeitores

Benedito de Ulhoa Vieira ..... Dom Gastão Liberal Finto
Caio Plinto Aguiar Alves De Lima

Sócios Eméritos

Alberto dos Santos Franco ..... Alberto I, de Mônaco
Alberto Lemos ..... Anhanguera II (Bartolomeu Bueno
..... da Silva)
Alice Piffer Canabrava
Ana Maria de Almeida Camargo .... Laudo Ferreira de Camargo
Antonio Delorenzo Neto ..... Bernardo Pereira de Vasconcelos
Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho..Francisco de Paula
....Vicente de Azevedo
Antonio Roberto Paula Leite ..... Alberto Salles
Ari França
Aziz Nacib Ab' Saber
Byron Gaspar
Carlos de Meira Mattos
Carlos Penteado De Rezende ..... Alexandre Levi
Célio Salomão Debes ..... Nicolau P. de Campos Vergueiro
Celso Maria de Mello Pupo ..... Frei Antonio de Pádua Penteado
Délio Freire Dos Santos ..... D. Pedro I
Divaldo Gaspar De Freitas
Edmundo Zenha
Eduardo D'Oliveira França
Emanuel Soares Veiga Garcia
Emília Da Costa Nogueira
Erasmo D'Almeida .Magalhães
Francisco Ferrari Marins
Genésio Cândido Pereira Filho ..... Plínio Salgado
Gilberto Leite de Barros ..... D. Luiz Antonio de Souza Botelho
..... Mourão – Morgado de Mateus
Hélio Abranches Viotti, Pe
Hélio Damante ..... Adolfo Augusto Pinto
Hélio Falchi ..... Irineu Evangelista de Souza
Hernâni Donato ..... Amadeu Amaral
Homero Silveira ..... José Pedro da Silveira

James Martin Harvey ..... Francisco de Assis Carvalho Franco
Jesus Machado Tambellini .....
João Nery Gtjimarães .....
Joaquim Alfredo da Fonseca ..... Duarte Pacheco Pereira

Jorge Ignácio Penteado da Silva Telles.....
José Afonso de Moraes Bueno Passos.....Conde de Parnaíba
José Benedito Silveira Peixoto .....
José Gonçalves Salvador ..... José Francisco da Rocha Pombo
Lauro Ribeiro Escobar ..... José Ribeiro Escobar
Leda Maria Pereira Rodrigues ..... Prudente José de Moraes Passos
Luiz Wanderley Torres ..... André Vidal Negreiros
Mafalda Piva Zemella
Manoel Rodrigues Ferreira .... Pedro Taques de A. P. Leme
Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha ...Imperatriz Leopoldina
Maria da Conceição Martins Ribeiro..
Maria de Lourdes Paula Martins ....
Maria Helena Brancante ..... Brás Cubas
Moacir Lobo da Costa .... Antonio Mariano Azevedo
.... Marques (o Mestrinho)
Murilo Moutinho, Pe
Myriam Ellis .... Basílio de Magalhães
Nice Lecoq Muller ..... José de Freitas Vale
Nicia Vilela Luz .....
Nilva Rogick de Mello .....
Odilon Nogueira de Matos ..... Otoniel Mota
Olga Pantaleão ....
Paul Donovan Kigar .... Almirante Tamandaré
Paulo Lebeis Bonfim ..... .
Reginaldo Moreira de Miranda ..... Tem. Gen. Cândido Xavier
.... de Almeida e Souza
Roberto Machado Carvalho ..... Francisco Nardy Filho
Rosemarie Erika Horch ..... Oliveira Lima
Rubens José Rodrigues dos Santos..
Rudolf Robert Hinner ..... Almirante Henrique Boiteaux
Sólon Borges dos Reis .....
Waldemar Baroni dos Santos ..... Carlos Von Martius

Sócios Titulares

Aluysio Mendonca Sampaio .....
Amedeo Bobbio ..... Arnaldo Amado Ferreira
Amélia Franzolin Trevisan ..... Otávio Tarquínio de Souza
Anita Novinsky ..... Lourival G. Machado

Antonio de Pádua Bertelli .....
Antonio Penteado Mendonça ..... Antônio Raposo Tavares
Aristides Almeida Rocha ..... Cel. Joaquim Branco
Armando Alexandre dos Santos .....
Benedito Lima de Toledo ..... Bernardo José Maria de Lorena
Caio Porfírio de Castro Carneiro ... João Brigido dos Santos
Carlos da Silva Lacaz ..... Carlos Chagas
Cláudio Moreira Bento ..... Ten. Cel. Diogo Arouche
..... de Morais Lara
Crodowaldo Pavan .....
Dóli de Castro Ferreira ..... Paulo Pereira dos Reis
Douglas Michalany ..... Alfredo Ellis Júnior
Duílio Crispim Farina ..... Diogo Toledo de Lara e Ordonhes
Ebe Reale .....
Elizabeth Leopoldina Loibl ..... José de Azevedo Dantas
Elizabeth Rangel Pinheiro de Souza...
Erwin Theodor Rosenthal .....
Frederico Alexandre de Moraes Hecker...Antonio Piccarolo
Frederico Guilherme José Pereira de Sá Perry Vidal....
Geraldo de Camargo Vidigal ..... Joaquim Maria Machado de Assis
Geraldo de Menezes Gomes .....
Heinz Friedrich Budweg ..... Hans Staden
Israel Dias Novaes..... Monteiro Lobato
Jessy Santos..... Heraldo Barbuy
João Evangelista Martins Terra, Pe. Pe. José de Anchieta
José Aleixo Irmão ..... Júlio Ribeiro
José Carlos do Amaral Vieira Filho...
José Castellani ..... Aureliano Leite
José Geraldo Evangelista..... João Dias da Silveira
José Pereira ..... Guilherme de Almeida
José Pires de Carvalho..... José Herculano Pires
José Ribeiro do Valle ..... Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães
José Sebastião Witter ..... Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa
José Verdasca dos Santos .....
Judith Mac Knight Jones .....
Juvenal Fernandes ..... João Teodoro Xavier
Luciana Pallestrini ..... Oswaldo Cruz
Luiz Caldas Tibiriçá .....
Luiz Galdino .....

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas...Francisco Adolfo de Varnhagen
Maria Beatriz Marques Nizza da Silva....Frei Gaspar da Madre de Deus
Maria Luíza Marcílio ..... Alcântara Machado
Miguel Reale ..... Pimenta Bueno
Moacir França ..... Humberto França
Nelly Martins Ferreira Candeias ....
Nelson Martins de Almeida ..... Washington Luiz Pereira de Souza
Odilon da Costa Manso ..... Manoel da Costa Manso
Paulo de Andrade Corrêa ..... Manoel Augusto Pirajá da Silva
Paulo Fraletti ..... Paulo Eiró
Paulo Napoleão Nelson Basile Nogueira da Silva....Helio Vianna
Régis Duprat ..... André da Silva Gomes
Renato Báez ..... Marechal Dutra
Roberto Fontes Gomes ..... Correia Júnior
Rodrigo Braz Leal Rodrigues .....
Roque Schneider, Pe. .....
Samuel Pfromm Netto ..... Mário Neme
Silvio Marone ..... Eduardo Monteiro
Viviane Tessitore ..... Carlos Henrique Oberacker Jr.

Sócios Honorários

Abelardo Duarte .....
Adriano Antonio de Carvalho .....
Aldo Andreone .....
Alfredo Lencastre da Veiga .....
Anita Ferreira de Maria ..... Alfredo D'Escragnole Taunay
Antonio de Oliveira Mello ..... Afonso Arinos
Antonio Eloy Paulini Miranda ..... João Lucio Brandão
Antonio Henrique Bittencourt da Cunha Bueno....Juscelino Kubitscheck
..... de Oliveira
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança.....D. Pedro II
Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento..
Esther de Figueiredo Ferraz ..... Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz
Fauze Saadi ..... Antonio Teixeira Guerra
Francisco Grainha do Valle ..... Alm. Gago Coutinho
Gualter Godinho ..... Alm. Arthur Silveira da Motta
..... (Barão de Jaceguai)
Henrique Paulo Bahiana ..... Joaquim Ribeiro

Hermano Roberto Santamaria ..... Manoel Ferraz de Campos Sales
Heramia Alcântara Silveira .....
Jayme de Sá Menezes .....
João Alfredo Pegado Cortes ..... Alm. Pedro Borges Lynch
João Alves das Neves ..... João de Barros
João Carvalhal Ribas ..... Francisco Franco da Rocha
João de Scantimburgo ..... Dom Luiz de Bragança
João Hermes Pereira de Araújo .....
João Horta de Macedo .....
Joaquim de Arruda Zamith, Dom, O.S.B....
Joaquim Vitorino Portella Ferreira Avies....Marechal Emílio Luis Mallet
José Bento Faria Ferraz .....
José Calazans Brandão da Silva .....
José do Patrocínio Lefort .....
José Eduardo De Macedo Soares Sobrinho...
José Eduardo Pizzarro Drumond ... Carlos Xavier Paes Barreto
José Ferreira de Carvalho .....
José Luiz Pasin ..... Francisco de Assis Oliveira
..... Borges (Visconde de Guartinguetá)
José Nogueira Sampaio .....
Luiz Alberto Whately ..... Oscar Weinshenck
Luis de Azevedo Castro ..... Arnolfo Azevedo
Luis Fernando Whitaker Tavares da Cunha.....Vicente Licinio Cardoso
Luis Gonzaga Novelli Júnior .....
Manoel Albano Amora .....
Manuel Valladão .....
Maria Imaculada Xavier da Silveira....
Marília Antunes Alves ..... Assis Chateaubriand
Mário Pires ..... Altino Arantes
Neise Gomes ..... Maria Garcia Betim
Nello Ferrentini ..... Hipólito José da Costa
Nelson de Athayde Ribeiro ..... Cônego Melchior Rodrigues do Prado
Octaviano A. Gaiarsa .....
Olympio Costa Júnior .....
Orentino Martins ..... Luis Bueno Horta Barbosa
Oswaldo Barbosa Guisard ..... Timóteo Corrêa de Mello
Paulo Evaristo Arns, Dom ..... Dom Antonio Joaquim de Mello
Paulo Henrique da Rocha Correa ... Brig. Lysias Augusto Rodrigues
Paulo Nathanael Pereira de Souza .. Paulo Prado

Paulo Roberto de Aquino Noronha....
Pedro Gastão de Orleans e Bragança, Dom....
Rafael Pinheiro de Ulhoa Cintra ....
Ruy Cardoso de Mello Tucunduva . José J. Cardoso de Mello
Ruy Rebello Pinho ..... Antônio de Queiróz Filho
Sebastião da Silva Barreto ..... José do Patrocínio
Sebastião Romano Machado ..... João Antonio Andreoni (Antonil)
Thomaz Oscar Marcondes de Souza Jr....Leôncio do Amaral Gurgel
Vicente Marcheti Zioni ..... Anibal de Freitas
Waldomiro Benedito de Abreu .....
Walter Fernando Piazza .....

Correspondentes Nacionais

Adalberto José Pizzarro Loureiro . Rio de Janeiro-Rj
Adelino Brandão ..... Jundiaí-SP
Adilson Cezar ..... Sorocaba-SP (Manoel Baptista
..... Cepellos)
Agenor Pinheiro Rodrigues Valle ... Rio de Janeiro-RJ
Alcionilio Bruzi Alves Da Silva, Pe....Manaus-AM (D. Francisco Aquino
.....Corrêa)
Alfredo Palermo ..... Franca-SP (Vicente Augusto
..... de Carvalho)
Amaro Soares Quintas ..... Recife-PE
Américo Barbosa de Menezes Júnior...Vilha Velha-ES
Angelo Jayme Venturelli, Sacerd. ... Campo Grande-MS
Antenor Ribeiro ..... Mogi Mirim-SP
Antonio Celso Ferreira ..... São José do Rio Preto-SP
Antonio Pimentel Winz ..... Rio de Janeiro-RJ
Aristides M. de Carvalho e Silva .... Rio de Janeiro-RJ
Arno Wehling ..... Rio de Janeiro-RJ
Carlyle di Figueiredo Martins ..... Campinas-SP
Celso Falabella de Figueiredo Castro....Belo Horizonte-MG
Celso Vieira Camargo ..... Tatuí-SP
Cybelle Moreira de Ipanema .....
Cyro de Barros Rezende Filho ..... Taubaté-SP
Dante Martorano ..... Florianópolis-SC
Dário Abranches Viotti ..... Belo Horizonte-Mg (Avelar Brotero)
Dermeval José Pimenta ..... Belo Horizonte-MG

Dino Willy Cozza ..... Rio de Janeiro-RJ (José Bonifácio
..... de Andrada e Silva)
Duílio Battistoni Filho ..... Campinas-SP (Manoel de Araújo
..... Porto Alegre(Barão de Santo Angelo))
Enélio Lima Petrovich..... Natal-RN
Francisco Ruas Santos ..... Rio de Janeiro-RJ
Geraldo Quartim ..... Ribeirão Preto-SP (Romualdo
..... Monteiro De Barros)
Heitor Ferrão Moniz De Aragão .... Rio de Janeiro-RJ
Henrique Jorge Hurley ..... Belém-PA
Humberto Peregrino Seabra Fagundes...Rio de Janeiro-RJ
Isolde Helena Brans ..... Campinas-SP
João Ribeiro da Silva ..... Rio de Janeiro-RJ (Manuel de Oliveira
..... Lima)
Joaquim de Paula Guimarães ..... Cruzeiro-SP
Joaquim Thomaz de Paiva ..... Rio de Janeiro-RJ
Joaquim Vicente Rondon ..... Rio de Janeiro-RJ
José Antonio Gonçalves de Meto Neto...Recife-PE (Duarte Coelho)
José Bandeira de Mello..... Rio de Janeiro-RJ
José Bernardo Ortiz ..... Taubaté-SP
José Carlos Ferreira Maia ..... Guaratinguetá-SP
José Chiachiri Filho .....
José Geraldo de Faria ..... Belo Horizonte-MG
José Gomide Borges..... Belo Horizonte-MG
José Loureiro de Ascenção Fernandes...Curitiba-PR
José Mariz de Morais..... Rio de Janeiro-RJ
José Roberto do Amaral Lapa..... Campinas-SP
Lauro Nogueira Furtado de Mendonça...
Luiz de Almeida Nogueira Porto.... Bananal-SP (José Luiz de Almeida
..... Nogueira)
Luis Henrique Dias Tavares ..... Bahia
Luiz Philippe Pereira Leite ..... Cuiabá-MT
Luiz Vital Duarte..... Olinda-PE (Rui Barbosa)
Lygia Therezinha Fumagalli Ambrogi...Taubaté-SP
Márcio José da Cunha Jardim ..... Belo Horizonte-MG
Márcio José Lauria ..... S. José do Rio Pardo-SP (Olimpio de
..... Souza Andrade)
Maria Augusta F. Machado da Silva...Rio de Janeiro-RJ
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres...Campinas-SP

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci...Campinas-SP (Silva Jardim)
Maria Morgado de Abreu ..... Taubaté-SP
Mário Portugal Fernandes Pinheiro Rio de Janeiro-RJ
Marly Theresinha Germano Perecin...Piracicaba-SP
Mildred Regina Gonçalves .....
Miridan Britto Knox Falci ..... Rio de Janeiro-RJ (Odilon Nunes)
Murilo de Miranda Bastos ..... Rio de Janeiro-RJ
Nelson Abel de Almeida ..... Vitória-ES
Octavia Correia dos Santos Oliveira....Rio de Janeiro-RJ
Oiliam José ..... Belo Horizonte-MG
Oscar de Arruda Penteado ..... Rio Claro-SP
Paulo Bertran
Paulo Pitaluga Costa e Silva ..... Cuiabá-MT (José Barbosa de Sá)
Pedro Paulo Filho .....
Roberto Bueno Pacheco de Vasconcelos Martins...Espírito Santo do Pinhal-
.....SP (José Guimarães)
Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier...Rio de Janeiro-RJ
Ronaldo Eogério de Freitas Mourão...Rio de Janeiro-RJ
Ruben Cione ..... Ribeirão Preto-SP (João Rodrigues
..... Guião)
Rui Vieira da Cunha ..... Rio de Janeiro-RJ
Samuel Nóbrega de Siqueira ..... Niterói-RJ (Walter Spalding)
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira...Fortaleza-CE
Thereza Regina de Camargo Maia . Guaratinguetá-SP
Valdão Varjão ..... Barra do Garças-MT
Vasco Mariz ..... Rio de Janeiro-RJ
Vera Ravagani Job ..... Sorocaba-SP
Vitor Hugo ..... Porto Velho-RO
Vivaldi Moreira ..... Belo Horizonte-MG
Waldyr Jansen de Mello ..... Curitiba-PR (Marechal Rondon)
Walter Waeny Jr. ..... Santos-SP
Washington Luis Andrade de Araújo...Brasília-DF

Correspondentes Estrangeiros

Alamiro de Avila Martely ..... Santiago
Alexander Nelson de Armond Marchant...
Alfredo Augusto Pereira de Lima... Moçambique
Alfredo V. de Moura Mattoso ..... Coimbra

Antonio de Souza Araújo ..... Lisboa - Portugal
Antonio Henrique D'Araújo Stott Howorth...Lisboa
Carlos Henrique Ferreira Lemond de Macedo...Portugal
Carlos Perez-Canepa Jimenes ..... Lima
Eduardo Correia ..... Coimbra
Enrique de Gândia ..... Buenos Aires
Fortuné Koller ..... Bruxelas
Gaston Benedict de Benedictis ..... Califórnia
Giuseppe Castruccio ..... Itália
Heinrich Gutersohn ..... Zurich
Jesus Vasques Gayoso ..... México
José Crisanto Lopes Jimenes ..... Espanha
José Hermano Saraiva ..... Portugal
José Honorato Gago da Câmara de Medeiros...Portugal
José Pedro Machado ..... Portugal
Juan S. Pivel Devoto ..... Montevidéu
Júlio César Chaves ..... Assunción
Luíza Sawaya ..... Lisboa (Portugal)
Manoel da Silveira S. Cardoso ..... Washington
Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa...Lisboa (Portugal)
Nicola Gianastasio, Dom ..... Roma
Pierre A. Wassal ..... França
Ramon de Castro Esteves ..... Argentina
Renato Cirell Czerna ..... Roma (Itália)
Richard Mc Gee Morse ..... Nova Jersey
Terry G. Harris ..... Ontário (Canadá)
Tomaz Waverley Palmer Junior ..... Connecticut
Umberto Pranzini ..... Itália

NORMAS DA REVISTA DO IHGSP

A Revista destina-se à publicação de trabalhos originais dos sócios e de colaboradores convidados sobre história, geografia e ciências afins.

- os originais encaminhados para a publicação deverão restringir-se a no máximo 25 laudas, digitadas em programa Word for Windows, espaço 1,5, tipo 12, Times New Roman;
- as referências bibliográficas, bem como as notas deverão estar de acordo com o padrão internacional de citação. As notas deverão constar em rodapé. A seguinte normatização deve ser adotada:
  - no caso de livro: SOBRENOME, Nome. *Título de livro em itálico*. Tradução, Edição, Cidade, Editora, ano,p.
  - no caso de artigos de revista: SOBRENOME, Nome. "Título do artigo entre aspas", In: *Título do periódico em itálico*. Cidade, Editora, vol., nº, ano, p.
  - no caso de capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. "Título do capítulo entre aspas", In: SOBRENOME, Nome. (do autor ou organizador do volume, se for diferente do autor do capítulo. A partir daí a citação segue a norma para livro)
- os Autores interessados devem remeter à secretaria administrativa do IHGSP, um disquete contendo o artigo e três cópias impressas do mesmo;
- os artigos devem conter um resumo em língua portuguesa e uma versão deste em inglês (abstract), de 10 linhas no máximo, além de 3 palavras-chaves;
- os artigos devem ser acompanhados de sucintas informações profissionais de seus Autores, indicando a instituição a qual pertença;
- os trabalhos apresentados serão submetidos ao exame da Comissão de Redação que se reserva o direito de recusa.